estudos históricos

EH

75 | *Eleições e competição política*

ISSN 2178-1494 | 2022

FGV CPDOC
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

estudos históricos

EH

75 | *Eleições e competição política*

ISSN 2178-1494

FGV CPDOC
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Estudos Históricos, volume 35, número 75, jan.-abr. de 2022. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas, 1988

Quadrimestral

Resumos em português, inglês e espanhol

Editada e distribuída pela Editora Fundação Getulio Vargas

ISSN: 2178-1494.

1. História 2. Historiografia 3. Periódicos 4. Ciências Sociais 5. Economia e Sociedade.

I – : Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas

CDD 981.005

CDU 981(051)

E-mail: eh@fgv.br

Endereço na internet: http://www.fgv.br/cpdoc/revista

Endereço postal: Fundação Getulio Vargas/CPDOC

Secretaria da Revista Estudos Históricos

Praia de Botafogo, 190, 14º andar, Rio de Janeiro 22.523-900 RJ

PRODUÇÃO EDITORIAL



ZEPPELINI
PUBLISHERS

Estudos históricos 75 | *Eleições e competição política*

Rio de Janeiro, vol. 35. nº 75, p. 1-199, janeiro-abril 2022

Editorial

Eleições e competição política | 1

Elections and political competitiveness

Elecciones y competencia política

Jaqueline Zulini

Artigos

À margem dos grandes esquemas: o associativismo político-eleitoral dos trabalhadores de Pernambuco e da Bahia na Primeira República | 6

Outside the big schemes: political-electoral associations of workers in the First Republic, the cases of Pernambuco and Bahia

Al margen de los grandes esquemas: las asociaciones político-electorales de trabajadores en Pernambuco y Bahía durante la Primera República

Felipe Azevedo e Souza e Aldrin A. S. Castellucci

Duplicatas, "degolas" e a verificação dos poderes: as eleições de 1900, 1915 e 1930 na Paraíba | 26

Duplicates, "degolas" and the verification of credentials: the 1900, 1915 and 1930 elections in Paraíba

Duplicados, "degolas" y la verificación de los poderes: las elecciones de 1900, 1915 y 1930 en Paraíba

Monique Cittadino

Fundadores de jornais e dirigentes partidários: recursos estratégicos para a competição oligárquica na biografia dos senadores brasileiros | 46

Newspaper founders and party leaders: strategic assets for oligarchic competition in the biography of Brazilian senators

Fundadores de periódicos y líderes de partidos: recursos estratégicos para la competición oligárquica en la biografía de los senadores brasileños

Lucas Massimo

As eleições dos anos 1930: coordenação pré-eleitoral em tempos de voto secreto | 72

The elections of the 1930s: pre-electoral coordination in times of secret ballots

Las elecciones de la década de 1930: coordinación preelectoral en tiempos de voto secreto

Paolo Ricci

A crise da Primeira República e o surgimento da oposição legítima no Brasil | 95

The crisis of the Brazilian First Republic and the rise of legitimate opposition

La crisis de la Primera República Brasileña y el surgimiento de una oposición legítima

Leonardo Martins Barbosa

"Uma dança sobre o abismo": as estratégias da candidatura de José Américo de Almeida na campanha presidencial de 1937 | 115
"A dance over the abyss": the strategies of José Américo de Almeida's candidacy in the presidential campaign of 1937
"Un baile sobre el abismo": las estrategias de la candidatura de José Américo de Almeida en la campaña presidencial de 1937
Luiz Mário Dantas Burity

Os momentos finais do estado novo no amazonas: movimento queremista, reordenamento político-partidário e as eleições de 02 de dezembro de 1945 | 139
The final moments of the New State in Amazonas: the *queremista* movement, political-partisan reorganization and the December 2, 1945, elections
Los momentos finales del nuevo estado en el Amazonas: movimiento *queremista*, reorganización política-partidaria y las elecciones del 02 de diciembre de 1945
João Rozendo Tavares Neto

COLABORAÇÃO ESPECIAL

As eleições presidenciais de 1960: uma análise a partir dos dados municipais | 159
The 1960 presidential elections: an analysis based on municipal data
Las elecciones presidenciales de 1960: un análisis basado en datos municipales
Jairo Nicolau

Entrevistas

Curiosidade científica, disciplina e método: uma entrevista com a professora Hilda Sabato | 176
Scientific curiosity, discipline and method: an interview with professor Hilda Sabato
Curiosidad científica, disciplina y método: una entrevista con la profesora Hilda Sabato
Jaqueline Porto Zulini

História, ciência política e estudo das mulheres: com a palavra, Céli Regina Jardim Pinto | 190
History, political science and women's studies: an interview with Céli Regina Jardim Pinto
Historia, ciencia política y estudio de la mujer: Con la palabra Céli Regina Jardim Pinto
Mônica Karawejczyk e Amy Josephine Westhrop

Errata | 200

ELEIÇÕES E COMPETIÇÃO POLÍTICA

Elections and political competitiveness

Elecciones y competencia política

Jaqueline Zulini[I]*

http://doi.org/10.1590/S2178-149420220101

[I]Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.
*Doutora em ciência política pela Universidade de São Paulo (jaqueline.zulini@fgv.br)
https://orcid.org/0000-0001-6153-7328

CC BY

Eleições são a principal força motriz dos regimes representativos. Trata-se de um momento-chave para as elites políticas renegociarem o poder, incumbentes tentarem se reeleger e opositores buscarem inverter o jogo para vencer a disputa nas urnas. Historicamente, os estudos políticos privilegiaram a análise das eleições e da competição política em contextos democráticos por supor que a ampla participação eleitoral e as garantias à alternância de poder consistiam nas condições mínimas necessárias para se considerar um regime político, de fato, representativo (Dahl, 1971; Schumpeter, 1942).

Contudo, a retomada da análise das primeiras experiências de democracia direta nas antigas cidades-Estado revelou o caráter aristocrático das eleições em sua origem (Manin, 1995). Isso somado ao gradativo reconhecimento da complexidade por trás da construção do rito eleitoral nas primeiras experiências de governo representativo (Romanelli, 1998), sobretudo na invenção do cidadão-eleitor (Offerlé, 2005), abriu caminho para o resgate dos estudos eleitorais em contextos liberais mundo afora e que avança na historiografia política brasileira mais recente (Dolhnikoff, 2018; Ricci, 2019; Viscardi, 2012).

Este dossiê reúne justamente um conjunto de pesquisas que endossam novas leituras sobre as eleições e a competição política na Primeira República, na Era Vargas e na chamada "democracia 'populista'" de 1946–1964, cuja própria alcunha se mostra sintomática da leitura pessimista estendida, em geral, a todo o pré-1988. Em conjunto, essas três primeiras fases do experimento republicano no Brasil foram sistematicamente muito mal avaliadas pelos especialistas, sobretudo, pelo frequente modo como as relações tradicionais de exercício do poder teriam contaminado os seus respectivos arranjos institucionais formais, para frustração das expectativas criadas pelas teorias normativas da representação política.

Contudo, todas as três fases têm potencial de ser ressignificadas dentro dos novos referenciais teóricos da literatura comparada. Os trabalhos disponíveis a seguir problematizam a forma como facções políticas e partidos se preparavam para concorrer às eleições, candidatos faziam campanha, e a certificação dos resultados eleitorais acontecia, além de retratar um cenário de competição muito mais acirrado frente ao predito.

O primeiro grupo de artigos resgata a memória política da Primeira República, que ficou estigmatizada, por muito tempo, como uma verdadeira farsa representativa em razão das amplas restrições ao sufrágio e dos constantes acordos oligárquicos forjados para impedir a alternância política. A questão da participação eleitoral é exatamente rediscutida pelo artigo de Felipe Souza e Aldrin Castellucci, que mostra como o movimento operário apelou para mandatos coletivos, tanto na Bahia como em Pernambuco, para representar os trabalhadores das capitais dos dois

estados. Já os trabalhos de Monique Cittadino e Lucas Massimo reagem, de certo modo, ao segundo ponto, relativo ao congelamento da competição política no contexto oligárquico. O estudo realizado por Cittadino sobre o contencioso eleitoral na Paraíba durante três anos-chave de disputas à Câmara dos Deputados (1900, 1915 e 1930) apresenta, ao contrário, um retrato da competição política no estado, que perdurou mesmo depois do advento da política dos governadores. Seu texto recupera o esforço dos adversários dos governistas procurando se organizar para desafiar as candidaturas oficiais. Massimo, por sua vez, aponta como dois atributos (ser fundador de jornais e dirigente partidário) pareceram capitais para um político se consolidar à frente de um assento na Câmara Alta. É o que observa ao realizar a prosopografia de todos os senadores federais eleitos de 1890 até 1934 a partir da sistematização de fichas biográficas do Prodasen e de dados dos verbetes do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB).

A experiência eleitoral na Era Vargas teria contornos específicos ou representaria uma ruptura em relação à Primeira República? O segundo bloco de artigos ajuda a enfrentar exatamente essa questão. Do ponto de vista do comportamento dos eleitores, Paolo Ricci sugere uma resposta negativa. Examinando os resultados e a repercussão do pleito de 1934 na imprensa, seu artigo indica que, embora o Código Eleitoral de 1932 tenha instituído uma cabine de votação para o eleitor teoricamente poder decidir seu voto em segredo, o fato de partidos e candidatos continuarem responsáveis pela preparação e distribuição das cédulas lhes permitiu manter certo controle dos eleitores.

Na visão de Leonardo Barbosa, a grande diferença entre os dois regimes residiria no estabelecimento de uma oposição legítima. Seu texto discute as mudanças político-institucionais que se processaram no país a partir da Revolução de 1930, concluindo que a crise responsável pela queda da Primeira República aumentou irreversivelmente o custo de se reprimir a oposição, pelo menos em curto prazo.

A pesquisa desenvolvida por Luiz Mário Burity sobre a campanha presidencial de José Américo de Almeida, em 1937, registra, inclusive, como havia considerável incerteza eleitoral até às vésperas do golpe que institui o Estado Novo. Seu trabalho explora um conjunto variado de fontes que reflete a indefinição do quadro político àquele momento.

Na sequência, uma dupla de artigos concita o leitor a revisitar o processo de democratização do país e a experiência de 1946–1964. O texto de João Tavares Neto problematiza a efervescência política amazonense desde os momentos finais do Estado Novo, rumo à transição de 1945, a partir da análise da forma como o Movimento Queremista e os partidos políticos se organizam no Amazonas. Mapeia-se a disputa criada em torno da captura do braço local do PTB, cuja fundação do diretório estadual encaminhou um difícil processo de negociação entre dois grupos adversários. Da sua parte, Jairo Nicolau apresenta, em primeira

CC BY

mão, os resultados das eleições presidenciais de 1960, que escolheram Jânio Quadros, desagregados no nível dos municípios.

Partindo da tabulação manual dos dados publicados em 1963, pelo Departamento de Imprensa Nacional, o estudo desenvolve uma análise estatística que permite identificar os padrões de comparecimento e competição eleitoral Brasil adentro, para futuras pesquisas desbravarem as diferentes ordens de mobilização e disputas locais.

Duas entrevistas fecham este dossiê. Hilda Sabato, historiadora argentina reconhecida internacionalmente por seus estudos a respeito do exercício do governo representativo na América hispânica do séc. XIX, responde às minhas questões sobre as razões que a fizeram se deslocar dos temas clássicos do estruturalismo historiográfico rumo às ciências sociais, em geral, e à ciência política, em particular. Seu relato é uma verdadeira ode à curiosidade científica, conforme revela, primeiro, uma estudante e, depois, uma docente, no curso de uma busca inveterada pela aventura do conhecimento, que lhe cobra, constantemente, o abandono das próprias ideias.

Mônica Karawejczyk e Amy Westhrop entrevistam, por fim, Céli Regina Jardim Pinto — uma das maiores especialistas brasileiras em teoria política feminista e história das mulheres —, que compartilha detalhes da sua trajetória acadêmica e intelectual, também direcionada da história rumo à ciência política. Outro depoimento marcado pelo contínuo processo de autodescoberta e ressignificação, que nos faz desejar, um dia, ter condições de nos colocar sobre escrutínio, como pesquisador e objeto da própria pesquisa — e que, por ora, nos leva a questionar a ausência de mais estudos acerca da mobilização eleitoral e práticas políticas das mulheres a partir da adoção do voto feminino.

Cada qual à sua maneira, ambas as entrevistas facilitam a visualização dos desafios colocados diante de todos nós, historiadores, cientistas sociais e cientistas políticos, que nos arriscamos a enveredar pelo estudo das eleições e competição política nas primeiras experiências republicanas no Brasil. Não há como negar o paradoxo: nosso objeto é eminentemente interdisciplinar, embora nosso treinamento teórico-metodológico seja bastante diverso. Para citar apenas uma das muitas diferenças, basta lembrar que historiadores são treinados para desconfiar das fontes oficiais; cientistas políticos, ao contrário, para priorizá-las e desconfiar de todo o resto. Por conta disso, sempre que possível, todos os trabalhos que integram este dossiê foram distribuídos para um especialista de cada área. Como esperado, o consenso não prevaleceu em parte das avaliações. Quando um historiador destacava os méritos da pesquisa, um cientista político apontava os problemas da análise (e vice-versa). A unanimidade talvez seja uma abstração entre nós. Entretanto, como bem provoca Hilda Sabato ao longo da sua entrevista, quando nos sentimos desconfortáveis é que encontramos uma questão de pesquisa.

Espero que este dossiê desperte precisamente esse tipo de incômodo, a ponto de instigar réplicas e manter aceso o diálogo sobre as eleições e competição política no Brasil do pré-1964. Para tanto, que não falte teoria à história nem história à ciência política, como nos propõe Céli Pinto, e que não falte, a nenhum de nós, a curiosidade constante sobre o que poderemos encontrar, a resiliência para seguir firme em busca de uma atualização teórico-metodológica e a coragem para publicar o contraditório, como nos recomenda Sabato!

Referências bibliográficas

DAHL, R. A. *Polyarchy*: participation and opposition. New Haven: Yale University Press, 1971.

DOLHNIKOFF, M. Representação e participação das elites provinciais e locais nas instituições da monarquia brasileira. *In*: RAMOS, R.; CARVALHO, J. M.; SILVA, I. C. (orgs.). *Dois países, um sistema*. A monarquia constitucional dos Braganças em Portugal e no Brasil (1822–1910). 1. ed. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2018. v. 1, p. 176-204.

MANIN, B. *Principes du gouvernement représentatif*. Paris: Calmann-Lévy, 1995.

OFFERLÉ, M. A nacionalização da cidadania cívica. *In*: CANÊDO, L. B. (org.). *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005. p. 343-362.

RICCI, P. (org). *O autoritarismo eleitoral dos anos trinta e o Código Eleitoral de 1932*. Curitiba: Appris, 2019.

ROMANELLI, R. Electoral systems and social structures. A comparative perspective. *In*: ROMANELLI, R. *How did they become voters?* The history of franchise in modern European representation, edited by Raffaele Romanelli. The Hague/London/Boston: Kluwer Law International, 1998. p. 1-36.

SCHUMPETER, J. *Capitalism, socialism and democracy*. New York: Harper & Brothers, 1942.

VISCARDI, C. M. R. *O teatro das oligarquias*. Uma revisão da política do Café com Leite. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

À MARGEM DOS GRANDES ESQUEMAS: O ASSOCIATIVISMO POLÍTICO-ELEITORAL DOS TRABALHADORES DE PERNAMBUCO E DA BAHIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Outside the big schemes: political-electoral associations of workers in the First Republic, the cases of Pernambuco and Bahia

Al margen de los grandes esquemas: las asociaciones político-electorales de trabajadores en Pernambuco y Bahía durante la Primera República

Felipe Azevedo e Souza[I]*
Aldrin A. S. Castellucci[II]*

http://doi.org/10.1590/S2178-149420220102

[I]Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.
*Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (felipeazv.souza@gmail.com)
https://orcid.org/0000-0002-6232-3273

[II]Universidade do Estado da Bahia – Alagoinhas (BA), Brasil.
**Doutor em História pela Universidade Federal da Bahia (acastellucci@uneb.br)
https://orcid.org/0000-0003-0957-5479

Artigo recebido em 16 de agosto de 2021 e aprovado para publicação em 05 de novembro de 2021.

Resumo

Durante a Primeira República os índices de participação eleitoral eram diminutos, no entanto isso não implicava ausência de disputa por votos. O presente artigo procura evidenciar que os trabalhadores organizados tiveram papel fundamental na estruturação da competição eleitoral em centros urbanos. A análise dos casos de Pernambuco e da Bahia mostra que: os trabalhadores conformavam a maior parte do eleitorado das capitais; as associações de classe organizavam diversas etapas do processo de votação; o movimento operário criou formas originais de participação e representação política por meio de mandatos coletivizados.

Palavras-chave: Movimento Operário; Trabalhadores; Eleições; Competição Política; Primeira República.

Abstract

During the First Republic, electoral participation rates were low. However, this did not imply the absence of a dispute for votes. This article seeks to show that organized workers played a fundamental role in structuring electoral competition in urban centers. The analysis of the cases of Pernambuco and Bahia shows that: workers formed the majority of the electorate in the capitals; class associations organized different stages of the voting process; the labor movement created original forms of political participation and representation through collectivized mandates.

Keywords: Labour Movement; Workers; Elections; Political Competition; First Republic.

Resumen

Durante la Primera República, los índices de participación electoral fueron muy bajos, sin embargo, esto no eximió la disputa por los votos. Este artículo pretende mostrar que los trabajadores organizados desempeñaron un papel fundamental en la estructuración de la competencia electoral en los centros urbanos. El análisis de los casos de Pernambuco y Bahía muestra que: los trabajadores formaron la mayoría del electorado en las capitales; las asociaciones de clase organizaron diferentes etapas del proceso de votación; el movimiento obrero creó formas originales de participación y representación política a través de mandatos colectivizados.

Palabras clave: Movimiento Obrero; Trabajadores; Elecciones; Competencia Política; Primera República.

Thomas L. Haskell escreveu certa vez que os esquemas explicativos são como redes de pesca lançadas nas profundezas do passado. O que se captura depende tanto da forma, da trama e da textura dessas redes quanto do que o mar contém (Haskell, 1998: 3). A literatura sobre as disputas políticas na Primeira República foi especialmente pródiga em desenvolver esquemas explicativos baseados em padrões estáveis, com destaque para a trindade formada pela política do café com leite, a política dos governadores e o coronelismo. As malhas dessas redes, há algum tempo já foi percebido, são demasiadamente frouxas para dar conta da complexidade política da época. Tecidas habilmente com fios de verossimilhança, apresentam dinâmicas sistêmicas e aplicações generalizantes como a representação das eleições viciadas que nulificavam as possibilidades de influência dos eleitores em relação aos resultados das urnas. Afinal, naquelas águas abundavam os mecanismos de exclusão, as apurações de voto capciosas, as diplomações degoladas, o eleitorado diminuto, a corrupção das barganhas e transações espúrias.

É com tarrafa de malha mais fina que se pode explorar o caso das agremiações de trabalhadores de Pernambuco e da Bahia que estiveram envolvidas em disputas eleitorais por décadas, conquistando cargos eletivos sem renunciar a plataformas programáticas voltadas às demandas de trabalhadores urbanos. O presente texto não diverge das interpretações clássicas que indicam o caráter corrupto e excludente do sistema eleitoral da Primeira República. No entanto, evidencia que esse cenário não era intransponível para lideranças de associações de trabalhadores, contrariando perspectivas que apontam que "eram nulas as possibilidades de influenciar a política via participação eleitoral" (Carvalho, 2003: 109).

Em texto recente, Cláudia Viscardi afirmou que "a ideia de que as eleições eram muito pouco competitivas merece ser questionada", indicando que esse tipo de abordagem é proveniente de procedimentos metodológicos que tendem "a generalizar para todo o país os processos políticos ocorridos em estados nos quais as oligarquias eram mais unidas, como foram os casos de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul" (Viscardi, 2017: 120). De fato, os conflitos entre grupos oligárquicos em Pernambuco e na Bahia criaram janelas de oportunidade que ampliaram o potencial de inserção dos trabalhadores na arena política. Entretanto, além das instabilidades circunstanciais nos altos círculos de poder, dois aspectos são relevantes para compreender por que os trabalhadores se tornaram atores políticos relevantes no jogo eleitoral da época: o perfil do eleitorado urbano e as tradições associativas dos trabalhadores de Recife e Salvador.

O aspecto capital dos estudos da área é a constatação de que o eleitorado era diminuto. Ainda assim, quase nada se sabe do perfil social dos votantes para além do fato de que deveriam ser homens, alfabetizados e maiores de 21 anos. As listas eleitorais do período

republicano geralmente fornecem pouco subsídio nesse sentido, mas existem exceções, como o alistamento do eleitorado recifense de 1904, que apresenta os ofícios de todos os 8.952 votantes. Diferente do Rio de Janeiro, onde, segundo José Murilo de Carvalho, o eleitorado era formado majoritariamente por funcionários públicos "sujeitos às pressões por parte do governo" (Carvalho, 2004: 86), em Recife as listas eleitorais do início do século indicam os "artistas" como a categoria de ofício predominante, conformando mais de um terço do total do eleitorado (Tabela 1).

O termo "artista" comportava uma grande variedade de ofícios manuais qualificados, e esses trabalhadores geralmente não se apresentavam na esfera pública em tesa e disciplinada coesão política. De todo modo, porém, as fontes indicam que os canteiros de obras e as oficinas da cidade eram conduzidas e frequentadas por trabalhadores com direitos políticos e, durante as eleições, por candidatos em campanha. Mais diversos do que dispersos, os artífices de Recife e de Salvador estavam organizados em uma profusa malha associativa e, nesse sentido, atuavam na esfera pública em contraste com outro antigo esquema explicativo que percebia o insolidarismo como marca distintiva da população da época (Gomes e Abreu, 2009: 4).

O Partido Operário da Bahia foi fundado em 1890 contando com a adesão imediata de centenas de artífices em todas as freguesias de Salvador. Em 1893 essa organização deu lugar ao Centro Operário da Bahia, uma entidade que possuía entre 4 e 5 mil filiados nas duas primeiras décadas republicanas, que eram, em sua maioria, pedreiros, carpinteiros, marceneiros, alfaiates, tipógrafos, entre trabalhadores de outros ofícios (Castellucci, 2010a). A Liga Operária Pernambucana foi fundada em 1886, mas foi com o advento da República que ela impulsionou seu envolvimento com as eleições apoiada em uma base de filiados igualmente formada pelos artífices (Souza, 2020). Nos primeiros anos do século XX, uma nova organiza-

Tabela 1 – Eleitores do Recife classificados por ofício, 1904.

Ofício	Quantidade	%
Agricultor	474	5,3%
Artista	3.243	36,2%
Comerciante	2.501	28%
Funcionário Público	1.272	14,2%
Negociante	424	4,7%
Outros ofícios	1.038	11,6%
TOTAL	**8.952**	**100%**

Fonte: Edições do *Diário de Pernambuco* entre 17 de julho de 1904 e 26 de agosto de 1904.
Elaboração própria.

ção ganhou destaque em Pernambuco, o Centro Protetor dos Operários, que chegou a reunir cerca de 6 mil trabalhadores sob sua bandeira[1]. Afora essas grandes organizações, uma ampla constelação de associações de ofício, sindicatos, irmandades religiosas e sociedades mutualistas exibia a pluralidade de formas associativas ativas em defesa dos direitos dos trabalhadores nessas cidades, também por meio de ações políticas (Castellucci, 2010b; Mac Cord, 2010).

Nem contra o Estado, nem indiferentes aos jogos de poder, os artistas organizados buscaram se postar no novo regime enquanto parte da comunidade política, entendiam-se como agentes promotores da ordem republicana e conseguiram ser eleitos em diversas ocasiões para postos nos legislativos municipais e estaduais. Eram homens versados nas tradições associativas dos tempos da monarquia e, muitos deles, antigos militantes dos movimentos abolicionista e republicano. Estavam, portanto, habituados tanto às negociações de camarilha nos corredores de palácios quanto ao frenesi das manifestações de rua. Como veremos, esse foi um capital valioso para que esses grupos conquistassem cadeira cativa nos estratos intermediários da política estadual mesmo em cenários de alternância oligárquica.

Os artistas manuais que apresentamos aqui eram, em sua grande maioria, negros e pardos, assim como a maior parte da classe trabalhadora nos dois estados. O perfil racial de indivíduos e grupos impactava as formas como eles experenciavam a política, principalmente em uma época de expansão e livre circulação das ideologias de discriminação racial, e essa é uma das contribuições incontornáveis das pesquisas em História Social no pós-abolição. As análises da área apresentam novas interpretações e vêm expandindo o conhecimento sobre práticas e itinerários da cidadania política na Primeira República. Os estudos de Carolina Dantas sobre Monteiro Lopes, o primeiro líder político negro eleito deputado federal com uma plataforma de defesa dos "homens de cor" e dos operários, são expressivos do potencial do campo. Lopes era um fenômeno das urnas, mas, mesmo vitorioso nas eleições de 1904 e 1905 no Rio de Janeiro, foi obstado pela degola e não foi diplomado. Só conseguiu assumir a deputação federal em 1909, quando outra ameaça de interdição de sua diplomação foi vencida pela pressão de uma imensa onda de mobilização popular por meio de comícios e manifestações públicas de associações negras e operárias por todo o país (Dantas, 2010, 2014). Com o olhar calibrado para esse universo associativo em movimentação eleitoral no Rio de Janeiro, Leonardo Pereira mostrou como clubes dançantes e carnavalescos eram cotejados por grandes líderes políticos da República, como Hermes da Fonseca e Paulo de Frontin (Pereira, 2017).

Na senda da produção recente é possível perceber essa pactuação política nas festas e nos barracões das associações recreativas. E pode-se ir além. Na busca por uma comunidade política mais diversa é possível notar o recorrente encontro entre os rituais políticos e os do candomblé. Em Salvador, como mostram Gabriela Sampaio e Wlamyra Albuquerque, "se

alguém quisesse se eleger, teria muitos votos se um pai ou mãe de terreiro fizesse a indicação do candidato aos seus seguidores", e muitos homens eminentes, até mesmo um senador da República, procuravam o apoio das lideranças religiosas e, também, as bênçãos e proteções dos orixás (Sampaio e Albuquerque, 2021: 201). O literato Joaquim Carneiro Vilela escreveu que, em Recife, "as feitiçarias da bacia e do cachimbo" eram "auxiliares poderosas da política". Segundo ele, os candomblés da cidade eram frequentados por deputados no início do século XX[2]. Já em 1892 a cidade havia eleito para a Intendência Municipal o pai de santo abolicionista e republicano João Carolino do Nascimento, mais conhecido como Casaca de Couro, apelido que remetia a seu ofício de mestre seleiro[3].

São modalidades de engajamento que aconteciam muitas vezes pautadas por práticas que escapavam ao roteiro de um imaginário cívico derivado do que Renato Lessa batizou de "demiurgia institucional" (Lessa, 2012). Esse universo de mobilização e participação era satirizado por crônicas na imprensa da época e foi ignorado por muito tempo pela historiografia, no entanto era um elemento constituinte do universo de competição política nas cidades e funcionava sob os auspícios e interesses de estadistas renomados.

As formulações de Paolo Ricci e Jaqueline Zulini sobre o funcionamento das eleições do período orientam os estudos do campo para uma agenda de releitura de alguns desses aspectos. Há especial ênfase em relação à abordagem da fraude eleitoral, que merece ser "entendida por além do tema do desvirtuamento da verdade" das urnas, nesse caso, sendo percebida como indício do "modo de competir em voga naquele momento" (Ricci e Zulini, 2014: 466). Trata-se de elemento manifesto da existência de competição eleitoral. Essa perspectiva permite reavaliar, por exemplo, uma batida policial ocorrida em Recife na casa de uma feiticeira chamada Otília Jesus, onde as autoridades encontraram "14 livros de títulos eleitorais", alguns "já fora dos canhotos", além de cachimbos, pandeiros e maracas. A ação policial serviu para descortinar que a casa daquela "crioula moça" se havia convertido em sede da comissão de alistamento eleitoral[4].

Esse fato permite-nos constatar que pessoas à margem da cidadania política e dos domínios do sistema representativo podiam ser não apenas operadoras de suas dinâmicas internas mas também agentes de sua construção.

Os artífices de nosso estudo participaram ativamente da construção dessas teias políticas. Eles constituíam a fração mais qualificada e economicamente bem situada do operariado, ainda que posicionada no polo oposto da pirâmide socioeconômica em relação aos grupos oligárquicos. Do ponto de vista político, as relações e negociações entre trabalhadores e oligarcas variavam contextualmente, mas eram sempre atravessadas por interesses eleitorais mútuos, executados por intermédio de estratégias próprias e com base em

lógicas que contrariavam o vínculo fático da submissão ou da dominação. Além disso, tanto na Bahia quanto em Pernambuco, as relações político-eleitorais entre os trabalhadores e as elites datavam do Império, não sendo incomum encontrar alguns daqueles personagens nas tramas do início da República.

AGENDAS E ESTRUTURAS DE MOBILIZAÇÃO

Organizados em um arquipélago associativo, os trabalhadores de Pernambuco e da Bahia enfrentaram o mesmo desafio nos primeiros anos republicanos: articular sua diversidade interna em um projeto político de classe. Foram tempos marcados pelo dissenso; as desavenças entre os artistas eram públicas, mas acabavam por exibir uma refinada compreensão dos princípios fundamentais do sistema representativo e das possibilidades abertas em seu bojo. O maior entrave surgia da dificuldade de conciliar a democracia interna com a necessidade de se chegar a um consenso sobre quais trabalhadores seriam alçados a representantes de classe, uma ambição de representação que não se limitava aos artífices dos mais diversos ofícios artesanais, mas estendia-se aos operários das manufaturas e fábricas, majoritariamente desprovidos de direitos políticos e submetidos a rígida disciplina e vigilância patronal, condições de trabalho mais duras e salários inferiores aos dos artistas.

Com os ares de eleições primárias, a escolha dos representantes constituía uma etapa prévia da cidadania política que era gestada nos círculos operários, momentos em que os grupos rivais disputavam tanto a hegemonia interna da organização quanto as chances de galgar postos de eleição popular[5]. Nas diversas reuniões e assembleias das associações envolvidas, a participação era supostamente franqueada mesmo a trabalhadores sem o direito constitucional ao voto, que poderiam manifestar-se contra ou a favor de determinado candidato, bem como se posicionar sobre pautas e estratégias relacionadas às venturas eleitorais do grupo.

Em meados de 1890, o Partido Operário da Bahia já se organizava em uma singular estrutura composta de um diretório central e comissões paroquiais em 13 distritos urbanos e rurais de Salvador, além de várias cidades do Recôncavo[6]. No mesmo período, a Liga Operária Pernambucana promoveu reuniões nas sedes de diversas associações de ofício[7]. Em Recife, chama atenção que esses eventos não se restringiam ao universo masculino dos trabalhadores. A Liga investia na filiação de mulheres operárias "das fábricas de tecido e de luvas, camisarias, chapelarias, e de outras oficinas e casas de moda". Havia o interesse de que elas pudessem formar uma "comissão diretora dentre as associadas para gerir os negócios internos do grêmio" e "tratarem sobre os interesses de parte das classes obreiras". Esse envolvimento com a condição operária feminina expressou-se no programa eleitoral divulgado em julho de 1890, no qual se defendia a luta pela "redução de horas de trabalhos para as mulheres e aumento de salário"[8].

Reuniões foram realizadas, panfletos distribuídos e publicações estampavam as páginas da imprensa afirmando que os trabalhadores estavam em campo e iriam colocar os seus nomes nas cédulas das primeiras eleições republicanas. No entanto, chegado o momento quando o Partido Operário da Bahia anunciou a sua chapa em assembleia, diversos dirigentes das comissões paroquiais sentiram-se traídos porque não haviam sido consultados. Acusaram o presidente do partido, o alfaiate Elysiario da Cruz, de tramar "secretamente [...] procurando proteger os seus amigos políticos e não a sua classe"[9]. O conflito propagou-se de tal forma em divisão interna que as candidaturas do grupo nos pleitos legislativos de 1890 e 1891 foram embargadas, mas isso não impediu a participação dos operários na organização das disputas eleitorais na capital baiana.

Bem organizados e com invejável capilaridade por toda a mancha urbana de Salvador, os membros do Partido Operário da Bahia tiveram papel fundamental na estruturação dos pleitos eleitorais naqueles anos. Inúmeros artesãos filiados ao agrupamento foram designados para compor as mesas eleitorais e, em 1892, os líderes do Partido ficaram responsáveis por organizar o processo de alistamento eleitoral em freguesias estratégicas e importantes paróquias da cidade. A direção e a execução desses encargos fundamentais para a instauração da nova ordem política eram evidência do prestígio dos operários. O grupo, no entanto, só iria conseguir alçar voos mais altos enquanto força política a partir de 1893, quando os desentendimentos internos seriam postos de lado para a fusão do Partido Operário e da União Operária e a fundação do Centro Operário da Bahia, ainda que os conflitos internos envolvendo as lideranças do pedreiro mestiço Domingos Silva e do alfaiate pardo Ismael Ribeiro dos Santos sobrevivessem à unidade organizacional (Castellucci, 2010c).

Em Pernambuco houve alguma cizânia em relação ao nome do pintor Jeronimo Telles Junior, eleito para a primeira legislatura estadual republicana pela chapa do Partido Autonomista[10]. A agremiação deodorista impôs monocraticamente o nome do artista, sem diálogo com a Liga Operária de Pernambuco, motivando alguma censura por parte da "classe artística". Todavia, a aparente animosidade com o pintor não foi suficiente para impedir que ele se coligasse à Liga Operária Pernambucana, o que de fato aconteceu passado o calor das eleições estaduais.

Ao se aproximarem de Telles Junior e do Partido Autonomista, os artífices conseguiram pautar a discussão e a votação de "um decreto para fixar em oito o número de horas de trabalho aos operários e artistas". O projeto foi apresentado "em nome da Liga Operária de Pernambuco" diante de "galerias [ocupadas] por grande número de artistas e operários" e aprovado na Câmara, mas acabou sendo rejeitado no Senado Estadual[11]. A proposta das oito horas foi ao mesmo tempo uma demarcação de afinidade programática entre os artistas pernambucanos e o movimento internacional de trabalhadores e também uma experimentação de possibilidades

da arena parlamentar. Do púlpito e das galerias do legislativo eles vocalizaram mais alto suas urgências, porém sem reverberação diante da correlação de forças políticas que se apresentava com poder de veto. A partir de então foram mais comedidos nas intervenções de plenário.

Nas campanhas para as eleições seguintes, no entanto, o grupo manteve a pauta das oito horas em seus programas, que também incluíam reivindicações como o estabelecimento de "indenizações nos acidentes de trabalho", "instrução científica e profissional para todas as crianças", "igualdade de salário, em igual trabalho, para os trabalhadores dos dois sexos", entre outras propostas[12]. E com essa plataforma conseguiram eleger ainda outros representantes nas eleições para o Conselho Municipal e a Assembleia Estadual até o fim daquela década.

É provável que essas vitórias tenham sido produto da atuação e das propostas dos artífices diante de um eleitorado formado em grande parte por trabalhadores. Contudo, considerando-se as acusações realizadas na imprensa, é possível pensar que outros aspectos influenciaram nos resultados dos pleitos para além da aderência ideológica e da identificação de classe. Por ocasião da disputa para o legislativo municipal de 1891, foi noticiado que agentes da força pública visitaram as casas de eleitores na véspera da votação ameaçando com prisão quem não votasse no governo e distribuindo uma lista de candidatos que incluía o nome do representante da Liga que se saiu vitorioso na ocasião, o mestre pedreiro José Antonio Vieira da Cunha[13]. Na mesma eleição, só que para a cidade vizinha, a Liga Operária Olindense foi apontada como operadora de um esquema de compra de votos, sendo acusada de receber 800 mil-réis "para dividir com seus eleitores e votar na chapa governista"[14]. É mesmo possível que alguns membros da Liga Operária estivessem imbricados nas tramas de fraude eleitoral cometidas pelos grupos oligárquicos dominantes a ponto de serem beneficiados eleitoralmente. No entanto, isso não representava lealdade cega por parte da Liga. No ano seguinte, os Deodoristas do Partido Autonomista foram abruptamente sacados do poder em Pernambuco, até mesmo com a anulação das eleições de 1891, e a Liga apresentou seus candidatos na chapa dos republicanos históricos, então Florianistas, garantindo que o perfumista Rocha Samico se elegesse deputado estadual com onze mil votos. Como iremos evidenciar, era no contexto de conflitos oligárquicos que os operários auferiam maiores dividendos eleitorais.

Com exceção dos pleitos de 1902 e 1913, quando os artistas Olavo José de Almeida e Prediliano Pereira Pitta, respectivamente, disputaram uma vaga de deputado estadual, em geral os trabalhadores baianos não tentaram ocupar espaço no legislativo estadual e federal[15]. A complexidade da geografia política da Bahia era tracejada pela maior diversidade de suas zonas econômicas regionalizadas, e cada assento no legislativo estadual era negociado a peso de ouro em acordos de governabilidade costurados entre os clãs do Recôncavo, da Zona do Cacau, do Vale do São Francisco, das Lavras Diamantinas e, finalmente, da própria capital

(Pang, 1979: 68). Sem cacife para peitar os potentados estaduais, os trabalhadores sentaram praça no âmbito municipal e montaram uma máquina política especializada em conquistar cargos distritais e municipais, abocanhando repasses do governo na forma de subvenções estatais e isenções de impostos e mantendo uma estrutura associativa multifuncional com ações mutualistas, sindicais, educacionais e político-eleitorais.

Estrategicamente retraídos nos planos estadual e federal, o Partido Operário, a União Operária Baiana e o Centro Operário da Bahia conseguiram grande sucesso nos pleitos para a Justiça de Paz e o legislativo de Salvador nas três primeiras décadas republicanas. A organização apresentou candidaturas próprias e/ou em aliança com os partidos e chapas das oligarquias em todas as eleições distritais e municipais entre 1892 e 1919. As nominatas operárias refletiam tanto as divisões internas das entidades quanto as alianças políticas que esses grupos rivais faziam com os políticos tradicionais, não sendo incomum que em certos pleitos diferentes membros do Centro Operário aparecessem em chapas concorrentes às eleições.

Apesar dos conflitos que consumiam a organização internamente, já na eleição de 1892 o Partido Operário conseguiu eleger o ferreiro mestiço Francisco Luiz Azevedo para o Conselho Municipal e os artistas Francisco Salles dos Santos e João José de Santana para a Justiça de Paz dos distritos da Sé e Pirajá, respectivamente. Além disso, outros seis membros da organização foram eleitos para outras Juntas Distritais[16].

O segundo pleito municipal de Salvador sob a República ocorreu em 1896, três anos depois da unificação das fações no Centro Operário. O pedreiro mestiço Domingos Silva, presidente da organização, cumpriu papel destacado na propaganda do alistamento eleitoral dos trabalhadores, chegando a divulgar um modelo de petição a ser encaminhado pelos operários à junta de qualificação[17].

Dessa vez o Centro Operário apresentou cinco candidaturas operárias ao Conselho Municipal e outras 18 para a Justiça de Paz e as Juntas Distritais[18]. Vários operários da associação concorreram por meio de chapas avulsas ou dos partidos Republicano Federalista e Republicano Constitucional[19]. Os cinco membros do Centro Operário que se candidataram ao Conselho Municipal só conseguiram votos para ficar na suplência. Um ano depois do pleito, porém, sete conselheiros federalistas e constitucionais renunciaram a seus cargos em meio a uma crise política, abrindo espaço para a convocação dos artistas Domingos Silva, José Pereira de Lacerda, Ismael Ribeiro dos Santos, Elysiario Elysio da Cruz e Prediliano Pereira Pitta, que tomaram posse declarando que o faziam na qualidade de "representantes da classe operária". Um sexto artista, Manuel Querino, que se havia candidatado pelo Partido Republicano Federalista, também foi beneficiado pela ampla vacância no legislativo de Salvador e tomou posse ao lado de seus companheiros de classe[20].

Em 1897 os artistas Prediliano Pitta e Manuel Querino se reelegeram e foram empossados no Conselho Municipal, ainda que o alfaiate Ismael Ribeiro e o pedreiro Domingos Silva

(presidente do Centro Operário), candidatos derrotados, tenham tentado anular os resultados do pleito alegando fraude[21]. Nas eleições de 1899 seis artistas da máquina operária se candidataram a novos mandatos no legislativo da comuna, mas apenas Prediliano Pitta conseguiu ser bem-sucedido. Além disso, o Centro Operário conseguiu eleger quatro artífices para as Juntas Distritais e oito para a Justiça de Paz[22].

A partir da eleição municipal de 1903 os conflitos internos se intensificaram no Centro Operário, guardando relação direta com as alianças das facções operárias com setores oligárquicos em suas disputas político-eleitorais. Como resultado, o pedreiro Prediliano Pitta e o alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos elegeram-se conselheiros municipais com o apoio do Partido Republicano da Bahia e do artista Fernando da Costa Bastos, presidente da organização operária. Já o pedreiro Domingos Silva e o alfaiate Elysiario da Cruz, que perderam a direção do Centro Operário, não conseguiram votos suficientes para ocupar uma cadeira no legislativo de Salvador[23]. A mesma lógica repetiu-se na eleição para a Justiça de Paz, já que apenas dois dos dez artistas eleitos eram do grupo de Domingos Silva: o alfaiate Aurelio Cardoso e o tipógrafo Paulino dos Santos Piedade[24].

Em 1907 o artista Prediliano Pitta se elegeu para o Conselho Municipal e prometeu, em seu ato de posse, atuar como "representante mais direto do povo" e solicitar do Congresso Nacional a aprovação de uma lei de acidentes de trabalho[25]. Em sintonia com a conjuntura nacional, marcada pelos conflitos sangrentos derivados do salvacionismo, no pleito municipal de 1911 houve duplicata de poderes e o Centro Operário não conseguiu eleger nenhum titular para o Conselho, mas a máquina política operária ainda garantiu posição para 12 juízes de paz, nove deles titulares[26].

A dinâmica foi diferente no Recife. Em 1897 a Liga Operária desvaneceu após anunciar reunião para a organização de "um novo partido baseado nos princípios do socialismo"[27]. O momento era de transformação política em Pernambuco, os conturbados anos iniciais da República desaguaram em conflitos fratricidas com episódios de prisão e derramamento de sangue de tradicionais líderes políticos locais (Cavalcanti, 2014). Ciosos da imposição de uma rotina institucional, diversos chefes políticos da capital e do interior agruparam-se em torno de um antigo representante do "Partido da Ordem", o conselheiro Francisco de Assis Rosa e Silva. Foi o início da oligarquia rosista, uma das mais sólidas da época, lastreada na habilidade de seu prócer em, do Distrito Federal, controlar os cordéis de poder pela linha do telégrafo distribuindo cargos, equilibrando divergências entre aliados e fechando o cerco à oposição. Entre os anos finais da década de 1890 e 1911, os oposicionistas não fizeram sombra, o grau de competição eleitoral esgotou-se a tal ponto que, nas eleições para o governo do estado em 1900, os grupos contrários ao rosismo nem sequer apresentaram "alguma candidatura lírica de protesto" (Porto, 1986: 209).

Diante do esvaziamento dos pleitos e do arrefecimento das estruturas de mobilização eleitoral no Recife, os trabalhadores organizados viram esmorecer os planos de representação

direta. Naquela primeira década do século XX elegeram apenas um conselheiro municipal em 1905. Todavia, isso não significou o definhamento da estrutura organizativa dos trabalhadores pernambucanos; pelo contrário, membros da extinta Liga Operária fundaram o Centro Protetor dos Operários em 1900, e a associação destacou-se por sua atuação na mediação de dezenas de movimentos grevistas ao longo dos anos seguintes. Ocupou-se também da prestação de assistência previdenciária e da oferta de uma série de serviços educacionais e recreativos, além de manter jornal próprio e uma estrutura eleitoral que era eventualmente acionada.

Com milhares de filiados na capital e no interior, o Centro Protetor tornou-se a principal entidade do movimento operário em Pernambuco, e a ascensão do grupo deu-se sob enunciada proteção dos governadores rosistas[28]. Os chefes do executivo poderiam ser encontrados tanto sentados na primeira fila dos festejos de Primeiro de Maio que eram organizados pelo grupo quanto em mesas de negociação dos movimentos grevistas[29].

Sintomático que, em novembro de 1906, eles tenham corrido ao governador quando quatro grevistas foram presos após sarilho com a polícia em meio a uma greve geral sem precedentes que, após dez dias, havia deixado Recife em grave situação de desabastecimento. Na ocasião os líderes do Centro foram recebidos pelo governador Sigismundo Gonçalves, tiveram o pedido de soltura dos manifestantes atendido e discursaram para a multidão que os acompanhava da própria sacada do palácio do governo[30]. Sobre os trabalhadores detidos, importa observar, três eram pretos e um pardo, todos alfabetizados. Um deles, Samuel Vieira, pedreiro e dirigente do Centro, levava nos bolsos um texto manuscrito com a oração de Clotilde contra São Cipriano, também conhecida como "Oração da perpétua proteção", mas também carregava consigo o título eleitoral. É de se supor que o papel que atestava sua cidadania política lhe afiançava uma camada terrena de proteção diante de dinâmicas conturbadas como as daqueles dias[31].

ALFABETIZAR TRABALHADORES, CRIAR NOVOS ELEITORES

A alfabetização dos operários era uma preocupação comum às associações em Pernambuco e na Bahia. Os cursos noturnos oferecidos aos trabalhadores serviam ao pronunciado propósito de elevação da classe pela educação. Não obstante, diante de uma lei eleitoral que exigia alfabetização para o gozo dos direitos políticos, essas iniciativas também se voltavam à multiplicação de eleitores e ao fortalecimento político das próprias associações.

Em sua *Constituição* publicada em 1894, o Centro Operário da Bahia estabelecia como um de seus objetivos a criação e oferta de cursos "primário", "secundário", "acessório" e "técnico", mostrando a preocupação daqueles militantes sociais com a instrução enquanto mecanismo de aperfeiçoamento profissional e aquisição de cidadania política[32].

No relatório de 1900 do Centro Operário, o alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos destacou que já não era possível realizar a "separação de castas, como na antiga Índia, nem de classes como no Império Romano", pois o "proletariado" estava "plenamente convencido de que ele é igual em tudo à outra parte da sociedade, aos outros homens, que possui a mesma alma imortal, sopro e imagem de Deus, os mesmos sentimentos morais, a mesma matéria". Os "privilégios sociais" e os "preconceitos torpes" eram "barreiras levantadas pelo Erro e pelo Crime contra a dignidade humana". Sendo assim, os trabalhadores deveriam ter "o mesmo lugar no banquete social" e apenas a "Instrução e a Virtude" deveriam marcar seu "lugar no festim da vida".

Na seção dedicada às escolas da associação, o diretório informava que as aulas do sexo masculino já se encontravam em funcionamento e que a "escola elementar do sexo feminino", destinada às filhas dos consócios, seria criada "na primeira oportunidade". O documento afirmava categoricamente que a instrução era uma "estrela de vívido fulgor que conduz o homem ao porto da felicidade e aproxima-o dessa perfectibilidade sonhada por todos os grandes pensadores da humanidade". Com a instrução seria possível "ir devastando a seara brava dos preconceitos, que tanto tem impedido e estorvado a marcha das ideias livres tendentes ao nosso bem-estar"[33].

Com efeito, ao longo dos anos, as escolas primárias do Centro Operário em Salvador formaram grande número de indivíduos habilitados ao exercício do voto. Em 1903 a associação já tinha 132 alunos matriculados em suas aulas[34]. A iniciativa estendeu-se por pelo menos duas décadas, com tendência de crescimento da procura ano após ano. Em relatório de 1920, o Diretório da organização registrou que suas escolas continuavam funcionando em 1919 "com o mesmo vigor na formação do caráter do homem, dotando-o de uma inteligência cultivada, tornando-o capaz de dirigir-se e ajudar-se a si mesmo e desenvolver a sua atividade, a sua arte, as suas aptidões". Naquele ano, cerca de 270 alunos estavam matriculados em suas aulas[35].

Em Pernambuco, o único representante legislativo do Centro Protetor dos Operários eleito na primeira década do século XX foi justamente um professor de música que lecionava nos cursos da entidade. Flaviano Martins, que saiu candidato na chapa rosista, foi eleito conselheiro municipal em 1904. Martins propunha uma comissão interna de auxílio ao alistamento para transformar todos os associados do Centro em eleitores, em uma proposta combinada com "as aulas noturnas [...] gratuitas e destinadas ao proletariado"[36]. É importante pontuar que o mandato de Martins tinha a sua peculiaridade, era conduzido por meio de uma gestão colegiada, algo talvez próximo do que Edmund Burke, criticamente, chamava de "mandato imperativo". Na imprensa podem ser lidas atas de reunião do Centro em que eram debatidos projetos legislativos, como a proposta de fundos de financiamento para a construção de habitações operárias, que foram depois apresentados por Flaviano Martins no Concelho Municipal[37]. Debatia-se mesmo como o representante deveria votar em relação a algumas propostas em trânsito[38].

EPÍLOGO: GREVES E SALVACIONISMO

O Centro Protetor dos Operários só voltou a ocupar um assento no legislativo estadual após atuar intensamente na campanha eleitoral mais acirrada da Primeira República em Pernambuco, a eleição para governador disputada entre o General Dantas Barreto e o Conselheiro Rosa e Silva. O pleito ocorrido em 1911 foi um dos episódios mais destacados do salvacionismo. Para desbancar a estável oligarquia rosista, Barreto, então ministro da Guerra de Hermes da Fonseca, mobilizou uma avassaladora campanha de rua que, além de promover comícios e passeatas, enveredou-se por conflitos armados na capital durante os dias anteriores e posteriores à votação. Os dantistas sabiam que, além de obterem uma votação ampla o suficiente para inibir manobras de agentes eleitorais alinhados à Rosa e Silva, deveriam criar um ambiente insustentável para que o oligarca, em caso de vitória, não conseguisse assumir o posto. E foi o que aconteceu. Derrotados nas urnas, os dantistas contestaram o veredito da eleição que, decerto, foi concebido sob fraude sistêmica. Entretanto, só conseguiram reverter os resultados eleitorais após semanas de conflitos entre as forças de segurança de Pernambuco e tropas do exército auxiliadas por colunas populares, como o chamado "34º descalço", batalhão constituído de jovens gazeteiros armados que montaram barricadas no centro da cidade (Zacarias, 2017: 160).

Nesse pleito os principais líderes do Centro Protetor dos Operários encamparam a candidatura do general, com destaque para os operários das estradas de ferro, categoria mais numerosa entre os associados do Centro. O fervor patriótico salvacionista soava bem a esses trabalhadores que ainda amargavam ressentimento pela atuação dos governos estadual e federal durante a grande greve da *Great Western* em 1909. Na ocasião, milhares de operários cruzaram os braços contra a empresa britânica que administrava a maior parte das linhas férreas de Pernambuco. Eles protestavam contra a diferença salarial e de tratamento entre trabalhadores brasileiros e ingleses. As manifestações grevistas revestiram-se de inflamado tom nacionalista a tal ponto que o cônsul inglês no Recife, movido por "grande inquietação" diante do "sentimento antibritânico", telegrafou ao chanceler brasileiro, o Barão do Rio Branco, informando que havia solicitado à Coroa "a vinda de alguns vasos de guerra para proteção dos interesses britânicos" e a garantia de segurança aos súditos ingleses[39]. Não foi necessário acionar a Armada britânica, pois antes Miguel Calmon, ministro da Viação, colocou forças federais à disposição para a dispersão da greve e o governo do estado ordenou que a polícia agisse com "máxima força" contra os "arruaceiros"[40]. Dois anos após esses incidentes, os funcionários da *Great Western* de vários ramais do estado paralisaram seus serviços e conduziram "trens especiais" para manifestar apoio ao general em Recife[41].

Sem o controle da máquina eleitoral no estado, os dantistas entenderam que era fundamental o apoio da classe operária, tanto por seus votos quanto por seu potencial de mobilização.

O maior financiador da campanha de Dantas Barreto, o empresário Frederico Lundgren, anunciou nos jornais estar disposto a contratar em sua fábrica têxtil "todos os eleitores operários de Tecidos que tiverem sido dispensados pelo motivo de não [ter] querido subordinar-se a pressões políticas". No mesmo anúncio, Lundgren afirmava que ele e os "857 trabalhadores" da Fábrica de Tecidos Paulista declaravam "solidariedade com a candidatura do general". Poucos meses após a eleição, o governo mobilizou 135 praças de cavalaria da polícia e da infantaria do exército para coibir uma ameaça de greve na mesma fábrica[42]. Em 1913, o próprio Frederico Lundgren elegeu-se deputado estadual com o voto de seus 1.600 operários. Em seguida, demitiu metade dos trabalhadores e reduziu os salários dos que foram mantidos na fábrica (Zacarias, 2017: 142)[43].

Na mesma chapa dantista que elegeu Lundgren também constava o nome de João Ezequiel, o mais proeminente líder operário de Pernambuco naquele momento. O tipógrafo socialista negro era orador do Centro Protetor dos Operários e tornou-se um tipo de tribuno popular do dantismo. Escolheu quem lhe garantiu carreira vitoriosa doravante. Desse modo, viveu os últimos anos de vida enquanto representante operário no legislativo, tendo sido eleito duas vezes para a Assembleia Estadual e uma vez para o Conselho Municipal. Seu primeiro ato enquanto deputado estadual foi convocar "uma grande reunião operária" para "ouvir seus companheiros de trabalho antes de sua entrada no seio do Congresso Estadual"[44]. Doze associações fizeram-se presentes naquela ocasião, depois vieram outras reuniões e o tipógrafo acostumou-se a levar seu gabinete para as sedes de sindicatos, montepios, associações beneficentes.

Na Bahia também houve uma onda de greves de ferroviários em 1909, e foi nas oficinas da ferrovia, na cidade de Alagoinhas, que J. J. Seabra lançou a Junta Baiana Pró-Hermes. No evento que praticamente inaugurou o salvacionismo no estado, Seabra estava ladeado pelos líderes grevistas e entoou discurso com forte tom antioligárquico (Sarmento, 2009: 88). Os conflitos trabalhistas daquelas greves receberam grande atenção da imprensa partidária e foram assimilados à disputa de poder da campanha presidencial de 1910 (Souza, 2011: 105-157).

A notável adesão popular ao salvacionismo ainda carece de atenção da historiografia. A breve exposição que fizemos tem feitio de epílogo e sumariza lógicas de participação política apresentadas ao longo do texto. Os trabalhadores organizados mobilizavam-se eleitoralmente em torno de interesses próprios, eram cotejados por setores das oligarquias, podiam ser decisivos para os resultados dos pleitos e conseguiam eleger representantes legislativos. Esses aspectos devem ser compreendidos como parte de uma cultura política que dinamizou a disputa eleitoral nos centros urbanos durante a Primeira República e relacionam-se a uma agenda coletiva de pesquisa histórica em plena expansão e que "tem retomado o período numa chave distinta daquela que o consagrou como a República 'Velha'" (Gomes e Abreu, 2009: 1).

Conflitos de interesse: nada a declarar.
Fonte de financiamento: nenhuma.
Contribuições dos autores: Souza, F. A.: Administração do Projeto, Análise Formal, Conceituação, Curadoria de Dados, Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição. Castellucci, A. A. S.: Administração do Projeto, Análise Formal, Conceituação, Curadoria de Dados, Escrita – Segunda Redação, Escrita – Revisão e Edição.

Notas

1 *A República*, Recife, 8 jun. 1912.

2 *A Província*, Recife, 13 out. 1903.

3 *Jornal do Recife*, Recife, 8 mar. 1892, p. 2.

4 *Jornal Pequeno*, Recife, 20 abr. 1903, p. 1.

5 Para o caso de Pernambuco, conferir a "grande assembleia" dos membros da Liga Operária Pernambucana para escolher seu diretório e, posteriormente, nova reunião de "comissões de oficinas e grupos de operários" para a "eleição prévia de candidatos" (*A Época*, Recife, 20 abr. 1890, p. 1; *A Época*, Recife, 7 ago. 1890, p. 1). Para o caso da Bahia, conferir "Ao independente eleitorado da capital da Bahia", *Jornal de Notícias*, Salvador, 27 fev. 1896, p. 2; "Centro Operário", *Diário da Bahia*, Salvador, 17 set. 1903, p. 1; "Às classes operárias. Ao independente eleitorado do município da capital", *Jornal de Notícias*, Salvador, 31 out. 1903, p. 3.

6 "Partido Operário", *Pequeno Jornal*, Salvador, 21 jan. 1891, p. 2.

7 *Diário de Pernambuco*, Recife, 7 maio 1890, p. 2; *A Província*, Recife, 18 jun. 1890, p. 2; *A Época*, Recife, 7 ago. 1890. Para além dos grupos que atuaram na esfera eleitoral, Marcelo Mac Cord escreveu detalhadamente sobre a reinvenção da vida associativa pernambucana nos primeiros anos republicanos (Mac Cord, 2016).

8 *Jornal de Recife*, Recife, 18 jun. 1890, p. 2; *A Província*, Recife, 18 jun. 1890, p. 2; *Gazeta dos Operários*, Recife, 15 jul. 1890, p. 1.

9 "Partido Operário", *Pequeno Jornal*, Salvador, 21 jul. 1890, p. 2.

10 O Partido Autonomista congregava tradicionais políticos monarquistas e republicanos de última hora em torno de dois líderes: o abolicionista José Mariano Carneiro da Cunha e o Barão de Lucena, ministro e principal articulador político do governo Deodoro da Fonseca.

11 *Jornal do Recife*, Recife, 12 set. 1891, p. 2. A campanha das oito horas também foi abordada por Marcelo Mac Cord (Mac Cord, 2016).

CC BY

12 *Diário de Pernambuco*, Recife, 29 set. 1891, p. 3; *Jornal do Recife*, Recife, 3 jan. 1895, p. 3.

13 *Jornal do Recife*, Recife, 30 set. 1891, p. 3.

14 *Diário de Pernambuco*, Recife, 7 out. 1891, p. 3.

15 "Às classes operárias, ao brioso eleitorado da capital", *Jornal de Notícias*, Salvador, 21 out. 1902, p. 2; "Manifesto ao corpo eleitoral da Capital da Bahia", *Jornal de Notícias*, Salvador, 4 jan. 1913, p. 3.

16 "Eleições municipais", *Jornal de Notícias*, Salvador, 17 jan. 1893, p. 2; "Juntas Distritais e Juizes de Paz", Salvador, 13 fev. 1893, p. 2.

17 "Aos operários", *Jornal de Notícias*, Salvador, 9 out. 1895; "Aos operários", *Jornal de Notícias*, Salvador, 11 out. 1895, p. 2.

18 "Eleições", *Jornal de Notícias*, Salvador, 24 fev. 1896, p. 2; "Ao independente eleitorado da capital da Bahia"; *Jornal de Notícias*, Salvador, 27 fev. 1896, p. 2.

19 "Aos nossos concidadãos", *Jornal de Notícias*, Salvador, 16 mar. 1896, p. 2; "Aos nossos concidadãos", *Jornal de Notícias*, Salvador, 18 mar. 1896, p. 2; "Aos nossos concidadãos", *Jornal de Notícias*, Salvador, 21 mar. 1896, p. 3.

20 "Conselho municipal", *Jornal de Notícias*, Salvador, 22 jun. 1896, p. 1; "Eleição municipal", *Jornal de Notícias*, Salvador, 27 mar. 1897, p. 1; "Eleição municipal", *Jornal de Notícias*, Salvador, 29 mar. 1897, p. 1; "Eleição municipal", *Jornal de Notícias*, Salvador, 30 mar. 1897, p. 1.

21 "Eleição Municipal", *Jornal de Notícias*, Salvador, 10 jul. 1897, p. 2; "Apuração eleitoral", *Jornal de Notícias*, Salvador, 30 jul. 1897, p. 1; "Eleições municipais", *Jornal de Notícias*, Salvador, 16 ago. 1897, p. 1; "Conselho municipal", *Jornal de Notícias*, Salvador, 20 ago. 1897, p. 2; "Conselheiros municipais", *Cidade do Salvador*, Salvador, 28 ago. 1897, p. 2.

22 "Eleição municipal", *Jornal de Notícias*, Salvador, 23, out. 1899, p. 2; "Eleição municipal", *Jornal de Notícias*, Salvador, 25 out. 1899, p. 1; "Eleição municipal", *Jornal de Notícias*, Salvador, 26 out. 1899, p. 1; "Eleição municipal", *Jornal de Notícias*, Salvador, 28 out. 1899, p. 1; "Para membros do Conselho Municipal", *Jornal de Notícias*, Salvador, 2 nov. 1899, p. 2; "Ao digno eleitorado da capital do estado", *Jornal de Notícias*, Salvador, 9 nov. 1899, p. 2; "Eleição municipal", *Jornal de Notícias*, Salvador, 10 nov. 1899, p. 1; "Eleição municipal", *Jornal de Notícias*, Salvador, 17 nov. 1899, p. 1; "Eleição municipal", *Jornal de Notícias*, Salvador, 20 nov. 1899, p. 1; "Eleição Municipal", *Jornal de Notícias*, Salvador, 21 nov. 1899, p. 1; "Eleição municipal", *Jornal de Notícias*, Salvador, 25 nov. 1899, p. 1; "Eleição municipal", *Jornal de Notícias*, Salvador, 6 dez. 1899, p. 1.

23 "O município", *Jornal de Notícias*, Salvador, 2 dez. 1903, p. 1; "Conselho municipal", *Diário da Bahia*, Salvador, 16 dez. 1903, p. 2.

24 "Conselho municipal", *Diário da Bahia*, Salvador, 9 jan. 1904, p. 2.

25 *Jornal de Notícias*, Salvador, 5 nov. 1907; *A Bahia*, Salvador, 7 maio 1908.

26 "Juizes de Paz", *Jornal de Notícias*, Salvador, 16 abr. 1912, p. 6; "Eleições", *Jornal de Notícias*, Salvador, 18 jul. 1912, p. 1.

27 *Jornal do Recife*, Recife, 30 jan. 1897, p. 5.

28 Nas eleições de 1906, um dirigente do Centro defendeu-se dos ataques da oposição que, após ver o operário ser incluído na chapa do governador Sigismundo Gonçalves, passou a atacá-lo, chamando-o de, entre outras injúrias, oportunista. Ele afirmou que: "a minha candidatura surgiu no seio do proletariado, em presença de cerca de 3.000 companheiros [...] que diariamente têm me prestado a sua adesão espontaneamente" ("Ao operariado", *Jornal do Recife*, Recife, 14 dez. 1906, p. 2).

29 *Jornal do Recife*, Recife, 20 set. 1905, p. 2; *Jornal do Recife*, Recife, 15 nov. 1904, p. 1; *A Província*, Recife, 6 maio 1906, p. 1; *A Província*, Recife, 3 maio 1902, p. 1; *A Província*, Recife, 2 maio 1902, p. 1; *Jornal do Recife*, Recife, 10 maio 1905, p. 2; *A Província*, Recife, 25 jan. 1902, p. 1. Ao fim do mandato do governador Gonçalves Ferreira, o Centro Protetor publicou na imprensa "sinceros agradecimentos pela maneira cativante com que sempre tratou os interesses da classe [...] dedicando a estes filhos do trabalho o máximo acatamento nas graves questões que o Centro Operário empreendeu quando havia mister julgar a causa dos oprimidos" (*Diário de Pernambuco*, Recife, 8 abr. 1904, p. 1).

30 *Diário de Pernambuco*, Recife, 11 nov. 1906, p. 1.

31 *Diário de Pernambuco*, Recife, 17 out. 1906, p. 1.

32 "Constituição do Centro Operário do Estado da Bahia", *Diário da Bahia*, Salvador, 8 jun. 1894, p. 2; *Diário da Bahia*, Salvador, 9 jun. 1894, p. 2; *Diário da Bahia*, Salvador, 8 jun. 1894, p. 2; Diário da Bahia, Salvador, 17 jun. 1894, p. 2.

33 *Relatório do Centro Operário da Bahia no Exercício Social de 6 de maio de 1899 a 31 de abril de 1900 apresentado pelo sr. Ismael Ribeiro, Presidente do Conselho Executivo e Aprovado em Assembleia Geral de 12 de agosto de 1900*. Bahia: Tipografia Passos, 1900.

34 *Relatório do Centro Operário da Bahia. Exercício Social de 6 de maio de 1902 a 30 de abril de 1903, apresentado pelo sr. Ismael Ribeiro, Presidente do Conselho Executivo e aprovado em sessão de Assembleia Geral de 3 de maio de 1903*. Bahia: Imprensa Moderna de Prudêncio de Carvalho, 1903.

CC BY

35 *Relatórios do Centro Operário da Bahia Apresentados pelo Coronel Eugenio Antonio Cardoso, Presidente do Conselho Executivo. Exercício de 1º de abril de 1919 a 31 de março de 1921*. Bahia: Tipografia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1921.

36 *Jornal do Recife*, Recife, 20 set. 1905, p. 1; *A Província*, Recife, 11 jan. 1906, p. 1.

37 *Jornal do Recife*, Recife, 19 abr. 1906, p. 1; *A Província*, Recife, 1 jun. 1906, p. 1.

38 *Jornal do Recife*, Recife, 27 set. 1905, p. 2; *Jornal do Recife*, Recife, 25 out. 1905, p. 2.

39 A correspondência diplomática foi publicada na íntegra anos depois em "Um documento inédito", *Diário de Pernambuco*, Recife, 24 mar. 1913, p. 1.

40 *Diário de Pernambuco*, Recife, 26 jan. 1909, p. 2; *A Província*, Recife, 24 jan. 1909, p. 1.

41 *A Província*, Recife, 29 out. 1911, p. 2.

42 *Jornal Pequeno*, Recife, 12 jan. 1912, p. 1.

43 Na época, com o voto aberto, o eleitor encontrava-se vulnerável a pressões econômicas para votar em seus patrões.

44 *Jornal do Recife*, Recife, 26 fev. 1913, p. 2.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, J. M. Os três povos da República. *Revista USP*, São Paulo, n. 59, p. 96-115, 2003. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i59p96-115.

CARVALHO, J. M. *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CASTELLUCCI, A. A. S. Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890–1930). *Afro-Ásia*, [*S.l.*], n. 41, p. 85-131, 2010a. https://doi.org/10.9771/aa.v0i41.21199.

CASTELLUCCI, A. A. S. A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia (1832–1930). *Revista Mundos do Trabalho*, v. 2, n. 4, p. 40-77, 2010b. http://dx.doi.org/10.5007/1984-9222.2010v2n4p40.

CASTELLUCCI, A. A. S. Política e cidadania operária em Salvador (1890–1919). *Revista de História*, São Paulo, n. 162, p. 205-241, 2010c. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i162p205-241.

CAVALCANTI, H. S. *Quem é o dono da República em Pernambuco?* Disputas de poder e o governo Barbosa Lima (1889–1896). 2014. 236 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

DANTAS, C. V. Monteiro Lopes (1867–1910), um "líder da raça negra" na capital da república. *Afro-Ásia*, [*S.l.*], n. 41, p. 167-209, 2010. https://doi.org/10.9771/aa.v0i41.21201.

DANTAS, C. V. Eleições e mobilização negra: o caso das viagens de Monteiro Lopes pelo Brasil (1909–1910). *In*: ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe; MONSMA, Karl; LONER, Beatriz. (Org.). *Histórias do pós-abolição no mundo Atlântico: identidades e projetos políticos*. Niterói: EDUFF, 2014. v. 1, p. 97-118.

GOMES, Â. C.; ABREU, M. A nova "Velha" República: um pouco de história e historiografia. *Tempo*, Niterói, v. 13, n. 26, p. 1-14, 2009.

HASKELL, T. L. *Objectivity is not Neutrality*: explanatory Schemes in History. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1998.

LESSA, R. Modos de fazer uma República: demiurgia e invenção institucional na tradição republicana brasileira. *Análise Social*, Lisboa, v. 47, n. 204, p. 508-531, 2012.

MAC CORD, M. Redes de sociabilidade e política: mestres de obras e associativismo no Recife oitocentista. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 109-125, 2010. https://doi.org/10.5007/1984-9222.2010v2n4p109.

MAC CORD, M. Direitos trabalhistas em construção: as lutas pela jornada de oito horas em Pernambuco, 1890–1891. *Tempo*, Niterói, v. 22 n. 39, p. 175-195, 2016. https://doi.org/10.20509/TEM-1980-542X2016v223908.

PANG, E.-S. *Coronelismo e oligarquias, 1889–1934*: a Bahia na Primeira República brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PEREIRA, L. A. M. A dança da política: trabalhadores, associativismo recreativo e eleições no Rio de Janeiro da Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 37, n. 74, p. 63-88, 2017. https://doi.org/10.1590/1806-93472017v37n74-03.

PORTO, J. da C. *Os tempos da República Velha*. Recife: FUNDARPE, 1986.

RICCI, P.; ZULINI, J. P. Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 443-479, 2014. https://doi.org/10.1590/0011-5258201414.

SAMPAIO, G. R.; ALBUQUERQUE, W. R. *De que lado você samba?* Raça, política e ciência na Bahia do pós-abolição. Campinas: Editora da UNICAMP, 2021.

SARMENTO, S. N. *A raposa e a águia*: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República. 2009. 143 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SOUZA, F. A. A blusa e a urna: metamorfoses do associativismo de trabalhadores em Pernambuco entre o Império e a República. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 12, p. 1-18, 2020. https://doi.org/10.5007/1984-9222.2020.e71472.

SOUZA, R. S. *"Tudo pelo trabalho livre!"*: trabalhadores e conflitos no pós-abolição (Bahia, 1892–1909). Salvador: EDUFBA; São Paulo: FAPESP, 2011.

VISCARDI, C. M. R. *Unidos perderemos*: a construção do federalismo republicano brasileiro. Curitiba: CRV, 2017.

ZACARIAS, A. A. dos S. *A República Oligárquica de Pernambuco*: montagem e declínio do domínio de Francisco de Assis Rosa e Silva. 2017. 198 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

DUPLICATAS, "DEGOLAS" E A VERIFICAÇÃO DOS PODERES: AS ELEIÇÕES DE 1900, 1915 E 1930 NA PARAÍBA

Duplicates, "degolas" and the verification of credentials: the 1900, 1915 and 1930 elections in Paraíba

Duplicados, "degolas" y la verificación de los poderes: las elecciones de 1900, 1915 y 1930 en Paraíba

MONIQUE CITTADINO[I*]

http://doi.org/10.1590/S2178-149420220103

[I]Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa (PB), Brasil.
*Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo (monique@garibaldijpa.com.br)
https://orcid.org/0000-0002-2182-4354

Artigo recebido em 08 de setembro de 2021 e aprovado para publicação em 05 de novembro de 2021.

Resumo

Tendo como eixo central a evolução da disputa política ao longo da Primeira República entre dois grupos oligárquicos paraibanos (o alvarista e o epitacista), este trabalho pretendeu analisar três momentos eleitorais (eleições de 1899/1900, de 1915 e de 1930) que marcaram a política estadual e que foram significativos no processo de ascensão e ocaso das referidas oligarquias. Utilizando a imprensa da época, fontes memorialistas e epistolares, além de anais do Congresso Nacional, buscou-se discutir tais pleitos tendo em vista o funcionamento do processo de verificação dos poderes em âmbito estadual e nacional, cotejando com a discussão historiográfica mais recente a respeito desse sistema e da dinâmica da política dos governadores.

Palavras-Chave: Verificação dos Poderes; Política dos Governadores; Primeira República; Oligarquias Paraibanas.

Abstract

Having as central axis the evolution of the political dispute throughout the First Republic between two oligarchic groups in Paraíba (the Alvarist and the Epitacist), this paper intends to analyze three electoral moments (1899/1900, 1915 and 1930 elections) that marked the local politics and were significant in the process of rise and decline of the referred oligarchies. Using the press of the time, memorialist and epistolary sources, as well as the annals of the National Congress, we seek to discuss these elections bearing in mind the process of verification of credentials at state and national levels, collating with the most recent historiographical discussion about this system and the dynamics of the politics of the governors.

Keywords: Verification of Credentials; Politics of the Governors; First Republic; Paraíba Oligarchies.

Resumen

Teniendo como eje central la evolución de la disputa política durante la Primera República entre dos grupos oligárquicos de Paraíba (el alvarista y el epitacista), este trabajo pretende analizar tres momentos electorales (elecciones de 1899/1900, 1915 y 1930) que marcaron la política estatal y que fueron importantes en el proceso de ascenso y ocaso de dichas oligarquías. Utilizando la prensa del momento, fuentes memoriales y epistolares, así como los anales del Congreso Nacional, buscamos discutir tales reclamos en vista del funcionamiento del proceso de verificación de poderes a nivel estatal y nacional, cotejando con la discusión historiográfica más reciente con respecto a dicho sistema y de la dinámica de la política de los gobernadores.

Palabras clave: Verificación de Poderes; Política de los Gobernadores; Primera República; Oligarquías de Paraíba.

CC BY

DUPLICATAS, "DEGOLAS" E A VERIFICAÇÃO DOS PODERES: AS ELEIÇÕES DE 1900, 1915 E 1930 NA PARAÍBA

A Paraíba, ao longo da Primeira República, foi controlada por duas longevas oligarquias que monopolizaram o domínio sobre o estado e receberam o nome dos seus chefes: a alvarista, liderada pelo major Álvaro Machado (1892–1912), e a que lhe sucedeu, a epitacista, que teve à frente o ex-presidente da República Epitácio Pessoa (1915-1930). Entre as duas, um breve espaço de transição política.

O domínio alvarista estabeleceu-se após a queda de Venâncio Neiva, decorrente da deposição de Deodoro da Fonseca. Álvaro Machado, engenheiro militar, deveu sua indicação às influências familiares e lastreou sua liderança no apoio do seu tio, o monsenhor Walfredo Leal, com quem dividiu a direção da política local. Muito embora tenha construído duradouro domínio, a sua liderança foi alvo de disputas e defecções, sobretudo as fomentadas pela presença, nas esferas mais altas da política e da magistratura nacional, daquele que seria seu principal opositor, Epitácio Pessoa, cuja influência em âmbito federal levou, nas eleições de 1899/1900, à degola da bancada alvarista, do que se aproveitou Epitácio para corroer o domínio adversário.

Epitácio Pessoa iniciou sua carreira política ainda jovem, indicado pelo tio, o Barão de Lucena, para o cargo de secretário de estado de Venâncio Neiva, elegendo-se, em junho de 1890, para a Câmara Federal. Vendo os espaços na política paraibana obstruídos em função da queda de Neiva e da ascensão de Machado, ele construiu sua carreira pelo alto, galgando espaços na política nacional e na magistratura, para o que se valeu da primorosa formação que obteve na Faculdade de Direito do Recife[1], fonte de capital cultural sabiamente usado para sua ascensão nos campos jurídico e político (Bourdieu, 2000). Em função da sua participação na Assembleia Nacional Constituinte, ao lado de Campos Sales, foi convidado para o Ministério da Justiça (1898-1901), assumindo, em seguida, o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (1902-1912). Em 1912, elegeu-se senador, passando a dividir a liderança política na Paraíba com Walfredo Leal, herdeiro político de Álvaro Machado, morto no início do ano. Por ocasião das eleições de 1915, a liderança compartilhada esgotou-se com a vitória acachapante do epitacismo, iniciando-se o período cunhado por Lewin (1993) de os "anos de ordem" de Epitácio.

No fim da década de 1930, quando a "ordem" dava nítidos sinais de esgotamento e Epitácio Pessoa precisava de apoio e fidelidade, ele recorreu à família, na figura do sobrinho João Pessoa, para assumir o governo paraibano (1928). Nas eleições de 1930, em que o governador[2] paraibano concorria à vice-presidência da República em chapa de oposição ao

governo federal, a derrota da sua bancada aos cargos legislativos federais suscitou contestação à Comissão de Verificação dos Poderes.

Tal comissão foi responsável, ao longo da Primeira República, pelo reconhecimento dos candidatos eleitos aos cargos legislativos federais. Para parte significativa da historiografia (Carone, 1988: 308-310; Lessa, 2015: 181-183; Souza, 1988: 183-185), a reforma do regimento interno da Câmara dos Deputados[3] e a prática da degola ou "depuração" foram os mecanismos que instrumentalizaram a "política dos governadores" instituída por Campos Sales, garantindo a estabilidade política na Primeira República.

O processo de reconhecimento teria sido marcado por fraudes sistemáticas, com a aplicação indiscriminada da degola, por meio da qual uma bancada diplomada pela Junta Apuradora, à qual competia a apuração eleitoral em âmbito estadual, não seria reconhecida como vitoriosa, ficando assim impedida de assumir os cargos. Processada em bancadas oposicionistas, a degola garantiria a cristalização da posição das oligarquias situacionistas, impedindo a competição política de se nacionalizar (Lessa, 2015: 188).

Contudo, interpretações historiográficas mais recentes apontam que a comissão tendia a ratificar os resultados das juntas apuradoras estaduais, sendo raras as divergências entre as duas instâncias, de forma que o recurso à degola foi pontual, aplicado em situações excepcionais, permanecendo a solução dos conflitos subnacionais na esfera estadual (Ricci e Zulini, 2013). Viscardi comunga dessa posição, afirmando que o processo eleitoral envolvia três instâncias, "[...] o município como o local de votação, o estado como o local de apuração e a Federação como o local do reconhecimento de poderes" (Viscardi, 2016: 1.191), cada uma delas com um papel no processo de depuração de candidatos, havendo o recurso ao Parlamento apenas nos casos de maior conflito. Dessa forma, "recorria-se a este expediente só em último caso, ou seja, quando estavam esgotadas todas as possibilidades de consenso interno no seio das oligarquias estaduais" (Viscardi, 2016: 1.192).

De acordo com essas novas visões historiográficas, a reforma regimental empreendida por Campos Sales não alterou o padrão de funcionamento dos mecanismos de apuração eleitoral, de sorte que o papel atribuído à "política dos estados", de estabilizar os conflitos intraoligárquicos, ficou mitigado.

Com base em fontes memorialistas, nos Anais do Congresso Nacional, em jornal da época e na correspondência trocada entre Epitácio Pessoa e seus correligionários, o presente trabalho analisou as eleições de 1900, 1915 e 1930 na Paraíba, marcadas que foram por duplicatas, contestações e degolas, cotejando-as com a dinâmica mais ampla da política dos governadores e com as inquietações mais recentes na historiografia.

A DEGOLA DE 1900 DISCIPLINANDO A REBELDIA

Após a deposição, em 1892, Venâncio Neiva e Epitácio Pessoa criaram o Partido Autonomista em oposição ao Partido Republicano da Paraíba (PRP), fundado no mesmo ano por Álvaro Machado. Nas eleições de 1896, o alvarismo consolidou o seu domínio no estado com a vitória do PRP para todos os cargos em disputa, o que não impediu, contudo, que emergisse uma dissidência no seu interior capitaneada pelo desembargador Trindade, alvarista de primeira hora, insatisfeito por ter sido afastado da disputa senatorial. Com isso, em 1897, Trindade criou o Partido Republicano (PR), ao qual os autonomistas se aliaram, constituindo uma "frente" contra o alvarismo nas eleições de 1899 e de 1900.

A presença de Epitácio Pessoa como ministro da Justiça de Campos Sales, conduzindo manobras no plano local em favor dos candidatos oposicionistas, foi decisiva, conforme ele próprio reconhece, décadas depois, da tribuna do Senado: "[...] em 1899, eu era ministro do Interior e os meus correligionários ocupavam todos os cargos federais do Estado, e ter-se-á a ideia da força e prestígio que então cercavam meu prestígio" (Nóbrega, 1950: 86). A sua influência no plano nacional[4] também contribuiu para aquilo que ficou conhecido como o "caso da Paraíba" (Carone, 1988: 310), em que o aval de Campos Sales permitiu que se promovesse a degola da bancada situacionista com a finalidade de "disciplinar" uma oligarquia rebelde (Lewin, 1993: 231). A questão remete, inicialmente, às eleições de novembro de 1899 para a Assembleia Legislativa, quando os três partidos apresentaram candidatos. A presença de Neiva como juiz seccional federal, nomeado que fora por Epitácio Pessoa, permitiu-lhe usar os mecanismos fraudulentos habitualmente usados pela oligarquia situacionista, desta feita em favor da oposição, e garantiu-lhe o controle das forças públicas federais, utilizadas em prol dos seus correligionários, conforme mensagem do governador Gama e Melo:

> [...] o ano que findou e os primeiros meses do corrente caracterizaram-se por uma agitação eleitoral que alarmou o espírito público por haver sido determinado por autoridades federais. Estas, [...] levaram a força pública, no dia 30 de novembro do ano passado, aos edifícios das secções eleitorais desta cidade por ocasião das eleições de deputados estaduais. A 30 de dezembro do mesmo ano, colocaram a mesma força estendida em linha de fogo nas ruas desta capital, a fim de impedir a defesa do paço municipal, assaltado e arrombado no referido dia, de ordem do juiz seccional [...] (Nóbrega, 1950: 87).

De fato, a 30 de dezembro, por ocasião do início das apurações, aliados de Venâncio Neiva arrombaram o prédio da prefeitura e, contando com apenas cinco dos 16 membros, instalaram uma Junta Apuradora. Os demais integrantes dirigiram-se ao Liceu Paraibano, iniciando outro processo de apuração, o oficial, já que constituíam a maioria dos membros da Junta

Apuradora. O fato é que tal situação resultou na duplicata das atas gerais de apuração e na diplomação de duas bancadas, com a instalação de duas Assembleias (Rodrigues, 1989: 92-97).

Nesse ínterim, a 31 de dezembro, ocorreram as eleições para o Senado e a Câmara, repetindo-se o que ocorrera no pleito anterior. À Comissão de Verificação, os candidatos autonomistas alegaram que o resultado que lhes assegurava a vitória estava correto, posto que a sua Junta Apuradora excluíra dos cálculos as atas de diversos municípios controlados pelo governo estadual, nos quais as eleições haviam sido fraudadas (Congresso Nacional, 1900a: 110-114).

Já os alvaristas alegaram, em prol do seu reconhecimento, que os "[...] contestantes fizeram atas clandestinas, [...] fabricadas no interior das casas dos chefes locais" (Congresso Nacional, 1900a: 120), afora outros vícios. Mas, sobretudo, apontaram a parcialidade do juiz federal no estado, Venâncio Neiva que, além de chefe do partido oponente, era irmão de um dos candidatos à deputação (Congresso Nacional, 1900a: 121). A Comissão dos Cinco, por meio do parecer n. 69, de 6 de junho, reconheceu os candidatos oposicionistas, promovendo a degola de toda a bancada situacionista (Congresso Nacional, 1900a: 102-110)[5].

Essa vitória da oposição em âmbito federal abriu espaço para que também almejassem conquistar o poder em nível estadual. O fato é que a inusitada situação da existência simultânea de duas assembleias suscitou a eleição de dois governadores no pleito indireto ocorrido em abril: o juiz federal José Peregrino de Araújo, pelos alvaristas, e João Tavares Cavalcanti, pelos oposicionistas (Rodrigues, 1989: 97). Campos Sales tentara fazer com que as coisas não chegassem a esse ponto, sugerindo ao governador Gama e Melo que aceitasse o nome indicado por Epitácio Pessoa, sob risco de sofrer uma retaliação: "O lançamento desta candidatura [de João Tavares] traria também a vantagem de remover os grandes embaraços que são previstos na verificação de poderes da eleição federal desse estado"[6]. Segundo Lewin (1993: 231), o fato dessa recomendação não ter sido aceita foi considerado por Campos Sales um ato de rebeldia, suscitando a degola imposta à bancada alvarista no mês de junho. A punição remonta, ainda, às eleições presidenciais de 1897, quando Álvaro Machado apoiou Lauro Sodré, candidato do Partido Republicano Federal, e não o próprio Campos Sales, que findou vitorioso.

A Paraíba permaneceria nessa situação de impasse e conflito até o mês de outubro, data do fim do mandato de Gama e Melo, quando o novo governador assumiria. Nesse mês, as duas assembleias comunicaram à Câmara dos Deputados a posse dos seus respectivos governadores[7]. O processo de reconhecimento e diplomação dos eleitos era atribuição da própria Assembleia Legislativa Estadual, à qual competia "verificar e reconhecer os poderes de seus membros", conforme rezava a Constituição Estadual de 1892[8]. Em casos de duplicata, a solução poderia ser a solicitação da intervenção federal, com base no item 3 do artigo

6º da Constituição Federal, que admitia essa possibilidade com o intuito de "restabelecer a ordem e a tranquilidade nos Estados, à requisição dos respectivos Governos" (Brasil, 1891), normalmente com aval do Congresso ou por meio de *habeas corpus* concedido pelo Superior Tribunal Federal (STF) (Galvão, 2013).

Não que a decisão do STF fosse algo previsível, afinal, o Tribunal, no caso dos "*habeas corpus* políticos", os quais envolviam a dualidade de poderes nos estados, poderia adotar posição conhecendo o objeto do *habeas corpus* ou repudiá-lo com base na tese da independência dos poderes e da incompetência do STF para tratar de uma questão que competia às assembleias estaduais (Sato, 2018). Conforme Koerner (2015), os membros do Judiciário eram peças importantes nos jogos processados no âmbito da política dos governadores, e o STF era um campo incerto, com intensa controvérsia doutrinária ao longo do período, já que

> [...] a jurisprudência dominante do STF era pouco clara, oscilante, incerta e continuamente contestada. As decisões secretas e acomodatícias dos chefes políticos expressavam-se na própria instabilidade da orientação jurisprudencial do STF. As decisões judiciais conferiam validade jurídica a atos arbitrários, mas a sua variação criava incerteza e indeterminação a respeito do conteúdo objetivo das normas constitucionais e da sua eficácia, tal como interpretadas pelo STF (Koerner, 2021: 12).

Epitácio Pessoa, ao ser cobrado por seus correligionários por uma solução, aponta que tentara a celebração de um acordo com a situação, embora sem sucesso[9]. Quanto ao uso da força para promover a derrubada da Assembleia alvarista e a deposição do novo governador, Epitácio foi peremptoriamente contra, já que reconhecia a fragilidade do seu grupo para disputar o controle da situação. Afinal de contas, ele sabia do aparato repressivo de que dispunha o juiz federal José Peregrino, eleito governador: "Não os temos [elementos civis] capazes de fazer frente à polícia e à 'capangada' do Peregrino" (Pessoa, 1965a: 255). Além disso, como reconhecia a completa ilegalidade da bancada oposicionista — "Digam-me agora os amigos que papéis, que atas, que mesas eleitorais apresentariam aos poderes federais para demonstrarem que os seus deputados e presidentes foram eleitos?" (Pessoa, 1965a: 255) —, negava-se a recorrer a uma intervenção federal considerada contrária aos pressupostos do governo ao qual servia como ministro:

> Mas não se percebe que esta [a força federal] não pode estar ao serviço das pretensões dum partido e que eu, com as responsabilidades do Governo e solidário com o programa de respeito à Constituição, não posso propor ou sugerir ao Presidente tamanho atentado? [[...]] Seria a desmoralização do Governo [...] (Carta de Epitácio Pessoa a Venâncio Neiva, 15 ago. 1900 ***apud*** Pessoa: 1965a: 254).

Com isso, seu grupo recuou, aceitando a vitória dos alvaristas. Afinal, Epitácio sabia a quem competia o controle de cada nível do processo eleitoral e apontava aos correligionários os limites do seu poder e da sua influência nas instâncias locais, controladas pela oligarquia dominante, ao mesmo tempo em que explicitava como se davam os jogos políticos nas instâncias federais, nas quais ele podia livremente intervir:

> Em outubro do ano passado fiz sentir em longa e minuciosa carta que tínhamos esperança de vitória na eleição federal, porque esta devia decidir-se aqui sob as minhas vistas e sob o influxo da minha intervenção; quanto, porém, às eleições estaduais, desde que a apuração tinha de ser feita pelos poderes locais, desde que o presidente da República não podia, em face da Constituição, e do seu programa bem conhecido, intervir no negócio, era uma campanha perdida de antemão. (Carta de Epitácio Pessoa a João Tavares, 27 nov. 1900 *apud* Pessoa, 1965a: 256)

Muito embora derrotado nas eleições estaduais, a vitória na disputa federal configurou-se para o epitacismo como espaço político que funcionaria como cunha a forçar aberturas no sistema de poder dominante no estado (Lewin, 1993), do que o grupo se aproveitou, inserindo membros de sua coalizão na política alvarista, enfraquecida. Nesse cenário, a "frente" oposicionista se desfez: o desembargador Trindade se recompôs com Álvaro Machado, voltando ao PRP, enquanto o Partido Autonomista, atendendo à lógica de se imiscuir no seio do alvarismo, se desfez. A indicação de Epitácio ao cargo de ministro do STF, por Campos Sales, em 1902, vista por Koerner (1994: 61) como uma forma de compensação pela não ascensão do paraibano à chefia local nas eleições de 1899/1900, contribuiu para reforçar a posição do seu grupo na política local. Assim, em diversos municípios, lideranças passam a ser deslocadas das suas posições de comando e substituídas por aliados de Venâncio e Epitácio (Lewin, 1993: 242-245; Mello, 1982: 29; Rodrigues, 1989: 114); em 1904, Álvaro Machado convocou Pedro da Cunha Pedrosa, aliado de primeira hora de Epitácio, para a Secretaria-Geral do Estado, facilitando a integração de epitacistas ao situacionismo (Pedrosa, 1963: 77); em 1908, acordo celebrado entre as duas facções estabeleceu a divisão das vagas na Assembleia (Lewin, 1993: 241); finalmente, o advento da Campanha Salvacionista, em 1911, ameaçando a estrutura oligárquica dominante, marcou o início efetivo da ascensão de Epitácio Pessoa ao domínio local.

O EPITACISMO E A CONQUISTA DO PODER: AS ELEIÇÕES DE 1915

A campanha de Salvação Nacional, de 1911, exigiu a interferência do magistrado com Hermes da Fonseca, o que foi decisivo para o recuo dos salvacionistas na Paraíba e a sobrevivência do alvarismo. Em consequência, em 13 de dezembro, foi celebrado um acordo no qual

Epitácio ingressava no Partido Republicano Conservador da Paraíba (PRCP), passando a chefiá-lo conjuntamente com Álvaro Machado e Walfredo Leal. O PRCP originou-se da filiação do PRP alvarista ao Partido Republicano Conservador (PRC), criado em âmbito nacional, em 1910, a fim de apoiar a candidatura de Hermes da Fonseca à Presidência da República. Percebe-se, nesse episódio de ingresso no PRCP, que a tática de Epitácio Pessoa para alcançar o domínio oligárquico na Paraíba não partiu da utilização de uma estrutura partidária própria, capaz de impor uma derrota ao situacionismo. Na verdade, ele buscou, ingressando nas hostes adversárias, capturá-la e, assim, assenhorar-se do poder, movimentação que remete a 1900.

O acordo de 1911, além da chefia colegiada sobre a estrutura partidária, rezava que, para as eleições de junho de 1912, seria indicado ao governo um nome (Castro Pinto) com trânsito entre as três lideranças, cabendo a elas dividir as vagas no Senado e na Câmara[10]. Posteriormente, em dezembro de 1912, novo acordo resolvia, temporariamente, a questão da chefia partidária, vaga desde a morte de Álvaro Machado, em janeiro. Por esse acordo, o PRCP passaria a ter dupla liderança: caberia a Epitácio a chefia partidária e as decisões em relação à política nacional e ao monsenhor [Walfredo Leal] a presidência da Comissão Executiva, responsável pelas questões estaduais (Rodrigues, 1989: 157-163). Com isso, durante os três anos seguintes, as duas alas conviveriam sob a bandeira do PRCP, elevando as tensões na política local a ponto de provocar a renúncia de um esgotado governador, que desabafa a Epitácio:

> A politicagem na Paraíba é a pior de todo o país, porque a luta se trava permanentemente e irremediavelmente no seio do mesmo partido [...]. Se a agremiação do PRC estivesse unida e disciplinada quem mais lucraria era esse seu pobre e infeliz amigo, amarrado a uma cruz que devia estar amarrada aos braços de outrem (Carta de Castro Pinto, 24 abr. 1913 *apud* Rodrigues, 1989: 165).

Em um sistema político assentado em redes de solidariedade baseadas em relações familiares e clientelísticas, em que os partidos tinham um perfil personalista e as lealdades vinculavam-se à figura do chefe e à sua capacidade de atendimento das demandas e anseios dos seus correligionários, e não ao programa doutrinário do partido, na maior parte das vezes inexistente (Graham, 1997: 204; Pinto, 2013: 244).

A possibilidade de poderio compartilhado sobre o espólio do alvarismo era algo impraticável, sobretudo em função da aspiração de Epitácio a um domínio pessoal e unitário, o que ele irá construir nos anos seguintes. Assim, o desenlace de Walfredo e Epitácio se daria em 1915 por ocasião das eleições para os cargos federais, realizadas em 30 de janeiro.

Novo acordo proposto por Castro Pinto, árbitro entre os dois litigantes, confirmava a divisão de vagas, mas, embora formalmente aceito por Epitácio, não lhe interessava, posto

que desejava a ruptura definitiva com Leal. Telegrama enviado a um correligionário de confiança deixava claros seus interesses e temores:

> Meu maior empenho é romper [com Walfredo], convencido [como estou de que é] impossível restabelecer acordo realmente desfeito; mas como romper, se Walfredo se submeter [à] fórmula [de compromisso de] Castro [Pinto] por mim aceita? (Epitácio a Antonio Massa, 19 dez. 1914 *apud* Lewin, 1993: 273)

Para pôr fim ao imbróglio, às vésperas do pleito, Epitácio Pessoa, acusando injustamente Walfredo Leal de desrespeitar a regra de divisão equitativa das vagas, dirigiu-se aos correligionários, exortando-os a escolher um dos lados (Lewin, 1993: 273). O rompimento estava posto e o PRCP cindiu-se, apresentando duas chapas, a epitacista e a walfredista, na eleição que seria, na visão de memorialistas, "[...] talvez a mais renhida durante a vigência republicana no Estado" (Oliveira, 1943: 6). Essa eleição, que definiria a nova liderança oligárquica, inicialmente não suscitou tomada de posição por Venceslau Brás e Pinheiro Machado, que se declararam neutros, nem por Castro Pinto, que buscou garantir a lisura do pleito desencorajando o uso da fraude ou violência[11].

Recorrendo ao conceito de cultura política (Berstein, 1998; Motta, 2018), podemos afirmar que o discurso de Castro Pinto, garantindo a imparcialidade do governo, representava uma significativa inovação no sistema de referências, no conjunto de valores, na visão de mundo e nas práticas do exercício de poder existentes à época, de viés tão pouco republicano, ao assegurar ao funcionalismo a liberdade do voto:

> O funcionalismo público tem plena liberdade no pleito, não somente votando em quem bem lhe aprouver, como assumindo com independência os compromissos e manifestações partidárias segundo a consciência de cada um. [...]
> O governo é indiferente às eleições que se vão realizar no dia 30 do corrente mês.
> Não há candidatos oficiais, nem semi-oficiais nem vagamente oficiais (*A União*, 6 jan. 1915: 1).

A apuração oficial dos votos ocorreu nos dias 1º e 2 de março, no edifício do Conselho Municipal, sob a presidência do prefeito da capital[12]. A Junta Apuradora trabalhou com as "autênticas", as atas de todas as seções eleitorais do estado, com exceção das de Campina Grande, onde a eleição fora cancelada "à força das balas"[13]. Contudo, o jornal *A União*, órgão oficial do governo e do partido, já vinha publicando resultados parciais, enviados pelos presidentes das seções municipais, que indicavam a vitória dos epitacistas. Assim, os aliados de Walfredo Leal, alegando não reconhecer a legalidade da junta presidida pelo prefeito e contando com a maioria dos presidentes dos conselhos municipais, decidiram pela criação de uma segunda Junta Apuradora (*A União*, 2 mar. 1915: 1). Como essa junta não dispunha das

"autênticas" nem eles haviam previamente elaborado "duplicatas", já que as eleições se deram diante das mesas eleitorais oficiais, ela trabalhou com boletins e certidões apresentados pelos walfredistas, conforme o parecer n. 53, de 29 de abril de 1915, da Segunda Comissão de Inquérito da Câmara (Congresso Nacional, 1916: 936).

No dia 3 de março, *A União* publicava os resultados apurados pelas duas juntas que, obviamente, eram divergentes e apontavam como vitoriosos os candidatos da sua facção partidária[14]. A derrota dos walfredistas, apontada pela junta oficial, levou-os, nas palavras de uma testemunha, a pleitear "[...] o reconhecimento segundo o critério político" (Pedrosa, 1963: 147), ou seja, garantir a vitória pelas negociações e *démarches* políticas entabuladas com os líderes nacionais. Na contestação apresentada à Segunda Comissão de Inquérito, além da suposta ilegalidade da Junta Apuradora oficial, eles apontaram os habituais vícios dos certames eleitorais: das meras fraudes na organização das mesas e na confecção das "atas a bico de pena", preenchidas com a mesma letra e conferindo a unanimidade de votos aos candidatos epitacistas, passando pelo registro dos "fósforos", eleitores que votavam em várias seções, a exemplo do chefe local de Patos, Miguel Sátyro e Souza que, na primeira seção, "[...] votou e assinou com o n. 74, e na 2ª seção este mesmo Miguel assinou pelo eleitor Miguel Vieira Arcoverde (n. 67), mas esquecendo-se, pôs o próprio nome [...]", até a violência praticada pelos jagunços e "cangaceiros" contra seus eleitores (Congresso Nacional, 1916: 960-975).

Julgando improcedentes as acusações presentes nas contestações — "Trata-se de irregularidades que não podem ser classificadas como fraude" (Congresso Nacional, 1916: 940) ou "Os vícios apontados pelos contestantes não são fraudes" (Congresso Nacional, 1916: 941) —, o parecer n. 53 ratificou o resultado da Junta Apuradora epitacista, promovendo a degola da bancada walfredista (Congresso Nacional, 1916: 935-947).

Apesar da alegada neutralidade das instâncias federais, Cunha Pedrosa, em suas memórias, salienta a interferência de Pinheiro Machado no seu reconhecimento, contribuindo para a versão consagrada na historiografia de que a degola era prática habitual na Primeira República. De acordo com seu relato, durante a campanha eleitoral, o chefe do PRC chamou-o ao Rio de Janeiro para, como senador, votar favoravelmente à sua pretensão diante do "caso do Rio"[15]. Embora incomodado pelo fato de, como candidato à reeleição, ter de ausentar-se da campanha, Cunha Pedrosa não viu alternativa senão atender ao "pedido" feito, já que "[...] conhecia o perigo em que correria, se viesse a cair no desagrado do poderoso chefe, o fazedor [...] de Senadores pelo 3º escrutínio — que era a fase de reconhecimento de poderes" (Pedrosa, 1963: 155). Em retribuição, ao se encontrar no Rio de Janeiro, Pinheiro Machado garantiu: "Se você for eleito por maioria de um só voto, será reconhecido; e se, por qualquer motivo fracassar, contará ainda com as minhas simpatias" (Pedrosa, 1963: 160).

O reconhecimento dos epitacistas e a renúncia de Castro Pinto, possibilitando a posse do vice-governador Antônio Pessoa, irmão de Epitácio, sacramentaram a sua ascensão na política paraibana, o que se confirmou nas eleições para o Legislativo estadual no mês de dezembro de 1915, quando ele, como presidente do PRCP, indicou pessoalmente os nomes que preencheram todas as 27 vagas disponíveis, com exceção das três destinadas por lei à representação da minoria (Rodrigues, 1989: 197-198).

Em março de 1916, Epitácio voltou à Paraíba com o intuito de reorganizar o partido, agora sob seu completo e único domínio, e reconfigurar as chefias municipais (Mariz, 1994: 199). Retomando a antiga denominação de Partido Republicano da Paraíba, ficou estabelecido que o presidente da Comissão Executiva seria o chefe do partido (art. 3º), a quem caberia indicar os candidatos aos cargos eleitorais nos níveis federal e estadual (art. 9º), posição que ficou reservada ao próprio Epitácio, o que lhe garantiu o completo controle da política local[16]. Carta dirigida ao redator político do jornal *A União*, a respeito de como se dera a indicação do governador eleito em 1916, exemplifica o poder absoluto que Epitácio passara a ter sobre o PRP e seus integrantes:

> A Convenção do Partido havia-me investido de plena liberdade de escolher o novo presidente do Estado. Seria eleito quem eu quisesse. O candidato ia ser, é verdade, um representante dos interesses do Partido, mas, antes de tudo tinha de ser, como foi, um depositário da minha mais íntima confiança pessoal. Por isto mesmo que eu me constituíra garante do novo Presidente perante o Partido e o Estado, esse novo Presidente não podia ser senão um amigo em cuja dedicação e lealdade, e quaisquer que fossem as vicissitudes, eu pudesse repousar confiante e tranquilo (Carta de Epitácio a Otacílio de Albuquerque, s.d. *apud* Pessoa, 1962: 279).

A DEGOLA QUE NÃO EXISTIU: AS ELEIÇÕES DE 1930

A "ordem" epitacista, tenaz e pacientemente conquistada após longos vinte anos de luta, atingiu seu ápice com a chegada de Epitácio Pessoa à presidência da República (1919–1922), o que correspondeu ao governo estadual de Solón de Lucena, pródigo em movimentar as engrenagens da "indústria das secas" proporcionadas pelo seu chefe (Ferreira, 1993). Contudo, a conjuntura que se seguiu não foi favorável ao domínio epitacista, que sofreria desgastes no governo de João Suassuna, afinal de contas, a sociedade e a economia da década de 1920, tornadas mais complexas, acionavam o "[...] terrível fantasma que passa a rondar a oligarquia" (Santos, 2013: 31), qual seja, a competição entre os grupos intraoligárquicos. Mas seria a presença de João Pessoa à frente do governo paraibano (1928–1930) que, ao tomar atitudes politicamente inábeis, selaria o destino da oligarquia familiar.

Sobrinho predileto de Epitácio e juiz do Superior Tribunal Militar, habituado ao mando e não à negociação, João Pessoa assumiu a direção local com o compromisso do tio de dispor de "carta branca" a fim de dar uma "vassourada" nos velhos hábitos da política local. O alvo das suas medidas foram os coronéis, atingidos nas suas prerrogativas de mando e nos seus interesses econômicos. A despeito das recomendações de cautela e prudência de Epitácio Pessoa, que tentava controlar a radicalidade do sobrinho — "Ninguém pode estripar num instante vícios arraigados desde anos; deve-se ir com jeito, pouco a pouco, para não chocar violentamente a mentalidade do meio" (Pessoa, 1965b: 19) —, João Pessoa não moderou suas atitudes, indispondo-se progressivamente com a sua base aliada (Gurjão, 1994: 72; Lewin, 1993: 326-343; Mello, 1984). As rupturas eclodiram com a passagem para a oposição de importantes famílias que acompanhavam Epitácio desde os tempos do venancismo (Mello, 1982: 105), fazendo com que a bancada epitacista na Assembleia perdesse oito dos seus quinze integrantes (Raposo, 2006: 83).

Se o epitacismo enfrentava uma série de dificuldades com a sua base, questões nacionais tornariam a situação do governo estadual ainda mais delicada. Em julho de 1929, João Pessoa, com o aval do tio, opôs-se à candidatura de Júlio Prestes e aceitou o convite para compor, ao lado de Vargas, a Aliança Liberal nas eleições presidenciais de 1930. A motivação para dessa decisão por parte dos Pessoa (Epitácio e João), longe do viés idealista de "regenerar a pátria", teria sido fruto, para Mello (1982: 106), do pragmatismo político que percebia a importância da ocupação do cargo de vice-presidente para o titular de um estado periférico no cenário nacional. O fato é que a posição de João Pessoa galvanizou a opinião pública paraibana, que via na sua atitude uma manifestação de rebeldia ao que considerava o despotismo do governo federal:

> Era incrível que o presidente de um Estado pequenino como a Paraíba, se opusesse às deliberações do "alto", à vontade caprichosa do poder central, uma espécie de macacão político escanchado nos ombros de uma democracia de fachada (Oliveira, 1943: 25).

Gozando de crescente popularidade, mas em uma conjuntura crítica advinda do embate com o governo federal, João Pessoa levantou a questão da composição da chapa para as eleições parlamentares que se realizariam na mesma data das eleições presidenciais. Em fevereiro, a 12 dias do pleito, ele definiu que o critério para indicação dos nomes ao Congresso Nacional seria o da renovação. Monocraticamente, sem consultar a cúpula partidária, "na qualidade de chefe do PRP", assinou um manifesto com os novos nomes, mantendo apenas o de seu primo, o então deputado federal Carlos Pessoa (*A União*, 18 fev. 1930: 1), em uma prática autoritária e nepotista. Isso foi o estopim para que José Pereira, chefe do município

de Princesa, apoiado por outros coronéis solidários aos que foram excluídos, não só rompesse com o epitacismo, ingressando nas hostes oposicionistas, mas se levantasse em armas contra o governo estadual (Rodrigues, 1978). Os dissidentes incorporaram-se aos "perrepistas", ou seja, aos aliados do candidato do Partido Republicano Paulista (PRP) à Presidência, liderados na Paraíba pelo principal oponente de Epitácio Pessoa, o desembargador Heráclito Cavalcanti, lançando uma chapa adversária pelo Partido Republicano Conservador, agremiação que, desde 1915, congregara os antigos alvaristas aliados a Walfredo Leal. É importante destacar que, ao longo desse período, Leal progressivamente aproximou-se de Epitácio, inclusive sendo eleito como representante da minoria, de forma que coube ao desembargador Heráclito o controle do PRC e a efetiva chefia da oposição ao epitacismo.

A apuração deu-se nos primeiros dias de abril. Conforme habitualmente ocorria, o jornal vinha publicando resultados parciais com base nos boletins das seções eleitorais, que davam a vitória aos aliancistas. A 29 de março, com o título "Os pródomos do esbulho eleitoral", publicava matéria em que explicitava a manobra pela qual a composição da Junta Apuradora era alterada com vistas a favorecer os perrepistas: o juiz federal no estado, presidente do órgão, entrara inopinadamente de férias e o juiz substituto, chamado em caráter de urgência à capital federal pelo ministro do Interior e Justiça, passou o cargo ao primeiro suplente, o juiz Eugênio Carneiro Monteiro, primo do desembargador Heráclito Cavalcanti Carneiro Monteiro (*A União*, 29 mar. 1930: 1). A perseguição à chapa aliancista iniciou-se com a aceitação, pela Junta Apuradora, de dois requerimentos dos perrepistas que, baseados em "[...] numerosos documentos, constantes de certidões, justificações, telegramas, exemplares dos jornais desta capital", alegavam que o pleito se dera sob intensa coação exercida pelo governo do estado e pediam para se "[...] expurgar em cada secção eleitoral os votos obtidos por esta forma violenta, só se apurando a votação verdadeira" (Congresso Nacional, 28 abr. 1930: 7.551).

Segundo os dados da apuração paralela dos aliancistas, eles foram vitoriosos por ampla margem. Contudo, o resultado oficial garantiu a vitória aos perrepistas, com exclusão até do representante da minoria[17]. O primeiro ponto levantado na contestação à Segunda Comissão de Inquérito é que os livros de atas haviam sido recolhidos pelo juiz federal, ficando sob a guarda do Exército, não sendo remetidos ao Congresso Nacional, de forma que a Câmara só poderia trabalhar com a ata geral da apuração, documento que, para os contestantes, não correspondia à correta totalização dos votos (Congresso Nacional, 28 abr. 1930: 7.550).

Por outro lado, eles também questionavam a aceitação pela Junta Apuradora dos requerimentos que apontavam para fraudes eleitorais, alegando que esse tipo de investigação

não era da sua competência: "Mas, o que se não compreende é que a Junta, contravindo texto expresso de lei, se arvorasse em poder verificador, julgando matéria alheia à sua competência" (Congresso Nacional, 28 abr. 1930: 7.549). Com isso, eles não pediam a anulação das eleições em nenhuma secção eleitoral, mas que fossem apurados os votos não pelos livros de atas, retidos na Paraíba, e sim pelo sucedâneo legal (Lei n. 3.208, de 1916), os boletins com o resultado da apuração enviados pelos Correios e publicados no Diário do Congresso Nacional de 1 e 3 de abril, que lhes garantiam a vitória (Congresso Nacional, 28 abr. 1930: 7.548).

O parecer n. 34/1930, da Comissão de Inquérito, alegando que o "[...] Regimento não menciona, expressa e taxativamente, os livros de atas entre os documentos [...]" necessários ao reconhecimento, inclusive por ser "admissível a hipótese de perda ou destruição de tais livros, na remoção de lugares longínquos até à Secretaria da Câmara" (Congresso Nacional, 28 abr. 1930: 7.534) e baseando-se no argumento da contracontestação de que a Junta teria "apurado toda a eleição", mas "não contou os votos consignados em algumas delas, pelos motivos expostos [as fraudes e violências]" (Congresso Nacional, 28 abr. 1930: 7.538), aprovou as eleições e manteve a decisão da instância apuradora estadual, reconhecendo eleitos os candidatos perrepistas (Congresso Nacional, 28 abr. 1930: 7.539).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As eleições aqui tratadas, muito embora processadas em momentos distintos, sob diferentes legislações eleitorais, permitem algumas inferências a respeito do processo eleitoral e sua apuração, bem como da dinâmica do funcionamento das comissões de verificação dos poderes no âmbito da política dos governadores.

Do primeiro dos pleitos, ocorrido imediatamente após a reforma do regimento da Câmara, em que dois grupos oligárquicos se enfrentaram pelo controle do estado, o que se depreende é que a degola aplicada sobre a bancada federal não incidiu sobre uma oligarquia oposicionista, impedindo-a de alcançar os espaços de poder, e sim, sobre uma oligarquia situacionista "punida" por sua indisciplina. Deu-se, portanto, o rompimento de Campos Sales com o princípio alegado pela historiografia tradicional a respeito da política dos governadores, de que o governo tendia a apoiar as situações estaduais, "cristalizando" as posições ocupadas pelos grupos oligárquicos oponentes em cada estado, o que aponta para os limites dessa política, no caso paraibano, rompida em função da ligação do presidente com Epitácio Pessoa, seu ministro, favorecido com a aplicação da degola. Por outro lado, demonstra que tal política era dinâmica o suficiente para impor

a "disciplina" a uma oligarquia que não se mostrasse fiel às orientações presidenciais, afastando-a do domínio estadual.

Finalmente, tendo em vista as colocações de Ricci e Zulini (2013) e Viscardi (2016), percebe-se que o "caso da Paraíba" foi marcado por disputas cujo resultado não se resolveu em âmbito estadual, em uma situação pontual, para cuja solução impôs-se a prerrogativa da Comissão de promover a degola da bancada federal, rompendo com sua tendência de manter os resultados obtidos nas instâncias inferiores de apuração.

A excepcionalidade da aplicação da degola também emerge na análise das eleições de 1915, diferentes das de 1900 por se tratar de um momento em que inexistia uma oligarquia situacionista consolidada. Assim, diante da ferrenha disputa pelo domínio estadual, que não se resolveu em âmbito subnacional, em face da duplicidade de juntas apuradoras e de resultados obtidos, o pronunciamento da Comissão dos Poderes foi fundamental para definição da nova oligarquia dominante, valendo-se Epitácio Pessoa da sua posição e dos vínculos com líderes nacionais.

Finalmente, muito embora os memorialistas e a historiografia que se debruça sobre as eleições de 1930 sejam unânimes em afirmar que a bancada aliancista paraibana foi mais uma vítima da sistemática aplicação da degola nas oposições ao longo da Primeira República, o que se percebe nessa terceira eleição contestada é, como afirmam Ricci e Zulini (2013: 99), que neste pleito não houve degola, depuração ou esbulho praticados em âmbito federal pela Comissão dos Poderes aos paraibanos. Afinal, como a degola é a não diplomação dos candidatos apontados como eleitos pela Junta Apuradora, a comissão atuou com o costumeiro respeito às decisões emanadas da apuração em nível estadual, mantendo o veredito da junta, não se podendo falar, portanto, em degola. Se fraude houve, essa se deu em âmbito estadual, refletindo a nova correlação de forças, na qual Epitácio se encontrava em oposição ao governo federal e a oposição oligárquica local é que estava alinhada a Washington Luiz, podendo controlar, através do Judiciário, as instâncias subnacionais de apuração, obtendo, assim, a vitória.

Muito embora não tenha sido essa eleição a responsável pela superação do epitacismo na Paraíba, ela também não permitiu aos vitoriosos oponentes a ascensão ao poder local. Afinal, daí a pouco assistiremos aos traumáticos acontecimentos responsáveis por levar Vargas ao poder. Mas essa é outra história...

Conflitos de interesse: nada a declarar.
Fonte de financiamento: nenhuma.

CC BY

Notas

1 Ele pertenceu à "Geração dos Oitenta", considerada a mais brilhante da história da Faculdade (Lewin, 1993: 151).

2 Muito embora a Constituição estadual paraibana denomine "presidente de Estado", para efeito da fluência do texto utilizaremos o termo "governador".

3 Em 30 de outubro de 1899, Campos Sales conseguiu a aprovação da reforma do regimento, alterando o processo de escolha do presidente da Câmara durante as sessões preparatórias, questão fundamental para o controle sobre a Comissão de Verificação dos Poderes, bem como determinando que o diploma legítimo seria aquele expedido pela maioria da Junta Apuradora.

4 Cf. carta de Epitácio Pessoa a Silviano Brandão, governador de Minas Gerais, em 23 abr. 1900, solicitando a sua intervenção junto aos deputados mineiros para a depuração dos candidatos alvaristas (Pessoa, 1965a: 253).

5 Pelos autonomistas foram reconhecidos João Neiva (3.043 votos), Francisco Lima Filho (3.038) e Camilo de Holanda (2.268); pelo PR, Trindade Henriques (2.579) e Antonio M. Mariz (2.151). Os alvaristas "degolados" foram Bandeira de Mello (2.124 votos), Paula e Silva (2.116), Coelho Lisboa (1.999), Walfredo Leal (1.871) e Sá Andrade (1.589).

6 Telegrama de Campos Sales a Gama e Melo (*apud* Lewin, 1993: 231).

7 Telegramas datados de 22 de outubro de 1900 de Antonio Massa comunicando a sua posse como primeiro vice-presidente, em face do não comparecimento do titular, João Tavares, e de José Peregrino e de Gama e Melo, comunicando a posse do primeiro como presidente eleito (Congresso Nacional, 1900b: 579).

8 Parahyba do Norte, Constituição do Estado da Parahyba do Norte. Parágrafo 1º do artigo 19º, Capítulo 2º (Das atribuições da Assembleia) (*apud* Fernandes, 1985: 121).

9 A respeito das bases desse acordo com os alvaristas, cf. Rodrigues (1989: 102-110).

10 Uma das vagas ao Senado coube ao próprio Epitácio.

11 O jornal *A União* publicou telegrama de Pinheiro Machado e Antonio Azeredo a Castro Pinto lamentando não terem conseguido evitar a dissenção entre Walfredo e Epitácio e conclamando o governador a agir "[...] de modo que o pleito corra com garantias recíprocas e amplas, apurando-se os sufrágios com escrúpulo e lisura" (*A União*, 9 jan. 1915: 1).

12 Instrução do Ministro do Interior, baseada na lei Rosa e Silva, de 1904, foi publicada no jornal *A União* a mando de Epitácio Pessoa, esclarecendo que nos estados que constituíam um só distrito eleitoral, na ausência do juiz substituto secional, caso da Paraíba, a presidência da junta de apuração deveria ficar nas mãos do prefeito (*A União*, 2 mar. 1915: 1).

13 Cf. Ata Geral da Apuração no jornal *A União* (3 mar. 1915: 2).

14 Pela junta epitacista foram eleitos deputados federais Camilo de Holanda (9.661 votos), Maximiano de Figueiredo (9.598), Cunha Lima (9.589) e Octacílio de Albuquerque (9.499), candidatos da facção epitacista, além de Simeão Leal (8.642), representante dos walfredistas. Já a junta walfredista apontou como vitoriosos Simeão Leal (8.473 votos), Felizardo Ferreira (8.447), Seraphico da Nóbrega (8.235), Rodrigues de Carvalho (8.207) e o epitacista Maximiano de Figueiredo (6.977). Cf. Ata Geral da Apuração no jornal *A União* (3 mar. 1915: 2).

15 O "caso do Rio" envolveu a candidatura de Nilo Peçanha ao governo estadual, em oposição ao candidato de Pinheiro Machado, com a formação de duplicata e pedido de intervenção federal no estado que tramitou no Senado (Galvão, 2013: 54-56).

16 Cf. Bases Orgânicas do PRP e Ata da reunião política para organização do Partido Republicano da Parahyba do Norte (*A União*, 10 mar. 1916: 1-2).

17 De acordo com a Junta Apuradora, foram eleitos João Suassuna (11.228 votos), Acácio de Figueiredo (10.557), Flávio R. Coutinho (10.532), Arthur dos Anjos (9.955) e Oscar Soares (5.005). Os candidatos aliancistas, juntos, teriam recebido apenas 11.747 votos. Pela apuração paralela dos aliancistas, os vitoriosos foram José Américo (29.108 votos), Carlos Pessoa (28.456), Antonio Guedes (28.454), Demócrito de Almeida (28.312) e Flávio R. Coutinho (10.532), este último pela minoria (Congresso Nacional, 28 mar. 1930: 7.535-7.536).

Referências bibliográficas

A SITUAÇÃO. *A União*, Parahyba, 6 jan. 1915, p. 1.

A SITUAÇÃO. Um telegrama dos srs. senadores Pinheiro Machado e Antonio Azeredo. *A União*, Parahyba, 9 jan. 1915, p. 1.

BERSTEIN, S. A cultura política. *In*: RIOUX, J-P.; SIRINELLI, J-F. (dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-363.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRASIL. [*Constituição* (1891)]. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 22 jul. 2021.

CARONE, E. *A República Velha*: instituições e classes sociais (1889–1930). 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CONGRESSO NACIONAL. *Annaes da Camara dos Deputados* – Terceira sessão da terceira Legislatura. Seções de 1 a 30 de junho de 1900. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900a. v. II. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060917_02&&pagfis=392. Acesso em: 5 jul. 2021.

CONGRESSO NACIONAL. *Annaes da Camara dos Deputados* – Primeira sessão da quarta Legislatura. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900b. v. II. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060917_02&&pagfis=224. Acesso em: 5 jul. 2021.

CONGRESSO NACIONAL. *Annaes da Camara dos Deputados* – Sessões de 3 de abril a 3 de maio de 1915, v. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=060917_03&pasta=ano%20191&pesq=Sess%C3%B5es%20de%203%20de%20abril%20a%203%20de%20maio%20de%201915&pagfis=51551. Acesso em: 5 jul. 2021.

CONGRESSO NACIONAL. Parecer n. 34, da Segunda Comissão de Inquérito. *Diário do Congresso Nacional*, n. 235, p. 7.534-7.584, 28 abr. 1930. Disponível: em: http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD28ABR1930.pdf#page=. Acesso em: 25 jul. 2021.

ELEIÇÕES FEDERAES. Reunião da Junta Apuradora. *A União*, Parahyba, 2 mar. 1915, p. 1.

FERREIRA, L. de F. G. *Raízes da indústria das secas*: o caso da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 1993.

GALVÃO, L. M. *História constitucional brasileira na Primeira República*: um estudo da intervenção federal no estado do Rio de Janeiro em 1923. 2013. 214 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103496. Acesso em: 20 ago. 2021.

GRAHAM, R. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX***.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GURJÃO, E. de Q. *Morte e vida das oligarquias*: Paraíba (1889–1945). João Pessoa: UFPB, 1994.

KOERNER, A. O Poder Judiciário no sistema político da Primeira República. *Revista USP*, São Paulo, n. 21, p. 58-69, 1994. Dossiê Judiciário. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i21p58-69. Acesso em: 15 ago. 2021.

KOERNER, A. *A ordem constitucional da República*: uma análise política da jurisdição constitucional no Brasil (1889–1926). 2015. 513 f. Tese (Livre-Docência) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: http://repositorioslatinoamericanos.uchile.cl/handle/2250/1342814. Acesso em: 20 ago. 2021.

KOERNER, A. *Instituições judiciais e sociedade no Brasil*: Império e Primeira República – a questão do Estado de direito. São Paulo, Apresentação realizada no Instituto Lula, 9 ago. 2021.

LESSA, R. *A invenção republicana*: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015.

LEWIN, L. *Política e parentela na Paraíba*: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MANIFESTO DO PARTIDO Republicano da Parahyba. *A União*, Parahyba, 18 fev. 1930, p. 1.

MARIZ, C. *Apanhados históricos da Paraíba*. 3. Ed. João Pessoa: A União Editora, 1994.

MELLO, J. O. de A. *A revolução estatizada*: um estudo da formação do centralismo em 30. Mossoró: Fundação Guimarães Duque; Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.

MELLO, O. T. de A. *A Paraíba na Primeira República*. João Pessoa: A União Editora, 1982.

MOTTA, R. P. S. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109-137, jan./mar. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.5965/2175180310232018109. Acesso em: 25 mar. 2019.

NÓBREGA, A. *História republicana da Paraíba*. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1950.

OS PODROMOS DO ESBULHO eleitoral. A União, Parahyba, 29 mar. 1930, p. 1.

OLIVEIRA, L. de. *Minhas campanhas*. Recife: Jornal do Commercio, 1943.

PARAHYBA DO NORTE. Constituição do Estado da Parahyba do Norte. *In*: FERNANDES, F. S. *História constitucional da Paraíba*. João Pessoa: [*S.n.*], 1985.

PARTE OFFICIAL. Administração do exmo. Dr. João Pereira de Castro Pinto. *A União*, Parahyba, 3 mar. 1915, p. 2.

PARTIDO REPUBLICANO DA PARAÍBA. Bases Orgânicas. *A União*, Parahyba, 10 mar. 1916, p. 1-2.

PEDROSA, P. da C. *Minhas próprias memórias* (vida pública). Rio de Janeiro: Agir, 1963.

PESSOA, E. *Primeiros tempos* (1884–1909). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1965a.

PESSOA, E. *João Pessoa – Aliança Liberal – Princesa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1965b.

PESSOA, E. *Na política da Paraíba* (2ª fase: 1912–1935). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1962.

PINTO, S. C. S. Sobre a lógica do funcionamento dos partidos políticos nos sistemas oligárquicos: o caso do Rio de Janeiro na Primeira República. *Lusíada – História*, Lisboa, n. 9/10, p. 231-251, 2013. Disponível em: http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/1124. Acesso em: 10 out. 2019.

RAPOSO, E. *1930: Seis versões e uma revolução*. História oral da política paraibana (1889–1940). Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2006.

RICCI, P.; ZULINI, J. P. Quem ganhou as eleições? A validação dos resultados antes da criação da justiça eleitoral. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 21, n. 45, p. 91-105, mar. 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0104-44782013000100008. Acesso em: 5 maio 2016.

RODRIGUES, I. C. L. *A Revolta de Princesa:* uma contribuição ao estudo do mandonismo local (Paraíba, 1930). João Pessoa: A União Editora, 1978.

RODRIGUES, I. C. L. *A gangorra do poder* (Paraíba, 1889–1930). João Pessoa: A União Editora, 1989.

SANTOS, W. G. dos. O sistema oligárquico representativo da Primeira República. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, pp. 9-37, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0011-52582013000100002. Acesso em: 2 jul. 2021.

SATO, L. S. S. *Um poder da moderação?* Política e Justiça no Supremo Tribunal Federal da Primeira República. 2018. 322 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/12475. Acesso em: 10 ago. 2021.

SOUZA, M. do C. C. de. O processo político-partidário na Primeira República. *In:* MOTA, C. G. (org.). *Brasil em perspectiva*. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 162-226.

VISCARDI, C. M. R. O federalismo como experiência: Campos Sales e as tentativas de estabilização da República. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 59, n. 4, p. 1.169-1.206, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/001152582016110. Acesso em: 15 jul. 2021.

FUNDADORES DE JORNAIS E DIRIGENTES PARTIDÁRIOS: RECURSOS ESTRATÉGICOS PARA A COMPETIÇÃO OLIGÁRQUICA NA BIOGRAFIA DOS SENADORES BRASILEIROS*

Newspaper founders and party leaders: strategic assets for oligarchic competition in the biography of Brazilian senators

Fundadores de periódicos y líderes de partidos: recursos estratégicos para la competición oligárquica en la biografía de los senadores brasileños

LUCAS MASSIMO[I]**

http://doi.org/10.1590/S2178-149420220104

*Agradeço os valiosos comentários fornecidos pelos pareceristas anônimos da revista *Estudos Históricos*, agradeço aos estudantes de graduação do Centro Universitário UNINTER que se engajaram no projeto de pesquisa "Instituições, estrutura de oportunidades, e carreira política no Brasil (1889–2014)" e agradeço especialmente à diligência de Claudia Thayná Carvalho Haidar, que nos últimos dois anos forneceu preciosa assistência na pesquisa com os parlamentares brasileiros na Primeira República.

[I]Centro Universitário Internacional Uninter – Curitiba (PR), Brasil.
**Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) (lucasmassimo@gmail.com)
https://orcid.org/0000-0001-7063-0778

Artigo recebido em 10 de setembro de 2021 e aprovado para publicação em 23 de novembro de 2021.

Resumo

O artigo analisa a distribuição de dois atributos na biografia dos senadores brasileiros durante a Primeira República: ter sido fundador de jornais e dirigente partidário. Aventamos que os indivíduos que acumularam os dois atributos estiveram em condições de controlar redes de influência próprias e, por esse motivo, podem ter suas biografias entendidas como a origem dos partidos políticos brasileiros no período republicano. Esses achados foram obtidos a partir de um estudo prosopográfico com todos os indivíduos que tomaram posse no Senado Federal entre 1890 e 1934.

Palavras-chave: Prosopografia; Dirigentes Partidários; Jornais; Competição Política; Senadores Brasileiros; Primeira República.

Abstract

This article analyzes the distribution of two roles in the biography of Brazilian senators during the first republic: newspaper founder and party leader. We hypothesize that the individuals who accumulated both roles were in a position to control their own networks of influence, and, for this reason, determined parameters for oligarchic competition, in such a way that their biographies can be understood as the origin of Brazilian political parties in the republican period. These findings were obtained from a prosopographical study of all individuals who took office in the Federal Senate between 1890 and 1934.

Keywords: Prosopography; Party Leaders; Newspapers; Oligarchic Competition; Brazilian Senators; First Republic.

Resumen

El artículo analiza la distribución de dos atributos en la biografía de los senadores brasileños durante la Primera República, haber sido fundador de un periódico y líder de un partido. Nuestra hipótesis es que los individuos que acumularon ambos atributos estaban en condiciones de controlar sus propias redes de influencia, y, por eso, determinaron parámetros para la competición oligárquica y pueden tener sus biografías entendidas como el origen de los partidos políticos brasileños en el período republicano. Estos resultados se obtuvieron a partir de un estudio prosopográfico de todos los individuos que ocuparon cargos en el Senado Federal entre 1890 y 1934.

Palabras clave: Prosopografía; Líderes De Partidos; Periódicos; Competición Oligárquica; Senadores Brasileños; Primera República.

INTRODUÇÃO

O dicionário Houaiss sugere seis acepções para o verbo empastelar: (1) misturar ou apresentar em desordem os tipos, títulos, linhas de composição etc., na composição, na montagem ou na paginação; (2) desordenar caracteres ou outro material tipográfico de diferentes caixas; (3) desfazer-se (fôrma, granel ou linha de tipos); (4) cair em magazine ou canal incorreto; (5) invadir uma gráfica ou redação de jornal para inutilizar o trabalho em curso ou danificar equipamentos e materiais; (6) causar danos físicos ou materiais; estragar, machucar (Houaiss, 2009). De acordo Lira Neto (2013: 22), o termo empastelar

> remetia à época em que os periódicos eram compostos em máquinas de tipos móveis, em que cada letra tinha de ser escolhida pelo tipógrafo e montada, uma a uma, para formar as palavras. Empastelar, nesse caso, significava abrir as gavetas de tipos e esparramar as letras de chumbo no chão, o que exigia meses para reorganizá-las.

Para os propósitos deste artigo, convém destacar que o empastelamento dos jornais tinha outras consequências além de destruir ou inutilizar os equipamentos dos jornais. Como símbolo do poder político de um indivíduo, uma família ou uma agremiação partidária, o empastelamento de um jornal poderia representar ao mesmo tempo o fim de uma identidade ou o ponto de virada em uma carreira política, levada a efeito pelo ápice da violência política contra elites políticas locais. A frequência com que ocorriam os empastelamentos no Brasil durante a Primeira República é um indício da centralidade assumida pelos jornais para a competição oligárquica daquele período.

O objetivo desta investigação é examinar a ocorrência de dois atributos estritamente documentados na biografia dos senadores brasileiros que tomaram posse durante a Primeira República: ter sido fundador de jornais e ter sido dirigente partidário. Ao nosso entender, a combinação desses dois atributos denota o controle de recursos estratégicos para a competição político-partidária naquele período. Ao compreender o significado que o controle desses recursos admitia na época, é possível elaborar interpretações um pouco mais matizadas do que as ideias ainda em voga acerca da vida partidária brasileira naquele período. Ao mesmo tempo, investigar a ocorrência desses dois atributos na biografia da elite parlamentar permite entender melhor a origem das nossas instituições políticas.

Como se sabe, na Primeira República não existam instituições de caráter nacional responsáveis pelas eleições. Os organismos da justiça eleitoral em nível federal só seriam criados em 1932, e durante as três primeiras décadas da experiência republicana a organização dos pleitos era bastante descentralizada. Ao apresentar com minúcias a legislação que tratava do assunto na Primeira República, Zulini e Ricci (2021) explicam que a legislação eleitoral, apesar

de farta e detalhada, era omissa ao tratar da impressão das cédulas eleitorais, que acabavam sendo fabricadas pelos próprios partidos. Em um texto mais antigo, Rodolpho Telarolli (1982: 40) informa ser comum a publicação das cédulas em jornais para que os eleitores as recortassem, ou para que fossem distribuídas aos eleitores pelos cabos eleitorais durante o dia da eleição — convergindo para a descrição de Jairo Nicolau (2004: 30). É razoável especular que, nessas circunstâncias, se um dispositivo de imprensa nas redondezas não fosse necessário, ao menos os candidatos indicados pelo partido precisariam de alguma infraestrutura básica para viabilizar sua participação nos pleitos. Essa foi a primeira razão pela qual dirigimos nossa atenção para partidos e jornais.

A segunda razão está relacionada com uma dificuldade talvez elementar para quem faz estudos prosopográficos com a elite parlamentar da Primeira República, que é como separar os indivíduos que se destacavam entre seus pares em um grupo que já reunia os extratos mais elevados da elite política. Os nove anos previstos pela constituição para o mandato de senador fez com que esse posto fosse, na Primeira República, a posição mais segura entre todos os cargos eletivos disponíveis na estrutura de oportunidades políticas republicana. Cláudia Viscardi afirma, em um levantamento realizado nas constituições estaduais, que

> em relação à duração dos mandatos parlamentares, predominou a fórmula de três anos para os mandatos de deputados (12 unidades federadas), seis anos para o cargo de senador estadual (cinco estados entre os oito bicamerais que estabeleceram número) e quatro anos para o governo do estado (14 entre os 20). Em Minas Gerais, o senador teria oito anos de mandato (Viscardi, 2017: 85).

Não havia mandato mais longo do que o do Senado Federal, portanto, é razoável imaginar que ele fosse ocupado pelos oligarcas mais importantes de cada estado. Quando examinamos, na elite senatorial, a distribuição desses dois atributos, constatamos que os fundadores de jornais e os dirigentes partidários eram aqueles que poderiam, pelo controle desses recursos, destacar-se entre seus pares.

O manuscrito está organizado em sete partes, com esta introdução. A seguir veremos algumas interpretações que nos ajudam a compreender o estado da arte sobre vida partidária brasileira na Primeira República. No terceiro apartado, veremos que existe uma vinculação umbilical entre jornais e partidos; aventamos que ela oferece aos analistas um caminho para investigação empírica capaz de superar lugares-comuns que ainda orientam a bibliografia acerca da origem das organizações partidárias no Brasil republicano. O quarto item realiza alguns esclarecimentos de caráter metodológico, apresenta as fontes e explica ao leitor qual é o contexto em que os dados foram construídos. No quinto item nos colocamos em diálogo com os autores que ampararam a construção da tipologia, cujos resultados são discutidos

CC BY

na sexta seção do artigo. No sétimo item, lançamos breves considerações finais acerca do assunto investigado no trabalho.

ESTADO DA ARTE SOBRE A POLÍTICA PARTIDÁRIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

O conceito de elite política que empregamos neste trabalho é um conceito posicional, ou seja, entendemos que expressão "elite política" denota um grupo de indivíduos que se define pelo fato de ocuparem posições em uma estrutura de oportunidade políticas. Essa orientação parte do debate entre argumentos pluralistas e monistas que marcou uma importante fase da ciência política norte-americana nos anos 1950 (Dahl, 1958; Mills, 1968 [1956]) e que permitiu realizar avanços importantes em relação ao elitismo clássico (Grynszpan, 1996). Ao estudar apenas a biografia dos senadores, com isso nós delimitamos um subgrupo dentro elite política e podemos colocar em primeiro plano atributos encontrados no extrato superior da elite parlamentar brasileira.

Se, por um lado, essa maneira de conceituar a elite possui vantagens do ponto de vista metodológico (Codato, 2015) — uma vez que dela decorre um critério de fácil operacionalização empírica para a composição do grupo, que é formado por todos os indivíduos que tomaram posse no Senado Federal[1] —, por outro lado, podem ocorrer ruídos (determinados ao nível teórico) no diálogo entre nosso trabalho e outras interpretações sobre as elites políticas republicanas.

A concepção que orienta boa parte do que se escreveu sobre as lideranças brasileiras na Primeira República pode estar sob influência de uma concepção mais genérica acerca do que venha a ser a elite política, e essa concepção mais genérica parece similar ao modo como Vilfredo Pareto formulou a distinção entre a elite governante e a elite não governante[2], que não restringe a classe política aos indivíduos que ocupam posições formais de comando, mas inclui outros indivíduos que, a despeito de não ocuparem posições formais, acabaram, no percurso de suas biografias, por se distinguir dos seus pares graças aos seus predicados particulares.

Essa maneira de retratar os líderes políticos aparece em vários autores, mas talvez nenhum deles ilustre tão bem a superação das contingências como o faz José Sebastião Witter em seu estudo sobre o Partido Republicano Federal. Ao caracterizar a trajetória de Francisco Glicério, o incansável general de origem modesta, Witter observa que

> ele foi, sem dúvida, um campeão do espírito de contemporalização, hábil manobrista, sempre alerta, versátil e tolerante. Não era um ideólogo, mas uma natureza despida de veleidades

> intelectuais no seu pragmatismo a todas as combinações, para superar antagonismos aparentemente irreconciliáveis, desde que não o afastassem da meta republicana [...] Eis sua triunfal trajetória: propagandista, vereador em Campinas, ministro do governo provisório, general honorário do Exército, constituinte de 1891, membro da comissão Diretora do Partido Republicano Paulista, senador da República (Witter, 1999: 20).

Em que pesem as diferenças no conceito de elite, é oportuno (para nosso argumento neste artigo) ressaltar que uma obra de referência sobre o Partido Republicano Federal comece observando, precisamente, "A trajetória de um líder". O objetivo desta seção é rememorar algumas das teses que tratam da política partidária no período, de modo a caracterizar alguns tópicos do estado da arte sobre a vida partidária brasileira no início do século XX e informar para onde apontam as conclusões sustentadas neste artigo.

Boa parte do que se sabe[3] sobre as organizações partidárias na Primeira República é resultado de pesquisas realizadas desde meados dos anos 1970, que proporcionaram um enorme avanço em relação à vasta bibliografia que trata da estrutura política na Primeira República. Por muitos anos e com diferenças fundamentais — a exemplo de Furtado (2003) e Sodré (1976) —, predominaram explicações que entendiam a política brasileira em geral (e a representação política em particular) como uma esfera dependente das configurações de classes sociais ou com base na evolução das contradições da economia cafeeira. Uma das características mais marcantes dessas explicações é o seu caráter dicotômico, que opunha cidade e campo. Olhando o processo político de modo mais cuidadoso, Maria do Carmo Campelo de Souza (2001) observa que a política dos governadores vai se constituindo mais como uma maneira de estabilizar o sistema político do que por um conluio de interesses econômicos, em sentido estrito[4].

A primeira grande ruptura com as teses dualistas vem com obra canônica *Coronelismo enxada e voto*, de Victor Nunes Leal (2012 [1949]), um modelo ainda hoje incontestável, em boa medida em virtude do fato de prescrever o coronelismo como um fenômeno específico da Primeira República. No entanto, a ênfase que o autor confere à estrutura agrária como a dimensão explicativa do fenômeno coronelista, junto com sua preocupação de entender a decadência dos coronéis, são duas pedras fundamentais do modelo interpretativo que não nos ajudam a alçar os partidos políticos como protagonistas para se compreender a competição oligárquica.

A dificuldade que se impõe para a nova agenda de estudos sobre as agremiações partidárias não se deve apenas à (necessária) deferência quanto ao modelo de Victor Nunes Leal, mas é um dado do próprio processo de formação regime republicano. Um dos efeitos do federalismo foi a disseminação do que Afonso Arinos de Melo Franco chamou de uma "men-

talidade antipartidária, no sentido nacional" (Franco, 1974: 54). Essa concepção negativa não se restringe aos primeiros anos do novo regime republicano. De acordo com Surama Conde Sá Pinto, o pensamento autoritário que se destacaria nas décadas de 1920 e 1930 compreendia a noção de cidadania de uma maneira que desprestigiava tanto "o voto como direito" como os "partidos enquanto expressão das preferências eleitorais". Para a autora, "longe de traduzir diferentes princípios doutrinários e nítidas distinções programáticas, as siglas partidárias não passavam de fachada, cuja finalidade era ocultar sua verdadeira vocação: a defesa de interesses particulares" (Pinto, 2013: 236).

No âmbito da sociologia política dos partidos, encontramos recentes formulações fortemente influenciadas pelo esquema de Victor Nunes Leal, que associava a decadência da propriedade rural à decadência da representação política[5]. A tipologia de Gláucio Soares (2001: 30), que combina a concentração da propriedade agrícola com o impacto que o eleitorado rural tinha no eleitorado total dos municípios, sugere a força da concepção de que as oligarquias eram de fato hegemônicas. Mas mesmo em Gláucio Soares, esse esquema interpretativo não impõe monotonia à competição oligárquica. Segundo o autor, por mais estável que fosse o sistema oligárquico, havia alguns mecanismos que possibilitavam a mudança, fossem eles fatores de ordem institucional, como a impossibilidade de reeleição consecutiva no Estado, fossem fatores de ordem circunstancial, como cisões e recomposições ou o afastamento do oligarca local para ocupar uma vaga no Senado. A enorme variação que se observa nos estudos monográficos sobre a política local sugere que entre os fatores explicativos da dominação oligárquica apareceriam a "capacidade organizacional, seus dotes oratórios, sua personalidade marcante, o isolamento do estado". No entanto

> essas explicações, embora possam contribuir para elucidar certas peculiaridades de uma dada oligarquia num dado momento, não explicam a oligarquia como fenômeno generalizado. O grande número de oligarquias decreta a falência das explicações casuísticas, feitas para explicar uma oligarquia só (Soares, 2001: 20).

É com preocupações dessa natureza que um estudo sobre os recursos estratégicos que encontramos na biografia dos senadores brasileiros pode nos ajudar a revisitar a compreensão sobre a competição oligárquica na Primeira República. Tal como Sebastião Witter, ponderamos que é oportuno conhecer a carreira política dos indivíduos que criaram os partidos políticos nesse período. Em um olhar dessa natureza podemos compreender melhor como o sistema partidário se constituiu e como ele se transformou. Um dos desafios que está posto para a agenda das pesquisas sobre a vida partidária brasileira naquele período consiste, exatamente, em como encontrar padrões que nos permitam aprofundar o conhecimento do que é aparentemente singular. Conforme assinala Simon Schwartzman,

> O processo de mudança política não pode ser entendido seja como uma consequência do processo de modernização (como insinuam os que consideram 1930 uma revolução de "classe média") seja através do processo de desenvolvimento econômico, ou acumulação de capital (como afirmam os teóricos da revolução "burguesa"). Há uma esfera específica do poder político que cresce em tamanho e muda suas fontes de energia através do tempo (Schwartzman, 1970: 37).

O estudo dos recursos mobilizados pelos extratos mais elevados da elite parlamentar é uma porta de entrada nessa esfera específica do poder político, e é para conhecer melhor os mecanismos que faziam essa esfera funcionar que direcionaremos nosso olhar doravante.

PUZZLE DO ARTIGO

Na superfície, podemos separar dois argumentos relacionados com o objeto deste estudo: a primeira linha de interpretação sugere que jornais pertenciam aos partidos, e o fato de ter sido controlado pelo indivíduo X ou Y era um acessório menos importante; na situação inversa, o segundo argumento sustentará que os jornais pertenciam, sim, aos indivíduos que os compravam ou os constituíam, e esses indivíduos se beneficiavam dos jornais para exercer influência sobre o partido que mais lhes conviesse.

Essa é uma divisão bastante superficial, pois, em princípio, ela parece sugerir que a oposição entre os dois argumentos se reduz à posse jurídica dos órgãos de imprensa. Como veremos, não é assim tão simples, uma vez que os dois pontos de vista podem estar olhando para dimensões diferentes do mesmo fenômeno, este sim muito mais relevante se quisermos compreender a dinâmica da competição oligárquica na Primeira República — a saber, são duas maneiras de abordar a constituição dos parâmetros que vão pautar a vida político-partidária brasileira desde então.

Para ilustrar o primeiro argumento, ressaltamos a conclusão de Paolo Ricci, de acordo com a qual o "o jornal era a voz do partido" (Ricci, 2021: 46). Essa conclusão fica evidente quando o autor reproduz o fac-símile de alguns jornais nos quais se lê, logo abaixo do título do jornal, esse detalhamento. Abaixo do título do *Diário da Manhã*, lemos "Órgão do Partido Constructor"; após "A Federação", lê-se "Orgam do Partido Republicano Federal". Ocorre que nessas mesmas imagens constatamos o destaque para o nome dos seus fundadores! No terceiro fac-símile reproduzido pelo professor Paolo Ricci, lemos que a "A República" era o "Orgam do Partido Republicano Federal", e seu diretor político é o senador Pedro Velho, que é retratado na capa do jornal como tendo sido também seu fundador (em 1º de julho de 1889)[6]. Na capa da *Folha de Sergipe*, "Propriedade do Dr. Manoel Nobre" aparece acima de "Orgam Republicano". O mesmo ocorre na capa de *Republica*, que menciona os nomes do diretor e do gerente junto com a expressão "Órgão do Partido Republicano Catharinense", e com *O*

CC BY

Democrata, que especifica tanto o partido ("Orgam do Partido Democrata Mattogrossense") como os nomes do seu gerente, diretor e secretário. Certamente o caminho menos promissor para essa diferença seria procurar responder quem detém a posse jurídica dos jornais. Ao contrário, essas duas formas de encarar a relação umbilical que existia entre partidos e jornais nos ajudam a caracterizar oportunidades colocadas para um estudo de caráter prosopográfico. Vejamos com mais alguns pormenores como os argumentos da segunda linha de interpretação nos ajudam nesse intento.

Como se sabe, a prosopografia é uma abordagem empregada no campo da história social para designar uma maneira de se estudar elites políticas. Como a palavra parece ficar restrita ao vocabulário de antigos historiadores, vale repassar pela definição canônica de Lawrence Stone:

> A prosopografia é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes - a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante. Os vários tipos de informações sobre os indivíduos no universo são então justapostos, combinados e examinados *em busca de variáveis significativas*. Eles são testados com o objetivo de encontrar tanto correlações internas quanto correlações com outras formas de comportamento ou ação (Stone, 2011: 115, grifos nossos).

Destacamos a busca de variáveis significativas nessa citação, pois a coincidência dos dois atributos não aparece apenas na capa dos jornais. Quando lemos com atenção a biografia dos senadores brasileiros, percebemos que as fontes (falaremos sobre elas na quarta seção deste artigo) oferecem detalhes suficientes para discernir os indivíduos que trabalharam em jornais como redatores ou jornalistas daqueles que exerceram controle efetivo sobre os órgãos de imprensa. Ademais, quando se lê a biografia desse pessoal, percebemos que os indivíduos que acumulam os dois predicados (fundador de jornais e dirigente partidário) são pessoas que perfilaram carreiras políticas sofisticadas, por meio das quais puderam desempenhar funções em diferentes níveis de governo e foram capazes de exercer poder e influência por muitos anos[7]. Tal é o caso de Marcondes Filho, o indivíduo selecionado por Adriano Codato para caracterizar como se faz uma ficha prosopográfica (Heiz e Codato, 2015: 303). De acordo com os autores, Marcondes Filho "cria e dirige, em 1927, o *São Paulo Jornal*, órgão mais popular do Partido Republicano Paulista. Foi também redator de *O País*. A partir de 1940, é diretor do jornal *A Noite*". Alguns anos depois de ver seu jornal empastelado — o mesmo órgão que dava voz ao Partido Republicano Paulista, Marcondes Filho foi convidado por Getúlio Vargas

para ser vice-presidente do Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo e, mais tarde, foi nomeado Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio (1941–1945), posto que acumulou como ministro interino da Justiça e Negócios Interiores entre 1942 e 1943. Foi durante esse período que Marcondes Filho[8] criou um programa radiofônico semanal ainda hoje bastante conhecido (*Hora do Brasil*). Como se vê, a carreira política do indivíduo que funda o jornal não é abreviada com seu desaparecimento.

Uma característica importante para estudos prosopográficos é a produção das biografias coletivas em estudos diacrônicos. Todos esses detalhes que lemos na biografia de um sujeito desaparecem quando adotamos um recorte temporal mais extenso, o que é imprescindível para delinear padrões e para extrair desses padrões evidências sólidas para investigar questões teóricas mais ambiciosas. Portanto, a abstração dos componentes conjunturais é um elemento central na prosopografia, porque nos ajuda a afastar ao mesmo tempo as falsas generalizações, como também nos ajuda a desconstruir as caricaturas fugazes que por muitos anos acompanham a imagem que se faz da elite política republicana. Essa caricatura aparece na maneira como Sérgio Abranches entende os partidos políticos naquele período. Para Abranches,

> Os partidos políticos, sem instâncias nacionais com poder, reuniam as cúpulas estaduais para decidir sobre o preenchimento dos *cargos em todos os níveis* [...] Em todas essas decisões o processo era dirigido, com absoluto rigor, pelos Comitês Executivos, que incluíam os políticos mais fortes ou seus representantes. Assim foram eleitos todos os presidentes da República, de Prudente de Morais (1894) a Julio Prestes (1930). Da mesma maneira os governadores, prefeitos, deputados federais e senadores. *Aí se esgotava o papel dos partidos políticos na Primeira República*. Quando se tratava de tomar posições em assuntos nacionais, as lideranças prefeririam neutralizar o partido [...] *Na Primeira República, como estado e partido se confundiam*, as questões estaduais é que eram as partidárias, não as nacionais [...] *Partido e interesse oligárquico se confundiam*. É exatamente por isso que a ideia de um Executivo onipotente sempre assustou os constituintes (Abranches, 2018: 23, grifos nossos).

As ausências que se repetem nessa passagem são flagrantes. Inexistem instâncias nacionais, inexistem disputas, inexiste tempo, inexiste mudança. Se por um lado é claro que a onipotência do Poder Executivo poderia, sim, assustar os constituintes de 1891, por outro lado é preciso reconhecer que durante cerca de três décadas houve um sistema político presidencialista, com um Poder Legislativo constituído, e durante esse período um sem-número de oligarcas disputou eleições de modo regular. Se os Comitês Executivos dos partidos fossem assim tão poderosos, por que os dirigentes partidários dedicariam tanta energia na constituição de jornais? Se os partidos políticos se confundem com os estados, então alguma sobreposição

entre a burocracia dos partidos e a burocracia dos estados seria esperada, tal como ocorreu nos regimes totalitários dos anos 1940 (Gerth, 1940; Lasswell e Sereno, 1937), mas claramente não parece ser esse o caminho proposto no ensaio de Sergio Abranches.

A interseção dos dois atributos que propomos investigar neste artigo ajuda a aprofundar o conhecimento acerca dos recursos empregados na competição oligárquica e, com isso, entender melhor a dinâmica do sistema partidário brasileiro. Antes do pluralismo que se constituirá a partir de 1945, e também anteriormente ao pluralismo hiperfragmentado da Segunda República (1934–1937), a experiência partidária que se verificou nos estados durante a Primeira República pode ser entendida como uma situação intermediária entre os sistemas de partido único (Duverger, 1976: 350) e o sistema de partido-estado, esse mesmo que aparece de forma cristalina na caracterização de Sérgio Abranches e que encontra eco na maioria dos estudiosos da política brasileira. Ao entender a configuração do sistema como do tipo partido-estado — que simplesmente retorna ao ponto das hegemonias fechadas na representação de Dahl (2005: 30) —, perde-se de vista que a dinâmica do sistema brasileiro pode representar um tipo intermediário, entre o partido único-dominante e o pluralismo poliárquico[9].

Se postularmos que jornais e partidos funcionavam como dispositivos que viabilizam a competição oligárquica, então a investigação da coincidência desses atributos na biografia dos senadores nos coloca dentro da "esfera específica do poder político", que foi destacada nas conclusões de Simon Schwartzman (1970: 37): "As ligações entre este processo político e o que acontece em outras esferas da sociedade é um problema de pesquisa empírica. No Brasil, a tendência parece ter sido a existência de um baixo nível de correspondência entre as esferas sócio-econômica e política".

Um dos principais ganhos teóricos proporcionado pela agenda de pesquisa sobre elites políticas é se endereçar a uma questão elementar: afinal como se formam instituições políticas? Como, exatamente, as instituições se tornam instituições? Contra o mantra institucionalista de que "*institutions matter*", os prosopógrafos contemporâneos respondem que "instituições não são um dado da natureza, não emergem por geração espontânea, nem se mantêm pelo cumprimento de necessidades ou funções sociais" (Marenco, 2008: 14). Esse é o lugar-comum que não se encontra nas ausências da sobreposição entre partidos e estados proposta por Sérgio Abranches. A justificativa teórica para o nosso exercício empírico passa por quatro aspectos com os quais os estudos das elites ajudam a entender a origem das instituições:

> Para além de utilizá-las como espécie de *deus ex-machina*, artefato introduzido subitamente para solucionar um problema formal presente na reconstituição analítica, é preciso explicar (1)

> por que algumas instituições mostram-se mais capazes do que outras para resolver dilemas de ação coletiva, (2) as condições que geram o surgimento de tipos específicos de instituições, (3) as causas da variedade de modelos institucionais, e (4) os fatores de continuidade e ruptura institucionais (Marenco, 2008: 14).

Essas são algumas das questões que o estudo das elites políticas pode ajudar a responder, e a retomada da política parlamentar à Primeira República oferece uma oportunidade ímpar a quem quer que se interesse pela origem dos partidos políticos brasileiros.

ESCLARECIMENTOS METODOLÓGICOS E CONTEXTO DO EXERCÍCIO EMPÍRICO

Os dados que amparam esta investigação foram obtidos em uma prosopografia dos senadores brasileiros durante a Primeira República. A base de dados com a qual realizamos esta biografia coletiva contempla todos os indivíduos que tomaram posse no Senado Federal entre 1890 e 1934[10]. Foram incluídos na base todos os homens que apareciam no site do Senado Federal quando realizamos a coleta, portanto o universo inclui toda a população de senadores daquele período, sejam os eleitos nos pleitos regulares, sejam os que assumiram a vaga de outros titulares durante o mandato, sejam os vice-presidentes da República que acumulavam, de acordo com a Constituição de 1891, a presidência do Senado Federal. Com esses critérios, a base de dados reúne informações sobre os titulares de 849 mandatos senatoriais, que foram desempenhados por 359 indivíduos. Essa diferença é importante pois, mensurando separadamente as duas unidades, é possível aferir de que maneira as reconduções ao posto de senador alteram a carreira política desse segmento da elite parlamentar. No entanto, para os propósitos deste artigo, consideraremos apenas os dados dos 359 indivíduos que tomaram posse nesse período.

Como esperado, os senadores brasileiros eram um grupo extremamente homogêneo sob o ponto de vista do seu *background* social. A grande maioria deles tinha sido advogado, jornalista ou professor em algum momento anterior à sua carreira política, e praticamente todos eles concluíram o ensino superior (Massimo, 2019). No entanto, se os indicadores de ocupação e formação universitária revelam um grupo bastante homogêneo, quando observamos suas carreiras políticas constatamos que existem diferenças importantes.

A vida partidária dos senadores brasileiros é muito bem documentada. Metade deles foi vinculada a uma ou duas agremiações, e na outra metade encontramos os nomes de três a cinco partidos políticos. De cada dez senadores, seis foram filiados a partidos em cujo nome aparece a palavra republicano, e nos outros quatro aparecem nomes de outros partidos, mas

CC BY

sem essa expressão. Apenas um terço desse pessoal possui em suas biografias informações sobre a passagem por instâncias de organização partidárias, identificadas por palavras como diretórios municipais, comissão executiva estadual, comissão nacional, entre outras variações da nomenclatura que designa instâncias formais de organização partidária. Na biografia dos outros dois terços dos senadores não encontramos esses detalhes (Massimo, 2018).

Todos esses resultados foram obtidos com a leitura pormenorizada de duas fontes. A primeira delas são as fichas produzidas a partir da Biografia dos Senadores, uma das primeiras bases que compôs os trabalhos do Prodasen na segunda metade dos anos 1970 (Baaklini, 1994). São 16 PDFs com cerca de 70 páginas cada, que recebemos por *e-mail*, gentilmente fornecidos pela equipe da Coordenação de Arquivo do Senado Federal. A segunda fonte são os verbetes do *Dicionário histórico biográfico brasileiro*. Lemos os verbetes de 337 senadores da Primeira República, todos eles disponíveis para consulta pública a partir do segundo semestre de 2013 no site do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas.

Uma das dificuldades mais elementares com as quais nos deparamos durante essa pesquisa foi identificar o nome dos senadores que se destacavam entre seus pares. A pesquisa tinha como pano de fundo o problema da profissionalização política (Massimo, 2018), e os tipos mais adequados ao nosso modelo de análise seriam primeiro um (a) profissional típico, com carreira longa e especializada e cargos de direção partidária; seguido de um (b) semiprofissional, com carreira nem tão longa nem tão especializada, vinculado a partido, mas sem cargo de direção partidária; e finalmente um tipo (c) amador, que entra lateralmente e permanece por pouco tempo no Senado. Todavia essa classificação se depara com um problema de ordem lógica. Os indicadores acionados foram utilizados para mensurar um processo que varia em dimensão diacrônica no conjunto da população. Esses atributos não se observam simultaneamente nos mesmos indivíduos, são traços que aparecem nos padrões e nas regularidades da população e podem ser visualizados combinando os achados obtidos a partir de várias tabelas. Talvez fosse possível aperfeiçoar o modelo, trocar indicadores, mas seria difícil retirar uma nominata dos indivíduos que fosse bem distribuída nesses três tipos, pois o mesmo indivíduo poderia ser classificado em diferentes categorias, a depender do momento da sua carreira que estivesse sendo considerado na classificação. Como se vê, as dificuldades não se referem apenas aos indicadores que se empregam, mas no conceito que orienta a combinação dessas informações. Segundo Dominique Damamme (1999: 47),

> adotar uma definição frouxa do profissional faz correr o risco de anacronismo. Por outro lado, manter uma definição muito estreita leva a superestimar a especificidade das práticas notáveis e, consequentemente, esconder a gênese efetiva do empreendedor político especializado.

A solução para esse problema foi a busca de outros critérios, que em vez de serem compostos de indicadores de carreira política, passariam a ser discutidos com base nos recursos que os senadores mobilizaram ao longo de suas trajetórias.

A TIPOLOGIA CONSTRUÍDA COM BASE NA TRAJETÓRIA DO BARÃO ARMAND DE MACKAU

Após discutir os achados obtidos com a carreira política dos senadores brasileiros, nós nos encontrávamos em uma posição bastante parecida com a de Donald Matthews ao concluir seu retrato coletivo dos 180 homens e mulheres norte-americanos que exerceram o cargo de senador naquele país entre 1947 e 1957. Após verificar que nos Estados Unidos os senadores são recrutados em estratos sociais muito privilegiados —— eles "falam a mesma língua", "possuem o mesmo estilo de vida" e compartilham as mesmas experiências no treinamento —, o autor constatou que

> ao mesmo tempo em que nosso retrato de grupo fornece uma visão dessas questões, ele é uma abstração que *ofusca deliberadamente muita diversidade em favor da tendência central*. Provavelmente esse retrato não será de grande ajuda para entender as grandes diferenças de comportamento encontradas entre os senadores (Matthews, 1961: 632, grifo nosso).

Ao final do artigo o autor discute rapidamente características de quatro tipos de senadores norte-americano (patrícios, amadores, profissionais e agitadores). Ainda que bastante úteis para entender as diferenças observadas no caso dos senadores norte-americanos, tais tipos não foram criados a partir de uma mensuração sistemática. Eles não servem para discernir perfis elaborados com base em critérios simultaneamente "exaustivos e abrangentes, mutuamente excludentes e significativamente correlacionados" (Codato, Berlatto e Bolognesi, 2018: 885).

Um dos aspectos que fragilizam a tipologia de Donald Matthews é a grande quantidade de indicadores que são mobilizados para discernir os tipos. Em uma classificação que combina apenas dois atributos, podemos visualizar as diferenças entre os perfis de modo mais claro, e para esse propósito a trajetória do barão Armand de Mackau foi bastante sugestiva (Phélippeau, 1999). A transformação desse aristocrata francês em um político profissional na passagem do século XIX para o século XX foi a oportunidade para que Éric Phélippeau pudesse verificar algumas hipóteses acerca dos caminhos da profissionalização entre os parlamentares europeus. A biografia do barão Armand de Mackau é examinada para testar a proposição de que o famoso "fim dos notáveis" nos parlamentos europeus não foi um processo natural, uma reação espontânea à ampliação do sufrágio. Ao descrever o início da trajetória desse

sujeito, dois aspectos foram especificamente importantes para nosso trabalho. Em primeiro lugar, ao constatar as circunstâncias em que se deram os primeiros reveses eleitorais do barão, é interessante verificar que a constituição de um político profissional é um empreendimento coletivo, visto que "para se fazer eleger não seria suficiente se apoiar em uma rede controlada por outros, era necessário, ao contrário, criar sua própria estrutura de influência" (Phélippeau, 1999: 75). Posteriormente, vê-se que o êxito nas eleições esteve diretamente relacionado à construção de uma estrutura de influência, o que inclui a constituição de um *staff*, uma equipe que permitiu a racionalização do controle das clientelas do barão.

O segundo aspecto que chamou nossa atenção foi o papel desempenhado pelos meios de comunicação controlados pelo barão. Dentro de uma organização jornalística, é mais fácil acumular de modo organizado dados sobre resultados das eleições, que podem ser utilizados para a elaboração de estatísticas eleitorais, painéis, enquetes, material de propaganda, contabilidades de campanhas. O jornal seria, segundo Phélippeau, uma verdadeira extensão da máquina eleitoral do barão:

> Ele funciona como uma agência de informação política. Fatos e ações dos candidatos, boatos circulando sobre os adversários republicanos, movimentos dos legitimistas do departamento, seguidos pelo Prefeito, estes são alguns dos centros de interesse que mantêm constantemente a atenção da direção. A equipe editorial coordena os trabalhos de pesquisa, do levantamento das estatísticas dos resultados eleitorais até a classificação política dos indivíduos. O jornal coloca seus gerentes diretamente ao serviço dos candidatos que desejam, e os mais desprovidos se beneficiam mesmo de uma assistência total: os editores preparam suas profissões, enquanto trabalham para construir sua reputação através de artigos de imprensa, não se omite nem mesmo para aconselhá-los, ou às vezes para assumir uma grande parte dos custos de sua campanha (Phélippeau, 1999: 85).

Trazendo essa caracterização para o nosso estudo prosopográfico, postulamos ser possível equiparar a estrutura de influência do barão às estruturas organizacionais que aparecem na biografia dos senadores. O que é um diretório partidário senão um instrumento para a constituição de um *staff*? Essa é a primeira condição que deve ser cumprida pelos senadores que destacam dos seus pares. Entendemos que os indivíduos que criaram as instâncias partidárias são os indivíduos que, por meio delas, poderiam ter, eles próprios, o controle sobre uma rede de influência. Mas nas condições concretas em que se dava a competição política na Primeira República, não seria suficiente ter "a chave" da sala onde se reuniam os dirigentes partidários. Como observa o professor Paolo Ricci (2021: 47),

> A importância dos jornais na época deve ser analisada considerando suas multíplices funções. Serviam, em primeiro lugar, para organizar o pleito. Nesses periódicos, se anunciavam as datas

e os lugares de eleição das mesas que, como visto, pela lei eram eleitas antes do dia da eleição. Os cidadãos alistáveis eram convidados a aparecer na sede do partido. Os responsáveis pelo alistamento eram identificados por nome e sobrenome, bem como por eventuais endereços de alistamento publicados. Nos jornais se encontravam, nas semanas que antecediam o pleito, também o endereço dos locais de votação e das sedes das seções eleitorais.

Essa é a *proxy* das variáveis que mobilizamos a seguir.

RESULTADOS

Ao ler as biografias, percebemos que indivíduos que controlavam jornais se destacavam em relação aos demais, mas essa era apenas uma vaga impressão. Para confirmar se esses dois atributos estão de fato relacionados, realizamos um teste de associação, e o valor encontrado para o qui-quadrado ficou acima do limite crítico. Os valores desse cruzamento estão dispostos na Tabela 1.

Os resíduos padronizados ajustados revelam que as duas variáveis dicotômicas estão claramente associadas. Há uma tendência (determinada em termos estatísticos) a ter sido simultaneamente dirigente de partido e fundador de jornal. Além disso, em combinações que separam a população em grupos bem distribuídos, somente 51 senadores manifestam simultaneamente os dois atributos (51 em 359, ou 14,2%). As situações em que manifestam apenas um dos dois atributos (tipos 2 e 3) está presente em 30,9% dos casos. Os senadores

Tabela 1 – Cruzamento dos indivíduos que possuíam os dois atributos.

			Dirigente de Partido Político		Total
			Sim	Não	
Fundador de Jornal	Sim	Contagem (%)	51 (14,2%)	29 (8,1%)	80 (22,3%)
		Nome	tipo 1	tipo 2	
		Resíduos padronizados ajustados	5,6	-5,6	
	Não	Contagem (%)	82 (22,8%)	197 (54,9%)	279 (77,7%)
		Nome	tipo 3	tipo 4	
		Resíduos padronizados ajustados	-5,6	5,6	
Total		Contagem (%)	133 (37%)	226 (63%)	359 (100%)

Qui-quadrado de Pearson 31,472; graus de liberdade 1; valor p=0,000.

Fonte: Elaboração própria, com base no *Dicionário histórico-biográfico brasileiro* e no arquivo do Senado Federal.

que não possuem nenhum dos dois atributos (tipo 4) são 197 casos, ou seja, 54,8% da população. Portanto, e o que é muito mais importante do que uma relação estatística, conseguimos com esses dois critérios encontrar a elite da elite.

Veremos a seguir algumas diferenças nas biografias dos sujeitos agregados nos quatro tipos. Os casos que selecionamos para ilustrar os quatro tipos não reúnem nenhuma condição especial. Sua designação foi em boa medida arbitrária. Ainda assim, e em que pese essa ausência de rigor metodológico, ponderamos que as informações presentes nos quatro casos ajudarão a entender melhor as diferenças entre os quatro perfis de senadores que foram obtidos com essa tipologia.

Caso Ilustrativo do Tipo 1 – Fundador de jornal (+) e Dirigente partidário (+):
Francisco de Assis Rosa e Silva nasceu em Recife (PE) no dia 4 de outubro de 1847. Obteve o título de Doutor pela Faculdade de Direito do Recife em 1879. Ainda no Império, ingressou na política, filiando-se ao Partido Conservador, e iniciou-se no jornalismo, colaborando no jornal *O Tempo*. Foi Deputado Provincial por três legislaturas consecutivas, entre 1882 e 1887, e deputado geral por Pernambuco na última legislatura imperial, de 1886 a 1889. Em 1893 participou da fundação do Partido Republicano Federal, iniciativa do deputado paulista Francisco Glicério, que desejava fundar uma agremiação de âmbito nacional, coesa e disciplinada, que respeitasse e defendesse a Constituição da República. Em maio de 1896, ainda antes do fim da legislatura, deixou a Câmara ao ser eleito para o Senado na vaga aberta com a eleição de seu aliado Joaquim Correia de Araújo para o governo de Pernambuco. Seu mandato iria até 1902, mas foi convidado a participar, como candidato a vice-presidente da República, da chapa de Campos Sales nas eleições de março de 1898. Eleito, renunciou à cadeira no Senado e tomou posse em 15 de novembro. Manteve, porém, o vínculo com o Senado, já que, segundo a Constituição, a presidência da Casa cabia ao vice-presidente da República. Em 1901, adquiriu o "Diário de Pernambuco", tradicional jornal fundado em 1825, e entregou sua direção ao jornalista Artur Orlando. Findo o governo Campos Sales em 15 de novembro de 1902, foi mais uma vez eleito senador, agora para um mandato de nove anos (1903–1911). Pelo estreito vínculo com a candidatura Rosa e Silva, o "Diário de Pernambuco" teve sua sede apedrejada e invadida e, por isso, não circulou durante 14 dias. Voltou a 25 de novembro para em seguida fechar suas portas até janeiro de 1912. Mas seu período oposicionista durou pouco, pois em fevereiro acabou sendo empastelado em definitivo pelo novo governo e foi fechado. Em janeiro de 1913 foi comprado pelo coronel Carlos Benigno Pereira de Lira. No entanto a ligação do jornal com Rosa e Silva ainda parecia tão forte aos olhos do povo que, nas eleições para o Senado em 1915, sua sede foi novamente apedrejada por pessoas revoltadas com o fato de o Congresso ter reconhecido a eleição do antigo líder e não a de José Bezerra Cavalcanti. Fonte: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, excertos.

Essa passagem pela biografia do senador Rosa e Silva tem como objetivo frisar os seguintes aspectos da carreira de um "superpolítico". Em primeiro lugar vemos uma carreira bastante diversificada sob o ponto de vista dos cargos públicos ocupados. O Senado é um posto seguro a partir do qual Rosa e Silva comanda o jogo político seja em nível estadual, seja em nível nacional. Vemos também que o empastelamento dos seus jornais marca diferentes fases de sua carreira. Essa biografia revela a importância dos dispositivos de imprensa na carreira política. Ela joga tanto a favor quanto contra o senador pernambucano, o que nos reforça a conclusão de que esse era um recurso muito importante na competição político-partidária. Não é por acidente que Rosa e Silva figura na lista de fundadores do Partido Republicano Federal.

Caso Ilustrativo do Tipo 2 – Fundador de jornal (+), mas não dirigente partidário (-): Rivadávia da Cunha Correia nasceu em Livramento (RS) em 9 de julho de 1866, filho de José Bento Correia e de Ana da Cunha Correia. Fez os estudos preparatórios em Porto Alegre (RS) e São Paulo (SP) e nessa última cidade formou-se pela Faculdade de Direito em 1887. Como estudante redigiu, ao lado de Raul Pompéia e Coelho Neto, o periódico "A Onda". Ainda durante o Império, defendeu as causas abolicionista e republicana e foi membro do Clube Republicano 20 de Setembro no Rio Grande do Sul. Depois da proclamação da República (15/11/1889), foi eleito deputado estadual constituinte em São Paulo em 1891. Não disputou a reeleição em 1903 porque rompeu politicamente com Júlio de Castilhos, ex-presidente do Rio Grande do Sul (1891; 1892; 1893–1898) e principal líder do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Contudo, em 24 de outubro de 1903, com a morte de Castilhos, o PRR passou por uma reformulação em suas lideranças. Rivadávia Correia candidatou-se, então, em eleição especial realizada em 1904 para preencher a vaga de Xavier do Vale, que falecera, e foi eleito. Reeleito em 1906 e 1909, permaneceu na Câmara até 1910, quando renunciou para assumir o Ministério do Interior e Justiça. Em 1916 renunciou à prefeitura para assumir a cadeira de senador pelo Rio Grande do Sul, na vaga aberta com o falecimento do senador gaúcho Pinheiro Machado, para a qual foi eleito. No campo jornalístico, foi redator do Correio Paulistano e de República e fundou e dirigiu o periódico Ganganelli, todos em São Paulo. Faleceu em Petrópolis (RJ) no dia 9 de fevereiro de 1920. Fonte: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, excertos.

A biografia de Rivadávia Correia é útil para verificar a distinção entre ser vinculado a partidos e exercer cargos de direção dentro das agremiações. O senador gaúcho tem uma carreira muito bem estruturada: ele possui bastante experiência em nível estadual antes de se lançar na política nacional, um salto que, como vimos, foi possível graças a janela aberta pelo desaparecimento de Julio de Castilhos. Essa é apenas uma manifestação de como os padrões de carreira são afetados pelas intempéries da política estadual. A biografia também

CC BY

especifica como as fontes informam a fundação de um jornal, que aparece ao final do verbete. Nessa passagem vemos também que, apesar de a fonte oferecer informações bem circunstanciadas, detalhando os nomes dos partidos e cargos que o senador ocupou, seu verbete não menciona nenhum vínculo direto com instâncias de organização partidária.

Caso Ilustrativo do Tipo 3 – Não foi fundador de jornal (-), mas foi dirigente partidário (+): Lauro Severiano Müller nasceu em Itajaí (SC) no dia 8 de novembro de 1863, filho dos imigrantes alemães Peter Müller e de Ana Michels Müller. Tornou-se a figura de maior prestígio da política catarinense no cenário nacional, ao mesmo tempo em que Hercílio Luz se consagrava como principal chefe político no nível estadual. Na Câmara dos Deputados, integrou o grupo de parlamentares florianistas do Partido Republicano Federal, que sob a liderança do deputado paulista Francisco Glicério, tentou, sem êxito, tutelar as ações do presidente Prudente de Morais (1894–1898). Em 1897, cuidou da organização do Partido Republicano Catarinense (PRC), juntamente com o governador Hercílio Luz, com quem acertou a composição dos principais diretórios municipais. Proclamado chefe supremo do PRC, foi eleito governador de Santa Catarina em agosto de 1902. Assumiu o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas em novembro de 1902, destacando-se como um dos principais responsáveis pela remodelação do porto do Rio de Janeiro (RJ), obra prioritária do programa de governo do presidente Rodrigues Alves. Lauro Müller participou discretamente dos entendimentos para a sucessão do presidente Rodrigues Alves. Viajou à Europa para um prolongado tratamento de saúde, e durante sua ausência, o senador Hercílio Luz entrou em conflito com Gustavo Richard, rompendo publicamente com o governador catarinense em fevereiro de 1908. Dois meses depois, Lauro Müller reuniu a bancada federal catarinense no Rio de Janeiro e renunciou à chefia do PRC. Tudo indica que sua renúncia era uma manobra calculada para ganhar tempo, fortalecer sua liderança e isolar Hercílio Luz. Seis meses depois, sem a participação do senador dissidente, uma assembleia do PRC reconduziu-o ao cargo de presidente do partido. Considerado um político astucioso, militar de formação, mas diplomata por temperamento, Lauro Müller ganhou na época o apelido de "Raposa de espada à cinta", que lhe teria sido dado pelo senador gaúcho Pinheiro Machado. Fonte: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, excertos.

"Raposa de espada à cinta", como foi apelidado por Pinheiro Machado, Lauro Mueller aparece entre os senadores que tiveram uma carreira de sucesso mesmo sem ter controlado um jornal. Essa biografia é especialmente importante para visualizar como a interrupção dos mandatos deve ser compreendida a partir do que ocorre simultaneamente na capital federal e na capital do Estado e é um componente importante na estrutura da carreira. Os políticos na Primeira República circulavam por muitos cargos para poder manter sua posição de liderança, tal como se vê na contenda entre Lauro Muller e Hercílio Luz. Eles jogam com e a partir da posição de senador.

Caso Ilustrativo do Tipo 4 – Não foi fundador de jornal (-) nem foi dirigente partidário (-): **José Joaquim Domingues Carneiro** nasceu em São Mateus, atual Jucás (CE), em setembro de 1836, filho do vigário José Joaquim Domingues Carneiro. Iniciou os estudos com o auxílio do pai. Mudou-se para Russas (CE) e dali para Fortaleza (CE), matriculando-se no Liceu do Ceará em 1854. Seguiu para o Colégio das Artes do Recife, onde concluiu os preparatórios. Cursou a Faculdade de Direto do Recife, formou-se em 1863 e retornou a Russas. Foi membro do Partido Liberal do Império e, com o fim da Monarquia e a instalação da República em 15 de novembro de 1889, em 1891, logo após a promulgação da primeira Constituição republicana do Brasil (24/02/1891), foi eleito senador pelo Ceará. Assumiu, em 6 de maio daquele ano, sua cadeira no Senado Federal no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal, e cumpriu seu mandato até 1º de outubro de 1892. Também em 1891 foi eleito deputado à Constituinte estadual cearense, a qual também presidiu. Aposentou-se da magistratura em julho de 1909 e no mesmo ano assumiu uma cadeira no Senado Federal no lugar de Francisco Sá, que havia renunciado ao mandato por ter sido nomeado ministro da Viação. Permaneceu no Senado até 1910, quando renunciou ao mandato para favorecer a volta de Francisco Sá, eleito em janeiro de 1911. Foi o candidato da oligarquia comandada pela família Acióli nas eleições de 1912, mas acabou sendo derrotado por Franco Rabelo. Faleceu em Fortaleza no dia 9 de setembro de 1915. Fonte: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, excertos.

José Joaquim Domingues Carneiro é o senador cuja biografia ilustra o Tipo 4, dos indivíduos que não possuem nenhum dos dois atributos com os quais se elaborou a tipologia. Esse é um exemplar do que venha a ser um indivíduo com entrada lateral no Senado Federal, e sua biografia revela como esse tipo desempenha um papel importante no modo como a oligarquia joga com a estrutura de oportunidades políticas republicana. A troca de cargos que ele promove com Francisco Sá reforça a importância de compreender a circulação entre os cargos como um expediente normal na evolução das carreiras.

Esses excertos são importantes para contrastar as diferenças entre cada tipo. Contudo, para frisar a vantagem de examinar os dois atributos na biografia da elite senatorial, convém observar como se distribuem nos estados os 51 senadores agrupados no primeiro tipo. Seus nomes, estados e ano de última posse no Senado estão listados no Quadro 1.

Há duas conclusões que se podem extrair do Quadro 1. A primeira delas está relacionada com a variação diacrônica da ocorrência simultânea desses dois atributos. Os indivíduos que foram fundadores de jornal e dirigentes partidários estão muito bem distribuídos no tempo. Observando as datas na última posse no Senado, encontramos 14 datas, ou seja, praticamente em todas as legislaturas há um indivíduo desse tipo.

CC BY

Quadro 1 – Distribuição dos superpolíticos pelos seus estados de origem.

Estado de origem	Nome parlamentar (ano da última posse no Senado)	Estado de origem	Nome parlamentar (ano da última posse no Senado)
Rio de Janeiro (sete casos)	1. Alfredo Backer (1934)	Matto Grosso (três casos)	1. Antonio Azeredo (1930)
	2. Francisco Portela (1912)		2. Generoso Ponce (1900)
	3. Joaquim Moreira (1924)		3.Vespasiano Martins (1934)
	4. Macedo Soares (1934)	Rio Grande do Sul (três casos)	1. Paim Filho (1930)
	5. Manoel de Matos Duarte Silva (1927)		2. Pinheiro Machado (1915)
	6. Quintino Bocaiúva (1900)		3. Simões Lopes (1934)
	7. Rangel Pestana (1900)	Ceará (dois casos)	1. Edgar de Arruda (1934)
Bahia (sete casos)	1. João Mangabeira (1930)		2. João Cordeiro (1903)
	2. Manoel Victorino (1894)	Districto Federal (dois casos)	1. Saldanha Marinho (1894)
	3. Muniz Sodré (1918)		2. Thomaz Delphino (1906)
	4. Pacheco De Oliveira (1934)	Espirito Santo (dois casos)	1. Cleto Nunes (1906)
	5. Pedro Lago (1924)		2. Muniz Freire (1906)
	6. Ruy Barbosa (1918)	Pará (dois casos)	1. Abel Chermont (1934)
	7. Severino Vieira (1909)		2. Abelardo Condurú (1934)
Minas Geraes (seis casos)	1. Arthur Bernardes (1927)	Rio Grande do Norte (dois casos)	1. João Lyra (1927)
	2. Bueno Brandão (1930)		2. Pedro Velho (1906)
	3. Carlos Vaz de Melo (1903)	Sergipe (dois casos)	1. Leandro Maciel (1900)
	4. Delfim Moreira (1918)		2. Martinho Garcez (1906)
	5. Felício Dos Santos (1894)	Maranhão (um caso)	1. Benedicto Leite (1903)
	6. Ribeiro Junqueira (1934)		
São Paulo (quatro casos)	1. Adolpho Gordo (1921)	Paraná (um caso)	1. Antonio Jorge (1934)
	2. Bernardino de Campos (1900)		
	3. Lacerda Franco (1924)	Pernambuco (um caso)	1. Rosa e Silva (1927)
	4. Paula e Souza (1900)		
Goyaz (quatro casos)	1. Antonio Caiado (1897)	Piauhy (um caso)	1. Coelho Rodrigues (1894)
	2. Antônio Ramos Caiado (1930)		
	3.Leopoldo Bulhões (1915)	Santa Catharina (um caso)	1. Abdon Baptista (1912)
	4. Mário Caiado (1934)		

Elaboração própria, com base no *Dicionário histórico-biográfico brasileiro* e no arquivo do Senado Federal.

A segunda conclusão é mais óbvia e retrata as diferenças da elite nos estados. Existem cinco unidades à direita do Quadro 1 que foram celeiros de sete a quatro superpolíticos. Nos estados relacionados à esquerda do Quadro 1, aparecem os nomes de senadores eleitos por 13 unidades subnacionais, de onde partiram entre um e três senadores com os dois atributos. Não há nada de novo ao ressaltar as diferenças entre os estados na Primeira República. A novidade está em deixar de olhar para os estados e passar a observar os indivíduos, pois apenas a leitura dos seus nomes ajuda a recuperar as origens das principais linhagens de políticos que controlavam a cena política estadual. Não é por acaso que essa tipologia recupera os Caiados em Goiás, um Pinheiro Machado no Rio Grande do Sul, um Muniz Sodré ou um Ruy Barbosa na Bahia, um Delfim Moreira em Minas Gerais ou um Quintino Bocaiuva no Rio de Janeiro. Muito mais promissor do que postular uma confusão entre estados e partidos é usar a biografia desses sujeitos para entender a origem do quadro partidário brasileiro, pois sejam quais fossem as agremiações, e abstraindo das suas condições conjunturais, podemos ver nesse quadro os precursores da ordem político-partidária brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política parlamentar na Primeira República sempre foi preterida pelos cientistas políticos por suas ausências. Como diz Sérgio Abranches, "O sistema representava as oligarquias, não o seu povo". Essas observações são tão singelas e triviais como a máxima que já estava presente nos clássicos da teoria das elites de que o representante não é eleito pelos que votam, mas se faz eleger por eles (Marenco, 2008). Não é preciso se precaver contra o anacronismo para sustentar que os partidos políticos já na Primeira República eram instituições capazes de realizar a agregação de interesses e, para isso, criaram a infraestrutura básica da circulação política. Tal como ocorre com o barão de Mackau na França de 1890, para se fazer eleito no Brasil durante o primeiro quartil do século XX é necessário recolher a simpatia dos eleitores, é necessário reunir registros capazes de racionalizar o trabalho político. O contexto oligárquico não diminui a relevância de saber como reunir votos pelo simples fato de que os oligarcas competiam uns com os outros.

Reportando-nos ao título do trabalho, entendemos que a prosopografia ajuda a delinear redes de influência e identificar os recursos estratégicos para a constituição dos meios que viabilizaram a competição oligárquica. Padrões de recrutamento dão origem a lealdades institucionais, e um detalhe como a coincidência entre ser fundador de um jornal e dirigente partidário pode jogar luz sobre as vicissitudes do sistema partidário brasileiro no período republicano.

CC BY

Conflitos de interesse: nada a declarar.
Fonte de financiamento: Programa de Demanda Social da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, vinculada ao Ministério da Educação do Brasil.

Notas

1 Essa é uma diferença entre nossa pesquisa e os trabalhos realizados por Robert Levine em Pernambuco (1980), Joseph Love em São Paulo (1982) e John Wirth em Minas Gerais (1982), que adotam uma definição mais ampla de elite, incluindo desde governadores, presidentes de banco do estado, até líderes de partidos.

2 A diferença entre a elite governante e a não governante é que a segunda inclui indivíduos que, apesar de serem os melhores em sua esfera de ação, não exercem o comando político. Já "a classe eleita governante é formada por aqueles que, 'direta ou indiretamente, participam de modo considerável do governo'. A elite política, portanto, não é formada apenas por aqueles que participam diretamente do governo, mas também por aqueles que conseguem influenciá-lo graças aos importantes recursos sociais que controlam (dinheiro, cultura, religião, saber, etc.)" (Perissinoto, Costa e Massimo, 2012: 70).

3 Para um levantamento da bibliografia que trata das Oligarquias na Primeira República, ver o artigo de Ferreira e Pinto (2017). Esse texto é especialmente importante pela atualização que propicia acerca da produção intelectual realizada a partir dos anos 1980. Os artigos que Thomas Skidmore publicou nos anos 1970 em *The Hispanic American Historical Review* (1975; 1976) também poderão ajudar o leitor a encontrar um levantamento exaustivo da historiografia que trata do período compreendido entre 1889 e 1964.

4 Segundo a autora, "O que nos interessa estabelecer aqui, todavia, é que o quadro político republicano não deve ser entendido como uma série de momentos de suposta luta entre interesses contraditórios do setor exportador e urbano interno" (Souza, 2001: 165).

5 "A morte aparente dos 'coronéis' no Estado Novo não se deve, pois, aos prefeitos nomeados, mas à abolição do regime representativo em nossa terra. Convocai o povo para as urnas, como sucedeu em 1945, e o 'coronelismo' ressurgirá das próprias cinzas, porque a seiva que o alimenta é a estrutura agrária do país" (Leal, 2012: 139).

6 Não por acaso esse senador aparecerá no Quadro 1, na sexta seção deste artigo, como um dos senadores que acumulavam os dois atributos.

7 Para mais detalhes a respeito da diferença entre os senadores que combinaram fundação de jornais e direção partidária, ver os indicadores dispostos no Quadro 5.1 de Massimo (2018).

8 Esse senhor não aparece no Quadro 1, pois ele somente tomará posse no Senado após o Estado Novo, e o recorte temporal que foi empregado neste estudo se encerra em 1934.

9 Agradeço aos pareceristas da revista *Estudos Históricos* pelas observações realizadas a esse respeito.

10 A decisão de incluir os senadores que tomaram posse na década de 1930 se justifica pelo desenho da pesquisa que resultou nessa base de dados. A tese postula que o regime político é a dimensão explicativa do processo de profissionalização política (Massimo, 2018), e para esse efeito foi bastante oportuno encontrar alteração em praticamente todos os indicadores de carreira política que mensuramos nas biografias dos senadores de 1934.

Referências bibliográficas

ABRANCHES, S. *Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BAAKLINI, A. I. Prodasen: the congressional information system of the Federal Senate of Brazil. *Government Information Quarterly*, New York, v. 11, n. 2, p. 171-190, 1994. http://doi.org/10.1016/0740-624x(94)90003-5.

CACHAPUZ, P. B. MÜLLER, Lauro. *In*: *DICIONÁRIO histórico biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas, 2013. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/M%C3%9CLLER,%20Lauro.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2021.

CODATO, A. Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos. *In*: PERISSINOTTO, R.; CODATO, A. (orgs.). *Como estudar elites*. 1. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2015. p. 15-30.

CODATO, A.; BERLATTO, F.; BOLOGNESI, B. Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica. *Análise Social*, Lisboa, v. LIII, n. 229, p. 870-897, 2018. https://doi.org/10.31447/as00032573.2018229.01.

DAHL, R. A. A critique of the ruling elite model. *American Political Science Review*, Cambridge, v. 52, n. 2, p. 463-469, 1958. https://doi.org/10.2307/1952327.

DAHL, R. A. *Poliarquia*. São Paulo: EDUSP, 2005.

DUVERGER, M. *Les Partis Politiques*. Paris: Librairie Armand Colin, 1976.

DAMAMME, D. Professionnel de la politique, um métier peu avouable. *In*: OFFERLÉ, M. (org.). *La profession politique: XIX^e–XX^e siècles*. Paris: Belin, 1999. p. 37-67.

FERREIRA, M. M.; PINTO, S. C. S. Estado e oligarquias na Primeira República: um balanço das principais tendências historiográficas. *Tempo*, Niterói, v. 23, n. 3, p. 422-442, 2017. https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2017v230301.

FRANCO, A. A. M. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GERTH, H. The nazi party: its leadership and composition. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 45, n. 4, p. 517-541, 1940. https://doi.org/10.1086/218372.

GRYNSZPAN, M. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 41, p. 35-83, 1996.

HEIZ, F.; CODATO, A. A prosopografia explicada para cientistas políticos. *In*: PERISSINOTTO, R.; CODATO, A. (orgs.). *Como estudar elites*. Curitiba: Editora da UFPR, 2015. p. 249-275.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss.* Versão eletrônica monousuário (CR-ROM) v1.0, 2009. São Paulo: Instituto Antônio Houaiss; Editora Objetiva.

LASSWELL, H. D.; SERENO, R. Governmental and Party Leaders in Fascist Italy. *The American Political Science Review*, Illinois, v. 31, n. 5, p. 914-929, 1937. https://doi.org/10.2307/1947917.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [publicado originalmente em 1949].

LEVINE, R. M. *A velha usina*: Pernambuco na federação brasileira (1889–1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LOPES, R. H. CORREIA, Rivadávia. *In*: *DICIONÁRIO histórico biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas, 2013. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIA,%20Rivad%C3%A1via.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2021.

LOVE, J. *A locomotiva*: São Paulo na federação brasileira 1889–1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MARENCO, A. Estudos de elites políticas explicam como instituições tomam-se instituições? *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 65, p. 5-26, 2008.

MASSIMO, L. *A profissionalização da oligarquia no Brasil*: um estudo sobre a estrutura da carreira política dos senadores na Primeira República. 2018. 158 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

MASSIMO, L. O perfil ocupacional e a formação universitária dos senadores brasileiros na Primeira República. *In*: KORNDÖRFER, A. P.; VARGAS, J. M.; VIANNA, M. (orgs.). *Profissões, burocracias e saberes: perspectivas históricas*. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2019. p. 15-42.

MATTHEWS, D. R. United States Senators: a collective portrait. *International Social Science Journal*, Paris, v. 13, n. 4, p. 620-634, 1961.

MILLS, C. W. *A elite do poder*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968 [publicado originalmente em 1956].

MORAES, K. S. CARNEIRO, José Joaquim Domingues. *In*: *DICIONÁRIO histórico biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas, 2013. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARNEIRO,%20Jos%C3%A9%20Joaquim%20Domingues.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2021.

NETO, L. *Getúlio*: do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930–1945). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NICOLAU, J. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

PERISSINOTTO, R.; COSTA, L. D.; MASSIMO, L. *As elites políticas*: questões de teoria e método. 2. ed. Curitiba: Intersaberes, 2018.

PHÉLIPPEAU, É. La fin des Notablés revisitée. *In*: OFFERLÉ, M. (org.). *La profession politique, XIX^e–XX^e siècle*. Paris: Belin, 1999. p. 69-92.

PINTO, S. C. S. Sobre a lógica do funcionamento dos partidos políticos nos sistemas oligárquicos: o caso do Rio de Janeiro na Primeira República. *Lusíada*, Lisboa, n. 9-10, p. 231-251, 2013.

RICCI, P. Partidos, competição política e fraudes eleitorais. *In*: RICCI, P. (org.). *As eleições na Primeira República*. Brasília, DF: Tribunal Superior Eleitoral, 2021. p. 44-51.

SAMPAIO, J. SILVA, Rosa e. *In*: *DICIONÁRIO histórico biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas, 2013. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SILVA,%20Rosa%20e.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2021.

SCHWARTZMAN, S. Representação e Cooptação Política no Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 9-41, 1970.

SKIDMORE, T. E. The historiography of Brazil, 1889–1964: part I. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v. 55, n. 4, p. 716-748, 1975. https://doi.org/10.1215/00182168-55.4.716.

SKIDMORE, T. E. The historiography of Brazil, 1889–1964, part II. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v. 56, n. 1, p. 81-109, 1976. https://doi.org/10.1215/00182168-56.1.81.

SOARES, G. A. D. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 2001.

SODRÉ, N. W. *História da burguesia brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SOUZA, M. C. C. O processo político-partidário na Primeira República. *In*: MOTA, C. G. (org.). *Brasil em perspectiva*. 21. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 162-226.

STONE, L. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, 2011. https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000200009.

TELAROLLI, R. *Eleições e fraudes eleitorais na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

VISCARDI, C. M. R. *Unidos perderemos*: a construção do federalismo republicano brasileiro. Curitiba: CRV, 2017.

ZULINI, J. P.; RICCI, P. As eleições para o Congresso Nacional (1894–1930). *In*: RICCI, P. (org.). *As eleições na Primeira República*. Brasília, DF: Tribunal Superior Eleitoral, 2021. p. 16-37.

WIRTH, J. *O fiel da balança*: Minas Gerais na federação brasileira (1889–1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

WITTER, J. S. *República, política e partido*. Bauru: EDUSC, 1999.

AS ELEIÇÕES DOS ANOS 1930: COORDENAÇÃO PRÉ-ELEITORAL EM TEMPOS DE VOTO SECRETO*

The elections of the 1930s: pre-electoral coordination in times of secret ballots

Las elecciones de la década de 1930: coordinación preelectoral en tiempos de voto secreto

PAOLO RICCI[I]**

http://doi.org/10.1590/S2178-149420220105

*Este texto é produto da pesquisa realizada no âmbito do projeto "Partidos, fraude e mobilização eleitoral entre 1889 e 1964.

[I]Universidade de São Paulo – São Paulo (SP), Brasil.
**Doutor em ciência política pela Universidade de São Paulo (paolo.ricci.usp@gmail.com)
https://orcid.org/0000-0003-2920-4536

Artigo recebido em 10 de setembro de 2021 e aprovado para publicação em 05 de novembro de 2021.

Resumo

Este artigo investiga se a previsão do voto secreto em 1932 constitui uma ruptura do modelo adotado na Primeira República, em que os partidos organizavam os eleitores, mobilizando-os e controlando-os no ato de votar. A partir de uma análise dos jornais da época e dos resultados eleitorais da eleição de 1934, constatou-se o exíguo impacto da reforma. Apesar de a lei determinar que o eleitor votasse em um ambiente isolado, ficou mantida a prática da impressão e distribuição das cédulas pelos partidos. Organizando de forma eficiente a preparação e distribuição delas, candidatos e partidos logravam agregar e mobilizar os eleitores nas eleições.

Palavras-Chave: Vargas; Voto Secreto; Eleições; Democracia; Partidos; Cidadania.

Abstract

This article investigates whether the introduction of the secret ballot in 1932 constitutes a change to the model adopted in the First Republic, where parties organized voters, mobilizing and controlling them in the act of voting. Based on an analysis of the newspapers at that time and the electoral results of the 1934 election, I show that the effect of the reform is not significant. Even though voters cast their votes in an isolated environment, ballots were printed and distributed by parties. Candidates and parties managed to bring together and mobilize voters in elections by organizing the preparation and distribution of ballots.

Keywords: Vargas; Secret Vote; Elections; Democracy; Parties; Citizenship.

Resumen

Este artículo investiga si la introducción del voto secreto en 1932 constituye un cambio frente el modelo adoptado en la Primera República, donde los partidos organizaban a los votantes, movilizándolos y controlándolos en el acto de votar. El análisis de los periódicos de la época y del resultado electoral de las elecciones de 1934 mostró el bajo impacto de la reforma. Aunque los cuartos oscuros permitieron la privacidad a la hora de votar, la impresión y distribución de las papeletas electorales era hecho pelos partidos. La preparación y distribución eficiente de los mismos permitió a los candidatos y partidos agregar y movilizar a los votantes en las elecciones.

Palabras clave: Vargas; Voto Secreto; Elecciones; Democracia; Partidos; Ciudadanía.

CC BY

INTRODUÇÃO

Como o eleitor vota? As teorias sobre o comportamento eleitoral configuram enfoques diversos. Existem inúmeras explicações para decifrar os padrões de ação dos eleitores, como os valores políticos, o grau de socialização do eleitor, as regras formais, a religião, a ideologia (Dalton e Klingemann, 2007). A despeito da amplitude do debate, tais interpretações partem de uma premissa: o eleitor é autônomo e livre para escolher. Como bem ponderou Bernard Manin, "os traços distintivos daqueles que são eleitos devem, na medida do possível, resultar de uma escolha consciente e deliberada do eleitorado" (Manin, 1997: 160).

Entretanto nem sempre foi assim. No século XIX — isto é, desde que as eleições se tornaram o único mecanismo de escolha dos representantes — a ideia do eleitor como indivíduo "não é nada mais do que uma abstração" (Romanelli, 1998: 4). Essa forma de participar da vida política chama em causa a ideia de uma *representação coletiva*, em que o voto não era um exercício privado, individual, mas público e coletivo, fortemente enraizado na comunidade local (Ricci, 2019a). Como afirmam para o caso argentino Hilda Sabato e Marcela Ternavasio (2015: 99), "analisar os votantes individualmente em função da respectiva ocupação e procedência social é enganoso: votar era um ato coletivo e os eleitores votavam organizados em grupos previamente constituídos como força eleitoral"[1]. O caso europeu não é tão diferente. Estudos sobre Itália (Romanelli, 1995), França (Garrigou, 1992) e Alemanha (Anderson, 2000) revelam que as *performances* de partidos e candidatos dependiam da capacidade de mobilizar coletivamente os eleitores. O Brasil não destoa desse quadro. O trabalho seminal de Victor Nunes Leal (1997) sobre a Primeira República tem pormenorizado o alto grau de controle exercido pelos coronéis sobre os eleitores, enquanto estudos mais recentes apontam que a mudança de regime nos anos 1930 não produziu uma ruptura do padrão anterior (Ricci, 2019a; 2019b). Portanto, pode-se afirmar que na época o voto não decorria da identificação partidária[2], sendo a participação eleitoral um instrumento de troca para benfeitorias e benefícios materiais momentâneos (Leal, 1997). Visto sob o ângulo da participação política, a história das eleições no século XIX e no início do século XX é mais do que uma escolha entre opções políticas; é uma história de como os partidos organizavam os eleitores, mobilizando-os e controlando-os desde o alistamento até o ato de votar. Nesse sentido, a palavra-chave para pensar as eleições nessa época é *coordenação eleitoral*, entendida como conjunto de recursos que os candidatos e os respectivos políticos adotavam para organizar os eleitores e fazer com que votassem "corretamente".

Neste artigo, investigo se o voto secreto previsto pelo Código Eleitoral de 1932 constitui uma ruptura desse modelo que até então predominava no país. Trata-se de um dos aspectos menos debatidos na literatura sobre democratização — cuja ênfase recaiu por muitos

anos no sufrágio universal —, mas que vem sendo redescoberto (Aidt e Jensen, 2017; Teorell, Ziblatt e Lehoucq, 2017). Os vários mecanismos de tutela do segredo do voto aumentariam os custos de monitoramento dos eleitores, garantindo a integridade do indivíduo diante de pressões externas (Ferejohn, 2015; Manin, 2015). Entretanto, estudos recentes mostram que as mudanças em prol do voto secreto produzem no curto prazo efeitos mistos (Mares, 2015). No caso inglês, por exemplo, o voto secreto foi introduzido em 1872, mas, como mostram alguns estudos, apenas as formas de intimidação dos eleitores diminuíram no tempo, mas não o suborno que atingia sobretudo os analfabetos (Kam, 2017). Há também quem considere que a plena autonomia ao eleitor foi garantida apenas com a fixação dos tetos de gastos de campanha previstos pelo Anti-corruption Act em 1883 (Rix, 2008). Outros casos informam que o voto secreto não foi assegurado por uma única legislação, mas alcançado por várias reformas em épocas diferentes, que "gradualmente aumentaram em sofisticação" (Crook e Crook, 2011: 236). Como veremos, a compreensão desse gradualismo é central para (re) pensar o caso brasileiro.

Há 90 anos da introdução do voto secreto no Brasil, ainda sabemos pouco ou quase nada sobre essa medida. Uma constatação invariavelmente repetida é que o grande divisor de águas foi o Código Eleitoral outorgado em 1932. Inicialmente, porém, o Código apenas determinou que se votasse em cabines indevassáveis e que o eleitor depositasse as cédulas eleitorais em envelopes oficiais (denominados de *sobrecartas*) distribuídos na seção eleitoral pelos presidentes das mesas eleitorais (Schlegel e Nobrega, 2019). Foi em 1955 que o legislador garantiu plenamente o voto secreto, adotando a cédula oficial. Na eleição presidencial daquele ano, os eleitores recebiam as cédulas não mais a boca de urna, impressas pelos partidos, mas pelas mãos dos representantes legais das mesas eleitorais. Neste artigo, minha preocupação está restrita à reforma de 1932, implementada pela primeira vez nos anos 1930. Ela, de fato, teria desarticulado a coordenação eleitoral dos partidos sobre os eleitores?

O artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução. Na próxima, esclareço brevemente o conceito de voto secreto e na seção seguinte descrevo como se chegou à institucionalização dele no Brasil. Ainda que este artigo se concentre nos anos 1930, é importante repercorrer a história do voto secreto de modo a elucidar a natureza incremental de sua adoção e, também, deixar claro que em 1932 a reforma introduziu um voto parcialmente secreto. Sucessivamente apresento alguns dados. Inicialmente trago algumas evidências colhidas em jornais da época para mostrar as diversas formas de coordenação pré-eleitoral de que os partidos despendiam para garantir que o voto dos eleitores não fosse desperdiçado. A avaliação do sucesso dessas medidas é feita olhando os resultados eleitorais para o pleito de 1934. Aqui, analiso o voto dividido, isto é, se os eleitores decidem votar em candidatos

de diferentes partidos; um resultado que mostraria as dificuldades decorrentes da reforma enfrentadas pelas forças políticas. Nas conclusões, teço algumas considerações sobre a introdução do voto secreto, sugerindo alguns caminhos para pensar a reforma de 1955, que introduziu a cédula oficial.

O VOTO SECRETO: CONCEITO

O que entendemos por voto secreto? A literatura associa o voto secreto ao *Australian ballot*, adotado inicialmente na Austrália em 1856 e que se constituía em:

- adotar cédulas eleitorais oficiais, isto é, impressas e distribuídas pelo poder público;
- distribuir as cédulas aos eleitores no dia da eleição, no lugar de votação;
- prever a inclusão dos nomes dos candidatos/partidos nas cédulas oficiais (possibilitando a livre escolha deles);
- garantir o segredo no ato do voto, votando em lugar privado, fora do alcance de outras pessoas[3].

As primeiras duas medidas contribuem para diminuir o poder de manobra dos partidos. A proibição da elaboração e distribuição das cédulas pelos partidos tem como consequência a anulação da influência sobre o eleitor, algo que frequentemente ocorria à boca de urna, antes de o cidadão ingressar na seção eleitoral, quando os correligionários e mandatários dos candidatos distribuíam as cédulas contendo as chapas de candidatos pré-fabricadas. Na Alemanha, os eleitores frequentemente recebiam as cédulas na seção eleitoral, pouco antes de votar, mas o voto com cédulas de tamanho ou cor diferente facilitava o monitoramento por parte dos candidatos e mandatários (Mares, 2015). A última medida eliminava o controle dos eleitores na própria seção eleitoral, no ato do voto. O *Australian ballot* foi sucessivamente exportado para Nova Zelândia (1870), Reino Unido (1872), Canadá (1874) e Bélgica (1877). Nos Estados Unidos, o *Australian ballot* foi introduzido em todos os estados entre 1888 e 1909. Nem todas as medidas foram implementadas simultaneamente. Como veremos na próxima seção, esse é o caso do Brasil. Vejamos em detalhes como o voto secreto foi se firmando na nossa legislação eleitoral[4].

O VOTO SECRETO NO BRASIL: O LONGO CAMINHO

O termo "escrutínio secreto" não era incomum na legislação eleitoral imperial. Ainda no Brasil colonial, o decreto de 7 de março 1821 fixava as normas para a nomeação dos

deputados às cortes portuguesas, determinando que os representantes brasileiros fossem eleitos "por escrutínio secreto, por meio de bilhetes, nos quais esteja escrito o nome da pessoa, que cada um elege" (art. 73). Nesse sistema de votação, a ideia do voto como ato secreto se restringia ao momento em que o eleitor depositava a cédula eleitoral na urna. Em outras palavras, essa forma de votar contrastava com o voto aberto, feito levantando a mão ou declarando o voto na frente dos demais.

Após a Independência, várias leis eleitorais foram criadas. Nem todas falavam explicitamente em voto ou escrutínio secreto. Entretanto isso não deve ser lido como um desvio do padrão observado até então. O Decreto n. 3.029, de 09 de janeiro de 1881, mais conhecido como Lei Saraiva, por exemplo, introduziu o voto direto, mas não mencionava diretamente o voto secreto. Em conformidade com as práticas da época, determinava-se que cada eleitor depositasse "sua cédula em urna, que deverá conservar-se fechada a chave durante a votação, e em cuja parte superior haverá uma simples abertura pela qual uma só cédula possa passar" (art. 140). Foi o Decreto n. 8.213, de 13 de agosto de 1881, que determinou que o eleitor colocasse as cédulas em um invólucro trazido de casa.

Na Primeira República (1889–1930), a legislação em matéria eleitoral mudou frequentemente, mas em sua essência o voto continuava sendo um ato público, controlado pelos coronéis responsáveis por conduzir "magotes de eleitores como quem toca tropa de burros" (Leal, 1997: 63). Dos inúmeros mecanismos previstos pela Lei Eleitoral que faziam do voto um ato público, destaco dois procedimentos. Por um lado, o formato das cédulas eleitorais. A Lei Eleitoral nunca definiu um formato específico, limitando-se à regulamentação de eventuais falhas meramente formais, como a escrita dos nomes dos candidatos[5]. As cédulas eram impressas pelos próprios partidos, que as entregavam já preenchidas com os nomes dos candidatos aos eleitores. Como lembrava o deputado incumbido de examinar as eleições no Paraná, em 1927:

> É costume remeter aos chefes políticos do centro as cédulas impressas, para serem distribuídas no interior aos seus correligionários, e estes, sem solicitação de ninguém, para a partilha dos sufrágios, os levam às urnas como os receberam. Não é isso decerto o ideal de democracia e do regime representativo; mas não é motivo de nulidade, porque a lei não prescreve particularidades para a distribuição dos votos, a não ser a do número dos apuráveis em cada cédula (Anais da Câmara dos Deputados, 23 abr. 1927: 88).

O segundo mecanismo foi introduzido na Lei Eleitoral de 1896 e estabelecia que o eleitor votasse *a descoberto*, "apresentando duas cédulas, que assignará perante a Mesa, uma das quais será depositada na urna e a outra lhe será restituída depois de datada e rubricada pela Mesa e pelos fiscais"[6]. Em 1916 o voto a descoberto foi limitado à situação em

que o eleitor fosse impedido de votar na seção eleitoral. Nesse caso, o eleitor podia dirigir-se à seção eleitoral mais próxima para votar a descoberto. Naturalmente esse era um mecanismo que tornava legalmente prevista em lei a exposição pública do eleitor, constrangendo-o no ato do voto.

A Revolução de Outubro de 1930 marcou o fim daquela experiência republicana e o início da Segunda República (1930–1937). A disputa inicial entre dois projetos de regime, um de cunho autoritário e outro representativo, culminou no sucesso do segundo (Zulini e Ricci, 2020)[7]. O Governo Provisório, presidido por Getúlio Vargas, caminhou para a constitucionalização da revolução e outorgou o Código Eleitoral, em 1932. Este serviu de base para as eleições de 1933 e 1934. O Código Eleitoral era o resultado de um debate intenso travado durante a Primeira República que girava em torno da importância de combater as fraudes eleitorais maciçamente praticadas naquele regime (Ricci, 2019b)[8]. O debate em torno do voto secreto durante a Primeira República se intensificou a partir dos anos 1920 (Schlegel e Nobrega, 2019). O próprio modelo australiano era conhecido e debatido. Em 1910, o senador Moniz Freire, por ocasião de uma conferência realizada no Instituto da Ordem dos Advogados, dizia-se surpreso ao descobrir que "mais da metade da Europa civilizada já consagrou" o voto secreto, e fora dela a "Australia lhe servira de berço" (Freire, 1910: 57-58).

Em 1932, porém, não se adotou o *Australian ballot*. Duas garantias formais em defesa do voto secreto foram adotadas: a *sobrecarta oficial* e um *lugar privado* onde votar. Para manter o sigilo do voto, o presidente da seção ficava encarregado de numerar as sobrecartas oficiais, uniformes e opacas, de 1 a 9, e rubricá-las. O eleitor deveria, então, pegar uma sobrecarta diretamente das mãos do presidente da seção, entrar em um lugar privado (denominado *gabinete indevassável*), de dimensões fixadas em lei, para simplesmente depositar a sua cédula na sobrecarta dentro do prazo máximo de um minuto. Quando saísse da cabine indevassável, o eleitor teria de mostrar ao presidente da seção a sobrecarta para que o segundo conferisse sua numeração e rubrica e, sucessivamente, inserisse-a na urna[9].

O Autralian ballot era, porém, incompleto. Isso porque ficou mantida a prática da impressão e distribuição das cédulas pelos partidos. Nesse aspecto, os formuladores do Código Eleitoral estavam cientes da vigência de um dos principais mecanismos para monitorar os eleitores[10]. No limite, até o próprio eleitor podia confeccionar as cédulas em sua residência. Entretanto a exigência de a cédula ser impressa ou datilografada elevava os gastos, facilitando o protagonismo dos partidos políticos que acabavam por confeccioná-las[11]. As cédulas eram sucessivamente disponibilizadas nos escritórios políticos dos próprios candidatos e nas sedes dos partidos. Após 1945, o eleitor, caso precisasse, podia encomendá-las por telefone[12]. Nesse sentido, podemos dizer que o Código Eleitoral de 1932 apenas parcialmente introduziu o voto secreto.

Na Terceira República, apenas com a Lei n. 2.582/1955 se introduziu um modelo de cédula oficial para a eleição presidencial. A medida era amplamente defendida pela União Democrática Nacional (UDN) e acabou sendo endossada pelo Partido Social Democrático apenas quando se garantiu que a preparação e distribuição das cédulas não fossem manipuladas em favor do candidato da UDN (Limongi, 2015). As cédulas eram impressas pelo poder público e distribuídas pela Justiça Eleitoral aos presidentes das mesas eleitorais. Aos partidos era permitido imprimi-las, desde que fossem do mesmo modelo, mas não podiam estar pré-preenchidas (art. 2)[13]. Realizado pela primeira vez nas eleições presidenciais de 1955, o uso da cédula oficial foi inicialmente estendido a todas as eleições majoritárias em 1958 (Lei n. 2.982, 30 nov. 1956) e às proporcionais em 1962 (Lei n. 4.109, 20 jul. 1962), ainda que restrito às capitais, ao estado de Guanabara e São Paulo. A cédula oficial para todas as eleições e em todo o país foi prevista pelo Código Eleitoral de 1965, adotando formalmente o modelo do voto secreto previsto pelo *Australian ballot*. A história do voto secreto no Brasil, portanto, caracteriza-se por um longo processo de sucessivas reformas, adotadas em regimes e contextos políticos diferentes.

AS ELEIÇÕES DOS ANOS 1930 E O VOTO SECRETO

Nesta seção serão apresentados alguns dados que mostram o resultado da reforma de 1932. A ideia é ir além da percepção de que se tratou de algum avanço nos procedimentos eleitorais (Carvalho, 2003; Nicolau, 2012; Sadek, 1995; Schwarcz e Starling, 2015; Silva e Silva, 2015), enfatizando o controle que os políticos continuavam exercendo sobre os eleitores. Poucos estudos empíricos foram desenvolvidos sobre o tema do voto secreto nas eleições dos anos 1930. Schlegel e Nobrega (2019), ao analisar a eleição de 1933, observam que em vários estados houve denúncias veiculadas pelos jornais do uso irregular das sobrecartas, apontando para as imperfeições na proteção ao sigilo no voto. Não se tratava de meras críticas ao modelo adotado, mas de denúncias específicas mostrando certa facilidade no monitoramento dos eleitores por cabos e fiscais de partido. Utilizando-se das denúncias formais apresentadas perante o Tribunal de Justiça Superior Eleitoral, outros autores evidenciaram que a violação do sigilo do voto era um tipo de denúncia comum (Ricci, 2019c; Zulini e Ricci, 2020). Os estratagemas usados para burlar o sigilo do voto eram variados e incluíam: irregularidades na numeração e rubrica das sobrecartas, sobrecartas de tamanho e cor diferente do oficial, formato transparente delas e maior número de sobrecartas depositadas na urna em respeito ao número de eleitores que votaram, entre outros. O desrespeito à regra foi tamanho

no Espírito Santo que o próprio Tribunal de Justiça Superior Eleitoral decidiu pela anulação das eleições. As eleições em Santa Catarina tiveram o mesmo desfecho[14].

O estudo das fraudes é promissor, revelando as práticas utilizadas pelos candidatos para se adaptarem às inovações introduzidas na legislação eleitoral, mas pouco nos informa a respeito da eficácia do voto secreto. A questão é entender se a *sobrecarta oficial* e o *lugar privado* onde votar foram suficientes para afetar o padrão de votação típico da Primeira República, isto é, aquele em que os partidos mobilizavam e controlavam os eleitores desde o alistamento até o momento em que se depositava a cédula eleitoral na urna. Quanto a isso, o fato de que a preparação das cédulas continuasse a cargo dos partidos relativiza a reforma de 1932. Duas formalidades previstas pelo Código Eleitoral exigiam certa coordenação por parte dos partidos. Em primeiro lugar, determinou-se que as cédulas seguissem determinados padrões — de forma retangular, de cor branca, de dimensões tais que, dobradas ao meio, ou em quatro, coubessem nas sobrecartas oficiais — e que fossem "impressas ou datilografadas e sem mais dizeres ou sinais que os nomes dos candidatos e uma legenda devidamente registrada" (art. 71). Tratava-se de normas tão rígidas que dificultavam a preparação pelos próprios eleitores. Além disso, era também possível organizar cédulas com listas nominais de candidatos diferentes daquelas apresentadas pelos partidos ou, ainda, a legislação permitia candidaturas avulsas. Esse foi o caso do Centro Espírita de Uberaba, que, tendo em vista a eleição de 1934, organizou as cédulas obedecendo ao critério inicial de se dar votação em primeiro turno ao candidato avulso Alan Kardec, homônimo do fundador do espiritismo, para depois incluir os nomes dos demais candidatos de partidos diferentes[15]. Portanto, era crucial para o partido coordenar a distribuição das cédulas em que constasse a lista pré-ordenada dos nomes da chapa oficial, previamente escolhida em convenções partidárias.

Por ocasião das eleições de 1933 e 1934, vários recursos eram utilizados pelos partidos para a confecção das cédulas. Como na época a imprensa tinha forte conotação partidária, as sedes dos jornais se transformaram em local de alistamento e distribuição de cédulas eleitorais. Várias notícias publicadas nos jornais esclareciam os lugares de retirada das cédulas. Às vésperas das eleições de outubro de 1934, a Coligação Republicana por Santa Catarina informava que as cédulas para votação podiam ser retiradas no escritório de Arthur Müller e nas demais zonas designadas pelo diretório do partido e, caso o eleitor, por qualquer motivo, precisasse de auxílio no dia da eleição, em cada mesa eleitoral estaria disponível um fiscal do partido[16]. O Partido Social Democrático do Espírito Santo era mais generoso nas informações veiculadas ao eleitorado, publicando um conjunto de instruções sobre como iria se processar a votação. Quanto às cédulas, as instruções deixavam bem claro que o eleitor que "não tiver consigo a cédula do partido poderá apanhá-la com as pessoas abaixo indicadas"[17]. *A Federa-*

ção, órgão oficial do Partido Republicano Liberal no Rio Grande do Sul, informava diariamente aos seus correligionários para comparecer no segundo andar do edifício do jornal para retirar os títulos eleitorais, garantindo o atendimento ininterrupto até o dia do pleito, das 8 da manhã até as 24 horas, inclusive domingo[18].

A preparação das cédulas não era garantia de que o eleitor votasse corretamente. Em primeiro lugar, porque a distribuição delas era feita de forma maciça, nas ruas, dias antes da eleição, como noticiava o jornal *A Noite*, relatando quanto acontecia em São Paulo, onde "os estudantes das escolas superiores são vistos em todos os postos da cidade a sobraçarem maços de cédulas que distribuem fartamente"[19]. Mas, também, no dia da eleição, vários mandatários de candidatos operavam nas seções eleitorais tentando convencer o eleitor a trocar a cédula por outra. Nesse aspecto, o próprio Código viabilizava a incerteza ao permitir que os partidos enviassem as cédulas prontas aos Tribunais Regionais para serem postas à disposição dos eleitores no gabinete indevassável (art. 70). A *Vida Capichaba*, ironicamente, retratava as vicissitudes de um eleitor "estreante" que ao demorar para sair do gabinete indevassável se explicou perante o fiscal da mesa nestes termos: "Seu dotô, tou atrapaiado, aqui tem tanto papé que nem sei quá ei de escoiê"[20].

Coordenar os eleitores no dia da eleição era então fundamental para evitar desperdiçar votos. Nesse aspecto, a entrega das cédulas pré-fabricadas à boca de urna constituía uma das práticas mais comuns. Daí a preocupação dos partidos em deixar claro quem eram os encarregados dessa tarefa no dia da eleição. Para tanto, na semana que antecedia o pleito, os jornais de partido publicavam as listas oficiais dos distribuidores de chapas visando facilitar a vida ao eleitor. A competição era acirrada. Perante a seção eleitoral, evidentemente, havia distribuidores de chapas de diferentes partidos que operavam tentando impedir que o eleitor votasse pelos adversários. Nesse caso, as estratégias eram variadas. Havia quem tentasse confundir o eleitor. O *Correio Paulistano*, órgão do Partido Republicano Paulista, denunciava a distribuição de cédulas falsificadas, isto é, composta de nomes estranhos à lista oficial do partido; algo que podia invalidar o voto na hora da apuração[21]. Daí as instruções para impedir que isso acontecesse. Às vésperas das eleições de 1933, o *Boletim Cívico*, publicado por Alberto Silvares no Distrito Federal, alertava os eleitores que colocassem a cédula pronta em um bolso "previamente escolhido e, à porta das seções, assediado naturalmente por uma chusma de interessados, aceite-as [*as outras cédulas*] por delicadeza, colocando-as no bolso de fora"[22]. Mais enfaticamente, *O Combate*, órgão do Partido Republicano do Maranhão, alertava contra a falsificações das cédulas sugerindo, em primeiro lugar, decorar os nomes dos candidatos, checando as cédulas quando no gabinete indevassável. Entretanto a melhor

estratégia seria adquirir a cédula de antemão dos chefes ou correligionários e levá-la consigo para a seção eleitoral[23].

Todos esses exemplos caracterizam a coordenação partidária visando organizar o voto dos eleitores. A fórmula da Primeira República — quando a organização dos eleitores era gerenciada localmente pelos partidos locais (Ricci e Zulini, 2017) — teria se mantido nos anos 1930. Como fazia notar o deputado constituinte Leão Sampaio, o eleitor votava de forma inconsciente, sem conhecer os candidatos, seguindo "necessariamente a indicação do seu chefe de quem recebia a cédula para depor nas urnas com todos os aparatos do voto secreto"[24]. Sendo assim, é razoável supor que as inovações previstas pelo Código pouco tenham afetado o domínio dos partidos sobre a lógica do voto[25].

Minha preocupação é ir além das referências encontradas nos jornais e avaliar o grau de efetividade no processo de coordenação dos eleitores. Para tanto, sugiro fazer um teste considerando a situação em que o eleitor tem que votar na mesma eleição para dois cargos diferentes, utilizando-se de cédulas separadas. Um exemplo esclarece o ponto. Considera-se a situação em que o eleitor tenha que escolher entre dois partidos políticos, A e B, que disputam simultaneamente dois cargos distintos, x e y. Cada eleitor possui dois votos, um para o cargo x e outro para o y. Caso a coordenação partidária tenha sido eficaz, o eleitor despejará suas preferências para os candidatos do mesmo partido. Uma falha na coordenação resultaria em um voto dividido, isto é, na escolha de um candidato do partido A para o cargo x e um candidato do partido B para o cargo y[26]. O teste será feito inicialmente considerando a eleição para presidente e vice-presidente na Primeira República, quando o voto era um ato público. Na Primeira República, os presidentes e seus vices eram eleitos simultaneamente, mas, conforme estabelecido pela legislação eleitoral, cada eleitor votava em cédulas diversas[27]. A ideia é mostrar como o controle sobre os eleitores era altíssimo e se transformava em adesão total a apenas uma chapa.

Há uma ressalva a se fazer. Esse teste não pode prescindir da existência de candidatos competitivos. Caso contrário, não se poria o problema do voto dividido. Ainda que estudos recentes tenham mostrado níveis consistentes de competição política para a Câmara dos Deputados (Pinto, 2011; Ricci e Zulini, 2014; Viscardi e Soares, 2018), esse não era o caso da disputa presidencial. Mais exatamente, meses antes da data prevista para as eleições, os líderes políticos se reuniam em convenções acordando-se em torno da futura presidência e vice-presidência (Viscardi, 2012; 2017). Assim, o resultado da eleição era conhecido de antemão. Aqui, portanto, analisaremos apenas as eleições de 1910, 1922 e 1930, tidas como as mais competitivas no período. Em 1910, Hermes da Fonseca derrotou Ruy Barbosa com cerca de 64,4% dos votos naquela que ficou conhecida como umas das primeiras eleições em

que os candidatos fizeram campanha eleitoral (Borges, 2011). Em 1922, São Paulo e Minas Gerais lançaram a candidatura de Artur Bernardes em oposição a um movimento dissidente denominado Reação Republicana, que apoiava Nilo Peçanha. O primeiro ganhou por 59,5% dos votos (Ferreira, 1993). Em 1930, no pleito que dividiu o país, Getúlio Vargas foi derrotado por 59,4% dos votos pelo candidato paulista Júlio Prestes. Trata-se, portanto, de três eleições em que os atores políticos estatais não alcançaram um acordo prévio para a sucessão presidencial, resultando em disputa eleitoral. No Quadro 1 se encontram as informações relativas às chapas em disputa.

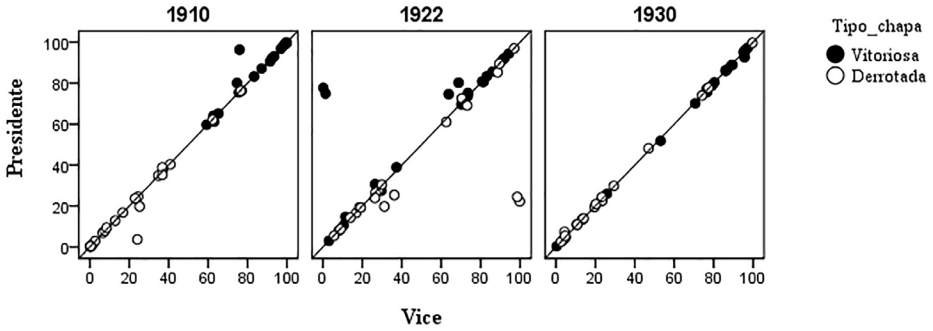
O Gráfico 1 organiza as informações considerando a votação obtida pelas primeiras duas chapas. Denominei de chapa vitoriosa aquela que elege o presidente. A votação obtida pelos vice-presidentes (eixo x) e pelos presidentes (eixo y) é calculada sobre o número total de votantes em cada estado. As bolinhas no gráfico representam a votação para presidente e o respectivo vice em um estado. Se a proporção de votos do presidente e do vice for a mesma, a bolinha estará na linha diagonal tracejada e isso significa que não houve voto dividido[28]. Se a bolinha estiver acima da diagonal, significa que o presidente foi mais votado que o vice; se ela estiver abaixo da diagonal, o vice teve mais votos que o presidente. Em ambos os casos, houve voto dividido.

O padrão encontrado na Primeira República é nítido e era esperado. O eleitor despejava suas preferências conforme instruções pré-definidas sob o olhar atento dos fiscais de partido[29].

Quadro 1 – Candidaturas para a presidência e vice-presidência da República.

Ano eleitoral	Chapas	Candidaturas	Resultado
1910	1	Hermes da Fonseca (Presidente) Wenceslau Braz (Vice-presidente)	Sucesso Sucesso
	2	Ruy Barbosa (Presidente) Albuquerque Lins (Vice-Presidente)	Derrota Derrota
1922	1	Artur Bernardes (Presidente) Urbano Santos (Vice-Presidente)	Sucesso Sucesso
	2	Nilo Peçanha (Presidente) Joaquim J Seabra (Vice-Presidente)	Derrota Derrota
1930	1	Getúlio Vargas (Presidente) João Pessoa (Vice-Presidente)	Sucesso Sucesso
	2	Júlio Prestes (Presidente) Vital Soares (Vice-Presidente)	Derrota Derrota

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, 24 jul. 1910; 31 maio 1922; 01 e 08 jun. 1922; 16, 17 e 18 maio 1930.

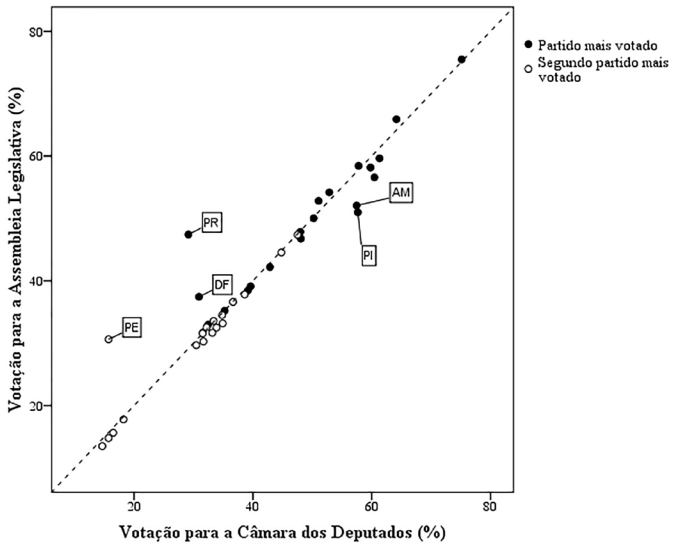


Fonte: Elaboração própria com base no *Diário do Congresso Nacional*, 24 jul. 1910; 31 maio 1922; 01 e 08 jun. 1922; 16, 17 e 18 maio 1930.

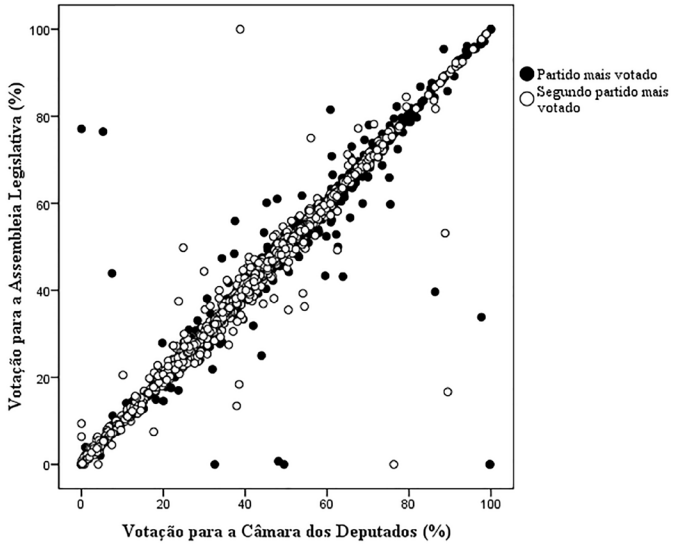
Gráfico 1 – Voto dividido para presidente e vice-presidente da República (1910, 1922, 1930).

Esse teste não pode ser replicado para o período da Segunda República. Entre 1933 e 1937 houve eleições em todos os níveis (federal, estadual e municipal), mas o presidente da República, Getúlio Vargas, foi escolhido de forma indireta pelo Congresso Nacional em julho de 1934. A eleição direta prevista para 1938 nunca aconteceu por causa do golpe de 1937. A solução encontrada foi analisar o pleito de 14 de outubro de 1934. Naquela ocasião houve eleição simultânea para deputados federais e deputados constituintes estaduais, conforme previsto pela Carta Constitucional de 1934. De acordo com as regras eleitorais, o eleitor votava em duas cédulas separadas, uma vez para deputado federal e outra para deputado estadual[30]. Assim sendo, é então possível observar um eventual voto dividido comparando a votação nos dois cargos. O Gráfico 2 apresenta esses dados para os dois partidos mais votados, conforme a metodologia especificada anteriormente[31]. O padrão observado para a Primeira República se confirma para as eleições dos anos 1930. Salvo casos excepcionais, o voto é dado para o mesmo partido nos dois cargos em disputa.

Para termos resultados mais confiáveis, a análise deveria comparar os resultados eleitorais em um nível inferior ao estado[32]. Infelizmente, as informações para os anos 1930 são limitadas. A seguir, apresento no Gráfico 3 os dados coletados para seis estados em nível de município (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo), seção eleitoral (Rio de Janeiro e Sergipe) e zona eleitoral (Piauí). A tendência é confirmada: quando se registra alta percentual de votos na chapa para deputados federais, também se observa uma concomitante alta percentual de votos na chapa do mesmo partido para deputados estaduais[33].



PE: Pernambuco; DF: Distrito Federal; PR: Paraná; AM: Amazonas; PI: Paiuí.
Dados coletados em nível estadual.
Fonte: Elaboração própria com base nos Boletins Eleitorais do Tribunal Eleitoral Superior, 1934–1935.
Gráfico 2 – Voto dividido na eleição de 1934.



Dados coletados em níveis municipal, zona ou seção eleitoral.
Fonte: Elaboração própria a partir de diferentes fontes. Piauí: *Boletim Eleitoral do Tribunal Eleitoral Superior,* 16 fev. 1935; Rio de Janeiro: *Diário Carioca* (edições diárias de 08 nov. 1934 a 12 dez. 1934; Rio Grande do Sul: *A Federação*, 14 nov. 1934; Santa Catarina: *República* (edições diárias de 20 out. 1934 a 30 nov. 1934); Sergipe: *Diário da Justiça do Estado de Sergipe* (edições diárias de 19 out. 1934 a 31 jan. 1935); São Paulo: *Folha de São Paulo*, 02 dez. 1934.
Gráfico 3 – Voto dividido na eleição de 1934.

CONCLUSÃO

As reformas implementadas em prol do voto secreto ganharam espaço na literatura sobre a democratização (Teorell, Ziblatt e Lehoucq, 2017). O argumento geral de que à medida que o eleitor ganha autonomia diante de pressões e intimidações externas o incumbente tem suas chances de sucesso diminuídas (Przeworski, 2015) deve ser relativizado. Como este artigo mostrou, muito depende de como as reformas são adotadas e se de fato o legislador opta pelo *Australian ballot*. No Brasil, o ato de votar foi, em sua essência, público até 1932, parcialmente privado entre 1932 e 1955, secreto para as eleições presidenciais em 1955 e, finalmente, secreto para todos os pleitos a partir de 1965. Nesse sentido, as eleições de 1930 não apontam um momento de transição de um "exercício limitado da cidadania para outro, mais maduro, marcado pela autonomia política" (De Hollanda, 2009: 259), nem podemos afirmar que "o voto secreto protegia o eleitor das pressões das elites regionais em meio às disputas políticas regionais" (Schwarcz e Starling, 2015: 362). Tais afirmações são frequentemente elaboradas a partir de um diagnóstico mais amplo sobre as democracias, que associa a reforma do voto secreto ao processo de democratização. Entretanto estudos recentes conduzidos sobre regimes autoritários mostram que a decisão de reescrever as regras eleitorais não coincide necessariamente com o interesse real dos governantes em tornar o regime mais aberto e participativo (Gandhi e Lust-Okar, 2009). A manutenção da distribuição das cédulas pelos partidos em 1932 deve ser entendida como uma decisão consciente por parte dos políticos da época visando manter elevado o controle sobre o eleitor. Assim sendo, levando-se em conta os maiores níveis de competição eleitoral e a instituição da justiça eleitoral nos anos 1930, sugerem-se pesquisas futuras para investigar como mudaram as práticas de controle sobre o eleitor.

Tudo considerado, o próximo passo é entender como a cédula eleitoral, a partir de 1955, influenciou o comportamento de partidos e candidatos[34]. Sobretudo, trata-se de validar as assertivas de que "o voto secreto forçou adaptações, mas não alterou o essencial: o controle sobre o comportamento dos eleitores" (Limongi, 2015: 391) ou de quem argumenta em direção oposta, afirmando que a "grande transformação que se processou na política brasileira durante a Terceira República foi a diminuição do controle exercido pelos partidos/chefes políticos, nem tanto sobre o processo de alistamento, mas sim sobre o voto dos eleitores" (Gomes e Ferreira, 2018: 263). As análises historiográficas sugerem um caminho nesta última direção. Carlos Olímpio, um político local baiano que desde 1934 estava ao lado dos autonomistas, escrevendo a Otávio Mangabeira explicava que a derrota do brigadeiro Eduardo Gomes na Bahia em 1945 se devia à atuação de vários atores: "Escrevo-lhe ainda atordoado das pauladas recebidas nas eleições, vibradas pelos frades, vigários, comunistas, integralistas, passadistas [sic] etc." (*apud* Batista, 2017: 24). Na Terceira República, diversos atores disputavam entre si

a mobilização do eleitor, adotando mecanismos de mobilização diferentes das velhas práticas clientelísticas típicas da Primeira República. Se acrescentarmos a isso o aumento do eleitorado registrado a partir de 1945, é fácil entender que a coordenação eleitoral se tornara cada vez mais uma tarefa extremamente custosa. Portanto, a questão, meramente empírica, é investigar os diversos mecanismos de coordenação encapados por partidos e candidatos, como observar se de fato a introdução da cédula eleitoral em 1955 representa um momento de ruptura.

Conflitos de interesse: nada a declarar.
Fonte de financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (processo n. 18/23060-2) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico na modalidade Bolsa Produtividade Nível 2 (processo n. 307864/2020-0).

Notas

1 Na América Latina, tais interpretações remetem à abordagem da *Nueva História Política*, que deslocou o foco sobre o indivíduo para a ação do coletivo, da sociedade, dos grupos que a compõem (Annino, 1995; Posada-Carbó, 2000; Sabato, 2018).

2 Em que, por identificação partidária, entendemos a proximidade psicológica e emocional do eleitor com o partido que representaria suas visões e crenças e que, em última instância, manifestar-se-ia em um voto regular em termos de preferências eleitorais.

3 Alguns países estabeleceram garantias ulteriores, como a de depositar a cédula em um envelope antes de sair do lugar privado em que havia se votado. Como veremos esse será o caso do Brasil, em 1932.

4 Para uma reconstrução dos debates acerca das propostas visando modificar a legislação eleitoral em defesa do voto secreto até 1930, ver Schlegel e Nobrega (2019).

5 A Lei de 1892, no art. 43, § 14, estabelecia que as cédulas não fossem apuradas quando contivessem o nome riscado ou substituído, declaração contrária ao rótulo, ou quando os escrutinadores encontrassem mais de uma cédula dentro de um só invólucro. As mesmas normas se encontram na Lei Rosa e Silva, de 1904, art. 75, § 3, e na Lei n. 3.208, art. 17, § 12.

6 Lei n. 426, de 7 de dezembro de 1896, art. 8.

7 De um lado, os tenentistas, encabeçados por Juarez Távora, que defendiam um projeto de Estado forte e o prolongamento da ditatura. De outro lado, quem advogava para um governo constitucional livremente eleito. Para uma compreensão das tensões e disputas políticas nos primeiros anos do Governo Provisório entre esses dois grupos, ver Lopes (2019).

8 O Código Eleitoral de 1932 inovou adotando um sistema eleitoral (quase) proporcional, o voto secreto, o voto feminino, a representação classista, criou a Justiça Eleitoral e instituiu o voto obrigatório. Geralmente apresentado como obra de Assis Brasil, estudo recente tem revelado a multiplicidade dos atores envolvidos na redação desse Código, apontando para a participação de vários juristas e políticos (Zulini, 2019a).

9 A lei exigia que a seção contasse com uma urna suficientemente ampla para que não se acumulasse as sobrecartas na ordem de depósito de modo a facilitar o monitoramento dos eleitores. Essa era outra medida em favor do sigilo do voto, mas que já havia sido adotada na Primeira República.

10 Interessante a esse propósito a posição de Assis Brasil, que ao publicar a primeira versão do projeto do Código Eleitoral, em 1931, afirmava que o *Australian ballot* não era conhecido e que no Brasil e "outros países retardatários" o voto secreto correspondia apenas ao voto fechado, definido pelo ato de "meter a cédula numa sobrecarta antes de a depositar na urna" (Brasil, 1931: 75-76). Talvez essa afirmação deva ser lida considerando o momento em que Assis escreve. Ao ser encarregado de elaborar o Código Eleitoral por Getúlio Vargas, sua repulsa ao voto australiano era notória por privar o eleitor de votar em quem quisesse.

11 O Código Eleitoral determinava que as cédulas fossem (art. 71): a) de forma retangular; b) de cor branca; c) de dimensões tais que, dobradas ao meio, ou em quatro, coubessem nas sobrecartas oficiais; d) impressas ou datilografadas e sem mais dizeres ou sinais que os nomes dos candidatos e uma legenda devidamente registrada.

12 Era comum o candidato publicar anúncios nos jornais informando os contatos telefônicos para pedidos de cédulas ou o endereço para retirá-las pessoalmente. Ver a título de exemplo, *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 23 set. 1950, p. 3, edição 08566; *Diário da Tarde*, Paraná, 2 set. 1950, p. 4, edição 17111.

13 Ver a resolução do Tribunal Superior Eleitoral n. 5.050, de 16 de setembro de 1955, *Instruções para apuração das eleições de 3 de outubro de 1955*.

14 Estudos regionais confirmam essa análise. No Rio Grande do Sul, os dois maiores partidos no estado, o Partido Republicano Liberal e a Frente Única Gaúcha, usaram cédulas em papel diferente. Pela dobra da sobrecarta, os fiscais de partido poderiam identificar facilmente o voto do eleitor (Cortés, 2007; Lapuente, 2018).

15 A pedidos. Política de Uberaba, *Lavoura e Comércio*, Minas Gerais, 13 out. 1934, p. 4, edição 06732.

16 Aviso, *Correio do Povo*, Santa Catarina, 13 out. 1934, p. 3, edição 00752.

17 Instruções aos eleitores correligionários, *Diário da Manhã*, Espírito Santo, 03 maio 1933, p. 2, edição 03200.

18 Aviso aos eleitores do Partido Republicano Liberal, *A Federação*, Rio Grande do Sul, 29 abr. 1933, p. 2, edição 00100. Sobre a dificuldade dos partidos cearenses na elaboração das cédulas, ver Lima (2020).

19 Em São Paulo, *A Noite*, Rio de Janeiro, 02 maio 1933, p. 5, edição 07699.

20 A estréa do voto secreto, *Vida Capichaba*, Espírito Santo, 15 maio 1933, p. 13, edição 00340.

21 Cédulas falsificadas, *Correio Paulistano*, São Paulo, 12 out. 1934, p. 5, edição 24095.

22 Appareceu o 13º número do "Boletim Civico", *A Noite*, Rio Grande do Sul, 05 abr. 1933, p. 13, edição 340.

23 O negreiro PSD, *O Combate*, Maranhão, 03 out. 1934, p. 1, edição 2669.

24 *Annaes da Assembleia Nacional Constituinte*, 1936, v. XVII, p. 373.

25 Isso não quer dizer que o domínio partidário fosse o mesmo em todas as unidades da federação, nem que o instrumental adotado pelos candidatos para controlar o eleitor fosse igual ao registrado na Primeira República. Afinal, como estudo recente mostrou (Zulini e Ricci, 2020), o número dos partidos em disputa aumentou significativamente nas eleições de 1933 e 1934 em comparação ao regime anterior. Futuras pesquisas deverão analisar como esse fenômeno, com a criação de partidos pelos interventores e o incremento da própria competição política, pode ter influenciado na adoção de diferentes e novos instrumentos de controle dos eleitores, sobretudo em comparação à Primeira República. A esse respeito, talvez seja promissor pensar na maior ênfase posta pelos partidos na distribuição das cédulas eleitorais à boca de urna como forma mais eficaz para compensar a perda de controle dentro da seção eleitoral, tendo em conta que o eleitor agora passa a votar fora do alcance público, na cabine indevassável.

26 Esse tipo de voto é denominado na literatura de voto dividido (no inglês: *split ticket vote*).

27 De acordo com o art. 2, da Lei n. 3.208, de 27 dezembro de 1916; art. 56 da Lei n. 1.269, de 15 de novembro de 1904; art. 10, Decreto n. 1.668, de 7 de fevereiro de 1894.

28 Poder-se-ia argumentar que a ausência de voto dividido seria o resultado da fraude maciça praticada na apuração dos votos. Entretanto há que se considerar que, em primeiro lugar, conforme observado em estudos recentes (Ricci, 2019c; Zulini e Ricci, 2020), as alegações de fraude na contagem dos votos são menores em comparação a demais denúncias. Além disso, a contagem dos votos estava nas mãos da justiça eleitoral, sendo mais difícil de sofrer interferência externa em comparação a outras etapas do processo eleitoral, particularmente o alistamento que restava a cargo dos partidos.

29 Uma correspondência perfeita entre os votos para presidente e vice resultaria em uma correlação igual a 1. Os valores das correlações (Pearson) para as chapas vitoriosas e as derrotadas são de 0,98 em 1910, 0,75 em 1922 e 0,99 em 1930. O valor de 1922 é relativamente baixo por causa de dois *outliers*: Mato Grosso e Goiás. Não encontrei explicações para esses casos, sugerindo que, na verdade, trata-se de problemas na divulgação dos resultados.

30 O Código Eleitoral de 1932 disciplinava aquelas eleições. O Tribunal Superior de Justiça Eleitoral emitiu uma resolução específica para o pleito de 1934 publicada em 14 de agosto daquele ano no *Boletim Eleitoral* n. 72. Para uma discussão acerca das eleições ver Ricci e Silva, 2019. Para um enquadramento geral sobre as eleições dos anos 1930, ver Ricci, 2019b.

31 Os valores das correlações (Pearson) para as chapas vitoriosas e derrotadas são, respectivamente, de 0,91 e 0,93. Os dados foram coletados em nível estadual.

32 Trata-se do problema de inferência ecológica: uma correlação forte em nível agregado (no estado) pode esconder uma ausência de correlação em nível individual. Uma solução é utilizar dados agregados em um nível inferior, como as seções eleitorais.

33 Os valores das correlações (Pearson) para as chapas vitoriosas e derrotadas são, respectivamente, de 0,942 e 0,969.

34 Quanto aos eleitores, Gingerich (2019) e Gingerich e Medeiros (2020) argumentam que a adoção da cédula oficial tem funcionado como um teste de educação. Os eleitores menos educados encontraram um obstáculo no ato do voto por causas das maiores dificuldades no preenchimento das cédulas, testemunhado pelo aumento dos votos brancos e nulos, particularmente em regiões com altas taxas de analfabetismo.

Referências Bibliográficas

AIDT, T. S.; JENSEN P. S. From open to secret ballot: vote buying and modernization. *Comparative Political Studies*, Thousand Oaks, v. 50, n. 5, p. 555-593, 2017. https://doi.org/10.1177/0010414016628268.

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927.

ANDERSON, M. L. *Practicing democracy*: elections and political culture in Imperial Germany. Princeton: Princeton University Press, 2000.

ANNAES da Assembleia Nacional Constituinte. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. v. XVII.

ANNINO, A. *Historia de las elecciones en Iberoamérica, siglo XIX*: de la formación del espacio político nacional. Ciudad de Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1995.

BATISTA, E. E. O declínio do Estado Novo, a legislação eleitoral e a atuação de Otávio Mangabeira na campanha da UDN Baiana – 1945. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 9-27, 2017. https://doi.org/10.15448/2178-3748.2017.2.27430.

BRASIL. Decreto de 7 de março de 1821. Manda proceder á nomeação dos Deputados ás Côrtes Portuguezas, dando instrucções a respeito. *In*: BRASIL. *Coleção de Leis do Brasil*, Rio de Janeiro, 1821. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/Historicos/DIM/DIM-7-3-1821.htm>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. Decreto n. 3.029, de 09 de janeiro de 1881. Reforma a legislação eleitoral. *In*: BRASIL. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1881a, p. 1, v. 1, pt. 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3029-9-janeiro-1881-546079-publicacaooriginal-59786-pl.html>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. Decreto n. 8.213, de 13 de agosto de 1881. Regula a execução da Lei n. 3029 de 9 de Janeiro do corrente anno que reformou a legislação eleitoral. *In*: BRASIL. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1881b, p. 854, v. 2. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-8213-13-agosto-1881-546457-publicacaooriginal-60487-pe.html>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. Decreto n. 1.668, de 7 de fevereiro de 1894. Dá instrucções para a eleição de Presidente e Vice-Presidente da Republica, e consolida as disposições vigentes quanto ás eleições federaes. *In*: BRASIL. *Coleção de Leis do Brasil*, Rio de Janeiro, 1894, p. 244, v. 1, pt. II. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1668-7-fevereiro-1894-508170-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. Lei n. 426, de 7 de dezembro de 1896. Manda observar, nas eleições federaes, o disposto no art. 6º da Lei n. 248, de 15 de dezembro de 1894, sempre que se dê o caso previsto no § 2º do art. 43 da de n. 35, de 26 de janeiro de 1892, e dá outras providencias. *In*: BRASIL. *Coleção de Leis do Brasil*, Rio de Janeiro, 1896, p. 53, v. 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-426-7-dezembro-1896-540240-publicacaooriginal-40206-pl.html>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. Lei n. 1.269, de 15 de novembro de 1904. Reforma a legislação eleitoral, e dá outras providencias. *Diário Oficial da União*, Brasília, Seção 1, p. 5.446, 18 nov. 1904. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-1269-15-novembro-1904-584304-publicacaooriginal-107057-pl.html>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. Lei n. 3.208, de 27 dezembro de 1916. Regula o processo eleitoral e dá outras providencias. *Diário Oficial da União*, Brasília, Seção 1, 29 dez. 1916. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3208-27-dezembro-1916-572611-republicacao-98433-pl.html>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. Lei n. 2.582, de 30 de agosto de 1955. Institui a Cédula Única de votação. *Diário Oficial da União*, Brasília, Seção 1, p. 16.617, 31 ago. 1955. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2582-30-agosto-1955-361123-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. Lei n. 2.982, de 30 de novembro de 1956. Modifica dispositivos da Lei n.º 2.550, de 25 de julho de 1955, que altera o Código Eleitoral (Lei n. 1.164, de 24 de julho de 1950), e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, Seção 1, p. 2.153, 9 fev. 1960. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2982-30-novembro-1956-355120-norma-pl.html>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. Lei n. 4.109, de 20 de julho de 1962. Institui a cédula oficial de votação nas eleições pelo sistema proporcional e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 30 jul. 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4109.htm>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL, A. *Democracia representativa*: do voto e do modo de votar. Rio de Janeiro: Imprenta Nacional, 1931.

BORGES, V. L. *A batalha eleitoral de 1910*: imprensa e cultura política na Primeira República. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil*: o longo caminho. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CORTÉS, C. E. *Política Gaúcha*: 1930–1964. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

CROOK, M.; CROOK, T. Reforming voting practices in a global age: the making and remaking of the modern secret ballot in Britain, France and the United States, *c.*1600–*c.*1950. *Past & Present*, Oxford, v. 212, n. 1, p. 199-237, 2011. https://doi.org/10.1093/pastj/gtr008.

DALTON, R. J., KLINGEMANN, H.-D. *The Oxford handbook of political behavior*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

DE HOLLANDA, C. B. *Modos da representação política*: o experimento da Primeira República brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

FEREJOHN, J. Secret votes and secret talk. *In*: ELSTER, J. (ed.). *Secrecy and publicity in votes and debates*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p. 230-248.

FERREIRA, M. M. A reação republicana e a crise política dos anos 20. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 9-23, 1993.

FREIRE, M. *O voto secreto e a revisão constitucional*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1910.

GANDHI, J.; LUST-OKAR, E. Elections under authoritarianism. *Annual Review of Political Science*, Palo Alto, v. 12, p. 403-22, 2009. https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.11.060106.095434.

GARRIGOU, A. *Le vote et la vertu*. Comment les Français sont devenus électeurs. Paris: Les Presses de Sciences Po, 1992.

GINGERICH, D. W. Ballot reform as suffrage restriction: evidence from Brazil's Second Republic. *American Journal of Political Science*, Oxford, v. 63, n. 4, p. 920-35, 2019. https://doi.org/10.1111/ajps.12438.

GINGERICH, D. W.; MEDEIROS, D. Vote secrecy with diverse voters. *Comparative Political Studies*, Thousand Oaks, v. 53, n. 3-4, p. 567-600, 2020. https://doi.org/10.1177/0010414019859040.

GOMES, A. C.; FERREIRA, J. Brasil, 1945–1964: una democracia representativa en consolidación. *Estudios del ISHiR*, Rosário, v. 8, n. 20, p. 53-74, 2018.

KAM, C. The secret ballot and the market for votes at 19th-century British elections. *Comparative Political Studies*, Thousand Oaks, v. 50, n. 5, p. 594-635, 2017. https://doi.org/10.1177/0010414015626451.

LAPUENTE, R. S. A espada de Dâmocles: as eleições de 1933 no Rio Grande do Sul-entre o exílio, repressão e conspiração. *Antíteses*, Londrina, v. 11, n. 21, 2018. http://dx.doi.org/10.5433/1984-3356.2018v11n21p267.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fronteira, 1997 [1947].

LIMA, J. R. *A Liga Eleitoral Católica é partido político?* A LEC e as eleições no Ceará (1933–1934). 2020. 329 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

LIMONGI, F. Fazendo eleitores e eleições: mobilização política e democracia no Brasil Pós-Estado Novo. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, p. 371-400, 2015. https://doi.org/10.1590/00115258201547.

LOPES, R. O poder discricionário: ditadura e constitucionalização no Governo Provisório. *In*: RICCI, P. (org.). *O autoritarismo eleitoral dos anos trinta e o Código Eleitoral*. Curitiba: Appris, 2019. p. 19-40.

MANIN, B. *The principles of representative government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MANIN, B. Why open voting in general elections is undesirable. *In*: ELSTER, J. (ed.). *Secrecy and publicity in votes and debates*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p. 209-214.

MARES, I. *From open secrets to secret voting*: democratic electoral reforms and voter autonomy. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

NICOLAU, J. *Eleições no Brasil*: do Império aos dias atuais. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PINTO, S. C. S. *Só para iniciados... o jogo político na antiga capital federal*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2011.

POSADA-CARBÓ, E. Electoral juggling: a comparative history of the corruption of suffrage in Latin America, 1830–1930. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, v. 32, n. 3, p. 611-44, 2000. https://doi.org/10.1017/S0022216X00005782.

PRZEWORSKI, A. Suffrage and voting secrecy in general elections. *In*: ELSTER, J. (ed.). *Secrecy and publicity in votes and debates*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p. 97-107.

RICCI, P. Political representation as collective representation. Considerations based on the Brazilian case. *Representation*, London, v. 55, n. 3, p. 265-83, 2019a. https://doi.org/10.1080/00344893.2019.1594351.

RICCI, P. *O autoritarismo eleitoral dos anos trinta e o Código Eleitoral*. Curitiba: Appris, 2019b.

RICCI, P. As eleições da Era Vargas: que regime representativo é esse? *In*: RICCI, P. *O autoritarismo eleitoral dos anos trinta e o Código Eleitoral.* Curitiba: Appris, 2019c. p. 229-247.

RICCI, P.; ZULINI, J. P. Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 443-79, 2014. https://doi.org/10.1590/0011-5258201414.

RICCI, P.; ZULINI, J. P. The meaning of electoral fraud in oligarchic regimes: lessons from the Brazilian case (1899–1930). *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, v. 49, n. 2, p. 243-68, 2017. https://doi.org/10.1017/S0022216X16001371.

RICCI, P.; SILVA, G. A representação (quase) proporcional e os pleitos de 1933 e 1934. *In*: RICCI, P. *O autoritarismo eleitoral dos anos trinta e o Código Eleitoral*. Curitiba: Editora Appris, 2019. p. 61-81.

RIX, K. The elimination of corrupt practices in British elections? Reassessing the impact of the 1883 Corrupt Practices Act. *The English Historical Review*, v. 123, n. 500, p. 65-97, 2008. https://www.jstor.org/stable/20108376.

ROMANELLI, R. *Il comando impossibile*: stato e società nell'Italia liberale. Bologna: Il Mulino, 1995.

ROMANELLI, R. (ed.). *How did they become voters?* The history of franchise in modern European representation. Netherlands: Kluwer Law International, 1998.

SABATO, H.; TERNAVASIO, M. El voto en la República. Historia del sufrágio en el siglo XIX. *In*: SABATO, H.; TERNAVASIO, M.; DE PRIVITELLIO, L; PERSELLO, A. V. *Historia de las elecciones en la Argentina*. Buenos Aires: Editorial el Ateneo, 2015. p. 17-134.

SABATO, H. *Republics of the new world*: the revolutionary political experiment in nineteenth-century Latin America. Princeton: Princeton University Press, 2018.

SADEK, M. T. *A justiça eleitoral e a consolidação da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundación Konrad Adenauer, 1995.

SCHLEGEL, R.; NOBREGA J. Qual voto secreto? O Código Eleitoral de 1932 e as transformações no voto secreto. *In*: RICCI, P. (org.). *O autoritarismo eleitoral dos anos trinta e o Código Eleitoral*. Curitiba: Editora Appris, 2019. p. 83-108.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. *Brasil*: uma biografia – com novo pós-escrito. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, T.; SILVA, E. Eleições no Brasil antes da democracia: o Código Eleitoral de 1932 e os pleitos de 1933 e 1934. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 23, n. 56, p. 75-106, 2015. https://doi.org/10.1590/1678-987315235604.

TEORELL, J.; ZIBLATT, D.; LEHOUCQ, F. An introduction to special issue: the causes and consequences of secret ballot reform. *Comparative Political Studies*, Thousand Oaks, v. 50, n. 5, p. 531-554, 2017. https://doi.org/10.1177/0010414016641977.

VISCARDI, C. M. R.; SOARES, L. F. P. Votos, partidos e eleições na Primeira República: a dinâmica política a partir das charges de *O Malho*. *Revista de História*, São Paulo, v. 177, a04517, 2018. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2018.134470.

VISCARDI, C. M. R. *O teatro das oligarquias*: uma revisão da "Política do Café com Leite". 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

VISCARDI, C. M. R. *Unidos perderemos*: a construção do federalismo Republicano brasileiro. Curitiba: CRV, 2017.

ZULINI, P. J. Obra de Assis Brasil? A tramitação do Código Eleitoral de 1932. *In*: RICCI, P. (org.). *O autoritarismo eleitoral dos anos trinta e o Código Eleitoral*. Curitiba: Editora Appris, 2019a. p. 41-59.

ZULINI, P. J. Por além do discurso moralizador: os interesses políticos e o impacto da criação da Justiça Eleitoral em 1932. *In*: RICCI, P. (org.). *O autoritarismo eleitoral dos anos trinta e o Código Eleitoral*. Curitiba: Editora Appris, 2019b. p. 163-198.

ZULINI, P. J.; RICCI, P. O Código Eleitoral de 1932 e as eleições da Era Vargas: um passo na direção da democracia? *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 71, p. 600-623, 2020. https://doi.org/10.1590/S2178-14942020000300009.

A CRISE DA PRIMEIRA REPÚBLICA E O SURGIMENTO DA OPOSIÇÃO LEGÍTIMA NO BRASIL

The crisis of the Brazilian First Republic and the rise of legitimate opposition

La crisis de la Primera República Brasileña y el surgimiento de una oposición legítima

LEONARDO MARTINS BARBOSA[I]*

http://doi.org/10.1590/S2178-149420220106

[I]Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – São Paulo (SP), Brasil.
*Doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (leonardombarbosa@gmail.com)
https://orcid.org/0000-0002-8755-2590

Artigo recebido em 02 de setembro de 2021 e aprovado para publicação em 19 de novembro de 2021.

CC BY

Resumo

O objetivo deste artigo é examinar a criação do Código Eleitoral de 1932, em um quadro teórico referente a processos de democratização. Partindo da premissa de que o surgimento de uma oposição legítima foi o principal efeito dessa inovação institucional, investigo as razões que levaram os principais partidos a apoiarem essas mudanças. Para tanto, analiso a competição partidária da Primeira República com base na literatura consolidada e argumento que a crise de 1930 pode ser interpretada também como um desequilíbrio político cujo efeito foi o aumento no custo de se reprimir a oposição. Apresento, adicionalmente, a hipótese de que o processo de modernização tenha estado na raiz desse desequilíbrio.

Palavras-chave: História Política do Brasil; Primeira República; Eleições; Partidos Políticos; Código Eleitoral de 1932.

Abstract

The purpose of this article is to examine the creation of the Electoral Code of 1932 within a theoretical framework of democratization processes. Considering the premise that the appearance of a legitimate opposition was the main result of this institutional innovation, I investigate the reasons that led the main parties to support this change. To this end, I analyze party competition in the Brazilian First Republic based on the consolidated literature about the issue, and argue that the 1930 crisis can be interpreted as a political imbalance whose effect was to increase the cost of repressing the opposition. Additionally, I present the hypothesis that the modernization process was at the root of this imbalance.

Keywords: Political History of Brazil; Brazilian First Republic; Elections; Political Parties; 1932 Electoral Code.

Resumen

El propósito de este artículo es examinar la creación del Código Electoral de 1932, bajo un marco teórico de procesos de democratización. Partiendo de la premisa de que el surgimiento de una oposición legítima fue el principal efecto de esta innovación institucional, investigo las razones que llevaron a los principales partidos a apoyar estos cambios. Para eso, analizo la competencia entre partidos de la Primera República a partir de la literatura consolidada y sostengo que la crisis de 1930 también puede ser interpretada como un desequilibrio político cuyo efecto fue incrementar el costo de reprimir a la oposición. Además, presento la hipótesis de que el proceso de modernización fue la raíz de este desequilibrio.

Palabras clave: Historia Política de Brasil; Primera República Brasileña; Elecciones; Partidos Políticos; Código Electoral de 1932.

INTRODUÇÃO

O período entre 1930 e 1934 guarda inequívoco interesse para o estudo do modelo republicano brasileiro. Foi esse o momento em que as instituições da Primeira República, de feição marcadamente aristocrática, se não oligárquica, foram alteradas de maneira decisiva no sentido de abrir o caminho para a ampliação da competição eleitoral e, assim, para o surgimento de oposições legítimas. Entre as mudanças efetuadas com base no Código Eleitoral de 1932, consolidadas na Constituição de 1934 e, depois, na de 1946, é possível destacar a criação da Justiça Eleitoral, o voto secreto e o princípio da proporcionalidade — este assegurado pela transformação dos estados em distritos eleitorais únicos — como aspectos decisivos dessa mudança. Com isso, as oposições estaduais foram capazes de eleger representantes para o Congresso Nacional nas eleições de 1933 (Zulini e Ricci, 2020) e, desde então, observamos o aumento constante da competição eleitoral no país (Santos, 1997).

A explicação consagrada a respeito das origens do Código de 1932 atribui ao movimento de 1930 uma ação saneadora das fraudes eleitorais que dominavam o sistema político da Primeira República. Embora devamos reconhecer a importante relação entre os movimentos críticos da década de 1920 e as inovações institucionais promovidas pelo movimento revolucionário (Holanda, 2009), é preciso ter cuidado com o risco de se reproduzir a narrativa vencedora de 1930, como advertem, entre outros, Jaqueline Zulini e Paolo Ricci (2020). A longevidade dos pilares institucionais que começaram a tomar forma nessa época, como nota Sérgio Abranches em artigo clássico (Abranches, 1988), sugere uma complexa trama por trás da formação institucional do país, que escapa à vontade de atores individuais.

Isso nos impõe o desafio de buscar uma explicação de ordem sistêmica para a criação do novo Código. Nesse sentido, em que pese ao importante acúmulo de estudos sobre a política das primeiras décadas republicanas, a abertura do sistema político à competição eleitoral ainda carece de investigações que analisem esse objeto em uma reflexão teórica mais ampla. Aqui, proponho que isso seja feito olhando para os processos de democratização que, na virada do século 20, alteraram a natureza aristocrática dos governos representativos.

Com isso em mente, o presente artigo tem o objetivo de examinar as mudanças no sistema eleitoral a partir da década 1930, sublinhando, particularmente, a emergência da oposição legítima. Espero, com isso, contribuir tanto para o estudo do caso brasileiro quanto para a reflexão teórica mais ampla sobre o tema das democracias modernas. Mais especificamente, argumento que o modelo eleitoral inaugurado em 1932 resultou do desequilíbrio do sistema político da Primeira República, mediante o aumento relativo do custo de se reprimirem oposições, para usarmos os termos de Robert Dahl (1971, cap. 1).

CC BY

Para isso, examinarei a evolução da dinâmica político-partidário da Primeira República a fim de investigar possíveis razões que levaram a mudanças na posição histórica de seus principais partidos. Na primeira seção, problematizo as mudanças no sistema eleitoral brasileiro com base na questão mais ampla da democratização dos governos representativos. Destaco, ainda, que os princípios do Código de 1932 foram referendados e apoiados pelas bancadas dos principais estados do país, o que nos impele a buscar uma explicação de ordem sistêmica para essa inovação institucional. Em seguida, retomo análises consolidadas sobre a política dos governadores de modo a discutir o padrão político e partidário da Primeira República. Na terceira seção, argumento que a crise de 1930 desequilibrou o sistema da Primeira República de forma determinante. Exploro, ainda, a hipótese de as transformações engendradas pelo processo de modernização, notavelmente o descolamento da economia de São Paulo em relação a seus principais rivais, terem afetado a dinâmica da competição política no período. Por fim, discuto as implicações das mudanças no padrão de competição partidária para o processo mais amplo de democratização do sistema político brasileiro.

A DEMOCRATIZAÇÃO COMO PROBLEMA TEÓRICO

O tema da democratização na ciência política, por muito tempo, girou em torno da literatura sobre transições políticas (*e.g.* Linz e Stepan, 1978, 1996; O'Donnell, Schmitter e Whitehead, 1986), com sua particular delimitação enquanto problema de institucionalização democrática nos países periféricos (*e.g.* Huntington, 1996; Mainwaring e Perez-Liñán, 2013; Mainwaring e Scully, 1995). Nas últimas décadas, entretanto, novas e importantes possibilidades surgiram nesse campo com o trabalho de Bernard Manin (1997) e seu argumento de que a natureza e o sentido original dos governos representativos são eminentemente aristocráticos. Com isso, o problema da democratização — e das contradições que ela enseja — deixou de referir-se exclusivamente à periferia e passou a ocupar espaço também em estudos sobre a evolução política de países centrais (*e.g.* Berman, 2017, 2019).

Essa abordagem, com efeito, abre também novas possibilidades para o estudo da política brasileira, uma vez que nos permite discutir a construção da democracia no país em bases distintas daquela que encontramos nas teorias da modernização, tais como formuladas na ciência política americana das décadas de 1950 e 1960 (*e.g.* Almond e Coleman, 2015; Lapalombara e Weiner, 1966). Essa perspectiva ergue-se sobre um conceito muito particular de desenvolvimento político, cuja premissa é a de superioridade do modelo político dos Estados Unidos, sendo cego, portanto, ao tenso e contraditório processo que marcou também a democratização desse país. Ao nos distanciarmos desse quadro teórico, é possível analisar a

evolução institucional do país a partir do fim da Primeira República com outras lentes que não aquela da modernização incompleta da periferia.

O problema mais evidente que a democratização dos governos representativos nos impõe diz respeito às razões que impeliram elites políticas estabelecidas a abrirem o sistema para maior participação popular, mediante o ingresso de partidos de massa e a ampliação do sufrágio eleitoral. A esse respeito, um conjunto importante de autores argumenta que o processo foi motivado principalmente pelo medo crescente de que as massas mobilizadas fizessem uma revolução caso não fossem devidamente integradas ao processo político (*e.g.* Acemoglu e Robinson, 2000; Boix, 2003; Przeworski, 2009). Ainda segundo essa hipótese, a conquista da representação política seria mais vantajosa do que eventuais políticas de redistribuição promovidas por governos oligárquicos ou autocráticos, pois a cidadania política serviria como garantia de que a redistribuição fosse mantida também no futuro.

Embora esse argumento seja de suma importância para um olhar ampliado sobre a democratização brasileira, especialmente a partir da década de 1950, o medo revolucionário não parece ter sido determinante para as mudanças institucionais do início da década de 1930, das quais tratamos neste artigo. Em que pese ao crescimento do sindicalismo durante a década de 1920, bem como o de outras formas de mobilização dos setores médios, como o tenentismo, esses movimentos não conseguiram (ou não quiseram) organizar uma ação eleitoral efetiva, ao modo dos partidos radicais e social-democratas europeus ao longo do século 19. Ainda mais importante, a expansão do sufrágio não foi nem a principal demanda, nem a principal consequência das reformas eleitorais da década de 1930.

A crítica ao sistema eleitoral aprofundou-se na última década da Primeira República e não se restringia apenas a um grupo social ou político. Entre os tenentes, a descrença nas instituições de representação política era pervasiva e marcaria o posicionamento do grupo até mesmo durante o governo provisório (Gomes, 1980). Por isso mesmo, no entanto, o projeto de reforma eleitoral como caminho para sanear o sistema político foi um impulso eminentemente civil. Ele informou, por exemplo, a plataforma da Campanha Civilista de Rui Barbosa apoiado pelos paulistas (Carone, 1977), bem como a Reação Republicana, apoiada em setores médios do Rio de Janeiro (Ferreira, 1993). Na esteira de movimentos de oposição que caracterizaram a década de 1920 — como a própria Reação Republicana, a guerra civil de 1923 no Rio Grande do Sul e a Aliança Liberal de 1929 —, o modelo eleitoral mobilizou autores e foi objeto de trabalhos emblemáticos, como o de Joaquim Francisco de Assis Brasil, *Do voto e do modo de votar* (1895), e de outros que se debruçaram sobre o tema na última década do regime (Holanda, 2009).

É importante pontuar, contudo, que a defesa de reformas eleitorais era antes uma tentativa de resgate dos princípios de 1891, vistos por setores das elites política como tendo sido corrompidos pela política dos governadores, do que uma tentativa de ampliar de modo significativo o sufrágio. Em outras palavras, algumas das principais críticas ao modelo eleitoral não colocavam em questão a natureza aristocrática da República brasileira. Nas palavras de Christian Lynch, o que parecia necessário a Rui Barbosa "não era que mais gente votasse, mas que a vontade de quem formalmente já votava ganhasse o mundo da vida para além do texto da lei — era isso que [...] significava combater as oligarquias" (Lynch, 2016, p. 54-55). É claro que essa linha não resume a diversidade de opiniões a respeito do tema na década de 1920. Muitas, até mesmo, apresentavam teor mais democrático, principalmente tendo em vista a ascensão de movimentos urbanos e operários. Entretanto, não foi esse o viés que prevaleceu na elaboração do Código de 1932, nem tampouco da Constituição de 1934, em que pese à importante conquista do voto feminino.

Quando falamos em democratização, é importante ter em mente as duas dimensões básicas sugeridas por Robert Dahl em seu clássico estudo sobre democracias modernas, ou, como ele as denomina, poliarquias: de um lado, a institucionalização da competição e, de outro, a ampliação da participação. Embora esses dois componentes tenham, via de regra, caminhado juntos e se afetado mutuamente ao longo da história, eles revelam aspectos distintos do processo político. O primeiro diz respeito ao surgimento da oposição legítima, ao passo que o segundo se refere à ampliação da participação política. Embora os fundadores dos governos representativos fossem refratários à existência de oposição legítima (Hofstadter, 1960), ela sem dúvida é mais compatível com princípios aristocráticos do que a ampliação da participação política. Os primeiros partidos de oposição nos Estados Unidos ou na Inglaterra eram compostos de notáveis e conviveram por um bom tempo com sufrágios eleitorais extremamente limitados. A competição partidária no Brasil durante os primeiros anos da década de 1930 ainda estava mais próxima desse modelo do que daquele que se configurou na Europa na segunda metade do século 19, com a expansão do sufrágio a reboque dos partidos de massa. Vejamos, então, o que efetivamente mudou.

A proibição do voto analfabeto não apenas foi mantida em 1932, como nem sequer foi objeto de maior polêmica, tendo permanecido como principal barreira à expansão do sufrágio nas eleições de 1933 e 1934. Já o voto secreto e a criação da Justiça Eleitoral visavam a retirar o processo do controle dos partidos republicanos locais, que empregavam todos os meios possíveis para sufocar o surgimento das oposições, embora nem sempre sem contestação (Ricci e Zulini, 2014). O princípio da proporcionalidade, por sua vez, foi garantido com o fim dos círculos eleitorais e com a ampliação dos distritos eleitorais, que passariam a ser equivalentes

aos estados, como são até os dias de hoje. A ampliação da magnitude dos distritos, sabemos, é um dos fatores primordiais para estimular a representação proporcional e a consequente abertura a minorias políticas (Rae, 1972). Assim, entre as duas dimensões de que trata Robert Dahl, aquela que efetivamente foi afetada pelas inovações institucionais no início da década de 1930 no Brasil foi a da ampliação da competição eleitoral, tendo como resultado o surgimento de oposições legítimas (Zulini e Ricci, 2020).

Resta-nos perguntar, desse modo, o que teria motivado uma transformação dessa monta no sistema político nacional? Encontramos em trabalhos recentes a hipótese de que fosse interesse estratégico do governo provisório se valer das eleições como meio para legitimar o novo regime (Silva e Silva, 2015; Zulini e Ricci, 2020). Um dos argumentos apresentados é o de que o Código Eleitoral de 1932 foi promulgado antes de iniciada a Revolução Constitucionalista, o que enfraqueceria a ideia de que a nova legislação tenha sido uma resposta ao movimento sedicioso. Embora esse argumento tenha o mérito de fugir à narrativa de que o novo regime saneava o cenário político anteriormente marcado pelo domínio oligárquico, ele mantém o protagonismo do governo provisório como fator decisivo das mudanças.

Não fica claro, no entanto, o porquê de se adotar novo método eleitoral se o mesmo objetivo poderia ter sido alcançado recorrendo-se às práticas anteriores. Ou, ainda, por que arriscar, naquele momento, o surgimento de oposições legítimas, por mais enfraquecidas que elas pudessem estar? Acrescente-se ainda que, embora a iniciativa da nova legislação eleitoral realmente tivesse partido do governo provisório, também é verdade que a medida vinha sendo postergada há algum tempo e sofria resistência das lideranças tenentistas (Castro, 1980). Por outro lado, já está bem documentada a ação das grandes bancadas estaduais, não apenas a paulista, mas também a mineira, que foram decididamente favoráveis às três principais inovações eleitorais na Constituinte de 1933 (Bomeny, 1980). Assim, no início da década de 1930, e este ponto é central, a reforma eleitoral não era mais uma agenda exclusiva do governo provisório em seu projeto de legitimação do novo regime, nem tampouco das oposições paulistas, que estavam prestes a declarar guerra ao novo regime.

Devemos, portanto, enfrentar o fato de que, no início da década de 1930, as lideranças dos partidos regionais haviam alterado de forma significativa suas posições a respeito do modelo eleitoral vigente no país. Isso nos ajuda a entender por que as mudanças introduzidas no Código de 1932 não se encerraram nela, mas ganharam perenidade no sistema político brasileiro, sendo reafirmadas na Constituição de 1934 e, depois, na de 1946. Elas impõem-nos o desafio de buscar explicações sobre a formação do sistema político brasileiro mais abrangentes e que nos ajudem a entender a importante mudança que representou o surgimento de oposições legítimas. Aqui, podemos novamente recorrer a Robert Dahl (1971,

cap. 1; 1973, Introdução) para colocar o problema nos seguintes termos teóricos: o que mudou nesse momento para que o custo de tolerar as oposições ficasse menor do que o de reprimi-las?

O CONCERTO FEDERATIVO E A ESTABILIDADE POSSÍVEL

A história do governo representativo no Brasil confunde-se com a do federalismo. As vitórias e crises de um foram também as do outro: os destinos desses dois princípios estiveram atrelados desde a origem. Embora os movimentos republicanos de fins do século 19 tenham sido marcados pela diversidade de ideias e grupos, paulatinamente o federalismo se afirmou sobre os demais, conduzido pela ascensão do Partido Republicano Paulista (PRP) nos primeiros anos do novo regime (Neves, 2003). Para eles, a República significava, acima de tudo, a capacidade de governo autônomo de suas elites. Ou ela seria federalista, ou não seria.

Passados os conturbados anos iniciais, o PRP foi vitorioso e conseguiu imprimir nas instituições de 1891 o sentido político de sua preferência. Com a eleição de Prudente de Moraes, em 1894, foi inaugurado um período de 12 anos consecutivos de primazia paulista na presidência: depois dele, vieram Campos Sales e Rodrigues Alves, antes que Afonso Pena, do Partido Republicano Mineiro (PRM), fosse eleito, em 1906. A mudança de guarda, no entanto, não comprometeu o princípio federalista, que permaneceu vigente até o fim do regime. Esse modelo, contudo, lançou dois desafios às elites civis brasileiras:

1. representar nacionalmente interesses de estados, que, embora semelhantes em sua natureza oligárquica, eram economicamente desiguais;
2. acomodá-los sem comprometer a coesão e a autoridade do Estado, ou seja, de modo que fosse possível organizar um governo estável e suficientemente forte para impor sua ordem sobre o território.

O que se denomina política dos governadores é precisamente a dinâmica estabelecida entre os partidos republicanos estaduais, com o objetivo de responder a esses dois principais desafios sem o abandono do princípio federalista. Interessa-nos, aqui, principalmente, analisar a dinâmica partidária subjacente, distribuída em três espaços institucionais distintos: a Presidência, o Congresso e os governos estaduais.

A Presidência da República foi o espaço institucional estratégico na construção da estabilidade do período. A esse respeito, é importante chamar a atenção para o fato de que a adoção do presidencialismo não foi obra exclusiva do republicanismo positivista ou militar. Na Constituinte, essa instituição não foi objeto de maior polêmica, tendo sido instituída com

a anuência dos principais partidos civis. A referência central era o republicanismo conservador norte-americano (Lynch, 2016), em que o presidencialismo serviria, em seu intuito original, como um freio a eventuais excessos do Congresso, este sim visto como uma casa mais suscetível ao humor popular.

Nos anos iniciais da República brasileira, o principal fator de instabilidade veio na forma de levantes armados, quer de origem popular, quer oligárquica. A principal reação institucional a essas ameaças, como de praxe, foi a repressão violenta, que logo se tornou ponto nodal do sistema político. Quando isso não era possível pela ação dos governos estaduais, o nacional era acionado: ao todo, foram decretados 11 estados de sítio e 15 intervenções federais; medidas, em sua larga maioria, usadas para reprimir contestações políticas ao regime, fosse ao governo nacional, fosse a um governo estadual (Lynch, 2014). Aqui, a autoridade presidencial mostrou-se determinante para manter a estabilidade política em diversas ocasiões.

Alguns dos episódios de disputa oligárquica transformaram-se em verdadeiras guerras civis. No Rio Grande do Sul, além da revolta contra Júlio de Castilhos na década de 1890, houve novo desafio armado, dessa vez contra Borges de Medeiros, já na última década do regime, em 1923. Mato Grosso (1906) e Ceará (1914) foram palco de sublevações violentas contra as oligarquias estabelecidas. Invariavelmente, a resolução última desses conflitos dava-se de maneira violenta: fosse por meio da ação oficial do governo federal, fosse pelo uso da violência privada, do que é testemunha a Guarda Nacional.

A função do presidencialismo que o Partido Republicano Paulista vislumbrou e instituiu nos anos iniciais de estabilização do regime, entretanto, não era apenas a da repressão de movimentos desestabilizadores e insurgentes. Além disso, o presidencialismo sob Prudente de Moraes e Campos Sales tornou-se a instituição fiadora da ordem oligárquica no Estado federal; um espaço privilegiado para a concertação das oligarquias regionais em torno de bases programáticas minimamente consensuais. A supressão de rebeliões, portanto, era apenas o primeiro passo da estabilização do sistema. Do ponto de vista institucional, esse esforço envolvia também o expurgo parlamentar das oligarquias derrotadas e a incorporação das vencedoras ao concerto federativo, a exemplo do que ocorreu nas sublevações de Mato Grosso e Ceará (Carone, 1977). A partir de então, também elas seriam regidas e organizadas em torno de políticas primordialmente no âmbito da Presidência.

Em que pese ao protagonismo da Presidência, entretanto, o espaço privilegiado de pactuação era o Congresso, onde estavam representadas todas as unidades federativas. O principal momento de construção desse consenso era o da sucessão presidencial, em que o nome escolhido deveria ser referendado pelos principais partidos republicanos. Raramente o presidente conseguiu exercer protagonismo inconteste na escolha de seu sucessor: a escolha

de Júlio Prestes por Washington Luís, em 1929, foi um raro exemplo de prevalência da vontade presidencial, sendo uma exceção que comprova a regra. Afinal, a queda do regime ocorreu em larga medida por causa de um processo sucessório insensível à pactuação que usualmente tomava forma no Congresso e com participação limitada do mandatário.

Dessa maneira, a cada eleição presidencial um delicado equilíbrio tinha de ser novamente alcançado. A tensa negociação que precedia as eleições presidenciais evidencia que esse, de fato, era um momento delicado no sistema político da Primeira República (Viscardi, 2012)[1]. O fato de o PRP ter conseguido eleger os três primeiros presidentes civis da Primeira República não deve ser considerado um sinal de estabilidade desse processo. Os republicanos paulistas beneficiaram-se da relativa demora do Partido Republicano Mineiro (PRM) em organizar a política de seu estado e da sangrenta disputa que flagelou o Rio Grande do Sul. Tão logo os partidos republicanos mineiro e gaúcho organizaram seus respectivos domínios, o jogo mostrou-se mais delicado. A candidatura mineira de Afonso Pena de 1906 foi construída em detrimento da pretensão paulista de indicar Bernardino de Souza. Já o Partido Republicano Riograndense (PRR), por sua vez, agiu de maneira a tornar-se ator estratégico tanto na composição de maiores parlamentares quanto na sucessão. Com efeito, é obra de uma de suas principais lideranças, o senador Pinheiro Machado, a crise que em 1909 elegeu o militar Hermes da Fonseca, interrompendo o ciclo de governos civis. Sua eleição prevaleceu sobre as pretensões de Rui Barbosa e Venceslau Brás, apoiados respectivamente por paulistas e mineiros.

O novo governo caracterizou-se pela infrutífera guerra contra as oligarquias regionais, conhecida como o salvacionismo, e motivou o Pacto de Ouro Fino entre Minas e São Paulo, cuja aliança conseguiu novamente trazer alguma estabilidade aos governos civis. Agora, entretanto, o protagonismo havia claramente se deslocado para o PRM, que atuou como artífice do concerto federativo e patrocinou as eleições subsequentes de Venceslau Brás, Epitácio Pessoa e Artur Bernardes. Novamente, aqui, a primazia de um partido esconde demoradas negociações que envolviam, necessariamente, ao menos São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, não podendo, desse modo, ser tomada como indício de estabilidade do sistema.

Em conformidade com a historiografia recente sobre o tema, portanto, o cenário que apresentamos contradiz a ideia de que a política dos governadores, por meio do conluio entre presidência da república e estados, tenha construído um sistema político estável na Primeira República. Pelo contrário, instituições como a verificação de poderes eram importantes para limitar os riscos de ruptura em um sistema com alto potencial de instabilidade. Nesse sentido, reprimir as oposições por meio da degola limitava o número de atores participantes do concerto federativo, algo particularmente importante no delicado jogo sucessório.

O sistema político da Primeira República nunca resolveu de maneira definitiva o desafio lançado pelo modelo federativo. Assim, podemos identificar duas estratégias principais adotadas pelos partidos da Primeira República para equacionar com o fantasma da instabilidade, que assombrou o regime durante toda sua vigência: o esforço de acomodação, em âmbito nacional, dos interesses estaduais; e a repressão violenta as oposições que surgiam no âmbito estadual, fossem elas oligarquias dissidentes, fossem movimentos populares. Essas duas estratégias, adicionalmente, devem ser entendidas como complementares, pois era precisamente a dificuldade em se realizar a primeira que tornava a segunda tão necessária. Caso as oposições estaduais obtivessem representação política nacional, a dinâmica partidária assumiria uma lógica inteiramente diversa, não sendo possível, portanto, a já difícil e sensível tarefa de organizar o concerto federativo.

Podemos delinear, assim, três características fundamentais da dinâmica partidária do sistema político da Primeira República. Primeiramente, os conflitos entre os partidos republicanos estaduais deveriam ser acomodados em âmbito nacional, sob a regência do presidente da república. Para tanto, e em segundo lugar, era importante que os partidos republicanos se afirmassem como atores predominantes em seus estados, controlando a máquina eleitoral e reprimindo o surgimento de oposições. Nos casos em que os partidos estaduais não demonstraram suficiente organização e controle da máquina eleitoral, a contestação oposicionista surgiu principalmente por meio de denúncias de fraudes, de modo que o silenciamento da oposição passaria a depender da comissão de verificação do Congresso (Ricci e Zulini, 2014). Por fim, e em consequência, os partidos permaneceram como organizações eminentemente estaduais. As poucas tentativas de se criarem estruturas nacionais foram malsucedidas ou boicotadas, a exemplo do Partido Republicano Federal (Backes, 2006) e do projeto partidário conservador vislumbrado na década de 1910 por Pinheiro Machado.

Essa dinâmica partidária contrapõe-se à proposição elaborada pelo cientista político E. E. Schattschneider (2004 [1960]). Para o autor americano, a competição partidária levaria à ampliação do escopo do conflito, já que uma das partes de determinada contenda engendraria esforços para modificar determinado *status quo* que lhe seria desfavorável. Em outras palavras, o partido minoritário teria estímulo para mobilizar atores que até então não faziam parte da arena política, com o objetivo de tornar-se majoritário. Por consequência, o conflito político tenderia a se generalizar (no sentido de não reproduzir diretamente interesses particularistas) e a se tornar mais imprevisível. Essa dinâmica, para Schattschneider, estaria por trás da nacionalização dos partidos e da democratização dos sistemas políticos. Por lógica inversa, podemos argumentar que a dinâmica partidária da Primeira República agia precisamente no

CC BY

sentido contrário: a fim de manter uma estabilidade precária, restringia a representação e, assim, limitava o escopo do conflito político.

A incorporação de novos atores, nesse sentido, poderia criar conflitos no âmbito estadual, mais intensos do que aqueles que dividiam o país regionalmente. Sem uma oposição legítima, portanto, não temos o desenvolvimento de uma clivagem horizontal (ou funcional) em substituição à vertical (ou regional), nos termos de Seymour Lipset e Stein Rokkan (1967). A manutenção forçada da unidade política nos estados, nesse sentido, deve ser considerada fator determinante que inibiu a nacionalização da competição partidária e fez predominar a lógica regionalista. Portanto, não se trata aqui de negar a motivação ideológica daqueles que tentaram criar partidos nacionais, mas sim de chamar a atenção para o fato de que a dinâmica partidária da Primeira República constrangeu esse desenvolvimento, principalmente ao suprimir oposições legítimas, quaisquer que fossem elas.

MODERNIZAÇÃO E A QUESTÃO PAULISTA

Mesmo reconhecendo a natureza eminentemente instável do sistema político da Primeira República, a perenidade das inovações do modelo eleitoral de 1932 é indicativa de que a crise de 1930 representou uma ruptura de ordem diversa das crises anteriores, provocando a necessidade de novos arranjos institucionais. Nesta seção, argumento que a crise sucessória de Washington Luís se diferenciou das anteriores, desequilibrando de modo determinante o modelo de acomodação do sistema político e levando à mudança na posição dos grandes partidos estaduais a respeito do modelo eleitoral. Exploro, ainda, a hipótese de que o processo de modernização do país, acelerado na década de 1920, tenha estado na raiz desse desequilíbrio, especialmente pelo aprofundamento da desigualdade entre o estado de São Paulo e as demais unidades federativas.

Como vimos, o sistema político-partidário da Primeira República dependia, em larga medida, da repressão às oposições. Os eventos entre 1929 e 1932, no entanto, inviabilizaram a manutenção desse modelo principalmente porque, nesse período, as três principais oligarquias do país não apenas estiveram na condição de oposicionistas, como também sujeitas à repressão do poder público. Ou seja, não apenas se manifestaram contrariamente ao governo no âmbito do Congresso Nacional, o que já ocorria na Primeira República, como também estiveram sujeitas ao emprego de métodos que visavam a marginalizá-las ou mesmo a eliminar seu direito à representação política.

A principal motivação do movimento deflagrado em 1930 foi o conflito entre os mineiros e gaúchos, de um lado, e paulistas, de outro. Washington Luís (1926–1930) havia sido

o primeiro presidente eleito pelo PRP a efetivamente governar desde Rodrigues Alves (1902–1906)[2]. Desde então, a oligarquia mineira atuara como pedra angular do sistema político e como principal base de apoio aos governos civis. Para todos os efeitos, o PRM havia substituído o papel de liderança exercido pelo PRP entre 1894 e 1906. A insistência de Washington Luís em lançar outro candidato paulista em 1930, Júlio Prestes, pode ser interpretada como uma tentativa de trazer novamente para seu estado o protagonismo no concerto federativo brasileiro. Tomado por seu valor de face, esse movimento não seria tão diferente de outras crises sucessórias, que, como discutimos, deram-se em momentos caracteristicamente instáveis.

Entretanto, a cisão de 1930 trouxe fatos preocupantes para as demais oligarquias do país. A candidatura de Júlio Prestes (PRP) foi vitoriosa mesmo tendo contra si a união de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e do partido oposicionista que surgira havia poucos anos em São Paulo, o Partido Democrático (PD). Ou seja, o PRP mostrou capacidade de protagonismo inédito na Primeira República: pela primeira vez, um dos três partidos republicanos mais fortes do país foi capaz de enfrentar sozinho seus dois principais rivais e derrotá-los mesmo assim. É notório o contraste, por exemplo, com as eleições de 1906, em que o PRP nem sequer conseguiu lançar o nome de Bernardino de Campos, ou com as eleições de 1910, em que o apoio paulista a Rui Barbosa não foi o suficiente para garantir-lhe a vitória, mesmo diante da ação desconcertada de mineiros e gaúchos.

Não apenas isso, a máquina eleitoral do PRP conseguiu reafirmar seu domínio sobre o estado de São Paulo mesmo diante da importante cisão representada pelo PD. Do lado mineiro, em contraste, a derrota para Júlio Prestes deflagrou no PRM uma crise que estaria por trás da fatídica degola em 1930. A novidade dessa eleição presidencial, portanto, não foram as desavenças entre os três maiores estados, mas a vitória decisiva do PRP, que o escusou, inclusive, de adotar medidas de acomodação após o resultado. Ao partido mineiro, foi reservado um tratamento que até aquele momento era destinado exclusivamente a oposições e pequenas oligarquias. A vitória paulista, portanto, deu-se em um quadro distinto daquele em que as principais oligarquias regionais conviveram no âmbito nacional nas décadas anteriores.

Adicionalmente, para os partidos republicanos de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, a derrota de 1930 representou uma circunstância que se diferenciava das anteriores, também porque estava efetivamente colocado o risco de esses dois partidos não conseguirem voltar a exercer o papel de protagonistas, ou mesmo de serem atores estratégicos na organização do concerto federativo. Pela primeira vez, mineiros e gaúchos viram-se sujeitos à repressão política, um risco que até aquele momento era reservado a oligarquias de segunda grandeza.

Por ora, podemos apenas especular sobre as razões que levaram São Paulo a agir de maneira tão assertiva. Sabemos que eram crescentes as divergências entre os estados a

respeito da política econômica a ser adotada pelo governo diante dos desafios lançados pela diversificação econômica pela crise de 1929 (Fonseca, 1999). Também esse era um momento de transição geracional, que na década 1920 renovava as lideranças dos principais partidos do país. A morte de Rodrigues Alves em 1919 marca no PRP o fim da geração que consolidou a ordem republicana e a emergência de outra, que teria visão distinta sobre o lugar de São Paulo na federação. No Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros foi obrigado a deixar o comando do estado em benefício da liderança de Getúlio Vargas e de novos quadros que se destacariam na cena nacional a partir de 1930, como Oswaldo Aranha. No PRM, a figura de Artur Bernardes, em si uma liderança nova no partido na década de 1920, começou a ceder espaço para figuras como Francisco Campos e Gustavo Capanema, que viriam a ter papel destacado no novo regime. É perfeitamente plausível sugerir, portanto, que a nova geração não era imbuída dos princípios dos fundadores da ordem oligárquica, estabelecidos nas duas primeiras décadas republicanas (Lessa, 2015).

No entanto, tão importante quanto entender as motivações econômicas e geracionais da nova elite do PRP é analisar o contexto que permitiu a esse grupo tocar adiante seu projeto. A crise de 1930 expôs um fato de incontestável relevância para o equilíbrio federativo do país: o desenvolvimento econômico de São Paulo começava a suplantar — em muito — aquele dos outros estados. Esse ponto foi tema de trabalhos clássicos sobre a ordem política nacional. Um deles é o estudo de Simon Schwartzman (1975), para quem em São Paulo se teriam criado laços embrionários de representação política, em contraste com os de cooptação verificados em outras áreas do país. Temos evidências, porém, de que o desenvolvimento paulista na verdade aprofundou o domínio exercido pelo partido republicano no estado (Ricci e Zulini, 2014). A hipótese aqui apresentada, portanto, segue outro caminho, bem diverso.

A década de 1920 foi a década do reinvestimento do capital cafeeiro no setor industrial, e isso começou a transformar de modo determinante a sociedade e a economia paulistas. Entre 1900 e 1929, o produto industrial no país cresceu 388%, a maior parte concentrada no estado de São Paulo, ao passo que o agrícola apenas 183%[3]. Também os dados populacionais mostram o ritmo acelerado do crescimento do estado. O crescimento da população de São Paulo era significativamente mais intenso que o da mineira e mesmo que o da gaúcha, que também observou importante crescimento no período. A população paulista, em 1900 equivalente a apenas 63% da mineira, chegara, em 1930, a 84%, suplantando-a pouco depois (Tabela 1).

Esse processo de modernização levou a um crescente desequilíbrio econômico e social entre São Paulo e o restante do país. É verdade que havia outros importantes núcleos de

Tabela 1 – População por estado.

	1900	1930	Crescimento (%)
Minas Gerais	3.594.471	6.991.564	94
São Paulo	2.282.274	5.882.554	157
Rio Grande do Sul	1.149.070	2.736.600	138

Tabela criada com base em estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), projeto Estatísticas do Século XX.

desenvolvimento urbano e econômico, anteriores mesmo ao paulista, como é o caso daquele verificado no Rio de Janeiro. No entanto, o modo como esses dados repercutiram na arena política dependeram de uma série de canais institucionais. Além da notória diferença de escala entre os dois processos, os efeitos do crescimento urbano do Distrito Federal no sistema político já haviam sido ao menos parcialmente equacionados ainda nos primeiros anos do regime, com o esforço de se silenciar e marginalizar, o quanto possível, o cenário agitado da capital (Neves, 2003). Diferentemente, o desenvolvimento de São Paulo afetou o coração da política dos governadores. Desde a eleição de Afonso Pena, em 1906, estava claro: no federalismo brasileiro, ou a liderança paulista seria negociada ou enfrentaria resistências.

Assim, uma das preocupações fundamentais do movimento que depôs Júlio Prestes foi a de reorganizar o equilíbrio federativo do país. Durante os primeiros anos do novo governo, o tema continuou em pauta, principalmente na Constituinte de 1933. A representação corporativa, por exemplo, embora calcada numa leitura crítica do liberalismo político, cumpria a decisiva função de reduzir o peso da bancadas mineira e, principalmente, da paulista no Congresso Nacional (Gomes, 1980). Além disso, instituiu-se que a partir do vigésimo parlamentar eleito por uma unidade federativa, o número de eleitores necessários para nova vaga seria maior. Ou seja, os estados mais populosos teriam, proporcionalmente, menos representantes. Ainda em 1946, foi também esse um dos sentidos que moveu a confecção da legislação eleitoral e partidária. A medida mais óbvia, nessa linha, foi a redução do número de representantes políticos dos maiores estados (Souza, 1976).

Sem dúvida o fortalecimento da oligarquia paulista não foi o único efeito político do desenvolvimento do país. O aumento das mobilizações sindicais, o surgimento do tenentismo e o crescimento da oposição em centros urbanos também são fatores determinantes para entendermos a crise de 1930 e seus desdobramentos em termos da legislação eleitoral. Até 1930, no entanto, o sistema político bloqueou com alguma efetividade esses movimentos insurgentes, inclusive o mais ameaçador deles, a Coluna Prestes. Para isso, contou com a

anuência das principais bancadas: nenhuma delas exerceu efetivamente poder de veto às reformas constitucionais propostas por Arthur Bernardes e aos inúmeros estados de sítio decretados durante todo o período de vigência do regime.

Em 1930, no entanto, esses movimentos, notavelmente o tenentismo, foram mobilizados por dois dos três principais partidos do país com o intuito deliberado de derrubar o regime. Esse aspecto particulariza a crise terminal da Primeira República diante de outros momentos em que estratégia similar foi adotada, como na Campanha Civilista ou na Reação Republicana. Em 1930, diferentemente, gaúchos e mineiros valeram-se da violência para inviabilizar o tradicional uso repressor da máquina federal pelo partido vencedor. Pela primeira vez os partidos derrotados eram suficientemente fortes para que os custos de repressão às oposições aumentassem decisivamente. Em 1932, como está bem documentado, tivemos uma situação análoga, porém invertida, quando a frente política paulista decidiu oferecer resistência armada ao novo regime. Um ano depois, na Constituinte de 1933, o voto secreto, a criação da Justiça Eleitoral e o princípio da proporcionalidade foram defendidos de forma unânime pelos partidos majoritários desses três estados.

CONCLUSÃO: OPOSIÇÃO E DEMOCRACIA

Defendi neste artigo a ideia de que as inovações na legislação eleitoral ocorridas entre 1930 e 1934 possam ser interpretadas como uma adaptação do governo representativo no Brasil, a fim de preservar seu princípio fundamental, o federalismo. Nesse sentido, desenvolvi o argumento de que o novo código eleitoral ajudaria a regular um conflito que já não cabia no arranjo da política dos governadores, especialmente após a experiência inédita de oposicionismo vivida pelos seus principais atores entre 1930 e 1932. As mudanças na legislação eleitoral de 1932, desse modo, resultaram de um desequilíbrio estrutural do sistema político da Primeira República. Apresentei, adicionalmente, a hipótese exploratória de que o processo de modernização e o decorrente fortalecimento de São Paulo tenham estado na raiz desse desequilíbrio.

Se isso estiver correto, o surgimento da oposição legítima nas eleições de 1933 não terá sido uma surpresa, mas uma consequência até certo ponto previsível e aceitável diante do desafio de manter o equilíbrio federativo. Uma implicação desse argumento é a de que não estava claro que a abertura do sistema à oposição poderia engendrar o envolvimento político de outros atores sociais. Pois, se assim fosse, dificilmente essas medidas teriam angariado o apoio das oligarquias mineira e paulista, ou mesmo do governo provisório. É verdade que, ao

menos desde a década de 1920, já temos um cenário de agitação social e política decorrente do processo de modernização vivido no país. Essa, efetivamente, foi a principal causa das mudanças constitucionais patrocinadas pelo governo de Arthur Bernardes. O ponto, todavia, não é que os novos movimentos insurgentes não exerciam efetiva contestação política, mas que eles não eram percebidos pelos principais partidos, ainda, como uma ameaça ao domínio oligárquico da arena eleitoral.

Esse tema não parece ter contaminado o debate sobre a nova legislação. A questão do sufrágio, particularmente, não suscitou maiores discussões em 1933, precisamente porque se considerava que a proibição do voto analfabeto era barreira suficiente para manter o jogo eleitoral relativamente sob controle, mesmo com a inclusão do voto feminino. A maior polêmica a respeito do tema na Constituinte ficou por conta da proposta feita pela Frente Única Gaúcha, a pedido do governo provisório, de instituir a eleição indireta para a Presidência da República (Castro, 1980). O intuito era o de fortalecer a autoridade presidencial diante das oligarquias estaduais, a exemplo do que ocorrera em 1890, quando a mesma proposta fora apresentada, com o mesmo objetivo (Lynch, 2016). Também aqui o dilema principal girava em torno do equilíbrio entre o poder dos estados e o do presidente. Até 1946, portanto, o sufrágio eleitoral continuou a ser considerado um elemento do poder político oligárquico, e não um caminho para se contestar o regime de modo mais assertivo.

O processo de democratização, contudo, é avesso a controles e sujeito à imprevisibilidade — são os efeitos não antecipados do professor Wanderley Guilherme dos Santos (2007). A partir de 1946, a expansão do eleitorado deu-se nos marcos institucionais construídos entre 1889 e 1934 como efeito da expansão da alfabetização e da urbanização do país, aumentando sensivelmente a imprevisibilidade dos resultados eleitorais. Além disso, e principalmente, instituições criadas nesse período, como a Justiça Eleitoral, o princípio da proporcionalidade, o voto secreto e a eleição direta para a Presidência da República, foram aspectos cruciais para o bom desempenho de partidos operários, em direção contrária, portanto, ao desejo dos fundadores do governo representativo no Brasil e aos interesses de seus continuadores.

Conflitos de interesse: nada a declarar.
Fonte de financiamento: A elaboração deste artigo contou parcialmente com o Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo 2021/04486-1.

Notas

1 Também o trabalho de Edgard Carone (1977) analisa de maneira pormenorizada as negociações sucessórias durante todo o período.

2 O próprio Rodrigues Alves, eleito novamente em 1918, não chegou a tomar posse.

3 Dados disponíveis na tabela de índice sobre produto real por setor, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), projeto Estatísticas do Século XX.

Referências Bibliográficas

ABRANCHES, S. H. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 31, n. 1, p. 5-34, 1988.

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. Why did the West extend the Franchise? Democracy, inequality, and growth in historical perspective. *The Quarterly Journal of Economics*, Cambridge, MA, v. 115, n. 4, p. 1.167-1.199, nov. 2000. https://doi.org/10.1162/003355300555042.

ALMOND, G. A.; COLEMAN, J. S. *The politics of the developing areas*. Princeton: Princeton University Press, 2015.

ASSIS BRASIL, J. F. de. *Democracia representativa*: do voto e do modo de votar. 3. ed. Paris: Lisboa: Guillard, Aillaud & Cia, 1895.

BACKES, A. L. *Fundamentos da Ordem Republicana*: repensando o pacto de Campos Sales. Brasília, DF: Plenarium: Editora da Câmara dos Deputados, 2006.

BERMAN, S. The pipe dream of undemocratic liberalism. *Journal of Democracy*, Washington, v. 28, n. 3, p. 29-38, 2017. https://doi.org/10.1353/jod.2017.0041.

BERMAN, S. *Democracy and dictatorship in Europe*: from the Ancien Régime to the present day. New York: Oxford University Press, 2019.

BOIX, C. *Democracy and redistribution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BOMENY, M. H. A estratégia de conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. ***In***: GOMES, A. M. de C. (ed.). *Regionalismo e centralização política*: partidos e Constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 132-235.

CARONE, E. *A República Velha*: evolução política (1889–1930). 3. ed. São Paulo: Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CASTRO, M. H. de M. O Rio Grande do Sul no pós-30: de protagonista a coadjuvante. ***In***: GOMES, Â. M. de C. (Ed.). *Regionalismo e centralização política*: partidos e Constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 40-131.

DAHL, R. *Polyarchy*. New Haven: London: Yale University Press, 1971.

DAHL, R. (ed.). *Regimes and oppositions*. New Haven: London: Yale University Press, 1973.

FERREIRA, M. de M. A reação republicana e a crise política dos anos 20. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 9-23, 1993.

FONSECA, P. C. D. A gênese regional da "Revolução de 30". *Revista de Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 113-127, 1999.

GOMES, Â. M. de C. Introdução. ***In***: GOMES, Â. M. de C. (ed.). *Regionalismo e centralização política*: partidos e Constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 23-39.

HOFSTADTER, R. *The idea of a party system*: the rise of legitimate opposition in the United States. Berkeley: Los Angeles: University of California Press, 1960.

HOLANDA, C. B. de. *Modos da representação política*: o experimento da Primeira República. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HUNTINGTON, S. *Political order in changing societies*. New Haven: London: Yale University Press, 1996.

LAPALOMBARA, J.; WEINER, M. (eds.). *Political parties and political development*. Princeton: Princeton University Press, 1966.

LESSA, R. *A invenção republicana*: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015.

LINZ, J.; STEPAN, A. (eds.). *The breakdown of democratic regimes*. Baltimore: London: Johns Hopkins University Press, 1978.

LINZ, J.; STEPAN, A. (eds.). *Problems of democratic transition and consolidation*. Baltimore: London: Johns Hopkins University Press, 1996.

LIPSET, S. M.; ROKKAN, S. Cleavage structures, party systems and voter alignments: an introduction. ***In***: LIPSET, S. M.; ROKKAN, S. (eds.). *Party systems and voter alignments*. New York: The Free Press, 1967. p. 1-64.

LYNCH, C. E. C. *Da monarquia à oligarquia*: história institucional e pensamento político brasileiro. Rio de Janeiro: Alameda, 2014.

LYNCH, C. E. C. O momento oligárquico: a construção institucional da República. ***In***: VISCARDI, C. M. R.; ALENCAR, J. A. (eds.). *A República revisitada*: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro. Porto Alegre: ediPUCRS, 2016. p. 23-62.

MAINWARING, S.; PEREZ-LIÑÁN, A. *Democracies and dictatorships in Latin America*. New York: Cambridge University Press, 2013.

MAINWARING, S.; SCULLY, T. (eds.). *Building democratic institutions*: party systems in Latin America. Stanford: Stanford University Press, 1995.

MANIN, B. *The principles of representative government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

NEVES, M. de S. Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX. ***In***: DELGADO, L. de A. N.; FERREIRA, J. L. (eds.). *O Brasil republicano*: Estado, sociedade civil e cultura política. O tempo do liberalismo excludente – Da Proclamação da República à Revolução de 1930. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 1, p. 14-44.

O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P.; WHITEHEAD, L. (eds.). *Transitions from authoritarian rule*: comparative perspectives. Baltimore: London: Johns Hopkins University Press, 1986.

PRZEWORSKI, A. Conquered or granted? A history of Suffrage Extensions. *British Journal of Political Science*, United Kingdom, v. 39, n. 2, p. 291-321, 1 abr. 2009. https://doi.org/10.1017/S0007123408000434.

RAE, D. *Political consequences of electoral laws*. New Haven: London: Yale University Press, 1972.

RICCI, P.; ZULINI, J. P. Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 443-79, 2014. https://doi.org/10.1590/0011-5258201414.

SANTOS, W. G. *Da oligarquia à poliarquia*: competição eleitoral e processos "não-encarceráveis". Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1997.

SANTOS, W. G. *Governabilidade e democracia natural*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SCHATTSCHNEIDER, E. E. *Party government*. New Burnswick: Transaction Publishers, 2004. [1960].

SCHWARTZMAN, S. *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo: Difel, 1975.

SILVA, T.; SILVA, E. Eleições no Brasil antes da democracia: o Código Eleitoral de 1932 e os pleitos de 1933 e 1934. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 23, n. 56, p. 75-106, 2015. https://doi.org/10.1590/1678-987315235604.

SOUZA, M. do C. C. de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930–1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

VISCARDI, C. M. R. *O teatro das oligarquias*: uma revisão da "Política do Café com Leite". 2. ed. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2012.

ZULINI, P. J.; RICCI, P. O Código Eleitoral de 1932 e as eleições da Era Vargas: um passo na direção da democracia? *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 71, p. 600-623, 2020. https://doi.org/10.1590/S2178-14942020000300009.

"UMA DANÇA SOBRE O ABISMO": AS ESTRATÉGIAS DA CANDIDATURA DE JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA NA CAMPANHA PRESIDENCIAL DE 1937*

"A dance over the abyss": the strategies of José Américo de Almeida's candidacy in the presidential campaign of 1937

"Un baile sobre el abismo": las estrategias de la candidatura de José Américo de Almeida en la campaña presidencial de 1937

Luiz Mário Dantas Burity[I]**

http://doi.org/10.1590/S2178-149420220107

*Este texto é produto da tese de doutorado *José Américo de Almeida, da infância no Engenho Olho d'Água à campanha presidencial de 1937*, orientada pela professora Lucia Grinberg, defendida na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro em 2021, nota 10.

[I]Fundação Casa de José Américo – João Pessoa (PB), Brasil.
**Doutor em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (marioburity@hotmail.com)
https://orcid.org/0000-0003-1357-1243

Artigo recebido em 18 de agosto de 2021 e aprovado para publicação em 09 de novembro de 2021.

CC BY

Resumo

A campanha presidencial de 1937 aconteceu em ambiente competitivo, com dois candidatos que dividiram a base aliada do governo, e em meio a investidas autoritárias de Getúlio Vargas, políticos e militares próximos a ele. O objetivo deste texto é identificar as estratégias mobilizadas por José Américo de Almeida e seus correligionários para viabilizar e executar a sua candidatura. Foi possível observar que esse grupo não foi passivo no cenário que estava posto, mobilizando as ferramentas de que dispunham de várias maneiras, a fim de formar um programa e uma base eleitoral a partir de uma interpretação do projeto revolucionário de 1930.

Palavras-chave: Campanha de 1937; José Américo; Bloco do Norte.

Abstract

The presidential campaign of 1937 took place in a competitive scenario, with two candidates who divided the government's allied base and the authoritarian attacks by Getúlio Vargas, as well as politicians and military personnel close to him. The objective of this text is to identify the strategies mobilized by José Américo de Almeida and his coreligionists to make feasible and execute his candidacy. We could observe that this group was not passive in the scenario presented, mobilizing tools available to them in various ways, in order to form a program and an electoral base built upon an interpretation of the project of the Revolution of 1930.

Keywords: Campaign of 1937; José Américo; Northern Bloc.

Resumen

La campaña presidencial de 1937 se desarrolló en un ambiente competitivo, con dos candidatos que dividieron la base aliada del gobierno, y en medio de ataques autoritarios de Getúlio Vargas, políticos y militares cercanos a él. El objetivo de este texto es identificar las estrategias movilizadas por José Américo de Almeida y sus correligionarios para viabilizar y ejecutar su candidatura. Se pudo observar que este grupo no fue pasivo en el escenario que se presentó. Las herramientas de que disponían se movilizaron, de diversas formas, para conformar un programa y una base electoral a partir de una interpretación del proyecto de la Revolución de 1930.

Palabras clave: Campaña de 1937; José Américo; Bloque del Norte.

INTRODUÇÃO

Em meados de 1936, durante uma visita à Bahia, o ministro Agamenon Magalhães sondou o governador Juraci Magalhães quanto à possibilidade de estender o prazo legal dos mandatos do presidente e dos governadores. Alegava que, diante da crise política que se estabelecera no país com o Levante Comunista de 1935, a manutenção da ordem seria prioridade dos "revolucionários de 1930". O anfitrião, entretanto, recusou a chamada, desconfiado dos propósitos de Getúlio Vargas, que, com essa investida, perderia o lastro da legalidade e centralizaria demasiado poder em suas mãos: "estava tratando com um homem surpreendente, de caráter insondável, que, talvez, um dia me convidasse para uma *dança sobre o abismo*" (Magalhães, 1996: 18). No ano seguinte, outro de seus aliados, Benedito Valadares, governador de Minas Gerais, propôs a candidatura de José Américo. Esse seria o melhor cenário para os nortistas, que teriam a chance de alçar à presidência da República. Mas era uma aposta arriscada: o que pretendia o "homem insondável"?

A eleição presidencial, por meio do voto direto, estava prevista em todo o território nacional para 3 de janeiro de 1938. Assim determinava a Constituição de 1934, artigo 52, 120 antes do término do mandato vigente e sem direito à reeleição. A campanha se prometia desde o primeiro instante um processo de particular importância na história política brasileira. Tratava-se, afinal, da primeira eleição direta para a presidência da República depois da Revolução de 1930. Era preciso testar o projeto revolucionário em votação popular de abrangência nacional, e isso diante de alguns complicadores. Depois de sete anos, não havia consenso entre os revolucionários quanto ao nome para representá-los, nem do que deveria constituir o programa de governo. Mais que isso, sequer estava decidida a efetiva realização das eleições.

A campanha efetivamente tomou fôlego a partir de maio de 1937. Venceu a saída competitiva, com três candidatos disputando a preferência do eleitorado: José Américo, candidato governista, Armando Sales, indicado por São Paulo e pelo Rio Grande do Sul, e Plínio Salgado, encampando a posição dos integralistas na opinião pública nacional. Aspásia Camargo *et al*. (1989), no livro *O golpe silencioso*, apontam, entre as razões que levaram o país à ditadura do Estado Novo, a incapacidade das candidaturas em apresentar alternativas eficientes na resolução da crise política. As autoras e autores falam de um "populismo embrionário" de José Américo e um "débil liberalismo" de Armando Sales. Essa interpretação, contudo, me parece reduzir o papel da competição eleitoral na temperatura política de 1937, bem como a complexidade da ação dos candidatos e seus aliados na construção dos acordos, composição de programas, articulação pelo financiamento da campanha, elaboração de discursos políticos etc.

CC BY

Paolo Ricci (2019: 229), nesse aspecto, pensa o cenário em que se estabelecem as eleições nos anos 1930 a partir da chave do autoritarismo competitivo, "isto é, um regime em que existem formalmente instituições democráticas, as oposições competem por cargos, mas quem está no governo abusa de sua posição para permanecer no poder". Esse ponto é interessante para pensar as eleições de 1937, na medida em que, apesar da movimentação dos candidatos e demais lideranças políticas em âmbito nacional, o presidente joga com o decreto do estado de guerra, as prisões políticas e as intervenções nos estados. A competição assume, assim, um novo patamar, em que é preciso pensar como as agências dos atores políticos precisam levar em conta essas medidas autoritárias. Além de disputar a preferência do eleitorado, os candidatos precisavam driblar as tentativas de atrapalhar o processo legal.

O objetivo deste texto é identificar as estratégias mobilizadas por José Américo de Almeida e seus aliados mais próximos para viabilizar e executar a sua campanha à Presidência da República em 1937. Tornar-se candidato, conforme Michel Offerlé (2002), implica inventar ou reativar tecnologias de luta política, ainda que cada posto e cada momento em disputa tenham suas especificidades. Nesse contexto, devemos considerar não só a instabilidade política e o cenário competitivo, mas também a disponibilidade dos meios de comunicação e transporte para empreender uma campanha nacional em um país de dimensões continentais. No caso da candidatura de José Américo, é possível afirmar que foram mobilizadas as ferramentas que havia à disposição, de várias maneiras, a fim de formar um programa e uma base de apoio no cenário competitivo que se apresentava.

O *corpus* documental incluiu os jornais *Correio da Manhã e Diário de Notícias*, ambos em circulação no Distrito Federal, assim como a revista *Careta*; correspondências de José Américo, Juraci Magalhães, Artur Neiva, Benedito Valadares e Getúlio Vargas; livros de memórias; o diário do presidente Vargas, entre outros.

A ESCOLHA DO CANDIDATO GOVERNISTA E A OPÇÃO COMPETITIVA

José Américo de Almeida nasceu em 10 de janeiro de 1887, na cidade de Areia, interior da Paraíba, em uma família de senhores de engenho e comerciantes, que tinham uma tradição na política local. Formou-se na Faculdade de Direito do Recife em 1908, foi nomeado procurador-geral do estado e se tornou uma figura constante no circuito intelectual, escrevendo em jornais e revistas. Publicou alguns livros, como *A Paraíba e seus problemas* (1923), sobre os impactos das obras contra as secas do governo Epitácio Pessoa na vida da população sertaneja, e o romance *A bagaceira* (1928), que o projetou na cena intelectual do

país. O ingresso na política profissional se deu com o convite de João Pessoa, em 1928, para que chefiasse a secretaria-geral de seu governo na Paraíba (Burity, 2021).

Às vésperas das eleições presidenciais, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba formaram a Aliança Liberal, uma chapa alternativa ao Partido Republicano Paulista (PRP). José Américo se envolveu na campanha e nas articulações com os tenentes para um provável conflito armado. Esse grupo dissidente, no entanto, perdeu as eleições e, meses depois, João Pessoa foi assassinado por um de seus opositores. Foi o estopim para os preparativos do golpe. Os revoltosos tomaram os quartéis na Paraíba e no Rio Grande do Sul em 3 de outubro, e seguiram nos demais estados. Juarez Távora assumiu o comando militar das tropas nortistas e José Américo a liderança civil da região conquistada. Vitoriosa a Revolução de 1930, esses estados formaram um grupo político: o Bloco do Norte.

Getúlio Vargas nomeou José Américo ministro de Viação e Obras Públicas. O paraibano ficou no cargo entre 1930 e 1934. Empreendeu uma reforma administrativa, com a demissão de funcionários, controle de gastos e fusão de departamentos, investiu na construção de estradas de ferro, de rodagem, portos, extensão das linhas de telégrafo e do serviço dos correios, entre outras coisas. Mas o ponto mais marcante de sua gestão foi a retomada das obras contra as secas, que ganhavam um espaço destacado no orçamento, e, por ocasião das estiagens de 1932, foi quase que duplicado por meio de créditos especiais solicitados pelo ministro e aprovados pelo presidente (Almeida, 1934).

Os investimentos nas obras contra as secas contabilizaram 317.136:569$947 (trezentos e dezessete mil, cento e trinta e seis contos, quinhentos e sessenta e nove mil, novecentos e quarenta e sete réis), correspondente a quase um quarto da receita ministerial para seus quatro anos na pasta. Isso atesta a expressividade do grupo — o Bloco do Norte — enquanto base de apoio do Governo Provisório e como catalisador de investimentos para a região. A manutenção da coesão política desses estados, aliás, seria razão da criação da Delegacia Militar do Norte, chefiada por Juarez Távora. Conforme Raimundo Lopes (2014), o propósito da instituição era indicar os nomes dos interventores e coordenar seu trabalho político — entre eles, Carlos de Lima Cavalcanti em Pernambuco e Juraci Magalhães na Bahia. A delegacia foi extinta no final de 1931, mas o grupo continuou ativo nas articulações das suas lideranças. Juarez Távora, um ano mais tarde, foi nomeado ministro da Agricultura.

As lideranças do Bloco do Norte também constituíam, em âmbito nacional, o Clube 3 de Outubro. Tratava-se de uma agremiação fundada com a missão de orientar as ações do governo durante o regime de exceção. Faziam parte tenentes militares —como Juarez Távora, Juraci Magalhães e Góis Monteiro — e os chamados tenentes civis — José Américo, Carlos de Lima Cavalcanti, Osvaldo Aranha, Pedro Ernesto. O entendimento sobre o projeto revolu-

cionário e as maneiras de executá-lo era motivo de discordância entre seus membros, mas, via de regra, envolviam o programa da Aliança Liberal de 1930 e as reivindicações dos tenentes nas manifestações dos anos 1920: uma reforma eleitoral; a modernização e racionalização do poder público; a diversificação da economia nacional. Entre as defesas polêmicas do grupo, estava a continuidade da ditadura até que a agenda revolucionária conquistasse estabilidade.

O processo de constitucionalização representou um abalo para o Bloco do Norte. Nas eleições de 1933 e 1934, para formar maioria nas bancadas das assembleias nacional e estaduais, foi preciso construir acordos com as elites locais. Além disso, a imprensa tinha liberdade para criticar a ação do governo e seus integrantes. José Américo, Juarez Távora e Osvaldo Aranha, nesse ínterim, renunciaram aos cargos de ministro — também para blindar a imagem do presidente Getúlio Vargas, então eleito por voto indireto para continuar no cargo em que estava. Saíam os ministros, para criar a sensação de ruptura com o regime autoritário de até então, ficava o presidente, com a proposta de construir um governo constitucional. José Américo foi eleito senador em 1935, mas, sentindo-se deslocado, renunciou ao cargo. Foi então nomeado para o Tribunal de Contas da União (TCU), um posto mais distante dos holofotes da arena política nacional. De toda forma, o grupo seguia forte nos estados: Juraci Magalhães e Carlos de Lima Cavalcanti foram eleitos governadores na Bahia e em Pernambuco.

Esse também foi um tempo de desentendimentos pessoais entre as lideranças. Carlos de Lima Cavalcanti rompeu com José Américo, porque julgava que Pernambuco fora preterido na distribuição de recursos para as obras contra as secas. Juarez Távora se decepcionou com a participação do paraibano nos acordos do governo federal com seus opositores, no Ceará, em 1934. A constitucionalização, no mais, resultou em maior autonomia para os governadores. Flores da Cunha, do Rio Grande do Sul, é um bom exemplo desse movimento. Rafael Lapuente (2017) conta que, a partir desse momento, as decisões do governador do Rio Grande do Sul passaram a divergir das orientações de Getúlio Vargas.

Os direitos civis e políticos apregoados pela Constituição de 1934, no entanto, sofreram abalos já em 1935. Em reação à criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma frente ampla que emplacou críticas ao presidente, o governo conseguiu a aprovação da Lei de Segurança Nacional no Congresso. Nos meses seguintes, com a deflagração do Levante Comunista, foi decretado o estado de sítio, e, mais tarde, o estado de guerra, cuja prorrogação tinha de ser aprovada pelo Congresso Nacional a cada três meses. Algum tempo depois, com a conivência de Getúlio Vargas, a polícia prendeu Pedro Ernesto, prefeito do Rio de Janeiro, acusado sem provas contundentes de ser conivente com os comunistas. Também passou a ser discutida, por sugestão do general Góis Monteiro, uma intervenção federal no Rio Grande do Sul. Era uma ameaça a Flores da Cunha, que também mobilizou apoio e adquiriu armamen-

to para que, se a investida se concretizasse, fosse possível empreender uma reação militar (Lapuente, 2017; Mourelle, 2019).

Apesar da escalada autoritária de Getúlio Vargas, tornava-se cada dia mais urgente a escolha do candidato — ou dos candidatos — à Presidência da República para as eleições de 3 de janeiro de 1938. Em princípios de 1936, a imprensa e os aliados do presidente cobravam uma decisão; esperava-se dele a condução dos acordos que levariam à escolha de um nome entre os partidários da Revolução. Flores da Cunha foi dos primeiros a propor nomes — Antonio Carlos, Armando Sales, Medeiros Neto, José Américo —, dizia Getúlio Vargas (1995a: 541), irritado com os "acordos e conspirações" do conterrâneo.

Na contramão do esforço, no final de junho, Getúlio Vargas incumbiu os ministros Vicente Rao e Agamenon Magalhães de sondar os líderes dos maiores estados quanto à possibilidade de adiar as eleições, prorrogando mandatos do presidente e governadores. Argumentava que os propósitos revolucionários não estavam seguros. Juraci Magalhães desconfiou da proposta e marcou uma audiência com o chefe de Estado. Para despistar, ele lhe disse: "essa é uma ideia que eu só poderia desenvolver com o consenso dos amigos do teu porte. Se pensas em vetá-la, já a considero afastada" (Magalhães, 1996: 179). Os governadores do Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul também recusaram (Camargo *et al*., 1989).

Enquanto isso, os paulistas se articulavam em favor do lançamento da candidatura de Armando Sales. Era uma figura estratégica no estado, por se tratar de um aliado dos revolucionários de 1930, nomeado por Getúlio Vargas como interventor, no ano seguinte à guerra civil de 1932, para construir consenso com a elite paulista. A tarefa foi tão bem-sucedida que ele foi eleito governador em 1935. O seu nome era uma oportunidade para que um paulista voltasse à presidência, na medida em que agradava perrepistas e parcela dos revolucionários. Os acordos aconteciam mesmo sem o apoio do Palácio do Catete. Eram oferecidos jantares e reuniões com políticos, e o pré-candidato fazia discursos elogiados na opinião pública. No final do ano, Armando Sales renunciou ao governo do estado, explicitando a decisão de concorrer à presidência.

De acordo com a constituição, artigo 112, era vedada a candidatura a todo aquele que, no ano anterior ao dia da eleição, estivesse lotado como ministro de estado ou governador. Em outras palavras, os que quisessem concorrer precisavam se desligar dessas funções até 3 de janeiro de 1937. Assim sendo, Getúlio Vargas propôs aos governadores que a pauta da sucessão presidencial ficasse para o início de 1937. Em carta a Osvaldo Aranha, explicou sua ação: "[isto] simplificará muito a solução, reduzindo o número de candidatos", deixando a escolha limitada àqueles que não ocupavam altas funções e aos afastados a tempo. Carlos

de Lima Cavalcanti, Juraci Magalhães e Benedito Valadares concordaram com a fórmula, mas seguiram articulando possíveis candidatos nos bastidores[1].

Ainda em meados de 1936, houve um esforço de rearticulação do Bloco do Norte. Juarez Távora (1974), em suas memórias, transcreveu correspondências que trocou com Juraci Magalhães e Carlos de Lima Cavalcanti, governadores da Bahia e de Pernambuco. O propósito era pensar os critérios do grupo na definição do candidato que eles apoiariam: era indispensável que os nortistas fossem considerados em conjunto; o Norte não deveria pleitear, de início, a indicação de um candidato próprio; o candidato deveria manter um programa social-democrático e dar continuidade aos recursos remetidos para a região, bem como reservar para ela dois ministérios. Juarez Távora terminou a carta consultando os dois amigos sobre a possibilidade de, juntos, apoiarem Armando Sales[2].

Getúlio Vargas soube das articulações e registrou, com alguma preocupação, os impactos desse deslocamento:

> O ministro do Trabalho [Agamenon Magalhães], regressando do Norte, descobriu o trabalho do Juarez nos estados da Bahia e Pernambuco, também pela candidatura de Armando Sales. (Vargas, 1995a: 557).

Acreditava-se na época que o eleitorado dos cinco maiores estados era decisivo nos resultados de eleições nacionais. Essa ideia era compartilhada por políticos e usada com naturalidade na imprensa, o que remetia à experiência mais próxima de pleitos com essa natureza — as eleições da Primeira República[3]. Essa, portanto, acabava sendo a métrica decisiva na escolha das possíveis candidaturas. Sendo assim, o cogitado apoio do Bloco do Norte a Armando Sales minava o poder de arbítrio de Getúlio Vargas na definição do candidato majoritário. Vamos aos cálculos: Flores da Cunha, do Rio Grande do Sul, havia sido dos primeiros adeptos; São Paulo era seu estado de origem; com o acréscimo de Bahia e de Pernambuco, o paulista agregava quatro dos cinco maiores estados. Ficaria de fora Minas Gerais. Isso abria a possibilidade para uma candidatura forte o suficiente para vencer o pleito sem a chancela do governo.

Mas nada estava decidido. Carlos de Lima Cavalcanti dizia fazer alto conceito do paulista e concordava em apoiá-lo, mas não se posicionaria publicamente antes de janeiro, como prometera ao presidente[4]. Juraci Magalhães, apesar de não descartar a possibilidade, preferindo ela a uma extensão do mandato de Getúlio Vargas, continuaria tentando articular outra saída. A escolha de um paulista, lançado pelo PRP, nas primeiras eleições diretas após a Revolução de 1930, era difícil de engolir. O nome que mais agradava a Juraci Magalhães era do senador baiano Medeiros Neto.

Em sentido contrário a esse, Benedito Valadares, governador mineiro, trabalhava para desarticular os possíveis candidatos. Fez acordos com opositores de Antonio Carlos — principal articulador da Revolução de 1930 em Minas Gerais — para as eleições da assembleia estadual mineira, o que desautorizava, segundo Aspásia Camargo *et al*. (1989), o poder de comando daquele chefe político dentro de seu próprio estado. Em carta a Getúlio Vargas, ele contou dos desdobramentos da medida para a sucessão presidencial: dizia que Cristiano Machado, figura influente do Partido Republicano Mineiro (PRM), em troca do apoio, estaria disposto "a acompanhar-me francamente na política getulista, indo ao máximo, que seria a continuação do atual presidente. Acredita que o próprio [Artur] Bernardes acabe tomando essa direção"[5]. Getúlio Vargas (1995a: 537) registrava a movimentação nesses termos: "continuam as articulações políticas feitas por Benedito Valadares, de um lado, para fortalecer o governo, e de outro, o Flores, politicando e conspirando para enfraquecê-lo".

O fato é que chegou janeiro de 1937 e nada foi decidido. Juraci Magalhães começou o ano disposto a encontrar um nome de consenso para a sucessão presidencial. Teve audiências com o presidente, fez várias visitas e organizou reuniões com lideranças dos maiores estados. No fim do mês, foi a Poços de Caldas, com Benedito Valadares, negociar com os paulistas a desistência de Armando Sales em favor de uma candidatura única (*Diário de Notícias*, 28 jan. 1937: 4). São Paulo era peça-chave nessas negociações, mas os perrepistas pareciam pouco dispostos a aceitar outro nome. Era importante para Juraci Magalhães e figuras próximas a ele que o grupo governista — os "revolucionários de 1930" — formassem uma candidatura única. Afastar uma campanha competitiva, que dividisse a base do governo em duas partes, era o melhor caminho para segurar a narrativa construída e reconstruída a respeito da Revolução de 1930, seus motivos e projetos de longo prazo, garantindo uma unidade para reapresentá-la ao público em eleição direta.

Os jornais diários, enquanto isso, especulavam os nomes dos possíveis candidatos. Falava-se do senador baiano Medeiros Neto, do empresário paulista J. C. Macedo Soares, do tenente civil gaúcho Osvaldo Aranha, do já pré-candidato paulista Armando Sales. É interessante perceber como o marcador social de região se apresentava como elemento definidor do potencial competitivo das figuras enumeradas. J. C. Macedo Soares fazia frente a Armando Sales no mesmo estado; Osvaldo Aranha representaria a continuação dos gaúchos no poder. Nesse ponto, a resistência dos nortistas, alguns mineiros e gaúchos à candidatura de um paulista com vínculos perrepistas tornaria o nome de Armando Sales incômodo e imporia a necessidade de um concorrente que fizesse frente a São Paulo — nessa situação, o Bloco do Norte era bastante indicado. Sobre essa região, no entanto, José Américo tinha mais autorida-

de que Medeiros Neto para falar em nome dos ideais revolucionários, tendo sido ele um dos combatentes de primeira hora.

José Américo andava afastado da cena pública desde a nomeação para o TCU. Em 12 de janeiro de 1937, porém, em uma nota no *Correio da Manhã*, seu conterrâneo Assis Chateaubriand o sugeria como um nome de consenso; o ex-ministro de Viação e Obras Públicas, dizia, decerto teria o apoio de Carlos de Lima Cavalcanti, apesar dos desafetos de outrora, mas também de Juraci Magalhães, Benedito Valadares, Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, João Neves da Fontoura e outros políticos estratégicos, que constituíram a base governista em 1934. Apostando na possibilidade, *O Globo e Diário de Notícias* fizeram entrevistas com o ministro, que desconversava, dizia só aceitar a candidatura "para atender a uma solução mais ou menos pacífica" (*Diário de Notícias*, 21 jan. 1937: 5).

Nos meses seguintes, sua sala foi se enchendo: "A Rua Getúlio das Neves povoou-se de procissões solidárias, os camaradas de sempre e caras que eu nunca vira, com o mesmo entusiasmo", dizia em suas memórias; um garoto certa vez estampara uma faixa na esquina com a inscrição "Rua dos Chaleiras" (Almeida, 1986: 12). Enquanto isso, Benedito Valadares e Getúlio Vargas discutiam a possibilidade. O presidente registrou, no dia 22 de janeiro: "recebi o governador de Minas e o ministro do Trabalho. Disseram-me que o Juraci, após entendimentos com o Chateaubriand e os paulistas, pretendia tentar e estava fazendo esforços pela candidatura de José Américo" (Vargas, 1995b: 14).

No começo de março, Juraci Magalhães incumbiu Medeiros Neto, residente no Rio de Janeiro, de informar a José Américo os acordos que então se montavam: "Benedito comunicou-me [a] fórmula sugerida, sendo objeto [de] estudo", e seguia: "[Carlos de] Lima Cavalcanti [está] bem disposto". Mas, entre um e outro, o remetente usou um termo que soava como hesitação: "pronto conversar"[6]. O governador da Bahia certamente não confiava na palavra do mineiro, porque poderia ser uma cilada para desarticular outras soluções. As vantagens do acordo, contudo, eram grandes: ele implicaria um retorno dos nortistas à presidência da República, um triunfo para o Bloco do Norte depois de sua exitosa campanha na Revolução de 1930 e durante o Governo Provisório. Decidiram apostar. Entre março e maio, assim sendo, José Américo e Juraci Magalhães se puseram em campo para sondar políticos e angariar apoio para a possível candidatura. Um momento simbólico do esforço foi o encontro com Carlos de Lima Cavalcanti:

> Manifestou-me ele nessa ocasião, com um admirável senso de solidariedade revolucionária, de quem se sobrepõe aos próprios ressentimentos pessoais, que estaria pronto a colaborar com os grandes estados numa fórmula de reintegração dos princípios democráticos para o bom encaminhamento da sucessão presidencial, ainda que fosse pela minha candidatura[7].

Um tempo depois, o deputado gaúcho João Carlos Machado intermediou suas conversas com Flores da Cunha, que estava rompido com o presidente, mas autorizou José Américo a tentar uma aproximação. As negociações, contudo, travaram mais uma vez em São Paulo. Notícias davam a entender que Armando Sales concordara com a articulação, mas a possibilidade não passaria no PRP. José Américo também esteve com o presidente no Palácio Rio Negro, em Petrópolis. Getúlio Vargas (1995b: 37) dissera não fazer oposição ao seu nome: "considerava-o até uma reserva para a qual poderia eventualmente apelar no sentido de resolver o caso da sucessão". Mas as desconfianças continuavam. Artur Neiva, deputado pela Bahia, avaliava, em carta a Juraci Magalhães: "Até hoje, o Getúlio não conseguiu dissipar totalmente a impressão de que deseja continuar. Os desmentidos surgem da gente que o rodeia"[8]. O governador da Bahia e o provável candidato se falavam sempre que possível, por telefone ou telegrama[9].

O Rio Grande do Sul, no dia 11 de maio, lançou a candidatura de Armando Sales. Flores da Cunha dizia ter tentado um nome consensual, mas, com os atropelos do governo, era impraticável aguardar mais: "se houvesse necessidade de um fato concreto para caracterizar a atual situação política brasileira, evocamos este: estamos a menos de oito meses da data prefixada legalmente para a eleição" (*Diário de Notícias*, 12 maio 1937: 4). Benedito Valadares e Getúlio Vargas faziam reuniões reservadas e trocavam telegramas cifrados, em que discutiam a sucessão presidencial. No dia 18, sentindo perder o *timing*, finalmente, o presidente confirmou "nenhuma objeção tenho ao [...] dr. José Américo, meu ex-ministro, meu amigo e a quem reconheço altas e nobres qualidades"[10]. Dois dias depois, o governador mineiro recebeu delegados de vários estados em Belo Horizonte, agendando para breve uma Convenção Nacional.

OS AVANÇOS E RECUOS DA CANDIDATURA GOVERNISTA NA CAMPANHA PRESIDENCIAL

A Convenção Nacional aconteceu na noite de 25 de maio, no Palácio Monroe, sede do Senado, na cidade do Rio de Janeiro. Benedito Valadares assumiu a presidência da sessão, ao termo da qual foi aclamado José Américo (*Correio da Manhã*, 25 maio 1937: 1). Assim decidido, era hora de organizar a campanha. No começo de junho, o candidato discutia a montagem do comitê oficial. Artur Neiva, em carta a Juraci Magalhães, contou do desejo de José Américo que os governadores aliados fossem à Capital Federal. Mas o próprio remetente achava essa uma péssima ideia: "Meu modo de entender, e o digo fraternamente, não lhe iria bem, como governador da Bahia, chefiar aqui no Rio a propaganda" — havia, afinal, outras

demandas a cumprir em seu estado. Os pernambucanos, dizia, teriam sugerido a mesma coisa a Carlos de Lima Cavalcanti[11].

Uma posição diferente dessa foi tomada por Benedito Valadares, que se arvorou coordenador de campanha e convidou o candidato para dar início aos trabalhos oficiais em Belo Horizonte. Participaram de duas atividades: primeiro, a sessão solene no Teatro Municipal, e, em seguida, um comício popular. Em seus discursos, José Américo exaltou os mártires da Inconfidência Mineira e seu ideal republicano de liberdade e citou alguns dos caminhos pelos quais julgava ser possível alcançá-la: ampliar os serviços do Estado no interior — "o médico, a escola, a justiça" —, bem como a infraestrutura das estradas de ferro e rodagem que interligassem o interior do país (*Correio da Manhã*, 22 jun. 1937: 1).

Em todo caso, é interessante notar que não se tratava de discursos propositivos: seu discurso era, antes, uma apresentação de si e suas intenções. Mostrava-se defensor da democracia, crítico aos excessos de liberalismo, e, assim, favorável aos programas de justiça social. Mas seguia sem anunciar o que pretendia fazer. Faltava-lhe uma plataforma de governo. A construção de um programa, afinal de contas, não é uma tarefa simples e não depende apenas da vontade do candidato; é preciso negociar os termos com a sua base de apoio, pensar nos interesses do eleitorado e na legitimidade da candidatura em representá-la. Uma nota do *Correio da Manhã* (9 maio 1937: 4) dizia que José Américo andava estudando os problemas do café, decerto tentativa de aproximação de uma parcela dissidente da elite paulista

Ainda que pouco propositivos, os discursos tiveram um papel fundamental na divulgação da candidatura para além do próprio público mineiro. Transcritos nos jornais e lidos no rádio, eles surgiam como uma carta de intenções aos leitores e ouvintes, sendo explorados pelos comunicadores, que tomavam partido no pleito. O *Correio da Manhã* era um dos veículos mais entusiasmados com a campanha de José Américo — as atividades do ministro ocupavam espaços destacados na folha. A coluna de Costa Rego, editor do jornal, defendia-o em várias pautas. O *Diário de Notícias* (16 jun. 1937: 1), por sua vez, se posicionou a favor de Armando Sales e pegou pesado nas críticas ao adversário. Na manchete "José Américo, pseudônimo de Getúlio Vargas", o jornal associava-o ao autoritarismo do governo.

O presidente, contudo, seguia tomando medidas autoritárias, com a renovação do estado de guerra e manutenção das prisões políticas. Ainda em março, Getúlio Vargas havia decretado a intervenção federal no Maranhão, Mato Grosso e, com maior impacto, no Distrito Federal, este último às vésperas do julgamento do prefeito Pedro Ernesto no Tribunal de Segurança Nacional. Essa medida, conta Thiago Mourelle (2019), impedira um retorno ao poder caso ele fosse solto. Mas o efeito imediato foi a desarticulação da Câmara, na medida em que o padre Olímpio de Melo, vice-prefeito eleito, foi nomeado interventor. Em paralelo a isso,

voltou a ser discutida, em maio, uma possível intervenção no Rio Grande do Sul, com novas articulações dos generais Góis Monteiro e Eurico Dutra para desmontar a influência militar de Flores da Cunha na região (Camargo *et al*., 1989).

O escritório de propaganda foi inaugurado no dia 23 de junho de 1937, na esquina da Rua do Ouvidor com a Uruguaiana, centro do Rio de Janeiro. Realizou-se uma cerimônia rápida, com discurso do candidato e presença de aliados (*Correio da Manhã*, 24 jun. 1937: 2). Juraci Magalhães, enquanto isso, trabalhava de seu gabinete na Bahia. Desde a última semana de maio, enviara centenas de cartas e telegramas a várias partes do país e recebera uma multidão de respostas. Aníbal Duarte, governador do Pará, dizia ter marcado um grande comício, e pretendia estender a campanha por todo o Norte. Em anexo, remetia um impresso direcionado às mulheres, cujo direito ao voto havia sido regulamentado em território nacional desde 1932. Avelino Pereira, do jornal *A Tarde*, em Manaus, remeteu recortes de folhas da oposição, cujo discurso pretendia reverter[12].

O Dr. Plácido Rocha, médico e cirurgião em Araçatuba, São Paulo, enviava cartas ao eleitorado local e distribuía cartões, nos quais se oferecia para dar informações sobre o alistamento eleitoral. Além deles, Juraci Magalhães teve respostas de João Caruso, advogado em Boa Vista do Erechim, Rio Grande do Sul; e de Francisco Abdoral de Lacerda, agrimensor em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. Em meio a esse movimento entusiasmado, soube de pelo menos dois comitês montados fora da capital federal: um em Belém do Pará e outro no Recife[13]. Uma parcela importante dos apoiadores, portanto, não eram senhores de terra e nem prefeitos locais, mas profissionais liberais e jornalistas com projeção nas cidades e subsequente poder para disseminar ideias na opinião pública.

Zélo Materno, autor e editor de folhetos em Campina Grande, na Paraíba, remeteu a Juraci Magalhães uma cópia do impresso *A Redenção do Brasil*, uma biografia em versos de José Américo de sua autoria, com oito páginas e miolo em folhas de jornal. Na primeira página, única em prosa, convidou os leitores a votarem em seu protagonista. Exaltou sua liderança durante a Revolução de 1930 no Norte e a atuação no Ministério de Viação e Obras Públicas. Fazia mais: apresentava-o como patriota cristão, único capaz de vencer o comunismo. Na carta, solicitava recursos para continuar a campanha[14].

Em correspondência com Artur Neiva, Juraci Magalhães explicava sua estratégia: "Tenho ativado o alistamento. Trabalho sem cessar no preparo de um terreno desfavorável aos adversários. Desejo prevenir os 'milagres do dinheiro'... A antecipação do trabalho eleitoral facilitará nossa vitória. Luto por elevar a 350 mil nosso eleitorado de 217 mil"[15]. No último caso, devia estar se referindo ao alistamento eleitoral na Bahia. Esse recurso de usar as cor-

respondências para formar alianças nos municípios havia dado certo nas eleições da Bahia em 1933 e 1934 (Pinho, 2010).

No final de maio, J. C. Macedo Soares foi nomeado ministro da Justiça. E, entre suas primeiras medidas, liberou 408 presos políticos, atitude que ficou conhecida como "Macedada". Também na ocasião, ele conseguiu convencer o presidente a não solicitar a renovação do estado de guerra. A pressão exercida por Juraci Magalhães, que poderia orientar a bancada baiana a votar contra, foi decisiva. O próprio José Américo pressionou o presidente (Vargas, 1995b: 53). Em 3 de julho, um novo interventor tomou posse no Rio de Janeiro. Henrique Dodsworth, conforme Thiago Mourelle (2019), aparecia como um pacificador, em substituição a Olímpio de Melo, impopular e rejeitado por uma parcela da elite política local. O novo prefeito se empenhou em mobilizar o eleitorado carioca a favor da campanha governista.

José Américo, nesse momento, passaria a aparecer nos eventos públicos da cidade, como a inauguração dos trens elétricos da Central do Brasil e das estátuas de Siqueira Campos, em Copacabana, e de João Pessoa, em Botafogo (*Correio da Manhã*, 11 jul. 1937: 3; 31 jul. 1937: 3). Nesse tempo, houve comícios em Vitória e Juiz de Fora. A campanha deslanchava. Em desenho na revista *Careta* (Figura 1), Alfredo Storni tratava das novas relações do candidato com o presidente.



Fonte: Alfredo Storni (*Careta*, 3 jul. 1937: 31).
Figura 1 – Charge de Alfredo Storni sobre a campanha presidencial de José Américo.

O candidato oposicionista Armando Sales fez um grande comício às 20 horas do dia 16 de julho no estádio do América Futebol Clube, no Rio de Janeiro. O *Diário de Notícias* falava em 50 mil pessoas, um dos maiores já organizados no país. Na mesma semana, os jornais davam notícia do *meeting* do candidato governista, que aconteceria no dia 24. Nesse propósito, circularam cartazes e faixas convidando os transeuntes a participar do evento. Um temporal, porém, tomou a cidade, e o encontro foi adiado para 31 de julho, às 17h, quando trabalhadores urbanos encerravam suas jornadas de trabalho.

À hora marcada, segundo notícias do *Correio da Manhã*, 100 mil pessoas se encontravam na Esplanada do Castelo, centro da Capital Federal. José Américo chegou "conduzido suspenso pelos universitários paulistas até o palanque" e aplaudido pelo eleitorado presente. Falaram políticos e representantes civis, e, depois, o candidato. Esse foi seu discurso mais propositivo, quase a apresentação de um programa de governo; "a plataforma ideal não sairia feita dos livros alheios e, sim, do espírito que formei. Seria a tessitura de um pensamento político: cada palavra, uma convicção; cada princípio, uma profissão de fé; cada promessa, um ponto de honra" (Almeida, 1986: 51-52).

Ao tratar dos problemas da nação, José Américo citou a importância de valorizar as possibilidades do homem e da terra; investir em recursos naturais — ferro, petróleo, carvão de pedra, água, trigo, entre outros; abrir estradas de ferro e rodagem; fazer propaganda do país no exterior; e fornecer recursos para a indústria de guerra. Rememorou, então, os feitos de sua gestão como ministro para lançar outras propostas. Nos tempos do Governo Provisório, ele fora responsável pela redução do preço dos bilhetes de bondes e trens, barateamento das tarifas de energia e gás e melhoramento dos serviços dos Correios e Telégrafos. Dotado do mesmo espírito de justiça, daria habitação aos mais pobres e pavimentaria os subúrbios — citou o caso da Baixada Fluminense. E arriscou: "eu sei onde está o dinheiro, em vez de um arranha-céu, serão duzentas casas" (Almeida, 1986).

Transmitidas no rádio e nos jornais, suas palavras ressoaram na opinião pública e entre os políticos. Costa Rego faria eco às notícias que tomaram as primeiras páginas do *Correio da Manhã* (1 ago. 1937: 2) com elogios à oratória do candidato. O *Diário de Notícias* (1 ago. 1937: 4) só deu notícia na quarta página, e, mesmo assim, falava de uma reunião "sem entusiasmo", decepcionante, incapaz de empolgar: "uma claque mal treinada [...] organizada à última hora pelo sr. [Henrique] Dodsworth". Artur Neiva, em carta de 3 de agosto, dizia a Juraci Magalhães do sucesso do comício: "o êxito [...] foi verdadeiramente extraordinário e desorientador para os nossos adversários que vivem agora a explorar as ideias defendidas com tanto brilho e elevação pelo nosso candidato". Na Câmara, teria ficado a ideia de que se pretendia fazer uma "revolução social"[16].

Era o ponto alto da campanha, que finalmente parecia mostrar sua força. Poucos dias mais tarde, no entanto, o presidente e figuras próximas a ele voltaram a negociar na Câmara a intervenção no Rio Grande do Sul. Artur Neiva desconfiava de uma estranha aproximação do mineiro Pedro Aleixo, presidente da casa, de João Neves da Fontoura, líder da Frente Única Gaúcha, então opositora de Flores da Cunha[17]. A possível aprovação da intervenção federal, como as demais medidas autoritárias tentadas pelo presidente, poderia abalar mais uma vez a candidatura governista. José Américo, ciente disso, foi ao presidente tentar uma saída pacífica. Isso depois de um encontro reservado com Macedo Soares, que o encorajou a isso (Vargas, 1995b: 63).

É importante destacar que, em 24 de junho, a Ação Integralista Brasileira (AIB) havia lançado a candidatura de Plínio Salgado. Essa entrada, ainda que sem chances de vencer o pleito, impactou a disputa de narrativas. Gustavo Barroso, também integralista, escreveu o livro *Reflexões de um bode*, fazendo referência a *Reflexões de uma cabra*, novela publicada por José Américo em 1922, embora trouxesse outro caprino, esse para fazer alusão ao trocadilho com o "bode expiatório". O texto tinha por objetivo condenar o espírito de esquerda "antirreligioso, anticlerical, maçônico e imoralíssimo" (Barroso, 1937: 9) do candidato governista. Fez isso distorcendo trechos, sobretudo quando o novelista desconstruía a língua culta, citava militares e párocos. O mês de agosto de 1937, de acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2002), representou uma retomada da campanha anticomunista no Brasil. Plínio Salgado especulava que, nas candidaturas de José Américo e Armando Sales, havia gente com vínculos com o Partido de Moscou.

No dia 21 de agosto, o *Diário de Notícias* publicou uma nota em que ironizava a passagem do discurso de José Américo na Esplanada do Castelo: "Eu sei onde está o dinheiro". Sendo ele um membro do governo, por que razão não intervira para que esse dinheiro fosse usado corretamente? (*Diário de Notícias*, 21 ago. 1937: 5). Na mesma noite em que saiu essa crítica, ocorreu o lançamento do comitê nacional de propaganda, em uma cerimônia presidida por Batista Luzardo. José Américo, na ocasião, fez críticas às ideologias antidemocráticas — comunismo e integralismo —, também como tentativa de marcar sua diferença de ambos. Não deu certo. Nas semanas seguintes, a própria base aliada criticaria suas posturas.

A partir do dia 27, Getúlio Vargas (1995b: 68) fez registros dos informes que lhe chegavam: "Começo a receber impressões um tanto alarmadas dos políticos a respeito dos discursos do José Américo". Osvaldo Aranha, embaixador brasileiro em Washington, disse que "com mais um desses discursos, custa crer que possa ganhar as eleições". O que o incomodava era a falta de tato para montar um discurso que não atacasse o governo[18]. Benedito Valadares, coordenador oficial da campanha, fazia coro aos ataques nos bastidores da cena

política nacional, e, nos dias seguintes, teve encontros reservados com o presidente, alguns com a presença do general Góis Monteiro (Vargas, 1995b).

José Américo, nesses dias, estava em atividade de campanha na Bahia, cujo governador era seu amigo e maior aliado, Juraci Magalhães. Em 24 de agosto, teria sido recebido por 50 mil pessoas. A convenção aconteceu à noite, no Teatro Guarani. O candidato reafirmou seu compromisso democrático: "Trocam-se túnicas e blusas pelas camisas verdes dos inimigos do regime e está vivo o olho de Moscou. Quem não é integralista é comunista, segundo o dilema capcioso". E afirmava: "Haverá sucessão!":

> Façamos justiça ao sr. Getúlio Vargas. Não lhe passaria pela mente semelhante aberração. Prossigamos nossa campanha — nós e nossos adversários — na certeza de que não estamos perdendo o tempo. Haverá sucessão. Aconteça o que acontecer, haverá sucessão. Ainda que o atual Presidente da República pensasse em perpetuar-se, a Nação cumpriria o seu dever. Correria às urnas para votar, até debaixo de bala. (Almeida, 1986: 71).

Nos próximos dias, José Américo viajou pelo interior da Bahia, visitou Cachoeira, São Félix, Feira de Santana, Ilhéus etc. Em cada cidade, foi recebido pela população, encontrou políticos, proferiu discursos (*Correio da Manhã*, 25 ago. 1937: 2).

De volta ao Rio de Janeiro, o candidato e o governador da Bahia foram recebidos pela base aliada em clima inóspito. No começo de setembro, os chefes dos estados de Minas Gerais, Pernambuco e Bahia se reuniram para pensar novos rumos para a campanha. Benedito Valadares chegou a cogitar a escolha de um novo nome, mas, para isso, voltava-se à condição que Rio Grande do Sul e São Paulo também abdicassem da candidatura de Armando Sales (Mourelle, 2019). Getúlio Vargas (1995b: 70) registrou que a intenção do mineiro era mesmo investir em uma saída autoritária para a crise: "o ministro da Guerra, com quem conversei, também é favorável".

Em 13 de setembro, Pedro Ernesto foi inocentado pelo Supremo Tribunal Militar, decisão que foi comemorada pela população da cidade. Mais tarde, ele declararia apoio a Armando Sales. Esse acontecimento abalou a base governista, que temia a vitória do paulista. Marcou-se nova convenção para reorientar a candidatura. Os jornais ironizavam: "O sr. José Américo será provavelmente escolhido pela segunda vez, mas só receberá o batismo sob severas condições de obediência" (*Diário de Notícias*, 10 set. 1937: 4). O encontro ficou para o dia 18, e teve a presença de líderes políticos de várias regiões do país (Figura 2).

Benedito Valadares, na ocasião, reafirmou o seu apoio — "trabalhemos, com ardor, pela vitória do candidato José Américo" —, mas lamentou a intransigência de São Paulo e Rio Grande do Sul, que não permitiram a construção de uma chapa única, que teria sido melhor



Da esquerda para a direita, Carlos de Lima Cavalcanti, Benedito Valadares, José Américo e Juraci Magalhães na inauguração do Conselho Nacional de Propaganda.
Fonte: *Correio da Manhã*, 19 set. 1937: 1.
Figura 2 – Segunda convenção pela candidatura de José Américo no Rio de Janeiro.

para o país. E encerrou com uma homenagem a Getúlio Vargas. Juraci Magalhães demarcou a sua defesa do regime democrático. Carlos de Lima Cavalcanti, por sua vez, disse que os pernambucanos "são homens de uma só palavra e de uma só atitude", saudou o candidato e o Brasil. Era notória a insatisfação dos nortistas com a crise inventada por figuras próximas ao presidente. José Américo fez um discurso comedido:

> Eu dissera na Bahia que se fosse abandonado pelos políticos, marcharia com o povo [...]. O que vos prometo, agora, em troca dessa generosa reafirmação de confiança, é nunca mais falar nisso. Nunca mais admitir, sequer, por hipótese, como fiz na Bahia, a possibilidade de que viésseis a abandonar-me. (*Correio da Manhã*, 19 set. 1937: 1).

Foram reorganizadas as estratégias da candidatura. Batista Luzardo reuniu os cabos eleitorais fluminenses. Governadores e outras lideranças recobraram o fôlego da campanha nos estados. Em 25 de setembro, houve um comício em Niterói, no estado do Rio de Janeiro. O *Diário de Notícias* (19 set. 1937: 1) atestava a mudança: "depois da crise, a ressurreição". A campanha parecia, finalmente, andar. Mas não durou muito. Artur Neiva, em carta a Juraci Magalhães, contava dos problemas do comitê: "a escassez de dinheiro é total", e sem

recursos não há como organizar uma campanha. Batista Luzardo tentou conseguir verba com o presidente, Benedito Valadares prometeu remeter alguma quantia, mas tardava a chegar e não era suficiente. A sensação era de terra arrasada[19].

O deputado também notou um clima estranho nos bastidores da política nacional. Em 20 de setembro, um churrasco organizado para comemorar a Guerra dos Farrapos reuniu o presidente e vários deputados gaúchos, oportunidade em que se falava em tirar um tirano do poder — que seria Flores da Cunha. Artur Neiva, mais uma vez, atentava — como dizem os argentinos, "*hay algo nel aire*" — e tinha razão. Em 27 de setembro, o general Dutra convocou uma reunião para tratar de um documento apreendido pelo Exército — o Plano Cohen —, que trazia instruções para um novo levante comunista[20]. O alarde seria o motivo para que os militares solicitassem ao presidente o decreto de estado de guerra, aprovado em sessão polêmica na Câmara. Flores da Cunha, com isso, perdeu o controle do estado, renunciou e se exilou no Uruguai.

O Conselho de Propaganda Pró-José Américo até tentou manter a imagem de que a campanha continuava. O *Correio da Manhã* (5 out. 1937: 3) divulgou as caravanas que aconteceriam até o fim do ano. Mas a verdade é que o trabalho fora abalado pela escalada autoritária do governo federal. José Américo visitou várias pessoas, entre eles o ministro Dutra, o deputado Otávio Mangabeira e o tenente-coronel Eduardo Gomes. Enquanto isso, soube que o secretário do seu comitê, Negrão de Lima, sem seu consentimento, viajou ao Norte, sugerindo aos governadores a retirada de sua candidatura. O candidato denunciou o que acontecia na imprensa (*Correio da Manhã*, 30 out. 1937: 14). No dia 8 de novembro, Armando Sales se posicionou em uma carta aberta *Aos Chefes Militares do Brasil*, lida por dois aliados na Câmara e no Senado. Temendo a resistência dos civis, os generais anteciparam o golpe de estado que se planejava para o dia 15 de novembro.

Em 10 de novembro, os palácios da Câmara e do Senado amanheceram cercados pela polícia; as duas instituições ficariam fechadas, e, em 2 de dezembro, os partidos políticos foram extintos. Por volta das 10 horas, o presidente e os ministros, exceto Odilon Braga, assinaram a nova Constituição. Às 20 horas, Getúlio Vargas proferiu no rádio seu *Manifesto à Nação*, no qual sugeria que a campanha eleitoral estaria dando oportunidade para que caudilhos, em diferentes regiões do país, estabelecessem seus planos para retornar ao poder. A despeito dos governadores eleitos que ficaram na chefia dos estados como interventores, Juraci Magalhães e Carlos de Lima Cavalcanti perderam os cargos. José Américo voltou ao TCU. A força política do Bloco do Norte declinava com a emergência do Estado Novo.

CC BY

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas das interpretações hegemônicas a respeito da campanha presidencial, e, consecutivamente, do golpe de estado de 1937, por vezes tomam os acontecimentos que deslancharam no Estado Novo como uma consequência lógica da escalada autoritária que tomou fôlego a partir da Lei de Segurança Nacional de 1935. Era como se o desejo do presidente — e de uma ala mais próxima a ele — de permanecer no poder fosse suficiente para decidir os caminhos da República. Os candidatos, nessa conta, teriam papel secundário. Esse texto foi na contramão dessa leitura. Nada estava certo pelo menos até setembro de 1937. Com as cartas em jogo — nas palavras de Artur Neiva, "*sur de rolette*" —, as possibilidades eram muitas: o candidato governista poderia emplacar, a oposição tinha grandes chances e planejava-se o golpe.

Apostar na campanha não era perder tempo. Os resultados, afinal, dependiam da ação dos políticos, militares e civis envolvidos. Desde meados de 1936, pelo menos, várias figuras trabalharam na arena pública em favor da definição das candidaturas, e, consequentemente, da realização das eleições. Esse trabalho pressionou o governo a escolher um candidato, e, em vários momentos, a efetivamente trabalhar em seu favor — em particular entre junho e julho de 1937. Isso nos mostra que as resistências a um golpe podem se dar de muitas maneiras, entre elas, dando sequência ao trabalho eleitoral. José Américo e Armando Sales, como pudemos acompanhar, não foram passivos à escalada autoritária. Tanto que as mobilizações na imprensa e no parlamento do começo de novembro fizeram os generais anteciparem os preparativos do golpe.

A candidatura de José Américo permitiu que um marcador de região — o Norte — sobressaísse na arena pública. Seu nome foi escolhido não apenas devido à sua trajetória, mas também aos tenentes civis e militares nortistas que constituíram sua base de apoio, em particular Juraci Magalhães e Carlos de Lima Cavalcanti. Chancelar um nortista na competição foi a maneira encontrada por Getúlio Vargas e Benedito Valadares de evitar o fortalecimento do paulista Armando Sales. Da parte das lideranças do Bloco do Norte, entre investir na campanha de um perrepista e arriscar uma candidatura nortista apoiada pelo governo, optaram pelo segundo caminho, ainda que desconfiassem das intenções do presidente e do governador de Minas Gerais.

O governo jogou contra seu próprio candidato oficial, sobretudo a partir de agosto de 1937. Fez isso com a articulação do golpe de estado que suspendeu as eleições, mas já mostrava sinais antes, marcando uma posição autoritária que atrapalhava a candidatura de José Américo. Apesar disso, o grupo se manteve no jogo, tentou negociar com o presidente, redirecionou caminhos, buscou novas possibilidades. As correspondências de Juraci Magalhães e os

discursos de José Américo — que ele sabia que seriam replicados na imprensa, com repercussão em vários estados — foram estratégicos para pensar uma eleição nacional com os meios de comunicação e transporte então disponíveis. Foi por meio dos discursos, principalmente, que o candidato tentou emplacar sua narrativa, ora ajustando-se, ora distanciando-se do governo, na medida em que a posição de governista exigia dele coerência com o presidente, mas a circunstância de candidato impunha que se opusesse às medidas autoritárias.

Conflitos de interesse: nada a declarar.
Fonte de financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Notas

1 Carta, 6 ago. 1936, de Getúlio Vargas a Osvaldo Aranha (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), AP Getúlio Vargas).

2 Carta, 22 out. 1936, de Juarez Távora a Juraci Magalhães e Carlos de Lima Cavalcanti (Távora, 1974: 143).

3 Cláudia Viscardi (2001) mostra como as posições dos maiores estados era determinante nos acordos que decidiam os candidatos à presidência durante a Primeira República.

4 Carta, 29 nov. 1936, de Carlos de Lima Cavalcanti a Juarez Távora (Távora, 1974: 144).

5 Carta, 5 ago. 1935, de Benedito Valadares a Getúlio Vargas (CPDOC, AP Getúlio Vargas).

6 Telegrama, 10 mar. 1937, de Juraci Magalhães a José Américo (Fundação Carlos Joffre do Amaral (FCJA), AP José Américo.).

7 Carta, 21 abr. 1937, de José Américo a Juraci Magalhães (Camargo *et al*., 1989: 503).

8 Carta, 24 abr. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (CPDOC, AP Artur Neiva).

9 Um jornalista relatou que, durante uma entrevista, José Américo recebeu ligação de Juraci Magalhães. Também há registros de que trocaram mensagens por telégrafo depois da ida de José Américo a Petrópolis (*Correio da Manhã*, 17 set. 1937: 1; *Diário de Notícias*, 27 abr. 1937: 10).

10 Telegramas, 18 maio 1937, de Benedito Valadares a Getúlio Vargas (CPDOC, AP Benedito Valadares).

11 Carta, 15 maio 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (CPDOC, AP Artur Neiva).

CC BY

12 Cartas a Juraci Magalhães, 29 maio 1937, de Aníbal Duarte; 7 jul. 1937, de Avelino Pereira (CPDOC, AP Juraci Magalhães).

13 Cartas a Juraci Magalhães, 2 jun. 1937, de Plácido Rocha; 24 jul. 1937, de Aníbal Duarte; 27 jul. 1937, de Luiz Djalma Siqueira Granja; 31 jul. 1937, de João Caruso; 2 ago. 1937, de Francisco Lacerda (CPDOC, AP Juraci Magalhães).

14 Carta, 27 ago. 1937, de Zélo Materno a Juraci Magalhães (CPDOC, AP Juraci Magalhães).

15 Carta, 12 jun. 1937, de Juraci Magalhães a Artur Neiva (CPDOC, AP Artur Neiva).

16 Carta, 3 ago. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (CPDOC, AP Artur Neiva).

17 Carta, 6 ago. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (CPDOC, AP Artur Neiva).

18 Carta, 24 ago. 1937, de Osvaldo Aranha a Getúlio Vargas (CPDOC, AP Getúlio Vargas).

19 Carta, 28 set. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (CPDOC, AP Artur Neiva).

20 Anos mais tarde, de acordo com Hélio Silva (1980), o general Góis Monteiro assumiu a falsidade do documento; seu autor fora o coronel Olímpio Mourão Filho.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, J. A. de. *O ciclo revolucionário no Ministério de Viação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934.

ALMEIDA, J. A. de. *A palavra e o tempo (1937-1945-1950)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

BARROSO, G. *Reflexões de um bode*. Rio de Janeiro: Gráfica Educadora Limitada, 1937.

BRASIL. [*Constituição* (1934)]. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 2 dez. 2021.

BURITY, L. M. D. *José Américo de Almeida, da infância no Engenho Olho d'Água à campanha presidencial de 1937*. 2021. 418 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

CORREIO DA MANHÃ. *Impressões*. Rio de Janeiro, 9 maio 1937, p. 4.

CORREIO DA MANHÃ. *A sucessão presidencial*. Rio de Janeiro, 25 maio 1937, p. 4.

CORREIO DA MANHÃ. *A visita do sr. José Américo a Belo Horizonte*. Rio de Janeiro, 22 jun. 1937, p. 1.

CORREIO DA MANHÃ. *A situação política*. Rio de Janeiro, 24 jun. 1937, p. 2.

CORREIO DA MANHÃ. *Foram ontem inaugurados os trens elétricos nos subúrbios da Central do Brasil*. Rio de Janeiro, 11 jul. 1937, p. 3.

CORREIO DA MANHÃ. *A inauguração da estátua de João Pessoa*. Rio de Janeiro, 31 jul. 1937, p. 3.

CORREIO DA MANHÃ. *O comício de ontem, na Esplanada do Castelo, foi uma vibrante demonstração de civismo*. Rio de Janeiro, 1 ago. 1937, p. 1.

CORREIO DA MANHÃ. *A Bahia recebe, sob calorosos e entusiasmados aplausos, o sr. José Américo*. Rio de Janeiro, 25 ago. 1937, p. 2.

CORREIO DA MANHÃ. *Fala ao "Correio da Manhã" o sr. José Américo*. Rio de Janeiro, 17 set. 1937, p. 1.

CORREIO DA MANHÃ. *Uma prova irrespondível da solidez da candidatura do sr. José Américo*. Rio de Janeiro, 19 set. 1937, p. 1.

CORREIO DA MANHÃ. *A situação política*. Rio de Janeiro, 5 out. 1937, p. 3.

CORREIO DA MANHÃ. *O sr. Negrão de Lima não tem nenhum mandato do senhor José Américo*. Rio de Janeiro, 30 out. 1937, p. 14.

CAMARGO, A.; PANDOLFI, D.; GOMES, E.; D'ARAÚJO, M. C.; GRYNSZPAN, M. *O golpe silencioso*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Há vinte brasileiros para a presidência da República*. Rio de Janeiro, 21 jan. 1937, p. 4.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Combinações em torno da sucessão presidencial*. Rio de Janeiro, 28 jan. 1937, p. 4.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Política*. Rio de Janeiro, 27 abr. 1937, p. 10.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *A candidatura do sr. Armando de Sales Oliveira*. Rio de Janeiro, 12 maio 1937, p. 4.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *José Américo de Almeida, pseudônimo de Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, 16 jun. 1937, p. 1.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *A situação política*. Rio de Janeiro, 1 ago. 1937, p. 4.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *A situação política*. Rio de Janeiro, 21 ago. 1937, p. 5.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Nova convenção de governadores*. Rio de Janeiro, 10 set. 1937, p. 4.

LAPUENTE, R. S. *Com a espada de Dâmocles*: o Rio Grande do Sul e a política brasileira no governo Flores da Cunha. Curitiba: Prismas, 2017.

LOPES, R. H. *Um vice-reinado na República do pós-30*: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a Guerra de 1932. 2014. 315 f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.

MAGALHÃES, J. *O último tenente, em depoimento a J. A. Gueiros*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

MOTTA, R. P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho*: o anticomunismo no Brasil (1917–1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOURELLE, T. C. *O Brasil a caminho do Estado Novo*: as cartas de Pedro Ernesto e a trama política que antecede o golpe (1936–1937). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2019.

OFFERLÉ, M. *Les partis politiques*. 4. ed. Paris: PUF, 2002.

PINHO, A. L. C. de A. *De forasteiro a unanimidade*: a interventoria de Juracy Magalhães na Bahia (1931–1934). 2010. 154 f. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

RICCI, P. As eleições na Era Vargas: que regime representativo é esse? ***In***: RICCI, P. (org.). *O autoritarismo eleitoral dos anos trinta e o código eleitoral de 1932*. Curitiba: Appris, 2019. p. 229-247.

SILVA, H. *A ameaça vermelha*: o Plano Cohen. Porto Alegre: L&PM, 1980.

STORNI, A. A máquina eleitoral. *Careta*, Rio de Janeiro, 3 jul. 1937, p. 31. Charge.

TÁVORA, J. *Uma vida e muitas lutas*: 2. A caminhada no planalto. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1974.

VARGAS, G. *Diário (1930–1936).* Rio de Janeiro: Siciliano, 1995a.

VARGAS, G. *Diário (1937–1945).* Rio de Janeiro: Siciliano, 1995b.

VISCARDI, C. M. R. *O teatro das oligarquias*: uma revisão da "política do café com leite". Belo Horizonte: C/ Arte, 2001.

OS MOMENTOS FINAIS DO ESTADO NOVO NO AMAZONAS: MOVIMENTO QUEREMISTA, REORDENAMENTO POLÍTICO-PARTIDÁRIO E AS ELEIÇÕES DE 02 DE DEZEMBRO DE 1945

The final moments of the New State in Amazonas: the *queremista* movement, political-partisan reorganization and the December 2, 1945, elections

Los momentos finales del nuevo estado en el Amazonas: movimiento *queremista*, reorganización política-partidaria y las elecciones del 02 de diciembre de 1945

João Rozendo Tavares Neto[I*]

http://doi.org/10.1590/S2178-149420220108

[I]Escola de Ciências Sociais, Fundação Getulio Vargas/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV/CPDOC) – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.
*Doutorando em História pela Fundação Getulio Vargas/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV/CPDOC) (joao_uninorte@hotmail.com)
https://orcid.org/0000-0002-8457-2780

Artigo recebido em 08 de setembro de 2021 e aprovado para publicação em 11 de novembro de 2021.

CC BY

Resumo

O presente artigo analisa os momentos finais do Estado Novo no Amazonas, destacando a atuação do movimento queremista, passando pelo reordenamento político-partidário e pelas eleições de 02 de dezembro de 1945. Para tanto, lançamos mão dos jornais da época enquanto fonte fundamental para compreendermos o momento histórico em questão, lançando luzes sobre a movimentação na vida política local num momento de flagrante agitação e mudanças no jogo político amazonense.

Palavras-chave: Amazonas; Eleições; Estado Novo; Movimento Queremista; Reordenamento Político-Partidário.

Abstract

This article analyzes the final moments of the Brazilian New State in Amazonas, highlighting the action of the *queremista* movement and discussing the political-partisan reorganization and the December 2, 1945, elections. To that end, we used newspapers of the time as a fundamental source to understand the historical moment in question, shedding light on the movement in local political life in a moment of blatant agitation and changes in the Amazonian political game.

Keywords: Amazonas; Elections; New State; *Queremista* Movement; Political-Partisan Reordering.

Resumen

El presente artículo analiza los momentos finales del Estado Nuevo en el Amazonas, destacando la actuación del movimiento *queremista*, pasando por la reorganización política-partidaria y las elecciones del 02 de diciembre de 1945. Para tanto, utilizamos periódicos de esa época como base informativa fundamental para comprender el momento histórico en pauta, destacando el movimiento en la vida política local durante un momento de evidente agitación y cambios en el juego político amazonense.

Palabras claves: Amazonas; Elecciones; Estado Nuevo; Movimiento *Queremista*; Reorganización Política-Partidaria.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em fevereiro de 1945, o interventor federal no Amazonas, Álvaro Botelho Maia, completava 10 anos na chefia do governo estadual. Naquele mês, ao retornar de uma viagem realizada ao Rio de Janeiro, concedeu entrevista à imprensa amazonense com o intuito de falar acerca de sua estada na capital federal e de seu encontro com o presidente Getúlio Vargas. Na oportunidade, Maia aproveitou para enfatizar a necessidade de união do povo amazonense em torno do que considerou a maior das preocupações naquele momento: a economia do estado. Ao se referir à condição econômica do Amazonas naquele momento, o interventor salientou que o panorama financeiro não era ótimo, mas também não era desesperador. Por fim, pregando a necessidade de uma harmonia entre os amazonenses, anunciou que a determinação seria trabalhar e produzir, trabalhar em ordem, cuidando dos problemas sem preocupações políticas[1].

Apesar de sua fala privilegiar quase que unicamente aspectos referentes ao momento econômico do estado, fazendo questão de enfatizar que seu governo não tinha qualquer preocupação de ordem política, foi inevitável falar sobre o tema durante a entrevista. Ao ser perguntado sobre o futuro político do Amazonas, Maia manteve uma postura cautelosa, limitando-se a afirmar que ainda era cedo para se falar sobre tal questão, e, portanto, não deveria haver qualquer preocupação nesse sentido. Ele havia acabado de retornar da capital federal, e, certamente, trouxe na bagagem de volta uma impressão pessimista, ou, na melhor das hipóteses, cautelosa, acerca do momento político do Estado Novo e dos imediatos reflexos de sua instabilidade nas interventorias. Àquela altura, a imprensa local vinha mostrando que havia uma crescente agitação na região, reflexo das inúmeras especulações com relação aos passos ulteriores na política nacional e o futuro do Amazonas.

À medida que as notícias chegavam do Rio de Janeiro, nas semanas e meses que se seguiram, a inquietação no cenário político amazonense aumentava, fazendo com que fervilhasse entre os representantes políticos amazonenses o debate em torno do horizonte político brasileiro, e, evidentemente, do estado do Amazonas. Uma questão muito debatida girou em torno do processo de formação dos grupos políticos que se reuniriam em torno da criação de novos partidos políticos no Amazonas. As mobilizações em volta das eleições foram crescendo com o passar dos meses, e a proximidade do escrutínio de 02 de dezembro gerava intensa movimentação entre os políticos amazonenses em busca da formação de suas bases eleitorais. Além disso, havia naquele contexto uma mobilização por parte de determinados grupos em torno do processo de organização e atuação dos movimentos que foram desencadeados em apoio ao presidente Vargas no Amazonas. Tais manifestações foram promovidas

CC BY

pelo movimento chamado "Frente Democrática Getúlio Vargas". Tomamos essa questão do movimento de apoio ao presidente Vargas, ou seja, do movimento queremista no Amazonas, como ponto de partida para as reflexões deste texto.

O QUEREMISMO NO AMAZONAS

"Vim para acabar com o Estado Novo": essa frase, proferida pelo general Pedro Aurélio de Góes Monteiro ao presidente Getúlio Vargas, no dia 1º de novembro de 1944 (Neto, 2013: 453), sinalizava o atual estado de coisas pelo qual passava a ditadura do Estado Novo. Góes Monteiro expressava o descontentamento existente entre a grande maioria dos oficiais com o governo de Vargas. Esses oficiais entendiam que não fazia mais sentido manter uma ditadura no contexto da aclamação da democracia sobre o Eixo, e, portanto, não havia o mínimo de razoabilidade em apoiar um governo que externamente combatia o totalitarismo e internamente o mantinha (Neto, 2013: 453).

Como se nota, ainda na segunda metade de 1944, a ditadura do Estado Novo começou a dar sinais de esgotamento, passando a sofrer essa extenuação que foi avançando pelos meses finais daquele ano e invadindo o ano de 1945. À medida que esse processo ia progredindo, a figura do presidente Getúlio Vargas ficava cada vez mais vulnerável, e, por conseguinte, suscetível aos ataques dos seus opositores, que, àquela altura, se valendo do arrefecimento das estruturas de censura no país, passaram a atacar diretamente Vargas e o Estado Novo.

Em fins de fevereiro de 1945, a censura à imprensa foi suspensa (Macedo, 2010: 112). Uma das significativas manifestações que contribuiu para essa suspensão foi a entrevista do escritor José Américo de Almeida aos jornais. Em declaração emblemática enquanto ato de enfrentamento à censura imposta pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), José Américo proferiu palavras firmes contra o regime governamental do Estado Novo, sentindo, segundo suas palavras, o desafogo de quem dá um grito incontido no deserto[2].

Com a ruptura dos mecanismos de censura à imprensa, os movimentos nas ruas contra o governo e seu aparelho repressivo se tornaram mais frequentes. Naquele contexto, passeatas, marchas e organizações liberais ganhavam espaço nas ruas e nas páginas dos jornais, expressando críticas cada vez mais contundentes ao Estado Novo e a Getúlio Vargas (Macedo, 2010: 112). Os protestos exigiam, dentre outras coisas, anistia para os presos políticos. Todavia, em resposta aos crescentes protestos contra Vargas e o seu governo, começaram a surgir manifestações de apoio ao presidente. Curiosamente, as manifestações que passaram a defender Getúlio Vargas dos ataques dos grupos opositores surgiram por meio de um con-

tramovimento, por assim dizer, ocorrido na cidade de São Paulo em 02 de março de 1945. Na oportunidade, simpatizantes de Vargas interromperam um ato contra o governo do Estado Novo, que estava sendo realizado pelos estudantes universitários na Praça da Sé. No dia 04 de março, o *Jornal do Brasil* publicou reportagem em que apresentava para os seus leitores os manifestantes que tomaram a Praça da Sé no dia 02, causando a dispersão dos estudantes universitários que gritavam contra Vargas e seu governo.

> Com relação às notícias divulgadas pela imprensa, segundo as quais seriam elementos provocadores, adrede importados da Capital Federal, aquelas pessoas que com demonstrações favoraveis ao presidente da República, interferiram no comício realizado no dia 2, pelos estudantes, na Praça da Sé — a Secretaria da Segurança Pública comunica, a bem da verdade e baseada no inquerito em andamento, que tais pessoas eram, na realidade, elementos da população local, na maioria operários e vendedores de jornais, estes ostentando, ainda, a correia que costumam levar a tira-colo e muitos daqueles voltando com as marmitas em que levam suas refeições para as fábricas, oficinas, construções, etc[3].

Como destacado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, os manifestantes não haviam saído do Rio de Janeiro, como tinha sido divulgado pela imprensa inicialmente. Eram trabalhadores oriundos de São Paulo, na maioria operários e vendedores de jornais que expuseram toda sua indignação com os insultos proferidos pelos estudantes ao presidente Vargas. Assim, o movimento queremista surgiu como um conjunto de manifestações populares de reação aos insultos contra o presidente da República, adotando como ação inicial apenas o revide às agressões sofridas por Getúlio Vargas nos comícios. Mas, já em abril daquele ano, o movimento foi tomando contornos mais nítidos (Ferreira, 2003: 19-20). Ainda no mês de abril, a imprensa começou a fazer referência aos termos que caracterizaram o movimento.

Ao analisar o cenário, Jorge Ferreira (2003) salientou que foi também em abril que surgiu pela primeira vez na imprensa as expressões "queremos", "nós queremos" ou ainda "nós queremos Getúlio". Em maio, o movimento tomou dimensões mais estendidas, se espalhando por todo o Brasil. Ainda de acordo com Ferreira (2003), apesar da resistência da imprensa, se tornou praticamente impossível omitir a existência do movimento.

Apesar de o movimento ter se espalhado mais fortemente a partir de maio, como sinalizou Ferreira, em março de 1945 a imprensa amazonense já noticiava a realização de comícios em favor de Getúlio Vargas ocorridos na cidade de Manaus. Com a organização batizada "Frente Democrática Getúlio Vargas", os comícios tinham como público central em suas convocações a classe operária[4]. Esse movimento, como o próprio nome definiu, buscou formar uma frente ampla com apoiadores e simpatizantes do presidente Vargas, daí a convocação

CC BY

feita à classe operária. Um importante mediador nessa convocação da classe operária foi um dos organizadores da "Frente", o experiente político Vivaldo Palma Lima.

Sobre a composição dessa "Frente Democrática Getúlio Vargas", o jornal *Correio da Manhã*, em edição do dia 09 de agosto de 1945, afirmou que toda a elite integralista que atuou no Amazonas e em outros estados integrou essa referida "Frente"[5], o que aponta para uma composição com várias tendências, o que não seria surpresa, uma vez que houve uma significativa difusão da propaganda varguista no Amazonas durante o Estado Novo, alcançando variados setores da sociedade. Essa difusão se deu por meio de determinados jornais, ou por meio da revista *Sintonia*, grande propagadora da política varguista no estado (Mendonça, 2015: 59), criada em Manaus em 1939 pelo telegrafista Rigoberto Costa.

É inegável que houve uma forte frente propagandista no Amazonas em exaltação ao presidente Vargas, e a força dessa propaganda foi importante como instrumento de fortalecimento da figura do presidente no Amazonas entre seus admiradores e aliados. Além dos periódicos enaltecedores, obras foram escritas também com esse objetivo, com destaque para o livro elaborado por um importante membro do governo local, chamado Leopoldo Peres, que, em sua obra intitulada *Getúlio Vargas: o homem e o chefe*, referia-se ao presidente como possuidor do dom dos grandes chefes, com poderes que facilmente se confundiriam com poderes sobrenaturais (Peres, 1944: 24). Para Hosenildo Alves, Leopoldo Peres exerceu um papel fundamental, sendo o mais importante difusor dos princípios ideológicos do Estado Novo no Amazonas (Alves, 2009: 38).

Voltando ao papel desempenhado pela "Frente Democrática Getúlio Vargas" naquele contexto, constata-se que, via de regra, os discursos proferidos pelos organizadores nos comícios buscava defender o presidente Vargas dos ataques desferidos pelos grupos de oposição ao seu governo, e, ao mesmo tempo, rememorar as ações promovidas pelo presidente ao longo dos quase 15 anos em que esteve à frente do governo federal. No dia 19 de abril, durante a realização do 18º comício promovido pela "Frente Democrática Getúlio Vargas", os organizadores do evento assinaram um manifesto em prol do lançamento da candidatura de Vargas à Presidência da República. Intitulado *Telegrama de apelo da Frente Democrática Getúlio Vargas*, o comunicado buscou sensibilizar Vargas para que fizesse o sacrifício de aceitar o registro da candidatura em questão.

Entendemos que, se, por um lado, a manifestação supracitada tinha um sentido muito mais simbólico do que propriamente prático no que se refere ao possível lançamento da candidatura de Vargas à presidência, por outro, tal ação serviu para que Vivaldo Lima, líder do movimento, e os demais simpatizantes varguistas, pudessem medir o grau de aceitação de suas manifestações junto ao operariado amazonense, pois isso representaria o fortalecimen-

to de laços com um potencial eleitorado. De acordo com Fernando Limongi, fazer eleitores significava torná-los aptos a participar do processo eleitoral, ou seja, para ele, fazer eleitores era apenas o primeiro passo para "fazer a eleição" (Limongi, 2015: 371). Portanto, construir pontes com esses possíveis eleitores era essencial para o futuro daquele grupo político.

Assim, ao longo do período de 1945, os representantes desse movimento organizaram inúmeros comícios pela cidade de Manaus. Inicialmente, essas reuniões aconteciam na praça São Sebastião, em frente ao Teatro Amazonas, área central da cidade, e as convocações para as mobilizações comumente eram publicadas nos jornais que circulavam em Manaus e destacavam como público principal das ações as classes trabalhadoras. Via de regra, o texto iniciava sua chamada desta forma: "Convidamos as classes trabalhadoras e o povo em geral para mais um comício de solidariedade ao presidente Getúlio Vargas"[6]. Com o passar dos meses, os representantes do queremismo no Amazonas começaram a promover comícios em diversos bairros da cidade de Manaus, tentando descentralizar as ações que estavam restritas à região central da cidade. Havia, nessa mudança de estratégia, a intenção de ampliar a mobilização popular, com vistas a aumentar o número de apoiadores do movimento, e, ao mesmo tempo, convocar a população para participar do chamado comício-monstro, que ocorreria no dia 03 de outubro em todo o Brasil[7]. Além, claro, do propósito de amplificar o nome de seus líderes junto à população pretensamente votante da capital amazonense.

Esse comício do dia 03 de outubro seria especial para os queremistas, pois, como dissemos, tratava-se de uma manifestação de caráter nacional. Chamado de "o grande comício nacional", o ato apresentava-se da seguinte forma:

> O comício nacional será realizado, simultaneamente, no mesmo dia e à mesma hora, nas capitais, cidades, vilas e nos mais distantes e modestos logarejos espalhados por todos os Estados do Brasil. O povo brasileiro, colocando-se resolutamente acima das lutas partidárias, dos interêsses pessoais e das paixões que nada constroem — pedirá, na maior manifestação em praça pública de tôda a sua história, pela voz autorizada dos seus oradores, que seja convocada, em eleições livres e honestas, uma ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE como o único, o verdadeiro caminho para a democracia, para a liberdade, para a ordem e para o progresso!
>
> Depois do comício, em cada lugar em que o mesmo for realizado, terá início a GRANDE MARCHA DO POVO em direção: no Distrito Federal — à séde do Governo da República; nas capitais dos Estados — à séde das Interventorias; nas cidades — às prefeituras locais, e em outros pontos do país — à principal autoridade administrativa do lugar — para, em perfeita ordem, numa gigantesca manifestação coletiva, a maior de todos os tempos do Brasil, encaminhar à direção suprema do país — o pedido de tôda a nação, unida pelo mesmo ideal, uma ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE[8].

Em Manaus, as primeiras manifestações ocorreram ainda na Avenida presidente Getúlio Vargas; em seguida, os manifestantes partiram em direção ao Velódromo da cidade. Por fim, seguindo o itinerário estabelecido nacionalmente, os manifestantes promoveram a chamada grande marcha do povo rumando para o Palácio Rio Negro[9]. Ao longo da noite, inúmeras lideranças queremistas discursaram, destacando-se o jornalista Aristophano Antony, que chefiava a "Frente Democrática Getúlio Vargas" naquela oportunidade[10]. As manifestações de apoio ao presidente Getúlio Vargas, realizadas principalmente por meio de comícios, ocorreram até o mês de outubro, sendo que o último desses atos ocorreu no dia 24, na Avenida Eduardo Ribeiro, uma das principais avenidas de Manaus[11]. Apesar das manifestações por várias partes do Brasil, o presidente Getúlio Vargas foi deposto pelo Alto Comando das forças armadas no dia 29 daquele mês[12].

O PROCESSO DE REORDENAMENTO POLÍTICO-PARTIDÁRIO

Ao tempo em que se deu a agitação em torno do movimento queremista, ocorreu constante movimentação por parte dos grupos políticos da região em torno da fundação de novos partidos políticos no Amazonas, seguindo a tendência que vinha se constituindo no cenário nacional.

Os partidos políticos haviam sido extintos em 02 de dezembro de 1937, por meio do decreto-lei n. 37, assinado pelo presidente Getúlio Vargas conforme a atribuição que o artigo 180 da Carta Magna lhe conferia[13] na emergência do golpe sacramentado em novembro daquele ano. Em 1945, com o processo de abertura política em marcha, novos partidos foram fundados, atendendo às determinações estabelecidas pelo decreto-lei n. 7.586, de 28 de maio de 1945[15], que regulava, em todo o país, o alistamento eleitoral e as eleições a que se refere o artigo 4º da lei constitucional n. 9, de 28 de fevereiro de 1945[14]. Dentre as exigências estabelecidas, destacamos a do artigo 109, que ordena que toda associação de pelo menos dez mil eleitores, de cinco ou mais circunscrições eleitorais, que tiver adquirido personalidade jurídica nos termos do Código Civil, será considerada partido político nacional; bem como a do § 1º do artigo 110, que diz que só podem ser admitidos os registros de partidos políticos que atuassem em âmbito nacional[16]. Para Rodrigo Patto Sá Motta (1999), a lei notoriamente intencionava forçar o surgimento de partidos nacionais como forma de evitar um possível retorno aos tempos da chamada primeira República, quando predominavam as oligarquias partidárias regionais. O resultado imediato do alistamento eleitoral em 1945 foi impressionante, principalmente se comparado ao realizado em 1933. Ao explicar o expressivo crescimento do número de eleitores em 1945, Jairo Nicolau sinaliza que:

> O alistamento feito em 1945 foi muito mais eficiente do que o realizado 12 anos antes (1933). Foram registrados 6,168 milhões de eleitores, um crescimento de 329% enquanto a população cresceu apenas 25% no mesmo período. O que explicaria o ritmo tão acentuado do crescimento do eleitorado? Duas explicações podem ser sugeridas. A primeira é que o alistamento passou a ser obrigatório. A carta de 1934 já havia estabelecido a obrigatoriedade de alistamento e de voto para os homens e as funcionárias públicas. Mas como a Constituição foi promulgada poucos meses antes das eleições daquele ano, esta norma teve pouco impacto sobre o registro de eleitores. A Lei Agamenon, além de ampliar a obrigatoriedade do alistamento e do voto para todas as mulheres, estabeleceu multas (entre 100 e 1.000 cruzeiros) para quem não se alistasse ou não comparecesse para votar. A segunda razão para o crescimento do número de eleitores foi a utilização em larga escala do alistamento ex-officio pelos interventores dos governos estaduais e pelos sindicatos. No total, 21% dos eleitores foram cadastrados por esse sistema, mas com contingentes mais acentuados no Distrito Federal (54%) e em São Paulo (31%). Depois de alistado, os eleitores recebiam um título eleitoral, que deixou de conter fotografia. (Nicolau, 2004: 43-44)

O processo de reconfiguração do cenário eleitoral no Brasil avançava imediatamente por meio dos dispositivos impostos pela Lei Agamenon. Logo, foram sendo organizados e fundados novos partidos à luz dos critérios estabelecidos pela referida lei. Dentre as determinações, havia, como mencionado anteriormente, a definição de um critério de abrangência nacional como condição necessária para o registro partidário, além da necessidade de registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (Nicolau, 2012: 89). Com tais medidas estabelecidas, os partidos, uma vez organizados, buscaram o registro junto ao TSE. Ao começarem a atuar oficialmente, os partidos buscaram marcar posições com suas bandeiras de luta e ampliar seus quadros correligionários. Com isso, não demorou para que três fortes legendas passassem a ocupar lugar de destaque na política brasileira: Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e União Democrática Nacional (UDN).

Durante o processo de organização das novas legendas partidárias, o PSD foi sendo estruturado, nas palavras de Maria do Carmo Campello de Souza, "de cima para baixo, ou seja, de dentro para fora do Estado, por meio de convocação feita pelos Interventores" (Souza, 1976: 109). Assim, o PSD foi se organizando nos estados sob a égide dos interventores e com o consentimento de Getúlio Vargas (Souza, 1976: 109). Analisando o processo de criação do PSD, Lucia Hippolito concorda que a base de formação do partido foi composta por interventores que haviam sido nomeados por Vargas, e que, portanto, o partido realmente havia sido criado de cima para baixo. Contudo, salienta a autora, o PSD jamais foi um partido fortemente centralizado; ao contrário, o poder dos diretórios regionais sobre o comando nacional sempre impediu a imposição de diretrizes do centro em direção à periferia do partido, o que, por sua vez, não inviabilizou o constante diálogo, por assim dizer, entre o diretório nacional e

os diretórios regionais. Ao contrário, houve, efetivamente, durante toda a existência do PSD, a vigência de uma prática de influências recíprocas entre os diretórios (nacional e regionais), em que decisões ou sugestões de uns influenciaram comportamentos de outros, mas sem necessariamente haver condicionamentos entre um e/ou outro. Destarte, a grande autonomia das seções regionais era contrabalançada por uma busca permanente do equilíbrio, exercida pelo diretório nacional (Hippolito, 2012: 47).

Por sua vez, fundada oficialmente no dia 07 de abril de 1945, a UDN nasceu como um movimento de ampla frente oposicionista ao governo do Estado Novo. De acordo com Maria Victoria de Mesquita Benevides, essa frente ampla de oposição que resultou no surgimento da UDN seria o resultado de uma reunião de antigos partidos estaduais e de uma aliança política entre novos parceiros com uma bandeira de política bastante definida: a reconquista das liberdades democráticas (Benevides, 1981: 23-24). No período de sua fundação, o partido agregou a suas fileiras diversos grupos, situados em cinco categorias, que seriam: "As oligarquias derrotadas pelo movimento de 1930, os antigos aliados de Vargas preteridos pós 1930 ou 1937, os que abandonaram o Estado Novo antes de 1945, liberais com forte identificação regional e, por fim, as esquerdas" (Benevides, 1981: 29-31).

Por fim, o PTB surge no cenário nacional em maio de 1945, trazendo consigo uma ligação umbilical com o trabalhismo de Getúlio Vargas. Para Lucilia de Almeida Neves Delgado, no período que marcou o surgimento do PTB, seus fundadores alicerçaram sua organização nos sindicatos urbanos e na burocracia do Ministério do Trabalho (Delgado, 2003: 140). Era, portanto, um filhote do Estado Novo, um partido que nasceu sob as bênçãos de Getúlio Vargas; tratava-se da "[...] coroação de um longo e cuidadoso esforço de edificação de uma convicção trabalhista no Brasil" (Gomes, 2002: 1-2). Apesar de diferentes na composição do conjunto, PSD e PTB foram fundados com a chancela de Getúlio Vargas, o que indica que, mesmo com o Estado Novo sendo fortemente questionado e criticado, o presidente Vargas manteve sua influência e seu poder político durante o processo de organização de novas legendas. Angela de Castro Gomes "considerou que PTB e PSD nasceram ao mesmo tempo enquanto resultado da frustração do projeto de partido único de massas que vinha sendo acalentado pelo Estado Novo" (Gomes, 2005: 282).

Como havia na Lei Agamenon o critério de abrangência nacional, e diante do quadro de organização dos novos partidos na capital federal, não demorou para que os representantes políticos nos estados começassem a se mobilizar em prol da organização e articulação em torno da fundação de novas legendas partidárias em suas regiões. Havia, também, a necessidade imediata de organizar as novas legendas para que seus representantes pudessem preparar suas convenções para a escolha dos candidatos que pretensamente representariam

os partidos na disputa eleitoral que se anunciava. No estado do Amazonas não foi diferente, e, na mesma velocidade em que chegavam as notícias informando sobre a movimentação política da capital, intensificavam-se as reuniões e os arranjos dos grupos em torno da formação dos partidos políticos. Dessa maneira, à medida que se atualizavam as informações vindas do Rio de Janeiro, cresciam as frentes políticas que seriam responsáveis pelas fundações dos partidos no Amazonas. Foi nessa dinâmica que algumas categorias de trabalhadores e sindicalistas comprometidos com o getulismo não perderam tempo e instalaram na sede da União Operária, no dia 12 de julho de 1945, a seção do Partido Trabalhista Brasileiro[17]. Dois dias depois, em 14 de julho, oficializava-se a fundação do Diretório Estadual do PTB. Nessa oportunidade, o nome do presidente do sindicato dos portuários, Manuel Elias de Almeida Anunciação, foi aclamado por uma ala dos trabalhistas como presidente do Diretório.

As ações empenhadas pelos trabalhistas na instalação da sede, e, em seguida, na fundação do Diretório, poderiam indicar que o PTB amazonense se organizava de forma firme e harmoniosa. No entanto, o processo de fundação do partido não transcorreu em clima de conciliação. Depois de pouco mais de dois meses da composição da diretoria que trazia Manuel Elias de Almeida Anunciação como presidente, os desacordos começaram a ganhar dimensões maiores e a tomar novos desdobramentos. O principal motivo naquele instante se deu em função da reação do grupo comandado pelo líder queremista Vivaldo Palma Lima e de sua ala política, que, não reconhecendo como legítima a formação daquela diretoria, e nem tampouco a presidência de Manuel Anunciação, convocou uma reunião na sede do partido para o dia 19 de setembro, a fim de que fosse escolhido o Diretório Provisório do partido. Na ocasião, o grupo de Vivaldo Lima, composto pelos representantes da "Frente Democrática Getúlio Vargas", ou seja, a ala queremista do PTB no Amazonas, estendeu o convite da reunião aos presidentes de sindicatos de classes e seus associados, bem como a todos os trabalhadores manuais e intelectuais da capital amazonense[18].

O evento acabou sendo realizado no dia 22 daquele mês, consagrando o nome de Vivaldo Palma Lima como presidente do Diretório Estadual. Criava-se, com isso, um grande impasse nas fileiras do PTB Amazonas, uma vez que havia dois Diretórios falando em nome do partido. Não aceitando essa situação, Manuel Anunciação divulgou uma nota três dias depois da manifestação de Vivaldo Palma Lima, informando que enviou para a Comissão Executiva Central um comunicado protestando contra a organização de uma segunda diretoria e solicitando uma solução do caso.

O PTB nascia no Amazonas envolto em acirrada disputa pelo controle do Diretório Provisório entre a ala dos queremistas, chefiada, de um lado, por Vivaldo Lima, e, de outro, pela corrente dos chamados trabalhistas, orientada por Manuel Elias de Almeida Anunciação. Para entendermos

a divisão, é importante identificar as trajetórias de ambas as alas. Os chamados trabalhistas eram representantes do operariado e sindicalistas; suas trajetórias eram ligadas aos movimentos sindicais. Esses representantes reivindicaram o uso do termo trabalhista para identificá-los e diferenciá-los da outra ala. É importante destacar que eles não deixaram de apoiar o movimento organizado pela "Frente Democrática Getúlio Vargas", participando de inúmeros comícios do queremismo em Manaus. Acreditamos que essa participação ocorreu em função da causa em questão demonstrar solidariedade ao presidente Vargas. Por outro lado, a ala dos chamados queremistas tinha um experiente político como um dos principais organizadores da "Frente Democrática Getúlio Vargas": Vivaldo Lima. Como se tratava de uma "Frente", o grupo teve por finalidade reunir em torno da causa o maior número possível de apoiadores de Vargas, independentemente de suas tendências políticas, sociais ou ideológicas. Os organizadores, por sua vez, eram jornalistas, professores, advogados, sendo que muitos haviam feito parte do integralismo no estado do Amazonas e em outras regiões. Podemos dizer que os queremistas representaram uma corrente mais política, e os trabalhistas eram mais alinhados aos sindicatos. Os termos "trabalhista" e "queremista" eram recorrentemente utilizados pela imprensa local para diferenciá-los, para deixar evidente os lados diante da querela da fundação do partido. Os queremistas evidentemente eram trabalhistas também; estiveram diretamente envolvidos no processo que deu origem ao PTB no estado, da mesma forma que os que se chamaram de trabalhistas tiveram sua participação no queremismo, e, portanto, queriam, no fim das contas, a mesma coisa, mas de formas e representações diferentes.

A questão não era simples de ser resolvida internamente, pois ambas as alas contavam no partido com quinze membros cada uma, o que deixava o impasse ainda mais distante de uma resolução[19]. Além disso, não havia qualquer sinalização de trégua que pudesse levar a um acordo ou alguma outra medida que apaziguasse a situação; com isso, não restava alternativa senão esperar as determinações da Comissão Executiva Central.

Ao que parece, a Comissão Central do PTB, em resposta ao comunicado enviado por Manuel Anunciação, recomendou que houvesse temperança e que os integrantes do PTB no Amazonas buscassem equilíbrio ao deliberar sobre o impasse criado. Com isso, a querela acerca da composição do Diretório do PTB no Amazonas foi resolvida na reunião do partido para a aclamação definitiva da diretoria, ocorrida no dia 17 de outubro na sede da Sociedade Beneficente dos Taifeiros. Depois das deliberações dos líderes trabalhistas, o jornalista Aristophano Antony foi aclamado presidente; Francisco Caetano de Andrade, vice-presidente; além de Oséas Martins e Plínio Ramos Coelho como primeiro e segundo secretários, respectivamente. Manuel Anunciação e Vivaldo Lima, que estavam envolvidos na questão do impasse da presidência, ficaram apenas como membros da diretoria[20]. Portanto, a solução adotada foi a formação de um Diretório de coalizão, que pudesse aparar as arestas e unificar o discurso

do partido para o seu eleitorado, composto por representantes dos sindicatos amazonenses, queremistas e trabalhadores manuais e intelectuais de Manaus. O PTB findou por ser formado com uma base social ampla, e reuniu, no fim do impasse, sindicalistas que atuaram seguindo as determinações do governo Vargas no Estado Novo, a classe média profissional formada por médicos, comerciantes com posses, advogados como o jovem Plínio Coelho, reconhecido admirador de Getúlio Vargas, e jornalistas como Aristophano Antony, que era diretor proprietário do jornal *A Tarde* e recorrentemente usou as páginas de seu periódico para demonstrar sua gratidão e admiração pelo presidente a quem chamava de "grande Chefe"[21].

Enquanto os líderes trabalhistas levaram algum tempo para entrar em entendimento sobre a composição dos quadros do Diretório, os representantes da União Democrática Nacional seção amazonense, sob a presidência de Manuel Severiano Nunes, logo se organizaram. Seguindo a tendência da capital federal, a UDN local reuniu em suas fileiras antiestadonovistas diversos setores da sociedade amazonense, dentre eles oligarcas que haviam sido destronados por Vargas, funcionários públicos, comerciantes, jornalistas, professores, estudantes. Apesar do caráter antivarguista em sua essência, não notamos a adoção de uma retórica agressiva contra Vargas nos discursos proferidos pelos udenistas e divulgados pela imprensa. O foco principal foi a divulgação da candidatura de Eduardo Gomes e o que representava o partido para os cidadãos amazonenses.

Além disso, nos chamou a atenção a estratégia adotada pelos representantes do partido para ampliar seus comitês. Em vez de se manterem unicamente com uma base forte na capital, os líderes udenistas decidiram percorrer várias cidades do interior do estado do Amazonas, através das chamadas caravanas democráticas, que visaram ampliar seu campo de atuação no estado. Falar para o homem do interior do estado foi uma estratégia muito usada pela UDN nos primeiros momentos pós-fundação, como forma de amplificar a difusão de suas diretrizes e divulgar a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes pelas cidades do interior. O primeiro desses comícios aconteceu na cidade de Manacapuru[22]; daí em diante, a caravana percorreu inúmeros municípios do estado, divulgando suas mensagens e propagandeando a candidatura de Eduardo Gomes à presidência da República nas eleições de dezembro. Provavelmente, essa estratégia foi adotada em função da percepção dos líderes udenistas de que seria muito difícil concentrar forças de atuação na capital em virtude da força de PTB e PSD em Manaus; isso talvez nos ajude a entender a busca do partido por se ampliar e, consequentemente, se fortalecer, percorrendo os municípios do interior do estado. No interior, a UDN teria um forte antagonista, o PSD, que se organizou em grande medida com a base de inúmeros prefeitos ligados ao interventor Álvaro Maia, já na capital. Além do próprio PSD, a UDN teria que disputar o eleitorado também com o PTB.

CC BY

Já o Partido Social Democrático foi oficialmente instalado no Amazonas no dia 15 de junho, em cerimônia realizada no Teatro Amazonas. O PSD foi fundado no Amazonas pelo interventor federal Álvaro Maia, com o apoio de outras importantes lideranças, como Rui Araújo, Leopoldo Neves e Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho. Prefeitos de inúmeros municípios do Amazonas, entre eles os de Benjamin Constant, Itacoatiara, Coari, Maués, São Paulo de Olivença, Manacapuru[23], entre outros, se mantiveram fiéis ao interventor Álvaro Maia, fortalecendo uma importante base do PSD pelo interior do estado. Podemos dizer que no Amazonas a regra do PSD enquanto partido dos interventores se confirmou.

AS ELEIÇÕES DE 02 DE DEZEMBRO DE 1945

À medida que os partidos iam se organizando no estado do Amazonas, era chegada a hora de definir os nomes que representariam as legendas nas eleições que se aproximavam. Havia, até então, muitas especulações em torno das composições, principalmente para a corrida pelo governo do Amazonas. O clima de ansiedade se intensificou quando o presidente Getúlio Vargas assinou o decreto-lei n. 8.063, de 10 de outubro de 1945, confirmando que as eleições para governadores e para a composição das Assembleias Legislativas dos Estados ocorreriam no dia 02 de dezembro, juntamente com o pleito para presidente da República, Conselho Federal e Câmara dos Deputados[24]. Com essa determinação, os interventores deveriam outorgar novas cartas constitucionais dos estados dentro do prazo de 20 dias a contar da data de publicação deste decreto-lei. No dia seguinte, o interventor Álvaro Maia declarou que iria nomear uma comissão especial para elaboração da Constituição do Estado[25]. Assim, no dia 13 de outubro, era divulgada a formação da comissão que iria elaborar a carta constitucional do estado do Amazonas.

Com as eleições se avizinhando, os partidos precisavam indicar o quanto antes seus candidatos, principalmente os que disputariam o governo do estado. Todavia, apesar da proximidade das eleições, o PSD, até o momento, não havia indicado oficialmente nenhum representante. Havia naquele momento muitas especulações em torno de possíveis nomes, e, embora as lideranças do partido fossem simpáticas ao nome de Leopoldo Neves, nunca chegaram a confirmá-lo oficialmente como sendo o representante pessedista na disputa pelo governo do estado[26]. Acreditamos que essa indecisão tenha desagradado Leopoldo Neves, que, ainda no mês de outubro, no dia 20, encaminhou ao líder do partido, Álvaro Maia, sua solicitação de desligamento das hostes do Partido Social Democrático[27]. Sem Neves no partido, o PSD indicou Rui Araújo como o novo candidato da legenda[28]. A UDN também apresentava o nome do indicado para disputar a eleição governamental; sem grandes surpresas, o escolhido foi o presidente do partido, Severiano Nunes[29].

Definidas as escolhas de PSD e UDN, faltava o PTB fechar questão em torno de um nome forte, que pudesse dar condições de vitória ao partido. O partido mal havia sido fundado e já estivera envolvido em disputas internas pelo comando do Diretório, ou seja, o PTB iniciou sua trajetória no Amazonas tensionado intimamente, e, portanto, seria necessário cautela ao indicar o nome que representaria o partido na eleição ao governo do estado. Depois que deixou o PSD, Leopoldo Neves acabou ingressando nas fileiras do Partido Trabalhista Brasileiro, e seu nome era visto com simpatia por muitos integrantes do partido como possível candidato ao governo. Contudo, parecia que a história se repetia para Leopoldo Neves: assim como ocorrera em tempos de PSD, seu nome era especulado, contava com a simpatia de muitos membros do partido, mas nada de ser escolhido e anunciado oficialmente. Assim, o final do mês de outubro se aproximava e o PTB não definia tal questão[30].

Enquanto o PTB no Amazonas não fechava questão referente à indicação do candidato ao governo, os últimos acontecimentos na capital federal davam conta da destituição de Getúlio Vargas da presidência do país em fins de outubro. Em seu lugar, assumiu a Presidência da República o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) José Linhares[31], que logo assinou o decreto-lei n. 8.155, de 1º de novembro de 1945, revogando o decreto-lei n. 8.063, de 10 de outubro de 1945, e todos os atos dele decorrentes[32]. Dessa forma, estavam suspensas as eleições para o governo do estado e a Assembleia Legislativa. A notícia representou um balde de água fria nas intenções dos grupos políticos do Amazonas, que ansiavam pelo governo do estado depois de alguns anos de ditadura.

Como consequência dos acontecimentos ocorridos no Rio de Janeiro, o interventor Álvaro Maia, no dia 01 de novembro, enviou comunicado ao presidente José Linhares, solicitando exoneração[33]. Maia foi destituído da Interventoria Federal no Amazonas, e, em seu lugar, foi nomeado o Desembargador Emiliano Stanislau Afonso, por determinação de Linhares[34]. Terminava o longo período de Maia à frente do governo do estado, mas sua exoneração do governo não representou um enfraquecimento de sua força e influência política na região; ao contrário, Maia exercia importante papel de liderança à frente do PSD.

Com a eleição para governador e Assembleia Legislativa suspensas, os partidos concentraram suas atenções nas campanhas direcionadas para os cargos de senadores, deputados federais e presidente. Apesar da frustração pela suspensão da eleição para governo e Assembleia Legislativa, os representantes partidários no Amazonas se empenharam nas campanhas, afinal, havia importante disputa pelos cargos de senador e deputado federal pela frente. Com as eleições realizadas, vejamos um quadro geral com os resultados no estado do Amazonas (Tabela 1).

Com esse resultado, podemos notar que ainda era expressiva a força política exercida pelo ex-interventor Álvaro Maia e seu grupo político. O PSD saiu das eleições de 02 de dezem-

Tabela 1 – Resultado das eleições 1945 – Amazonas.

SENADOR – ELEITO	Votação	Partido
Álvaro Botelho Maia	8.982	PSD
Waldemar Pedrosa	8.382	PSD
DEPUTADOS FEDERAIS – ELEITOS	Votação	Partido
Manoel Severiano Nunes	4.600	UDN
Leopoldo Amorim da Silva Neves	2.493	PTB
Leopoldo Peres	2.262	PSD
Francisco Pereira da Silva	1.680	PSD

PSD: Partido Social Democrático; UDN: União Democrática Nacional; PTB: Partido Trabalhista Brasileiro.

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral. Dados do resultado eleitoral de 1945. Votação por candidato. Estado do Amazonas, seção Amazonas.

bro de 1945 como o grande vitorioso; isso era um indicativo de que o partido viria forte para a disputa governamental e a Assembleia Legislativa. Portanto, udenistas e petebistas precisavam rever suas articulações e estratégias, pois o resultado das urnas demonstrou que elas fracassaram. Seria necessário pensar estratégias que pudessem ampliar suas ações no estado para que houvesse uma possibilidade real de derrotar o grupo político do agora senador eleito Álvaro Maia — o que de fato aconteceu. Udenistas e petebistas se uniram para a eleição de 1947 em torno da chamada coligação udeno-trabalhista e findaram por derrotar o PSD de Maia no pleito daquele ano. A união eleitoral entre petebistas e udenistas foi bem-sucedida; ambos saíram como os grandes vitoriosos da eleição de 1947.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivendo os momentos finais do Estado Novo, as personagens da cena política do Amazonas promoveram intensa movimentação em torno de inúmeros debates que estavam na ordem do dia com o arrefecimento da ditadura varguista. Assim, debates acerca da organização de partidos políticos mobilizaram o cenário local. Mas os momentos finais do Estado Novo não foram marcados apenas pelo processo de reordenamento político-partidário; houve importante formação de um movimento denominado "Frente Democrática Getúlio Vargas", que organizou inúmeras manifestações de apoio ao presidente Vargas em Manaus. Além dessas questões, a realização de eleições impulsionou o processo de acordos entre os representantes da política local, que, uma vez organizados em partidos, foram em busca do eleitorado.

À medida que os meses foram passando, líderes dos três principais partidos fundados naquele momento buscaram ampliar suas bases eleitorais na capital e no interior do estado. A UDN, sob a liderança de Severiano Nunes, percorreu várias cidades do interior do Amazonas, como forma de tentar equilibrar forças com os partidos adversários, principalmente PSD e PTB. Por sua vez, os trabalhistas tiveram que amplificar os esforços para se organizar depois dos desentendimentos durante sua fundação. O PSD, por sua vez, nasceu à luz da representação do interventor Álvaro Maia, com o apoio de inúmeros prefeitos interioranos, confirmando, portanto, a máxima do PSD enquanto partido dos interventores.

Com o cenário político movimentado, foram realizadas as eleições de 02 de dezembro, consagrando o PSD local naquele momento histórico. Passado o pleito, os grupos políticos passaram a direcionar suas atenções para a disputa pelas vagas na Assembleia Legislativa e governo do estado, em eleição a ser realizada em 1947. Dessa forma, ainda em dezembro de 1945, os três principais partidos políticos mobilizavam-se com o objetivo de organizar suas frentes para o que prometia ser uma acirrada campanha eleitoral — o que de fato se confirmou ao longo dos meses seguintes, até a realização do pleito.

Com o processo de organização e com a experiência vivida com as eleições de 02 de dezembro, os partidos pareciam mais organizados, e, portanto, mais centrados para partir em busca de alianças que exigiriam negociações cautelosas e astutas, pois os principais partidos do estado iriam travar a batalha decisiva pelo controle da futura política do Amazonas. As pretensas alianças precisariam ser bem pensadas pelas lideranças dos partidos que as fossem fazer, pois desacordos e mudanças de posições eram comuns no Amazonas. Podemos afirmar que, nessa batalha, o PSD largava na frente, pois era o partido que se estruturara à base da Interventoria, conduzido pela expressiva liderança de Álvaro Maia e vindo de uma triunfante vitória nas eleições de dezembro de 1945, nas quais abocanhou as duas vagas em disputa para o Senado e três das cinco para a Assembleia Nacional Constituinte. Era claramente a força política a ser derrotada em disputa futura. Apesar dessa pujança pessedista pós-pleito de 1945, uma aliança mudou os rumos eleitorais em 1947. Udenistas e petebistas se uniram e formaram a coligação udeno-trabalhista, construindo uma frente forte para frear o PSD. Depois de uma campanha tensa, com muitos embates, a coligação udeno-trabalhista saiu-se vitoriosa em 1947.

Apesar dessa derrota em 1947, o PSD, por meio de seu principal expoente, Álvaro Maia, assumiria o governo do estado do Amazonas com a vitória nas eleições de 1950, em uma eleição marcada pela total desunião do PTB, que partiu para aquela eleição, uma vez mais, coligado com a UDN, contudo, completamente fissurado internamente. As eleições seguintes (1954, 1958 e 1962) foram marcadas pelo triunfo trabalhista, período de significativo domínio do PTB que emplacou a eleição para o governo amazonense três vezes seguidas, duas com

Plínio Ramos Coelho (1954 e 1962) e uma com Gilberto Mestrinho (1958). Entre 1955 e 1964, o cenário político no Amazonas foi dominado pelos trabalhistas; o curioso é que nunca tiveram como característica fundamental, desde sua fundação, unidade interna. Ao contrário, desde que nasceu, em 1945, o PTB local foi marcado por brigas e cisões. Ainda assim, venceram inúmeras eleições e governaram o Amazonas até a queda do então governador Plínio Ramos Coelho, por meio de decreto emitido pelo presidente Castelo Branco em 13 de junho de 1964.

Conflitos de interesse: nada a declarar.
Fonte de financiamento: nenhuma.

Notas

1 Palavra de ordem, *Jornal do Commercio*, Manaus, 15 fev. 1945, p. 1.

2 Fala ao *Globo* o sr. José Américo, *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 fev. 1945, p. 1, ed. vespertina.

3 *Jornal do Brasil*, "Coisas da Política", Rio de Janeiro, 04 mar. 1945.

4 A classe operária em Manaus era composta de inúmeras categorias, destacamos aqui: taifeiros, trabalhadores da construção civil, estivadores, trabalhadores de transportes fluviais, transporte urbano, trabalhadores do comércio, gráficos, oficiais de máquinas, operários portuários, dentre outros. Essas categorias eram, em geral, representadas por lideranças sindicais comprometidas com o getulismo.

5 O queremismo em Manaus, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 09 ago. 1945, p. 14.

6 Frente Democrática Getúlio Vargas, *Jornal do Commercio*, Manaus, 02 set. 1945, p. 8.

7 Comícios "queremistas" nos vários bairros de Manaus, *Jornal do Commercio*, Manaus, 26 set. 1945, p. 4.

8 Reafirmando a sua vontade soberana, o povo brasileiro pedirá que seja convocada imediatamente uma Assembleia Constituinte no grande comício nacional a realizar-se nesta capital, hoje, *O Globo*, Rio de Janeiro, 03 out. 1945, p. 5.

9 O Palácio Rio Negro foi sede do governo do estado do Amazonas durante o período de 1918 a 1995.

10 O comício-monstro de ontem, pró constituinte com Getúlio Vargas, *A Tarde*, Manaus, 04 out. 1945, p. 1.

11 Outro comício "queremista" foi levado a efeito ontem, *A Tarde*, Manaus, 25 out. 1945, p. 1.

12 repercussão da renúncia do sr. Getúlio Vargas no exterior, *Folha da Manhã*, São Paulo, 01 nov. 1945, p. 1.

13 Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Verbete.

14 Esse decreto-lei ficou conhecido como Lei Agamenon em referência ao ministro da Justiça Agamenon Magalhães, responsável pela redação do decreto.

15 Informações disponíveis em: retiradas de www2.camara.leg.br. Acesso em: 30 jul. 2021.

16 Informações disponíveis em: www2.camara.leg.br. Acesso em: 30 jul. 2021.

17 Fundado o PTB, *Jornal do Commercio*, Manaus, 13 jul. 1945, p. 8.

18 Aos trabalhadores manuais e intelectuais, *Jornal do Commercio*, Manaus, 19 set. 1945, p. 1.

19 O que vai pelo Partido Trabalhista Brasileiro do Amazonas, *Jornal do Commercio*, Manaus, 16 maio 1946, p. 6.

20 Aclamado, em sessão de ontem, o Diretório Estadual do Partido Trabalhista Brasileiro, *A Tarde*, Manaus, 18 out. 1945, p. 6.

21 A ordem do chefe, *A Tarde*, Manaus, 19 nov. 1945, p. 1.

22 O que foi a excursão da UDN do Amazonas a Manacapurú, *Jornal do Commercio*, Manaus, 03 jul. 1945, p. 4.

23 A grande convenção do Partido Social Democrático do Amazonas, *O Jornal*, Manaus, 30 out. 1945, p. 4.

24 Informações disponíveis em: www2.camara.leg.br. Acesso em: 02 ago. 2021.

25 O interventor irá nomear uma comissão especial, *A Tarde*, Manaus, 11 out. 1945, p. 6.

26 *A Tarde*, "Fatos e palpites", Manaus, 13 out. 1945, p. 1.

27 Teriam se desligado do PSD os drs. Waldemar Pedrosa e Leopoldo Neves, *Jornal do Commercio*, Manaus, 21 out. 1945, p. 1.

28 Rui Araújo para governar o Amazonas, *Jornal do Commercio*, Manaus, 23 out. 1945, p. 4.

29 *A Tarde*, "Fatos e palpites", Manaus, 23 out. 1945, p. 1.

30 *A Tarde*, "Fatos e palpites", Manaus, 30 out. 1945, p. 1.

31 Renunciou o presidente Getúlio Vargas, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 out. 1945, p. 5.

32 Não se realizarão a 2 de dezembro as eleições para governadores e Assembleias Legislativas Estaduais, *Folha da Manhã*, São Paulo, 02 nov. 1945, p. 11.

CC BY

33 Solicitou a sua exoneração o interventor Álvaro Maia, *Jornal do Commercio*, Manaus, 02 nov. 1945, p. 4.

34 Tomou posse, ontem, o novo interventor do Amazonas, *A Tarde*, Manaus, 08 nov. 1945, p. 1.

Referências Bibliográficas

ALVES, H. G. *Imprensa e poder*: a propaganda varguista na imprensa amazonense (1937–1945). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, 2009.

BENEVIDES, M. V. de M. *A UDN e o udenismo*: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945–1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

DELGADO, L. de A. N. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. *In*: DELGADO, L. de A. N.; FERREIRA, J. (orgs.). *O Brasil republicano*: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. III, p. 127-154.

FERREIRA, J. A democratização de 1945 e o movimento queremista. *In*: DELGADO, L. de A. N.; FERREIRA, J. (orgs.). *O Brasil republicano*: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. III, p. 13-46.

GOMES, A. de C. *Uma breve história do PTB*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002.

GOMES, A. de C. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

HIPPOLITO, L. *De raposas e reformistas*: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945–64). 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

LIMONGI, F. Fazendo eleitores e eleições: Mobilização política e democracia no Brasil Pós-Estado Novo. *Dados – Revista de Estudos Sociais*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, p. 371-400, 2015. https://doi.org/10.1590/00115258201547.

MACEDO, M. R. de. Trabalhadores sob suspeita: os liberais brasileiros, o movimento queremista e a transição democrática de 1945. *In*: FERREIRA, J. (org.). *As Repúblicas no Brasil*: política, sociedade e cultura. Niterói: EDUFF, 2010. p. 111-129.

MENDONÇA, R. S. *Revista Sintonia*: imprensa e poder político no Amazonas (1939–1943). 1999. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, 2015.

MOTTA, R. P. Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

NETO, L. *Getúlio*: do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930–1945). 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NICOLAU, J. M. *História do voto no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

NICOLAU, J. M. *Eleições no Brasil*: do Império aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PERES, L. *Getúlio Vargas:* o homem e o chefe. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica O Cruzeiro, 1944.

SOUZA, M. do C. C. de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1960: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DADOS MUNICIPAIS

The 1960 presidential elections: an analysis based on municipal data

Las elecciones presidenciales de 1960: un análisis basado en datos municipales

Jairo Nicolau[I]*

http://doi.org/10.1590/S2178-149420220109

[I]Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getulio Vargas – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.
*Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (jaironicolau@gmail.com)
https://orcid.org/0000-0003-2570-1578

Artigo recebido em 08 de setembro de 2021 e aprovado para publicação em 22 de novembro de 2021.

CC BY

Resumo

Em 1960, os brasileiros votaram pela última vez para presidente sob a vigência da Constituição de 1946. As eleições foram marcadas pela figura de Jânio Quadros, que promoveu a maior mobilização eleitoral do período. Em que pese a relevância da disputa, o conhecimento sobre o padrão de votação dos candidatos à presidência nesse pleito é limitado. O objetivo deste artigo foi analisar os resultados das eleições presidenciais de 1960 em âmbito municipal. O texto inova em relação aos estudos anteriores, pois utiliza dados inéditos da votação dos candidatos em todos os municípios, o que foi possível graças à digitação de material disponível por meio impresso. O artigo apresenta ainda dados a respeito das seguintes dimensões das eleições de 1960: o percentual de cidadãos alistados como eleitores, a distribuição final da votação dos candidatos nos estados e nos municípios e a relação entre a votação dos candidatos à presidência, o tamanho da população e o grau de urbanização dos municípios.

Palavras-chave: Eleições para Presidente; Jânio Quadros; Eleições Brasileiras; República de 1946; Comportamento Eleitoral.

Abstract

In 1960, Brazilians voted for president for the last time under the 1946 Constitution. The elections were marked by Jânio Quadros, who promoted the greatest electoral mobilization in the period. Despite the relevance of the dispute, knowledge about the voting pattern of presidential candidates in this election is limited. This article aimed to analyze the results of the 1960 presidential elections at the municipal level. This paper brings some innovations compared to previous studies because it uses unprecedented data on the voting of candidates in all municipalities, which was possible after typing the hardcopy materials available. This article outlines data on several dimensions of the 1960 elections: the percentage of citizens listed as voters; the final distribution of the candidates' votes in the states and municipalities; the relationship between the voting of presidential candidates, the size of the population, and the degree of urbanization of the municipalities.

Keywords: Presidencial Elections; Jânio Quadros; Brazilian Elections; Republic of 1946; Electoral Behavior.

Resumen

En 1960, los ciudadanos brasileños concurrieron por última vez a las urnas para una elección presidencial bajo la Constitución de 1946. Las elecciones estuvieron marcadas por la figura de Jânio Quadros, quien impulsó la mayor movilización electoral del período. A pesar de la relevancia de la disputa, el conocimiento sobre el patrón de votación de los candidatos presidenciales en esta elección era limitado. El objetivo de este artículo es analizar los resultados de las elecciones presidenciales de 1960 a nivel municipal. El texto innova con relación a estudios anteriores, ya que utiliza datos inéditos de la votación de candidatos en todos los municipios, lo que fue posible después de un trabajo de digitalización del material disponible en forma impresa. El artículo presenta datos sobre una serie de dimensiones de las elecciones de 1960: el porcentaje de ciudadanos que figuran como votantes; la distribución final de los votos de los candidatos en los estados y municipios; la relación entre la votación de los candidatos presidenciales, el tamaño de la población y el grado de urbanización de los municipios.

Palabras clave: Elecciones Presidenciales; Jânio Quadros; Elecciones Brasileñas, República de 1946; Comportamiento Electoral.

As eleições de 1960 passaram para a história como a eleição de Jânio Quadros. O então governador de São Paulo venceu com relativa folga a disputa. Talvez por isso, as menções ao pleito sempre remetem ao estilo histriônico do candidato e à sua campanha eleitoral inovadora. Jânio percorreu o Brasil a bordo de um avião fretado, um DC3 da Varig, atraiu multidões em comícios e usava um vocabulário e um jeito de falar incomum aos políticos brasileiros[1]. As eleições de 1960 também ficariam associadas ao fato de serem as últimas realizadas sob a égide da Constituição de 1946 e por terem promovido uma combinação incomum: um presidente eleito apoiado pelo principal partido de direita (União Democrática Nacional — UDN) e um vice-presidente eleito por um partido de esquerda (Partido Trabalhista Brasileiro — PTB). Combinação que para muitos seria uma das causas da crise política dos anos seguintes.

Para além do caráter inovador da campanha de Jânio Quadros, sabemos muito pouco sobre os resultados e o padrão de competição da eleição presidencial de 1960[2]. Este artigo pretende contribuir para reduzir esse vazio utilizando dados inéditos sobre a disputa de 1960. A literatura sobre as eleições e a atuação dos partidos no período1945–1965 privilegiou os resultados em âmbito estadual, já que esses dados podem ser obtidos com razoável facilidade[3]. Em contraste, para a análise dos resultados das eleições em âmbito municipal, é necessário um demorado trabalho de digitação e conferência dos dados, já que estes se encontram disponíveis apenas por meio impresso.

Este é o primeiro estudo que utiliza os resultados das eleições de 1960 em âmbito municipal como fonte. Depois de um longo trabalho de organização dos dados, foi possível responder a algumas perguntas às quais os trabalhos anteriores não puderam responder: qual é a variação da taxa de comparecimento eleitoral nos municípios? Existe alguma variação da taxa de votos brancos e nulos? Nas grandes cidades, a votação de Jânio Quadros foi maior do que nas pequenas? O marechal Lott foi um candidato competitivo nas grandes cidades?

O artigo está organizado em cinco seções. A primeira faz um resumo dos principais pontos da legislação eleitoral do período e apresenta os candidatos que disputaram as eleições. A seção seguinte mostra como foi realizado o processo de organização dos dados municipais que serão utilizados na análise subsequente. A terceira mostra o percentual da população que estava inscrita para votar nos municípios brasileiros em 1960. A quarta analisa o padrão de votação dos três candidatos que concorreram à presidência, bem como o total de votos nulos e em branco (inválidos). A última explora algumas associações entre o voto para presidente dos três candidatos e dois dados dos municípios (população e taxa de urbanização) extraídos do Censo de 1960.

CC BY

A LEGISLAÇÃO ELEITORAL E OS CANDIDATOS

O pleito de 1960 foi o terceiro realizado durante a vigência da Constituição de 1946. Os dois anteriores aconteceram em 1950 (vencido por Getúlio Vargas, do PTB) e 1955 (vencido por Juscelino Kubitscheck, do Partido Social Democrático — PSD). Durante esse período, os chefes do Executivo (presidente, governadores e prefeitos) eram eleitos segundo a regra de maioria simples em um turno (o candidato que recebia mais votos era eleito). O vice-presidente era eleito separadamente, também segundo a regra de maioria simples. Portanto, o eleitor que comparecia às urnas fazia duas escolhas independentes: votava em um nome para presidente e em outro para vice-presidente[4].

As eleições presidenciais anteriores (1955) foram as primeiras que utilizaram a cédula oficial. Nas disputas de 1945 e 1950, os eleitores chegavam às seções eleitorais com sua cédula já preenchida. Desse modo, o ato de votar significava colocar a cédula em um envelope oficial e, posteriormente, inserir o envelope na urna. A partir da criação da cédula oficial, o ato de votar exigiu um comportamento mais ativo do eleitor. Ele passou a receber uma cédula em branco, e essa teria que ser preenchida na cabine e depois colocada na urna (alternativamente, o eleitor podia não preencher a cédula, deixando-a em branco, escrever nomes impróprios, ou preencher incorretamente a cédula, quando o voto era considerado como nulo). A cédula oficial também foi utilizada nas eleições de 1960[5].

Em 1956 e 1957, foi realizado um alistamento dos eleitores brasileiros. Além de criar um novo título eleitoral, o recadastramento cancelou títulos irregulares (alguns eleitores tinham títulos em mais de uma seção eleitoral ou em municípios diferentes), eliminou os mortos mantidos no cadastro e alistou novos eleitores. Os efeitos da limpeza produzida pelo alistamento eleitoral podem ser observados pelo fato de o eleitorado ter ficado do mesmo tamanho quando comparamos as duas eleições presidenciais do período (15,5 milhões inscritos para votar em 1955 e 1960), apesar do crescimento da população no quinquênio. Desse modo, mesmo com eventuais fraudes e imprecisões de um período em que ainda não havia um cadastro nacional de eleitores, a composição do eleitorado em 1960 era mais acurada do que a de antes do recadastramento.

O Código Eleitoral de 1950 definiu que o período de campanha eleitoral para presidente compreendia os três meses anteriores ao dia do pleito. Nesse período, os partidos podiam instalar alto-falantes nas suas sedes e em veículos para difusão de propaganda e afixar faixas e cartazes em prédios particulares ou públicos. No último caso, a autorização para um partido estendia-se automaticamente a outros.

A legislação que regulava o funcionamento das eleições era muito menos restritiva do que aquela que entraria em vigor posteriormente. Em primeiro lugar, não era exigido um prazo mínimo de filiação a um partido para que um cidadão pudesse concorrer a uma eleição. Outra diferença é que um partido podia registar seus candidatos até 15 dias antes do pleito. Por fim, o controle das campanhas era feito de maneira menos restritiva, ou seja, existia uma data para o começo oficial da campanha, mas não uma restrição para que a campanha não acontecesse antes dessa data. Um exemplo é a candidatura de Jânio Quadros, que já mobilizava partidos e eleitores desde 1959. Carlos Castilho Cabral, presidente do Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ), relata em seu livro de memórias a campanha de Jânio Quadros em favelas da Guanabara durante o Carnaval de 1960, ou seja, muito antes do começo de julho, a data oficial do início da campanha[6].

Apenas três candidatos se inscreveram para concorrer à presidência em 1960, dois deles exerciam cargos em São Paulo: Jânio Quadros, governador do estado, foi inscrito por um pequeno partido, o Partido Trabalhista Nacional (PTN), com apoio de legendas de direita: UDN, Partido Republicano (PR), Partido Libertador (PL) e Partido Democrata Cristão (PDC); e Ademar de Barros, prefeito da cidade de São Paulo, que foi lançado pelo Partido Social Progressista (PSP). O terceiro nome, o do marechal Henrique Teixeira Lott, militar já na reserva, concorreu pelo PSD, com apoio do PTB. Lott concorreria com o apoio do presidente Juscelino Kubitschek, também filiado ao PSD.

A ORGANIZAÇÃO DOS DADOS DAS ELEIÇÕES DE 1960

Depois de cada uma das eleições realizadas no Brasil entre 1945 e 1965, a Justiça Eleitoral publicava um volume com os resultados. A estatística do período pode ser encontrada em sete volumes, em um formato semelhante ao de um livro comum. Neles encontramos a votação obtida por todos os candidatos a deputado federal, deputado estadual e cargos majoritários (senador, presidente, vice-presidente, governador e vice-governador). Em geral, os dados estão agregados em âmbito estadual. Em alguns casos, os volumes trazem os resultados por município, um exemplo é o das eleições presidenciais de 1960. Se o leitor tem a curiosidade de saber qual foi a votação de Jânio Quadros em determinada cidade, é fácil encontrar, basta localizar o estado no qual fica a cidade e depois encontrá-la (as cidades são mostradas em ordem alfabética).

O desafio para o estudioso do período é que qualquer análise mais ampla dos resultados das eleições municipais pressupõe que milhares de dados publicados exclusivamente por meio impresso sejam digitados em uma planilha para serem posteriormente analisados. Com

CC BY

ajuda de um grupo de pesquisadores, consegui transferir os resultados das eleições presidenciais de 1960 para um formato de banco de dados[7].

Além de um ano eleitoral, 1960 foi também um ano do censo demográfico. A coincidência permitiu compatibilizar com uma precisão incomum os dados das duas fontes. Assim, foi possível responder a algumas perguntas que não estavam ao alcance da literatura anterior: qual é o percentual da população inscrita como eleitora em cada município? Existe alguma variação na votação para presidente, segundo o total de moradores dos municípios? A urbanização está associada à votação em algum candidato/partido em particular?[8]

Os resultados das eleições presidenciais de 1960 estão no volume 5 da série publicada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE)[9]. A primeira tarefa foi digitar os dados originalmente publicados por meio impresso e que estavam desagregados por município e zonas eleitorais (no caso de cidades com mais de uma zona eleitoral). A tarefa consistiu em digitar e conferir em uma planilha do Excel a votação dos candidatos em todos os municípios brasileiros.

Vale lembrar que os dados originais eram compilados pelos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) nos estados e, posteriormente, enviados ao TSE; cabia a este último a responsabilidade de organizar e publicar a estatística final das eleições. Como todo o processo era feito manualmente, havia a possibilidade de se cometerem erros em diversas fases de compilação dos dados e na sua publicação final. Determinado município, por exemplo, poderia transferir dados incompletos para o TRE. Na compilação dos diversos dados enviados pelos municípios, também havia a chance de imprecisões. Todo o sistema era passível de erros de digitação, de somatório e até na produção gráfica. Por isso, tivemos um cuidado especial na checagem dos dados digitados.

Não há como checar eventuais erros na produção original dos dados, mas podemos constatar imprecisões no somatório dos dados de cada município. Para tal, foi realizado um teste que comparou o total do comparecimento com o somatório dos votos aos candidatos, dos votos nulos e em branco. O esperado é que os dois números sejam idênticos. O teste encontrou erros em apenas 45 municípios, do total de 2.721. Nesses casos, optei por trabalhar com o somatório gerado pela planilha, e não com o total publicado nos meios oficiais.

O último passo foi compatibilizar os municípios onde houve eleições com a malha municipal reconhecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)[10]. Os dados do TSE não trazem um código identificador do município, o que seria criado somente no futuro. Essa ausência exigiu um cuidadoso trabalho de identificação. A compatibilização permitiu a comparação dos resultados eleitorais com os dados populacionais coletados pelo Censo de 1960[11].

POPULAÇÃO E ELEITORADO

A malha municipal do Brasil em 1960 já tinha uma característica que se manteria nos anos seguintes: muitas cidades onde residiam poucas pessoas e um número muito reduzido de cidades com grande população. Para observar a distribuição dos eleitores no território nacional, os municípios foram segmentados, de acordo com a população (1960), em cinco faixas de habitantes: até 10 mil, de 10 mil até 20 mil, de 20 mil até 50 mil, de 50 mil até 200 mil e mais de 200 mil.

A Tabela 1 apresenta o total (e o percentual) de cidades e o total (e o percentual) de eleitores em cada uma dessas faixas. As cidades das duas faixas com menor população (até 20 mil habitantes) representavam 64% do total, mas somente 26% da população. No outro extremo, nas 18 cidades com mais de 200 mil moradores (0,7% do total), residiam 22% do eleitorado nacional. Entre essas últimas, havia duas megacidades: São Paulo, com 3,8 milhões de habitantes, e o recém-criado estado da Guanabara (estado com um único município), com 3,3 milhões.

Qual é o percentual da população inscrita como eleitora em cada cidade? Existia uma variação expressiva quando observamos a população dos municípios? Duas cláusulas da Constituição de 1946 provavelmente influenciaram o registro de eleitores nos anos 1950 e 1960. A primeira delas, a proibição de os analfabetos serem eleitores, funcionou como a maior barreira à expansão do eleitorado brasileiro durante toda a República. Em 1960, o percentual de adultos analfabetos era de 39%, ou seja, na melhor das hipóteses, 61% dos adultos estavam aptos a se cadastrar como eleitores[12]. A segunda restrição da Carta de 1946 é que o alistamento e o voto não eram obrigatórios para as mulheres que não exerciam alguma profissão lucrativa. Com o grande contingente pessoas do feminino ainda fora do mercado de trabalho nesse período, muitas acabariam não se inscrevendo como eleitoras. Em 1962, as mulheres representavam apenas 37% do eleitorado brasileiro, com diferenças marcantes entre os estados[13].

Tabela 1 – Número de cidades e população por faixa. Brasil, 1960.

Faixa	Total de cidades	População	Percentual de cidades	Percentual da população
até 10 mil	919	5.848.243	33,9	8,5
10 a 20 mil	823	11.804.965	30,4	17,1
20 a 50 mil	763	22.936.870	28,2	33,3
50 a 200 mil	184	14.984.725	6,8	21,7
+ 200 mil	18	13.385.808	0,7	19,4

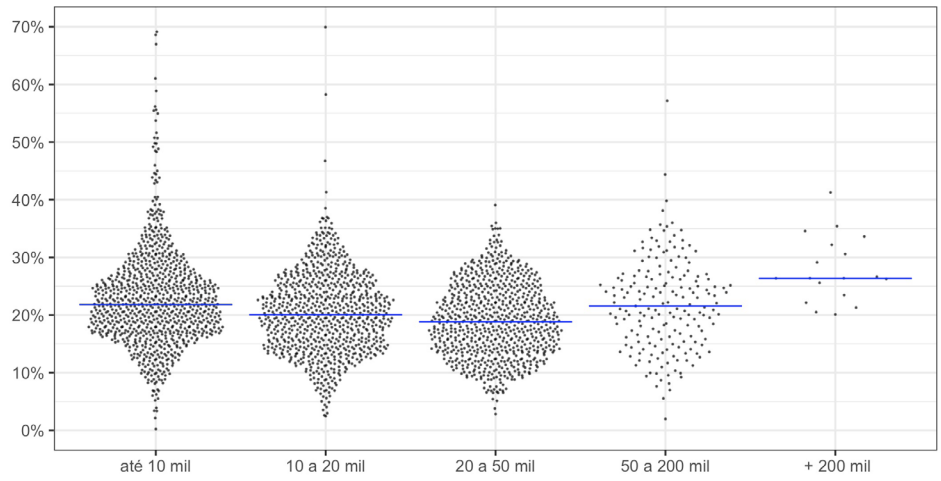
Fonte: Elaboração própria com base em dados do Censo Demográfico de 1960.

O total de adultos alfabetizados e de mulheres exercendo atividades remuneradas variava entre as cidades, por isso, é razoável esperar que o percentual de adultos inscritos como eleitores também variasse. Em cidades com pequena população e localizadas em áreas remotas, por exemplo, a taxa de adultos inscritos como eleitores tenderia a ser reduzida, enquanto em grandes centros urbanos, com mais acesso à escola e mulheres participando mais ativamente do mercado de trabalho, a tendência era de que a proporção de eleitores fosse maior.

Para dimensionar o percentual de eleitores, fiz um cálculo simples: dividi o eleitorado inscrito para votar em 1960 pela população apurada no censo demográfico realizado no mesmo ano. O cálculo foi realizado para cada um dos municípios do país. A média do percentual do eleitorado inscrito em relação à população do município é de 20%.

O Gráfico 1 mostra o percentual de inscritos nos municípios, segundo as cinco faixas da população residente. Essa forma de apresentar os dados, que lembra uma colmeia, tem a vantagem de nos permitir observar o padrão geral de todos os municípios (representados pelos pontos). Quanto mais amplos os pontos horizontais da colmeia, mais casos encontramos naquela faixa percentual. Uma linha horizontal foi acrescentada em cada segmento, ela mostra a mediana (metade das cidades do segmento estão acima da linha e metade, abaixo da linha).

Tomando a mediana de cada segmento como métrica, podemos dizer que, nas quatro primeiras faixas, ela oscilou em torno de 20%; nas cidades acima de 200 mil habitantes, o percentual de inscritos é um pouco mais elevado. Os dados do Gráfico 1 mostram grande variação no percentual de inscritos em todos os segmentos, com exceção das grandes cidades,



Comparecimento como proporção da população do município.
Fonte dos dados brutos: TSE e Censo Demográfico de 1960.
Gráfico 1 – Percentual do eletorado por faixa de população, 1960.

em que o percentual variou de cerca de 20% a 40%. Portanto, a hipótese de que o número de eleitores inscritos seria bem menor nas cidades menos populosas não se sustenta.

Algumas cidades aparecem com um patamar acima de 40% de inscritos (ver a dispersão dos pontos no Gráfico 1). Esse é um número alto se comparado com o percentual de eleitores das maiores cidades, onde a taxa de alfabetização é mais elevada e há mais facilidade para inscrição dos eleitores. Provavelmente, os dados reflitam alguns erros no alistamento, imprecisões no preenchimento ou mesmo fraudes no cadastro[14].

Apesar de eventuais erros em algumas cidades, o Gráfico 1 nos apresenta um quadro inédito do patamar de inscrição eleitoral no começo da década de 1960. Pela primeira vez, temos uma estimativa do número de inscritos como eleitores de todos os municípios do país.

A VOTAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS

O percentual de votos de cada candidato a presidente foi calculado com base no total de eleitores que compareceu para votar, incluindo os que anularam seu voto e os que deixaram sua cédula em branco (votos inválidos). Desse modo, é possível observar se houve alguma variação relevante no padrão dos eleitores que não votaram em um dos três candidatos. O percentual nacional da votação dos candidatos foi o seguinte: Jânio Quadros (45%), Henrique Lott (31%) e Ademar de Barros (17%); votos inválidos (7%).

O resultado das eleições por unidade da Federação é apresentado no Gráfico 2. Em 1960, havia 21 estados e quatro territórios, que no futuro se tornariam estados: Acre, Amapá, Rondônia e o Território do Rio Branco (futuro estado de Roraima). Um dado que chama a atenção no gráfico é a reduzida diferença entre os percentuais de voto de Jânio Quadros e Henrique Lott em dez unidades da Federação (Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe e o Território do Rio Branco).

Jânio Quadros obteve votação expressiva em todas as unidades da Federação; somente no Maranhão e no Território de Rondônia sua votação ficou abaixo de 30%. Provavelmente, o apoio da UDN foi decisivo para o bom desempenho de Quadros em muitos estados[15]. Uma hipótese que não deve ser desprezada, porém, diz respeito à natureza de sua campanha eleitoral: o candidato percorria o país em campanha desde 1959. Ele realizou dezenas de comícios e ainda contou com apoio de um movimento social não partidário (o Movimento Jânio Quadros Presidente)[16]. Seu sucesso em âmbito nacional seria, portanto, a combinação da estrutura da UDN com a campanha eleitoral que promoveu a maior mobilização popular até então.

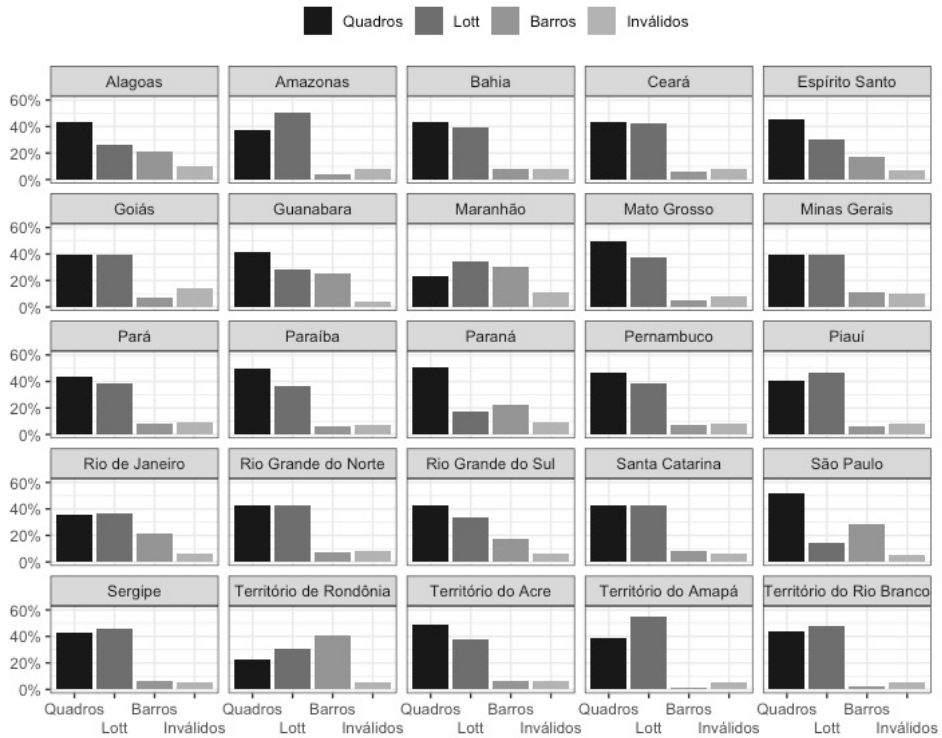
O principal adversário de Quadros, o marechal Lott, disputou as eleições pelo mais organizado partido da época, que havia vencido as eleições presidenciais de 1945 e 1955, e

CC BY

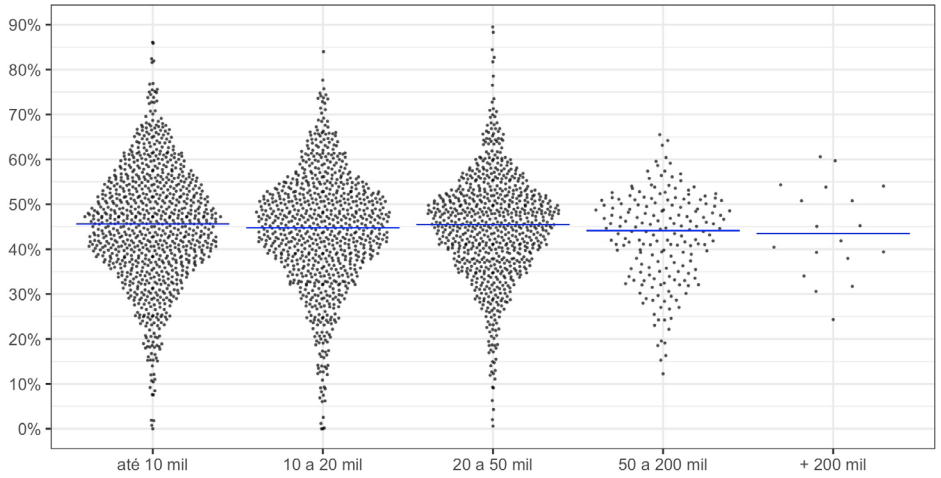
apoiado o vitorioso (Getúlio Vargas) em 1950. Lott contava ainda com o apoio do presidente Juscelino Kubitscheck, que pertencia ao mesmo partido. O PSD era ainda a legenda com o maior número de diretórios organizado em âmbito municipal[17]. Por isso, não é surpresa que seu candidato também tenha recebido boa votação nos estados.

O Gráfico 2 mostra que, apesar do bom desempenho, Lott não teve votação muito superior à de Quadros em nenhum dos estados mais populosos do país. Em contraste, Quadros conquistou larga vantagem em três (São Paulo, Paraná e Guanabara), que se tornaram fundamentais para sua vitória.

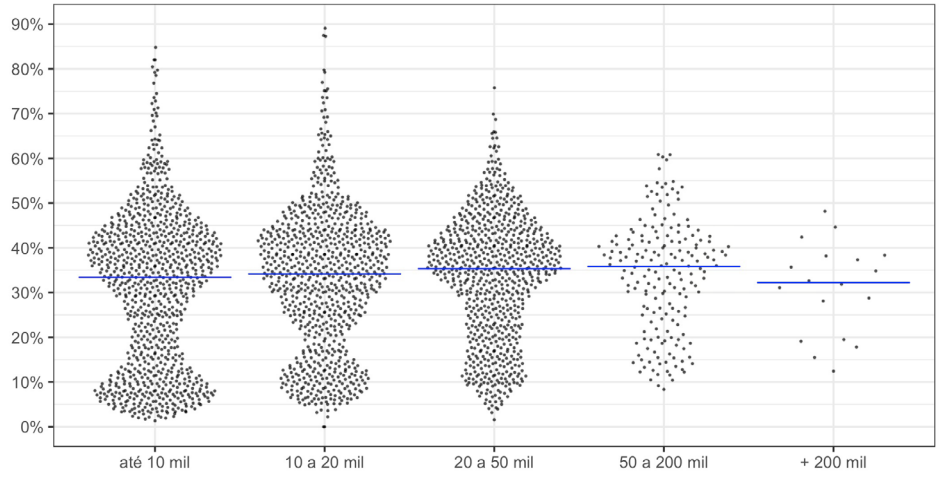
Os Gráficos 3 e 4 mostram o percentual de votos obtidos por Jânio Quadros e Teixeira Lott — os dois mais votados — em todos os municípios nas eleições presidenciais de 1960. Os dois gráficos também estão segmentados nas cinco faixas de população residente nos municípios. Cada ponto indica o percentual de votos que o candidato obteve em determinado município; as linhas horizontais indicam o percentual mediano de votos em cada segmento.



Eleições presidenciais de 1960.
Fonte dos dados brutos: TSE.
Gráfico 2 – Percentual de votos para presidente, segundo as unidades da Federação.



Os pontos indicam os municípios.
Fonte dos dados brutos: TSE e Censo Demográfico de 1960.
Gráfico 3 – Percentual de votos de Jânio Quadros, por faixa de população, 1960.



Os pontos indicam os municípios.
Fonte dos dados brutos: TSE e Censo Demográfico de 1960.
Gráfico 4 – Percentual de votos de Henrique Lott, por faixa de população, 1960.

A variação da votação obtida por Jânio Quadros é grande, sobretudo, nas três primeiras faixas, que incluem cidades com até 50 mil habitantes (Gráfico 3). A votação mediana de cada segmento é semelhante (cerca de 45%), ou seja, em metade das cidades, Quadros

CC BY

obteve votação acima desse patamar. Para além do excelente resultado em âmbito estadual, Quadros também foi bem votado nas cinco categorias de cidade.

O Gráfico 4 mostra a distribuição da votação de Henrique Lott nos municípios brasileiros por faixa da população residente. A mediana é estável e oscila em torno de 30%. A votação do candidato do PSD também varia entre as cidades, mas com diferença relevante em relação à de Quadros: ele recebeu votação relativamente baixa em muitas cidades. Vale a pena fixar o olhar na faixa de 20% dos Gráficos 3 e 4. No caso de Quadros, observamos poucas cidades abaixo dessa faixa, enquanto no caso de Lott, o número de cidades é expressivo. Uma hipótese a ser investigada é o possível efeito da votação obtida por Ademar de Barros, que em muitas cidades pode ter relegado Lott à terceira posição.

A RELAÇÃO ENTRE A VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS E A POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Existe alguma associação entre o número de moradores e o padrão de votos dos candidatos nos municípios? Em que medida a população e o grau de urbanização estão relacionados? Para responder às duas questões, construí uma matriz de correlação (medida pelo índice de correlação de Pearson). O resultado é mostrado no Gráfico 5.

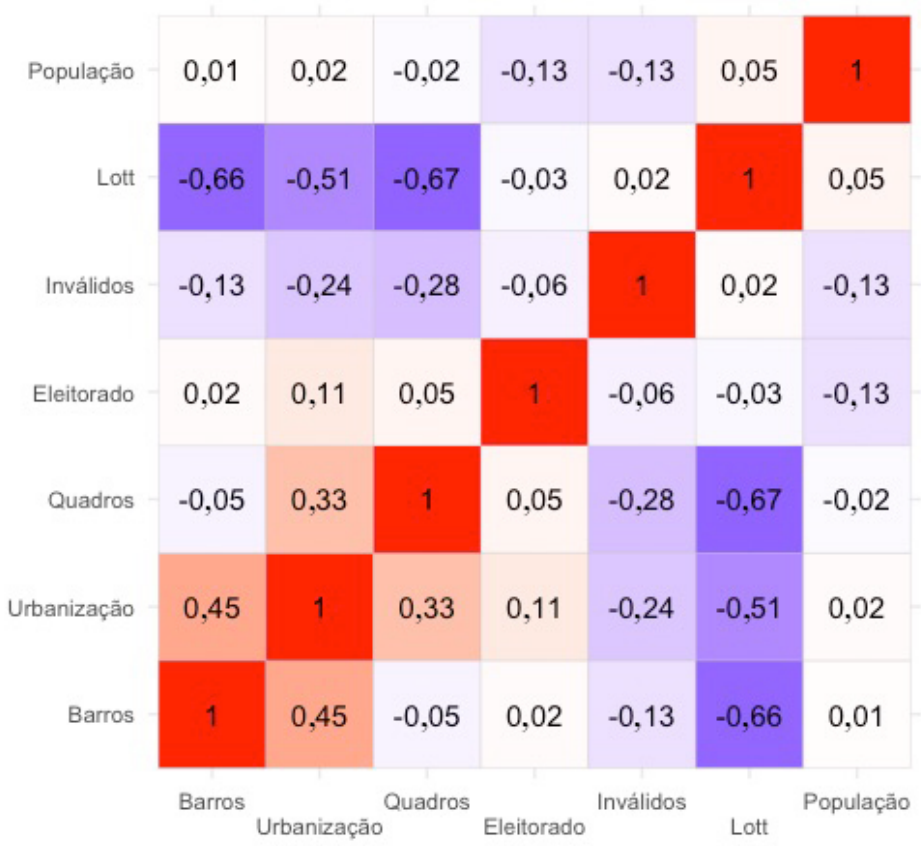
A população dos municípios foi mensurada de duas maneiras: a primeira medida é o logaritmo da população. Por conta do tamanho desproporcional de algumas cidades, particularmente São Paulo e o novo Estado da Guanabara, foi necessário transformar os dados em uma escala logarítmica. A segunda é o percentual da população de cada município residente na área urbana. Os dois dados são do Censo de 1960. Os valores no interior de cada célula indicam o índice de correlação, que varia de -1 a 1; quanto mais próxima de 1, mais intensa é a correlação.

Como vimos, o tamanho da população dos municípios é fator que praticamente não influenciou o resultado das eleições presidenciais de 1960. Os dados da última coluna do Gráfico 5 mostram que o tamanho da população não tem correlação com a votação dos candidatos. Já o percentual de população de cada município residindo em área urbana é um fator importante. Jânio Quadros (0,33) e Ademar de Barros (0,45) tendem a ter votação maior nas cidades mais urbanizadas. Já o percentual de votos inválidos (-0,24) e de votos de Henrique Lott (-0,51) são negativamente associados à urbanização; ambos tendem a aumentar nas áreas menos urbanizadas. Os votos inválidos estão negativamente associados (-0,24) ao percentual de urbanização: quanto menos urbana (ou mais rural) é a cidade, maior a tendência de os votos inválidos serem altos.

A taxa de votos em branco e nulos aumentou com a introdução da cédula oficial em 1955. Uma das razões é que os eleitores passaram a preencher a cédula na cabine de votação,

o que aumentou os erros. Mas sabemos muito pouco sobre quais fatores contextuais poderiam afetar a variação da taxa de votos inválidos nas cidades. O fato de os analfabetos não votarem não significa que não houvesse variação entre a escolaridade dos eleitores. Como as cidades rurais têm maior contingente de adultos de baixa escolaridade, isso poderia ser um fator associado a taxas mais altas de votos inválidos.

Existe uma forte associação negativa (-0,67) dos votos obtidos por Quadros e Lott, ou seja, cidades em que um deles vai bem, o outro tende a ir mal, indicando que os dois devem ter polarizado a disputa em um número expressivo de cidades. A votação de Ademar de Barros também é associada de maneira negativa com a de Lott (-0,66); nas cidades em que um vai bem, outro tende a ir mal, o que pode ter facilitado a posição global de Jânio Quadros.



Dados municipais.
Fonte dos dados brutos: TSE e Censo Demográfico de 1960.
Gráfico 5 – Matriz de correlação, eleições de 1960.

CONCLUSÃO

Este artigo é o primeiro esforço para compreender os padrões de votação dos candidatos a presidente em 1960 que utiliza os municípios como unidade de análise. Essa empreitada foi possível graças a um cuidadoso trabalho de transferência dos dados previamente impressos para dados passíveis de serem analisados com ferramentas estatísticas. Os principais achados do artigo são os seguintes:

- Aproximadamente 20% da população das cidades brasileiras estava cadastrada como eleitora em 1960 (a taxa era um pouco maior nas cidades com mais de 200 mil habitantes). Havia significativa variação da taxa de eleitores inscritos nas cidades.
- Embora Jânio Quadros tenha sido o mais votado em maior número de unidades da Federação, a disputa foi muito equilibrada em dez delas e somente em uma (Maranhão) ele não chegou em primeiro ou segundo lugares. A vantagem nacional de Quadros deveu-se, sobretudo, à sua ampla votação conquistada em São Paulo, no Paraná e na Guanabara.
- Jânio Quadros foi bem votado nas cinco faixas populacionais das cidades (mediana oscilando em torno de 45% dos votos), mas o total de habitantes das cidades não tem uma associação com a sua votação. Quadros foi um fenômeno nacional. Sua aprovação nas urnas foi alta na maioria dos municípios e em poucos ele obteve votação abaixo de 20%.
- Henrique Lott também recebeu uma votação distribuída em todos os estados e municípios (mediana de cerca de 30% dos votos). Entre os maiores estados, ele praticamente empatou com Jânio em Minas Gerais, no Rio de Janeiro, no Ceará e na Bahia, mas não venceu por larga margem em nenhum deles. A votação de Lott tendia a diminuir à medida que aumentava o grau de urbanização dos municípios.
- Os dados mostram que Jânio Quadros e Teixeira Lott obtiveram votação espalhada pelo território nacional (nos estados, territórios e municípios). Em que pese a vantagem de Jânio em votos absolutos em âmbito nacional, graças à expressiva votação conquistada em alguns estados, as eleições de 1960 foram uma das mais disputadas e nacionalizadas da história da República.
- Os votos nulos e em branco estavam negativamente associados à taxa de urbanização dos municípios e em menor grau à população. Os inválidos tendiam a ser mais numerosos nos municípios rurais. A hipótese é que isso era resultado do grande contingente de eleitores com baixa escolaridade residentes nessas localidades.

Conflitos de interesse: nada a declarar.
Fonte de financiamento: Esta pesquisa teve apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por intermédio da Bolsa Produtividade, Nível 1B.

Notas

1 A campanha de Jânio, no relato de um dos principais articuladores, ver Cabral (1962). Sobre Jânio Quadros, ver Arnt (2004), Chaia (1992) e Queler (2011).

2 Em uma busca razoavelmente ampla, não encontrei nenhuma publicação acadêmica sobre as eleições de 1960. Sobre a campanha de Jânio Quadros, ver Queler (2010).

3 Sobre partidos e competição política na República de 1946, ver Lavareda (1991), Lima Jr. (1983), Nicolau (2004) e Santos (2003).

4 Sobre a legislação eleitoral do período 1945–1965, ver Nicolau (2012).

5 Para uma avaliação dos efeitos da cédula oficial, ver Gingerich (2019).

6 O relato da campanha no carnaval de 1960, ver Cabral (1962: 121).

7 O trabalho de digitação e revisão dos dados contou com a assistência de Silvana Telles e Sônia Silva. O projeto geral de digitação das eleições de 1960 foi feito em parceria com Sonia Terron e Gláucio Soares.

8 Um dos principais trabalhos sobre o comportamento eleitoral na República de 1946, Sociedade e Política no Brasil, de Gláucio Soares, utilizando dados dos estados e de alguns municípios, mostrou uma associação entre urbanização e voto em partidos progressistas, ver Soares (1973).

9 *Dados estatísticos* – 5º volume: eleições federais e estaduais, realizadas no Brasil em 1960, e em confronto com anteriores. Distrito Federal: Departamento de Imprensa Nacional, 1963. Para a digitação, usamos a reprodução de um exemplar da Biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

10 A compatibilização entre os dados eleitorais e a malha municipal de 1960 foi realizado pela cientista política Sonia Terron.

11 Os dados dos territórios do Acre, Amapá, Rio Branco (atual Roraima) e Rondônia não foram apresentados por município na fonte oficial, mas apenas o resultado final em todo o território.

12 O percentual de analfabetos, ver Nicolau (2012: 97).

CC BY

13 Dados coletados por Limongi, Oliveira e Schmitt (2019: 13).

14 Conseguimos identificar alguns erros dos dados originais para um número reduzido de cidades. Os dados oficiais não indicam o eleitorado final de 49 cidades. Em três cidades o eleitorado ultrapassou a população total e em cinco, ultrapassou 75% da população total, número implausível para o período. Esses casos foram excluídos do Gráfico 1.

15 Sobre a atuação da UDN, ver Benevides (1981).

16 Sobre a campanha de Jânio Quadros, ver Alves (2018) e Queler (2010).

17 Sobre o PSD e as campanhas presidenciais, ver Hippolito, 1985.

Referências Bibliográficas

ALVES, G. N. *Eleições presidenciais de 1960:* a campanha de Jânio Quadros e Henrique Teixeira Lott nas páginas da revista Manchete (1959–1960). 2018. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação e Licenciatura em História) – Universidade de Brasília, 2018.

ARNT, R. *Jânio Quadros:* o Prometeu de Vila Maria. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

BENEVIDES, M. V. *A UDN e o udenismo.* São Paulo: Paz e Terra, 1981.

BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Dados estatísticos* – 5º volume: eleições federais e estaduais, realizadas no Brasil em 1960, e em confronto com anteriores. Distrito Federal: Departamento de Imprensa Nacional, 1963.

CABRAL, C. *Tempo de Jânio e outros tempos.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

CHAIA, V. *A liderança política de Jânio Quadros.* São Paulo: Humanidades, 1992.

GINGERICH, D. W. Ballot reform as suffrage restriction: evidence from Brazil's Second Republic. *American Journal of Political Science*, Oxford, v. 63, n. 4, p. 920-935, 2019. https://doi.org/10.1111/ajps.12438.

HIPPOLITO, L. *PSD:* de raposas e reformistas. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

LAVAREDA, A. *A democracia nas urnas:* o processo partidário eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991.

LIMA JR., O. B. de. *Os partidos políticos brasileiros:* a experiência federal e regional, 1945–1964. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

LIMONGI, F.; OLIVEIRA, J. S; SCHMITT, S. T. Sufrágio universal, mas... só para homens. O voto feminino no Brasil. *Revista de Sociologia e Politica,* Curitiba, v. 27, n. 70, 2019. https://doi.org/10.1590/1678-987319277003.

NICOLAU, J. Velhas teses, novos dados: uma análise metodológica. *Dados – Revista de Ciências Sociais,* Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 729-762, 2004. https://doi.org/10.1590/S0011-52582004000400004.

NICOLAU, J. *Eleições no Brasil:* do Império aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

QUELER, J. J. Quando o eleitor faz a propaganda política: o engajamento popular na campanha eleitoral de Jânio Quadros (1959–1960). *Tempo,* Niterói, v. 14, n. 28, p. 59-84, 2010. https://doi.org/10.1590/S1413-77042010000100003.

QUELER, J. J. A roupa nova do presidente: a politização da imagem pública de Jânio Quadros (1947–1961). *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material,* São Paulo, v. 19, n. 2, p. 45-69, 2011. https://doi.org/10.1590/S0101-47142011000200003.

SANTOS, W. G. dos. *O cálculo do conflito:* estabilidade e crise na política brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

SOARES, G. A. D. 1973. *Sociedade e política no Brasil.* São Paulo: Difel, 1973.

CURIOSIDADE CIENTÍFICA, DISCIPLINA E MÉTODO: UMA ENTREVISTA COM A PROFESSORA HILDA SABATO

Scientific curiosity, discipline and method: an interview with professor Hilda Sabato

Curiosidad científica, disciplina y método: una entrevista con la profesora Hilda Sabato

ENTREVISTADA:
HILDA SABATO[I*]

ENTREVISTADORA:
JAQUELINE PORTO ZULINI[II**]

http://doi.org/10.1590/S2178-149420220110

[I]Conselho de Investigações Científicas e Técnicas, Instituto de História Argentina e Americana Dr. Emilio Ravignani – Buenos Aires, Argentina.
*Doutora em história pela University of London.
https://orcid.org/0000-0003-2260-0683

[II]Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.
**Doutora em ciência política pela Universidade de São Paulo (jaqueline.zulini@fgv.br)
https://orcid.org/0000-0001-6153-7328

Entrevista concedida em 19 de novembro de 2021, via plataforma Zoom (São Paulo e Buenos Aires).
Artigo recebido e aprovado para publicação em 2021.

Hilda Sabato é uma das maiores referências no estudo do governo representativo na América Hispânica durante o século XIX. Formada em História pela Universidade de Buenos Aires em princípios da década de 1970, realizou o seu doutorado na Universidade de Londres (1981). Entre 1985 e 2010, atuou como professora titular na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires (UBA). Atualmente é investigadora superior do Conselho de Investigações Científicas e Técnicas (CONICET) no Instituto de História Argentina e Americana Dr. Emilio Ravignani (UBA/CONICET), onde ingressou em 1985. Foi vice-presidente do Comitê Internacional de Ciências Históricas (2010–2015) e teve a sua trajetória intelectual condecorada, em 2021, pelo prêmio Alexander von Humboldt, concedido a especialistas de renome internacional. Hilda Sabato concedeu-me a entrevista, pelo formato virtual, no dia 19 de novembro. Nela, compartilhou os desafios da sua jornada científica, desde a formação em História, concluída às vésperas da intervenção do poder executivo na universidade, passando pela experiência da pós-graduação na Inglaterra, o retorno à Argentina em plena ditadura e a admissão, depois da queda do governo militar, como professora titular na Universidade de Buenos Aires, para colaborar no processo de renovação historiográfica. Ela também detalha todo o processo que a fez redirecionar-se rumo a um diálogo cada vez mais profícuo com diferentes disciplinas das Ciências Sociais e Humanidades, particularmente com a filosofia e teoria políticas. Seu relato mescla uma confessa curiosidade científica com uma disciplinada busca pelo aprimoramento teórico-metodológico. O resultado é um depoimento cativante, que certamente traz lições inspiradoras tanto para jovens pesquisadores como para os experientes.

Entrevistadora: Professora Hilda, o que a levou a optar pela graduação em História?

Hilda Sabato: Na verdade, eu comecei estudando Matemática, não História. A agitação política de fins dos anos 1960 e início dos anos 1970 despertou o meu interesse pela sociedade. Passei a desejar responder a algumas perguntas sobre o caso argentino e, assim, me inclinei para as Humanidades. Fiquei, então, dividida entre cursar História ou Antropologia. Finalmente, me decidi pela História devido à ambição, que resultou, ao final, totalmente equivocada, de tratar de entender o meu país. Passaram-se muitos anos e, todavia, não entendo nada! A História me serviu para explorar o passado, mas não para entender a Argentina *[risos]*.

Entrevistadora: Não diga isso... Aprendemos a interpretar parte da História argentina contigo! E como foi a sua transição para o exercício da docência?

Hilda Sabato: Cursei tanto Matemática quanto História na Universidade de Buenos Aires. Nunca tive a menor dúvida de onde estudar, pois aquela era a principal referência de ensino superior no país. Tive a sorte de terminar de cursar em 1974, pois justamente naquele

ano teve início a intervenção do poder executivo sobre as universidades[1]. Iniciei a minha carreira docente ainda enquanto estudante, como ajudante de uma cátedra, porém, com a intervenção, muitos de nós fomos obrigados a deixar a universidade. Depois, em 1976, fui estudar na Inglaterra.

Entrevistadora: Por que escolheu a Inglaterra como destino?

Hilda Sabato: Consegui uma bolsa da Fundação Ford, que era uma das agências internacionais que ajudavam os pesquisadores naquele contexto difícil enfrentado pela Argentina. Fui para o Instituto de Estudos Latino-Americanos, da Universidade de Londres, em 1976. Cursei o doutorado por dois anos e meio para cumprir os créditos exigidos e voltei para a Argentina em 1978, a contragosto da minha família, que temia pela nossa segurança. Em 1981, viajei a Londres apenas para defender a tese.

Entrevistadora: Pode comentar um pouco mais sobre as condições de trabalho que encontrou ao retornar para a Argentina em plena ditadura?

Hilda Sabato: Quando voltei da Inglaterra, não podia ir à universidade por causa da repressão. Então me vinculei a um dos centros de investigação existentes que não eram estatais e contavam com suporte financeiro de agentes internacionais. Encontrei no Centro de Investigações sobre o Estado e a Administração (CISEA) um verdadeiro refúgio, como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) foi para o caso do Brasil[2]. Além de trabalhar como pesquisadora, passei a lecionar em algumas instituições privadas de ensino. Em 1983, com o fim da ditadura, fui convidada a participar da transformação da Universidade de Buenos Aires, me tornando professora na Faculdade de Filosofia e Letras e, tempos mais tarde, a entrar como investigadora no CONICET, organismo estatal de promoção da ciência.

Entrevistadora: Seus primeiros trabalhos se dedicaram à formação do capitalismo na Argentina durante o século XIX, com ênfase na questão agrária. Por que elegeu esse tema de pesquisa?

Hilda Sabato: Quando me formei, predominava a postura historiográfica vinculada ao estruturalismo, marxista e não marxista. Naquela conjuntura, era importante entender o que se passava na sociedade a partir das estruturas econômicas e sociais. Acreditava-se que a política e a ideologia eram produtos secundários, capazes de se explicar pela estrutura socioeconômica. Dito de outro modo: supunha-se que se conseguíssemos entender a estrutura, poderíamos explicar tudo! Por influência desse raciocínio, passei a me interessar pela base da formação do capitalismo na Argentina, que é o capitalismo agrário — um

tema crucial até hoje, pois a indústria segue ocupando um lugar central na economia do país. Conforme me aprofundava a respeito das características da grande expansão da agricultura argentina, um período específico, que havia sido muito pouco trabalhado, despertou a minha atenção. Tratava-se do período durante o qual a economia do país girou em torno da produção de ovelhas e de lã, na mesma região tornada líder, tempos depois, da produção de cereais e carne de vaca. Constatei que a chamada história da "febre da lã" encontrava-se borrada da memória coletiva sobre a trajetória argentina. Quando escrevi a respeito, tratei de incorporar essa expressão no título do meu livro, pois ainda predominava a percepção de que a Argentina sempre teria produzido carne de vaca e cereais[3]. Durante a segunda metade do século XIX, porém, naquela região, que se tornaria a mais rica do país, os motores da produção econômica eram a produção de ovelhas e a exportação de lã. Essa foi a minha tese, que buscava resgatar a centralidade da produção de ovelhas e de lã na fase fundacional do capitalismo agrário na Argentina. Comecei trabalhando, portanto, com uma análise da estrutura socioeconômica. E isso me levou a abordar, depois, questões de ordem mais estritamente social.

Entrevistadora: Como se iniciou essa transição temática?

Hilda Sabato: O desenvolvimento da historiografia argentina esteve muito atrelado às transformações políticas do país. A partir de 1955, quando ocorreu o golpe contra [Juan Domingo] Perón, a universidade, que havia estado muito colonizada pelo peronismo, entrou em uma etapa de renovação preocupada em garantir a própria autonomia. No caso da História, as figuras de José Luís Romero e Tulio Halperin Donghi se destacaram nesse processo de modernização da carreira, onde predominavam os enfoques mais tradicionais. Por sua parte, a criação da carreira de Sociologia, com Gino Germani à frente, favoreceu a vinculação entre a História e as Ciências Sociais, revigorando os estudos históricos. Esse foi o panorama no início da minha carreira, muito marcada por sua vez pela influência tanto da escola francesa dos Annales como de tradição marxista. Neste último campo, cada vez mais, abria-se espaço à influência do pensamento historiográfico inglês, sobretudo representado por nomes como Eric Hobsbawm, Christopher Hill e de Edward Thompson, entre outros, cujos escritos ajudavam a reformular as lições mais duras do marxismo conforme propunham integrar às análises outras dimensões da vida social que se consideravam marginais nos enfoques estruturalistas. Como estudante, acompanhei esse movimento de transformações da historiografia argentina. Buscava entender a sociedade e, portanto, passei a me interessar, primeiro, pela Economia e, depois, pela Sociologia e pela Ciência Política, para ocupar um lugar nessa formação.

CC BY

Entrevistadora: Imagino o tamanho do desafio que viu pela frente!

Hilda Sabato: Sim! Embora na época em que me formei o estruturalismo representasse a abordagem *mainstream*, quando pude voltar à universidade na década de 1980, ele já se encontrava em declínio mundo afora. Na verdade, a historiografia argentina vivia um hiato, pois o tempo em que os militares governaram a universidade acabou afastando toda aquela geração de vanguarda que começava a investir em uma aproximação com as Ciências Sociais. O grupo de pensamento mais inovador foi, em parte, preso, ou exilado, ou considerado desaparecido durante o arrefecimento da perseguição política. Portanto, existia um vazio no momento do nosso retorno à universidade, em 1984, o que passou a alimentar um entusiasmo muito grande pela renovação. Um dos interesses que nos animava era justamente realizar uma revisão das lições mais duras do estruturalismo e do marxismo encampando, como antecipei, a revalorização dos aspectos políticos e culturais da vida social. Começamos a repensar o determinismo de classes e a fazer uma história social, para entender os atores sociais. Foi assim que a chamada história dos "de baixo", isto é, a história das classes populares, cativou vários de nós. Inspirados, sobretudo, pelo trabalho de [Edward] Thompson[4], em um projeto com outros colegas, passamos a elaborar a história social dos trabalhadores de Buenos Aires na segunda metade do século XIX, deixando de lado a abordagem mais estrutural em prol de uma análise do tema ao largo das experiências social e cultural[5]. Porém, esse novo ambiente intelectual ainda não nos fazia cogitar a autonomia das questões políticas. Continuávamos pensando a política como uma consequência social. Em algum momento, por alguma razão, o exercício de pensar o trabalhismo me fez ousar questionar qual havia sido o papel político dos trabalhadores no curso do século XIX...

Entrevistadora: Foi esse o percurso por trás do seu livro La política en las calles: entre el voto y la movilización, Buenos Aires 1862–1880?

Hilda Sabato: Exatamente. É por isso que considero o processo de elaboração desse livro muito complexo. Conforme passei a me perguntar sobre a inserção política dos trabalhadores na época, enveredei por um terreno até então desacreditado. Supunha-se que as classes populares, justamente por sua condição às margens da sociedade, caso buscassem intervir na política, o fariam correndo por fora da política "formal", isto é, rompendo o seu lugar social para protestar ou impugnar o regime ao qual estavam submetidas. Tal raciocínio permitia deduzir a inexistência de participação política dos trabalhadores ou, no máximo, uma participação restrita à impugnação da ordem vigente. Então, quando comecei a refletir sobre a relação entre os setores populares, em geral, e os trabalhadores, em particular, com a política, também parti da hipótese de que ambos os grupos não teriam como estar ao centro,

em uma posição protagonista. Passei a buscar a "luta de classes sem classes", à maneira de Thompson, pesquisando como os trabalhadores, na Argentina do século XIX, intervinham de fora para impugnar a ordem estabelecida. E isso me custou muito caro, pois, na prática, não lograva encontrar o que buscava. A análise das fontes me revelava evidências muito diferentes do que esperava. Me deparei com muita intervenção popular na política — e que não era somente uma intervenção marginal.

Entrevistadora: Uma bela surpresa! *[risos]*

Hilda Sabato: Pois é, mas na tentativa de tentar compreendê-la, meu segundo passo foi problematizar a partir de um novo diálogo com a literatura disponível orientada a analisar a política sem reduzi-la a outras instâncias da vida social. A princípio, me inclinei por diferenciar a política "formal" (compreendida como a política oficial manipulada pela classe dominante) da política "informal", onde colocava as formas de participação política em que me apareciam os setores populares na Argentina do século XIX: em formas de ação pública, como a atividade de imprensa e as manifestações nas ruas, que não entravam dentro dos parâmetros institucionais formais. Foi muito contraintuitivo encontrar, nesse momento e nesses âmbitos, uma significativa participação política dos imigrantes, inclusive. Na Buenos Aires daquela época, quatro a cada cinco homens adultos residentes eram estrangeiros, e a maioria pertencia às classes populares. Naquele quadro, uma importante historiografia sobre imigração diagnosticava como parte do problema político argentino justamente o fato de os imigrantes não participarem da política, já que presumivelmente se encontravam excluídos. Conforme as fontes me revelavam um cenário diverso do predito, com imigrantes participando da política por todos os lados, nas ruas, nas associações etc., precisei começar a me desarmar das minhas próprias ideias, forjadas ao calor das interpretações vigentes nesses anos. Nesse processo, me conectei com toda uma outra literatura nova para mim: aquela centrada no problema do espaço público, pois boa parte da participação política revelada pelas minhas fontes — e que eu chamava de informal — acontecia no espaço público. Mergulhei nos escritos de Hannah Arendt, Jürgen Habermas, Albert Hirshman, Richard Sennett e tantos outros, na tentativa de absorver elementos para interpretar esse universo político-público. Todavia, por bastante tempo, continuei fixa à ideia de que a participação política na esfera pública era uma coisa e, a política formal, outra coisa. Seguia acreditando que as eleições, o ponto culminante da política formal, eram uma farsa. Isso porque eu ainda incorporava tudo o que a historiografia me havia ensinado anteriormente: que as eleições eram manipuladas; que as pessoas não votavam; que, quando as pessoas votavam, o voto era forjado etc.

CC BY

Entrevistadora: Essa é uma tese realmente muito vigorosa e difícil de questionar à primeira vista...

Hilda Sabato: E eu mantive mesmo esse hábito mental por um bom tempo ainda, até que a leitura de análises sobre outros países da América Latina me iluminou a repensar esse diagnóstico. O contato com o livro *Os bestializados*, de José Murilo de Carvalho, sobre o Brasil, e com as obras de François-Xavier Guerra, colocam diante de mim toda uma problemática que eu sentia afim às minhas próprias interrogações de pesquisa. Esse é um momento de virada, quando começo a realizar que as eleições não eram como eu acreditava. Isso me abriu para toda uma outra literatura, já bastante reconhecida, sobre o perfil das eleições no século XIX, como Eduardo Posada-Carbó, Antonio Annino, Marcello Carmagnani. Então, em suma, posso dizer que o livro *La política en las calles* representa uma etapa de investigação que se conclui quando eu finalmente compreendo como a política é algo próprio, que não se pode derivar do social, e que os atores políticos se definem no terreno político. É o momento em que entendo como a política formal e a política informal estão totalmente vinculadas; não se pode separá-las. E que, portanto, para entender a política, não basta examinar apenas as eleições, nem somente o espaço público. Esse livro é a marca de todo um desenvolvimento que me foi muito difícil, pois precisei parar de pensar de forma estrutural e não há nada de automático nesse processo *[risos]*. Tive que mudar toda a maneira de pensar[6].

Entrevistadora: Para alguns intérpretes, esse livro é um convite para se pensar os desafios que os partidos políticos enfrentavam para fazer eleitores nos primórdios do governo representativo. Na sua opinião, quais são as lacunas que ainda estão abertas na historiografia latino-americana sobre o tema?

Hilda Sabato: Esse é um assunto complexo. Ao estudar o século XIX, observa-se como boa parte da literatura disponível está influenciada pelas perguntas do século XX. Com frequência, historiadores e cientistas políticos buscavam rastrear evidências no século XIX para tentar explicar o que se passou no século XX, sobretudo com relação ao problema da democracia latino-americana, da chamada "democracia de partidos" e, também, do papel dos militares como corporação. Assim, por exemplo, partia-se do suposto de que, se os partidos não funcionavam no século XX, era porque havia alguma espécie de pecado original no século XIX que teria impedido a formação de partidos. Portanto, na prática, se retornava para o século XIX em função das perguntas do século XX e não se tentava entender como era a dinâmica do conflito e antagonismo no passado. Hoje, já existe uma produção essencial para trabalhar o século XIX que clarifica o significado assumido pela representação política àquele tempo, distinto do século XX, com destaque para os trabalhos de [Bernard] Manin, Hannah Pitkin e [Pierre] Rosanvallon, entre outros. Para além disso, há uma série de estudos demonstrando como o antagonismo e o conflito não se dirimiam, durante o sé-

culo XIX, através da figura do partido político — ao menos, como a entendemos no século XX. O partido político é uma construção posterior: uma instituição formalizada ao fim do século XIX. Antes disso, encontramos só grupamentos, redes, personagens que disputavam a política, porém que não correspondem à categoria posterior de *partido*. Temos de entender, sobre tais formas de organização e ação, que não se tratava de partidos políticos defeituosos, ou de partidos políticos que funcionavam mal, senão de outro tipo de mecanismos de intervenção na vida política. Hoje a historiografia latino-americana tem estudado muito bem esses processos.

Entrevistadora: Outro hábito mental difícil para um contemporâneo superar à primeira vista...

Hilda Sabato: Há muitas diferenças a reconhecer. Durante o século XIX, inclusive, vigia uma outra ideia de competência política e de como processar as diferenças. Tratava-se da ideia de que a sociedade poderia ter divisões, cabendo à esfera política suturá-las através da costura de projetos encarnados para favorecer o bem coletivo. Por extensão do raciocínio, o conflito ou o antagonismo político eram malvistos. As primeiras experiências de governo representativo na América Latina se pautavam justamente nesses princípios de unidade do corpo político, de forma que a noção de representação da sociedade diferia muito da perspectiva atual. A ideia de pluralismo na vida política é uma ideia completamente posterior, do século XX. No século XIX, fazer política significava garantir a unidade em termos de bem comum e de plantar soluções para o conjunto. Recentemente, Leonardo Hirsch publicou a síntese da sua tese de doutorado sobre a trajetória da representação em Buenos Aires de fins do século XIX e início do século XX, abordando todo o conflito envolvido por trás até se passar a firmar a ideia de partido político[7]. O foco da análise é o caso argentino, mas considero as reflexões muito ilustrativas do que se passava nesse período em outros lugares também. Leonardo mostra tudo que mudou na noção de partido, enquanto o meu livro só mostra ocultamente a inexistência de partidos na época, restando somente grupos políticos em disputa, fundados sobre outro princípio diverso daquele que, depois, veio a caracterizar a democracia de partidos. A despeito do costume de se afirmar que a democracia e os partidos caminham juntos, a análise histórica mostra que a frase faz sentido para caracterizar apenas um dado momento. Tanto para o século XIX como para os dias atuais, eu diria que essa máxima não se sustenta. No caso do século XIX, a associação não se sustenta porque a noção de representação própria desse período passou ao largo do ideal da democracia de partidos do século XX. Na atualidade, nos últimos vinte anos, a sentença também parece não caber em razão do evidente paradoxo de crise desse modelo de representação partidária: em que os partidos, embora formalmente considerados o pilar

CC BY

de nosso sistema democrático, se encontram questionados em sua representatividade. É um momento de mudança: vejamos que sentido tomará!

Entrevistadora: Aproveitando essa sua reflexão sobre os preconceitos que muitas vezes enviesam a análise do passado, gostaria de ouvi-la a respeito da produção recente sobre o estudo da violência na cena política, outra temática sensível que enfrentou quando escreveu *Buenos Aires en armas. La revolución de 1880*. O livro problematizava justamente a forma como a historiografia tinha dificuldade de pensar o significado da violência na Argentina. Qual o motivo que a fez despertar para o estudo desse tema?

Hilda Sabato: Em cada momento, surgem novas questões de pesquisa, que não partem, senão, de um diálogo com os pares. E, nesse sentido, ao eleger o estudo da violência, retratei o rumo tomado pelo debate historiográfico que problematizava o século XIX. Há inúmeras rebeliões na sociedade latino-americana durante o curso do século XIX e, a princípio, sempre se considerava esse histórico como uma aberração, uma anomalia, reflexo de um arranjo republicano falido. Inicialmente, eu também pensava que a violência fosse uma patologia do sistema republicano a impedir o desenvolvimento das instituições políticas. Afinal, o meu ideal era o de um mundo onde a violência e a política ocupassem lugares distintos. Até que, quando comecei a estudar a respeito, tive que admitir que a violência e a política não estiveram dissociadas no século XIX. Precisamente no caso latino-americano, impõe-se reconhecer a vigência da figura do cidadão armado e, em relação com ela, o peso das milícias, que, de alguma maneira, institucionalizam a violência na cena política. A própria Constituição argentina validava o recurso à violência na medida em que previa o armamento dos cidadãos para a defesa da República. Conforme estudei e publiquei alguns artigos sobre a cidadania armada e as milícias em geral, senti a necessidade de me aprofundar no estudo para tentar entendê-las como parte do sistema republicano. Meu propósito era entender como se chegava à violência física dentro dos marcos da vida republicana. Porque uma coisa é a violência teórica, ou a possibilidade de violência; outra coisa bem diferente se observa quando a violência se desencadeia e resulta em mortes. Por que as pessoas decidem pegar em armas? Essa era a minha pergunta. Elegi a Revolução de 1880 porque me pareceu emblemática considerando se passar em Buenos Aires, a cidade mais moderna da Argentina e, consequentemente, com a maior efervescência cultural do país, onde grande parte das elites intelectuais e dos imigrantes se concentrava. Por que a cidade inteira se rebelaria e os dirigentes políticos arriscariam ir a campo para se matar, somando quase 3 mil mortos em um único dia? Me parecia que, para entender o caso, deveria narrar o acontecimento. A Revolução de 1880 era importante e conhecida: já muito havia sido escrito sobre as suas causas e consequências. O exercício a que me propus foi revisitá-la através de uma narração do

acontecimento. Tentei mostrar como os atos políticos têm consequências nem sempre preditas e antecipadas pelos seus autores, não bastando conhecer as causas e as consequências para se conseguir explicar o que se passou. E creio que logrei contar essa história em toda sua indeterminação e colocar em cena a dinâmica da ação política[8].

Entrevistadora: Seu livro *Republics of the New World* acaba de receber uma versão em espanhol. Pode-se dizer que foi uma tentativa de síntese visando pensar o caso latino-americano junto com as experiências europeias e dos Estados Unidos, indo além dos estudos de caso?

Hilda Sabato: A pretensão do livro[9] foi, em princípio, analisar a América hispânica, por uma série de motivos. Primeiramente, pela forma republicana única com que a região decidiu exercer o princípio da soberania popular, criando uma comunidade política depois do período colonial. Teoricamente, para além da América hispânica, apenas nos Estados Unidos se verifica uma escolha semelhante. De fato, quando a América hispânica se orienta para a República, coloca em marcha um processo absolutamente radical e uno que só se compara com a radicalidade da revolução norte-americana. Embora a decisão política pela forma republicana tomada pela América hispânica não tenha representado uma decisão imediata, nem tampouco fácil, ela se manteve: não se tentou revertê-la, salvo o caso do curto período de Império Mexicano[10]. De resto, nenhum outro país da América hispânica aboliu a República, nem sequer temporariamente, o que dificulta paralelos com o mundo europeu, onde a República foi muito combatida e só se afirmou mais adiante. Em segundo lugar, por conta de outro elemento que torna o caso da América hispânica muito interessante: o também já antecipado fato de haver, como um dos pilares da República representativa na região, o reconhecimento da cidadania armada (ou o direito a se portarem armas e a resistir ao despotismo). Esse princípio não foi exclusivo da região, porém teve um papel decisivo na vida política do XIX. Na mesma linha, em terceiro lugar, pela noção de representação que prevaleceu durante décadas em que a América hispânica, de acordo com a qual fazer política significava construir um espaço de bem-comum, onde se deveriam suturar as diferenças sociais em favor da manutenção da união e da garantia da compatibilidade de interesses. Em quarto lugar, a preocupação compartilhada pelas lideranças da região em sustentar a República, considerada a base da unidade da nação — pelo menos durante o século XIX. Nos países da América hispânica, o temor da dissolução dos laços sociais existia, sobretudo porque seus territórios não tinham constituído uma nacionalidade prévia. Para eles, o laço político importava para instituir novas comunidades surgidas logo após a derrocada do império espanhol, dando unidade à cada nação em formação. Por mais que existissem conflitos muito grandes entre aqueles que dirigiam esses processos, zelava-se pela manutenção da forma republicana, uma vez que dentro desses marcos se abriam caminhos diferentes. O livro se propõe, então, analisar

o processo de experimentação política que trouxe a adoção da soberania popular como fundamento da comunidade política e da República representativa como forma de governo. Encontro que entre 1820 e o último terço do século XIX as nações que foram surgindo o fizeram sobre princípios compartilhados e desenharam normas, instituições e práticas políticas semelhantes em toda a extensão de América hispânica, não obstante sua diversidade em outros planos. Tentei, assim, traçar esses padrões comuns da vida política, assinalar seus dilemas e desafios e estabelecer algumas comparações com outras experiências republicanas.

Entrevistadora: O Brasil costuma ser excluído dos estudos latino-americanos que revisitam o governo representativo no século XIX exatamente por ter fugido à regra das revoluções de independência e se convertido em uma monarquia constitucional, como antecipou. Considera que o caso brasileiro é muito diferente da América hispânica?

Hilda Sabato: Para mim, o caso brasileiro é muito interessante, pois há trabalhos muito bons que me ajudaram, inclusive, a pensar a América hispânica, como já disse. Eles relatam os mesmos problemas que encontrei sobre as milícias, quando analisam a Guarda Nacional; sobre a questão da participação popular; sobre as próprias eleições. Até aí, tudo realmente soa muito parecido. Então, me perguntam: por que não analiso o Brasil nesse livro? Dessa vez, em particular, todo o meu trabalho se ergueu em torno da ideia da escolha pela República: um caminho muito desafiador, que poderia render à região complicações muito sérias. Parte fundamental do meu argumento atribuía a razão pela qual as repúblicas foram tão pouco exitosas na Europa durante o século XIX à ausência, naquela forma de governo, de uma última instância capaz de ser simbolicamente equivalente ao papel-chave desempenhado pelo monarca, o grande depositário da estabilidade política na época. Afinal, nos regimes fundados na hereditariedade, o rei configurava a última instância: encarnava a comunidade política. Dito de outro modo: o rei representava a cabeça visível do corpo político, a face de Deus. Tanto era assim que, quando Fernando VII abdicou do trono da Espanha pressionado por [Napoleão] Bonaparte, todo o esquema de poder se desarmou, pois a comunidade política ficara sem cabeça, passando a questionar a própria existência como reino. Em sistemas absolutos, portanto, o rei tem essa função capital que parcialmente haverá de cumprir também nas monarquias constitucionais. Já a República cria um problema enorme que é, exatamente, a falta de uma última instância: não há mais um referente, alguém capaz de sanar as diferenças. Como consequência, a comunidade política, em governos republicanos, passa a depender inteiramente das decisões de seus próprios integrantes. Na prática, isso significa que o povo deve assumir a sua posição institucional, criando as suas instituições. O ponto é que, assim como tem autoridade para criá-las, o povo também pode desarmá-las, inclusive pegando literalmente em armas para esse fim. Assim, com a falta de uma dinastia, o problema criado pelas eleições é a insegurança e a potencial instabilidade das sucessões de governo. O grande drama das repúblicas representativas se torna a tendência à instabilidade; por isso

foram tão temidas pela Europa do século XIX. Já no Brasil imperial há uma cabeça que dá unidade à comunidade política, por cima das diferenças e das disputas. Ainda que muitas instituições da monarquia constitucional brasileira se assemelhem às das repúblicas da América hispânica, a dinâmica política é diferente. Portanto, para o objetivo do meu livro, que se propunha a discutir a instabilidade política associada à República, não havia meios de incluir o Brasil.

Entrevistadora: Justificado! *[risos]*. Mudando um pouquinho de assunto, me parece que existem poucas mulheres estudando eleições e representação política no século XIX. Tem a mesma impressão? Qual seria o motivo?

Hilda Sabato: Não sei se há tão poucas mulheres. Na Argentina, somos muitas estudando História política e, na América Latina, muitos dos nomes mais importantes nessa área são de mulheres. Mas também acredito que há modas e, atualmente, a moda não passa por esses temas de investigação. Além disso, me parece que há outros temas vinculados com a História cultural, no caso dos estudos de gênero, que atraem mais, mas não sei se isso sequer é bom para as lutas de gênero. Afinal, uma das questões para as mulheres é que deveríamos estar por todos os lados, e não seletivamente nos concentrarmos nos estudos das mulheres. Claro que, graças a toda a historiografia feminista, existe agora uma visão sobre o papel das mulheres na História que é completamente distinto e, ademais, nos tornou conscientes e advertidas a respeito da dificuldade inerente para estudar o papel das mulheres na História — e a consequente necessidade de nos abrirmos a fontes e perguntas antes desconsideradas. Dito isso, porém, creio que seria muito importante introduzir a perspectiva de gênero em todas as outras dimensões da História e não nos limitarmos à história das mulheres. A perspectiva de gênero deveria ser de domínio das mulheres e dos homens, incorporada à bagagem metodológica de todo historiador.

Jaqueline Zulini: Para encerrar, gostaria de saber que recomendações faria aos jovens estudantes que começam a investir no estudo da representação política antes da democracia.

Hilda Sabato: Eu diria que o mais fascinante é estar aberto à aventura do conhecimento: a aventura de tentar entender o que soa diferente. Ir ao estudo do passado não significa sair em busca de algo que pretendemos encontrar. Claro que acontece de se terem algumas ideias preconcebidas por conta de leituras anteriores, por causa das nossas próprias ideologias, pelo lugar que ocupamos... As interrogações que nos motivam são, sem dúvida, produto do presente, porém me parece que o mais importante é tratar de não ir ao passado na expectativa de se deparar com as respostas que acreditamos conhecer de antemão. Às vezes, o mais lindo é se encontrar o que não se deseja encontrar. E isso produz resistência, claro, pois incomoda quando nossas suposições não se confirmam. Entretanto, é nesse momento

que se tem diante de si uma pergunta de investigação. Cabe justamente, a partir daí, se tratar de averiguar em profundidade para se compreender o que se passava na época — e não com o propósito de explicar linearmente o presente! Então, recomendo isto: não vá com uma bagagem de respostas! E mais: não esconda o que encontrar de contraintuitivo. Infelizmente, é muito comum se deixar de lado aquilo que não parece se encaixar ou fazer sentido. Deixe as fontes mostrarem inclusive quando você parecer estar equivocado. Como o estudo do historiador é muito artesanal, podemos esconder tudo — e esse é o pior caminho. Encontrar algo que resista ao nosso próprio postulado é o que há de mais apaixonante! Esteja aberto e lembre-se, também, de ler tudo: de todas as partes do mundo! O mais importante é se abrir, pois hoje já não há mais como se trabalhar examinando apenas o caso de um país. Essa moda já passou!

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo apoio financeiro que abriu caminho para os primeiros contatos com o trabalho da professora Hilda Sabato e à posterior realização desta entrevista.

Conflitos de interesse: nada a declarar.
Fonte de financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (processo n. 17/19828-0).

Notas

1 A intervenção deflagra-se ainda durante o governo constitucional de Isabel Perón, deposta pelo golpe de 24 de março de 1976.

2 O CEBRAP foi fundado em 1969 por um grupo interdisciplinar de professores afastados das suas atividades docentes por ingerência da ditadura instalada no Brasil com o golpe militar de 1964. A instituição pretendia se manter como uma arena independente de reflexão social no país. A professora Hilda Sabato ingressou formalmente no CONICET como pesquisadora em 1985 e, até hoje, integra seu corpo científico.

3 Hilda refere-se ao livro *Capitalismo y ganadería en Buenos Aires: la fiebre del lanar, 1850–1890*, publicado em 1989 pela Editorial Sudamericana como resultado da sua tese de doutorado. A versão em inglês foi publicada como *Agrarian Capitalism and the World Market. Buenos Aires in the Pastoral Age*, pela University of New Mexico Press, em 1990.

4 No caso, o terceiro volume do clássico traduzido para o português, pela editora Paz e Terra, em 1987, como *A formação da classe operária inglesa*.

5 O principal resultado desse projeto foi o livro de Hilda Sabato e Luis Alberto Romero: *Los trabajadores de Buenos Aires. La experiencia del mercado, 1850–1880*, lançado em 1992 pela Editorial Sudamericana.

6 Esse livro acabou coroado com o prêmio Clarence Haring concedido pela *American Historical Association*.

7 Ver *La consagración de los partidos: política y representación en la provincia de Buenos Aires, 1870–1900*, de Leonardo David Hirsch.

8 *Hilda Sabato: Buenos Aires en armas. La revolución de 1880*. Buenos Aires, Siglo XXI, 2008.

9 A versão em espanhol foi intitulada como *Repúblicas del Nuevo Mundo: el experimento político latinoamericano del siglo XIX* e publicada em 2021 pela editora Taurus.

10 A opção pelo regime republicano no México ocorreu em 1822, mas, logo em 1823, o país retornou ao formato republicano até a imposição do Império entre 1864 e 1867.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, J. M. *Os bestializados:* o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo Companhia das Letras, 1987.

HIRSCH, L. D. *La consagración de los partidos:* política y representación en la provincia de Buenos Aires, 1870–1900. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: SB, 2021.

SABATO, H. *Capitalismo y ganadería en Buenos Aires:* la fiebre del lanar, 1850–1890. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1989. (Colección Historia y Cultura).

SABATO, H. *Agrarian capitalism and the World Market:* Buenos Aires in the pastoral age, 1840–1890. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1991.

SABATO, H. *La política en las calles:* entre el voto y la movilización (Buenos Aires, 1862–1880). Buenos Aires: Sudamerica, 1998.

SABATO, H. *Buenos Aires en armas.* La revolución de 1880. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008.

SABATO, H. *Republics of the New World:* the revolutionary political experiment in 19th-century Latin America. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2018.

SABATO, H. *Repúblicas del Nuevo Mundo:* el experimento político latinoamericano del siglo XIX. *S.l.*: Taurus, 2021.

SABATO, H.; ROMERO, L. A. (eds.). *Los trabajadores de Buenos Aires:* la experiencia del Mercado: 1850–1880. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1992.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa.* 3 vols. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HISTÓRIA, CIÊNCIA POLÍTICA E ESTUDO DAS MULHERES: COM A PALAVRA, CÉLI REGINA JARDIM PINTO

History, political science and women's studies: an interview with Céli Regina Jardim Pinto

Historia, ciencia política y estudio de la mujer: Con la palabra Céli Regina Jardim Pinto

Entrevistada:
Céli Regina Jardim Pinto[I*]

Entrevistadoras:
Mônica Karawejczyk[II**]
Amy Josephine Westhrop[III***]

http://doi.org/10.1590/S2178-149420220111

[I]Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre (RS), Brasil.
*Doutora em ciência política pela University of Essex.
https://orcid.org/0000-0003-1067-655X

[II]Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Porto Alegre (RS), Brasil
**Doutora em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (karawejczyk@gmail.com)
https://orcid.org/0000-0001-7921-7365

[III]Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getulio Vargas – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.
***Mestranda no curso de História, Política e Bens Culturais da Fundação Getulio Vargas (ajwesthrop@gmail.com)
https://orcid.org/0000-0001-8019-9352

Entrevista concedida em 17 de novembro de 2021, via plataforma Zoom (Porto Alegre e Rio de Janeiro).
Artigo recebido em 01 de setembro de 2021 e aprovado para publicação em 11 de novembro de 2021.

Céli Regina Jardim Pinto é professora emérita da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é docente permanente convidada no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS na condição de professora titular aposentada. Graduada em história e mestra em ciência política (UFRGS) e doutora em ciência política pela University of Essex, na Inglaterra. Tem uma trajetória reconhecida e de excelência em ambas as áreas de conhecimento, tanto no Brasil quanto no exterior, tendo sido *visiting scholar* na University of California, Los Angeles, na Freie Universität Berlin e na University of Oxford. Sua profícua produção acadêmica tem se centrado nos estudos de teoria política com ênfase em teoria da democracia e teoria feminista, bem como abordado, em livros, artigos e palestras, temas da história política brasileira, tais como história das mulheres, estudos de gênero, feminismo e participação política. As questões foram elaboradas de forma a abarcar sua trajetória intelectual e acadêmica destacando os pontos de intersecção entre suas áreas de atuação e suas pesquisas. A entrevista foi realizada no dia 17 de novembro de 2021 de forma virtual pelas autoras, e suas respostas, depois de transcritas, receberam como acréscimo as notas explicativas.

Entrevistadoras: Professora Céli, quais foram as razões que te levaram a migrar da licenciatura em história para a pós-graduação na área da ciência política? E quais foram os desafios principais nessa troca de área?

Céli Pinto: Quando acabei a graduação em história, em 1972, comecei a pensar em fazer um mestrado. E havia uma razão muito simples para não fazer uma pós em história: não existia pós em história em Porto Alegre. Então, não apenas eu, mas muitas outras pessoas migraram da história para ciência política, que nos parecia, na época, o mais próximo da área de história[1]. O desafio começava pelo processo seletivo: para fazer a seleção de mestrado, era preciso realizar uma prova de estatística, de que eu não tinha domínio porque, àquele tempo, nem se pensava em história quantitativa ou qualquer equivalente. Sobre a maior dificuldade, eu me lembro, durante a entrevista para a seleção do mestrado, de ter sido questionada da seguinte forma por um dos professores: "Tu queres fazer ciência política ou queres fazer história política?". Bem, jurei para ele que eu queria fazer ciência política, embora naquele momento tivesse muito pouca ideia do que era a ciência política. E, na verdade, apresentei uma dissertação de história, sobre as classes sociais a que pertenciam os fundadores do Partido Republicano do Rio Grande do Sul no século XIX. Então, a minha entrada na ciência política se dá por razões completamente práticas: não tinha condições para ir a São Paulo ou ao Rio de Janeiro ou a Campinas para cursar mestrado em história, então decidi fazer o mestrado em ciência política na UFRGS.

Entrevistadoras: É interessante observar como os seus interesses de pesquisa migraram desde o início da sua vida acadêmica, de uma forma bem significativa, das questões envolvendo os partidos e os projetos políticos de uma elite gaúcha para as questões de gênero e os feminismos. Como se deu essa guinada historiográfica? O período que passou na Inglaterra durante os anos em que cursou o mestrado e o doutorado (década de 1980) tiveram alguma influência na sua trajetória no que diz respeito aos seus estudos abordando a história das mulheres e os estudos de gênero? Tu achas que há como identificar o seu despertar para a agenda de estudos feministas?

Céli Pinto: Claramente! Há um ciclo de estudos sobre a Primeira República que iniciei ainda durante a minha monografia do bacharelado em história, sob orientação da professora Helga Piccolo. Nesse trabalho, procurei comparar a Constituição republicana do Rio Grande do Sul, nitidamente positivista, e o projeto do Apostolado Positivista de constituição para o Brasil, que não foi aceito, mas foi praticamente replicado no Rio Grande do Sul. Concluí esse ciclo de estudos sobre a Primeira República ao defender a minha tese de doutorado, que tratava do caso do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Naquele momento, realizava também uma transição teórica bem clara: passava a incorporar o início do pós-estruturalismo e a problematização do discurso, além de encerrar a fase dos chamados estudos regionais. Já a minha entrada para a temática do feminismo não aconteceu por meio da academia, mas da militância que experimentei durante a minha estadia na Inglaterra, entre os anos 1979 e 1983, dentro da Universidade de Essex[2]. Retornei ao Brasil muito imbuída das ideias feministas e convencida de que poderia trabalhar com teoria política feminista. Passei a me preocupar tanto com a questão da história das mulheres como pelo feminismo enquanto teoria política. Paralelamente, nunca deixei de trabalhar com a análise da política contemporânea, outro tópico que me é bastante caro. É aquela história: considero-me uma cientista política muito calcada na história – e uma historiadora com base muito grande na ciência política. Gosto muito dessa minha mistura.

Entrevistadoras: Quais seriam, a seu ver, os maiores ganhos dessa "mistura" entre história e ciência política?

Céli Pinto: Vários outros colegas historiadores que, assim como eu, redirecionaram a trajetória rumo à ciência política partilhavam de um estranhamento diante do perfil a-histórico das ciências sociais. Não entendíamos como os cientistas sociais poderiam desejar interpretar o Brasil contemporâneo se não conheciam história. Há muitos cientistas políticos que viram quase matemáticos, pois lhes falta toda uma perspectiva histórica nas análises. De outro lado, muitas vezes, quando leio o trabalho de historiadores, sinto falta de uma perspectiva teórica.

Daí eu gostar muito dessa minha formação híbrida, de história e ciência política, porque é uma combinação que casa bem: dá liga, assim como antropologia e história também.

Entrevistadoras: Falando em política, uma boa parte da sua produção científica seguiu dedicada ao estudo dos partidos políticos. Dada a sua experiência no tema, como avalia a produção científica disponível a respeito da memória dos partidos políticos brasileiros? Existem períodos menos estudados e lacunas que considera importantes a preencher?

Céli Pinto: Acredito que existe uma produção expressiva sobre os partidos políticos no Brasil elaborada pela área da ciência política e também na história. Quando consideramos o período da chamada República populista de 1946–1964, sobretudo em seus anos iniciais, há uma grande quantidade de trabalhos sobre os três maiores partidos da época (Partido Social Democrático, União Democrática Nacional, Partido Trabalhista Brasileiro), como sobre o Partido Comunista Brasileiro. No caso da ditadura civil-militar, também encontramos pesquisas sobre a Aliança Renovadora Nacional e o Movimento Democrático Brasileiro. Com a redemocratização, porém, a maioria dos estudos passou a focar o caso do Partido dos Trabalhadores (PT), havendo muito menos livros escritos sobre a direita brasileira. Ainda assim, um dos momentos específicos da história partidária brasileira que considero muito pouco estudado, a meu ver, diz respeito aos anos 1961–1964, desde a queda de Jânio Quadros até o golpe civil-militar de 1964. Aquela época foi muito importante, pois existia uma forte organização popular e um temor justificado dos militares diante da possibilidade de um levante comunista. Um segundo período relevante que carece de estudos é o governo Dilma Rousseff (2011–2016). A meu ver, Dilma Rousseff foi posta na "lata do lixo da história" única e exclusivamente pelo fato de ser mulher. Nem a esquerda nem a direita se interessa em resgatá-la para estudo[3], embora nada justifique deixar de analisá-la.

Entrevistadoras: Desde 2012, está coordenando um projeto junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico centrado na investigação da contribuição da teoria política feminista. O estudo das mulheres pioneiras que se destacaram na luta pela expansão dos direitos de cidadania tem revelado, entre várias questões, uma certa divisão entre aquelas comprometidas com uma campanha em prol do direito de voto e aquelas progressistas, mas avessas aos canais institucionais da política. Por que acredita que havia essa divisão?

Céli Pinto: Bem, há várias questões colocadas aí. Vamos então por partes. Uma coisa é a discussão sobre a teoria da democracia e a teoria política feminista. Escrevi muito sobre

Nancy Fraser, Iris Young, Seyla Benhabib, Chantal Mouffe – e todas essas mulheres construíram uma teoria política feminista e uma teoria da democracia feminista. No início, quando elas começaram a problematizar a teoria política feminista e a democracia feminista, houve uma reação por parte do *mainstream*. Atualmente, porém, os pontos que levantaram são reconhecidos e devidamente incorporados pelos teóricos da democracia. A influência da teoria política feminista se tornou muito grande, a ponto de abrir caminho para as demandas dos grupos que pleiteiam maior inclusão, a exemplo dos defensores da presença negra na política. Outra coisa é a questão das mulheres na vida política. A luta pelo direito ao voto e, depois, para se fazer eleger, é uma história muito longa: com poucos ganhos e muitas perdas. Há de se ressaltar que o problema da entrada na vida política é um pouco mais amplo.

Vou fazer aqui uma pequena digressão. A direita nunca se preocupou com a democracia, mantendo-se sempre à porta dos quartéis durante a República Populista. Mesmo os partidos progressistas, principalmente o Partido Comunista, tinham muito desprezo pela democracia até os anos 1950–1960 no Brasil. Os partidos progressistas passam a dar importância para a democracia no contexto da redemocratização. Por tudo isso, a ideia de lutar para ser eleito legislador, por exemplo, não representava uma bandeira da esquerda no Brasil. Como a democracia não configurava uma luta da esquerda antes do período militar, essas mulheres mais ligadas ao anarquismo e ao comunismo não estavam tão preocupadas assim em serem eleitas (afinal, tampouco os homens se empenhavam para tanto).

Entrevistadoras: Aproveitando o gancho, teoricamente, a extensão do direito de voto às mulheres pela outorga do Código Eleitoral de 1932 abriu margem para um crescimento no eleitorado no país. Contudo existem poucos estudos sobre o alistamento, o perfil e a mobilização do eleitorado feminino durante a Era Vargas. O que poderia estar por trás desse potencial desinteresse dos analistas em compreender o comportamento do eleitorado feminino na época?

Céli Pinto: Sinceramente, eu não sei se houve tal mobilização... Foi um período muito curto também para analisar. A presença das mulheres na política sempre foi excepcional, mas não tenho me debruçado sobre esse período para responder a contento a pergunta. Necessitamos de mais estudos sobre o período.

Entrevistadoras: Considerando essa questão do envolvimento das mulheres na própria cena eleitoral, pode-se dizer que até os dados sobre o envolvimento das mulheres na cena eleitoral, mesmo durante a democracia de 1946–1964, ainda são desconhecidos. Seu trabalho à frente do projeto do CNPq, que mapeia a presença das mulheres na política

brasileira a partir do estudo de trajetórias (1950–2010), tem sido um esforço muito bem-sucedido em trazer luz sobre as candidaturas femininas aos postos eletivos. Como surgiu a concepção desse projeto?

Céli Pinto: Esse projeto continua em andamento pelo seguinte motivo: existe uma imensa bibliografia no Brasil, de altíssimo nível, tratando sobre o porquê de as mulheres não serem eleitas. Eu também escrevi sobre a ausência das mulheres nos cargos eletivos. Em um dado momento, porém, resolvi mudar o foco e problematizar: quem são essas mulheres vitoriosas que conseguiram se eleger? Ao mapear as eleitas para as assembleias estaduais, a Câmara e o Senado Federal durante o curso de 64 anos da história política brasileira, da legislatura iniciada em 1951 até a inaugurada em 2015, deparei-me com menos de 700 nomes[4]. Um número muito pequeno – e que diminuiu consideravelmente conforme centrei a atenção no estudo daquelas legisladoras que tiveram carreiras consideradas longevas, isto é, capazes de se reeleger por duas vezes[5] e galgar um assento na Câmara dos Deputados[6]. Buscando entender o que essas mulheres fizeram para se tornarem políticas de sucesso, detentoras de uma carreira mais longeva, eu me surpreendi: o padrão das trajetórias delas se parecia muito com o padrão das carreiras masculinas. Quem conseguia fazer uma carreira política bem-sucedida provinha, basicamente, ou do movimento estudantil ou do movimento sindical ou de família de políticos. Embora eu esperasse que, provavelmente pela falta de espaço dentro dos partidos, as mulheres pudessem emergir de movimentos sociais para catapultar candidaturas competitivas, isso não se confirmou nos dados. Na prática, as legisladoras de carreira longeva apresentavam trajetórias muito parecidas com as dos homens.

Entrevistadoras: Pretende analisar a legislatura iniciada em 2019? Em todos os sentidos, as eleições 2018 parecem atípicas...

Céli Pinto: Sim! Em 2018, temos um crescimento exponencial do número de mulheres de direita eleitas à Câmara dos Deputados. Se antes esse perfil representava entre 12 e 13% da bancada feminina na Casa, agora cerca de 50% das deputadas federais são filiadas a partidos de direita. E essas deputadas de direita provêm dos movimentos que surgiram em 2013 (como *Vem pra Rua*, *Brasil Livre*, *Brasil Endireita*) ou de alas da Igreja católica ultraconservadora (como a *Fundação Dom Bosco*). Resolvi estudar essas mulheres agora, inclusive fazendo uma comparação com as legisladoras de esquerda, para compreender o que as mulheres têm proposto em termos de projetos de lei.

Nós, feministas, somos responsáveis por essas mulheres estarem lá, pois abrimos caminho para todas as mulheres. Sempre reiterei: estamos lutando para que as mulheres cheguem à política, mas não temos como controlar quais conseguirão. Existe quem demande

CC BY

representação feminina condicionada para um único nicho político-ideológico, como se nem todo perfil de mulher fosse digno de exercer a política. Entretanto isso não é democrático: se tu lutas para que as mulheres cheguem à política, tu estás lutando para que as mulheres *como gênero* cheguem à política. Outra luta é a luta para garantir que as mulheres comprometidas com as causas feministas cheguem à política. Isso é totalmente diferente de tentar condicionar o acesso das suas preferidas. Não cabe propor uma democracia "só para os meus".

Entrevistadoras: Estamos vivendo um momento crítico de negacionismo histórico e ascensão de uma visão autoritária no nosso país. Como você considera que isso irá afetar os estudos de gênero, dos feminismos e a militância feminista?

Céli Pinto: Eu não sei como vai afetar. O que eu acho é que nós, estudiosas, estudiosos, historiadores, historiadoras cientistas políticas, cientistas políticos, nós nunca nos ocupamos com o pensamento conservador brasileiro, na forma conservadora de ser o Brasil. Temos que encarar que o Brasil é um país conservador. Mesmo o Partido dos Trabalhadores foi conservador, por exemplo, em relação ao aborto quando esteve no poder. É um assunto tabu! A esquerda também é muito conservadora na esfera dos costumes. Nosso país é conservador porque, inclusive, dá margem para a legitimidade na desigualdade social. Já escrevi a respeito, quando tratei de corrupção e explorei essa noção de "legítima hierarquia das desigualdades no Brasil": as pessoas se acham desiguais e, pior, consideram natural que umas sejam inferiores às outras[7]. Sabemos, ainda, que o país é marcado por uma cultura religiosa muito profunda e por um racismo extremo (vale dizer, negado até recentemente dentro da própria academia, pela esquerda, sob o mito da "democracia racial"). Trata-se de uma sociedade que tem a família patriarcal como princípio articulador embora poucos consigam, de fato, adequar-se ao protótipo de "família margarina". Além disso, não podemos nos esquecer de que a classe média brasileira é uma das classes médias mais privilegiadas do mundo: basicamente, rodeada por serviçais (das diaristas prontas para limpar casas aos frentistas responsáveis por abastecer os veículos dos consumidores, e mesmo os empacotadores encarregados de embalar as compras no caixa). Temos de passar a considerar que existe um pensamento de direita, uma direita e uma extrema-direita no Brasil. Nunca consideramos esse cenário. No máximo, problematizávamos a centro-esquerda e os militares envolvidos na ditadura militar. Mas, infelizmente, a situação é um pouco mais complexa. O que que vai acontecer? Não sei. Acredito que, mesmo caso um partido de centro-esquerda como o PT vença as próximas eleições presidenciais, o Brasil continuará em dificuldades. Houve uma grande destruição do país nos últimos anos, particularmente na área da cultura e da educação. Desculpem-me encerrar com uma mensagem tão pessimista...

Entrevistadoras: Não seja por isso! Vamos acabar comentando uma novidade que tem repercutido muito positivamente? Pode compartilhar conosco como foi a experiência de elaborar o seu mais novo livro, *Tempos e memórias: vida de mulheres*, recém-lançado pela Editora Zouk, de Porto Alegre?

Céli Pinto: Claro. Quando voltei da Inglaterra após defender o doutorado, em 1985, estava empenhada em fazer história das mulheres. Então, apresentei um projeto à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais e consegui o apoio financeiro da Fundação Ford para entrevistar mulheres, àquele tempo (em 1985), com 70 anos ou mais. A minha pretensão era compreender como aquelas mulheres tinham vivenciado a década de 1920, pois seguia muito preocupada com a revolução de 1923 ocorrida no Rio Grande do Sul e esperava captar a memória do episódio pela lente das mulheres. Viajei para Bagé, com duas bolsistas e uma socióloga, para realizar o projeto. Entrevistamos mulheres de todas as classes sociais – e diante das limitações típicas de pesquisa da época, quando gravávamos, transcrevíamos à mão... Como resultado, publiquei um artigo sobre as entrevistas e abandonei o assunto para me concentrar em novos trabalhos. Até que, em março de 2020, no início da pandemia e da quarentena no Brasil, recordei-me sobre uma menção à gripe espanhola feita por alguma das minhas entrevistadas de Bagé. Parti em busca daquele conjunto de entrevistas que sequer sabia onde estava, vasculhando as minhas caixas-arquivo. Foi assim que reencontrei 16 entrevistas transcritas, parte à máquina de escrever, parte manualmente. Descobri que já não tinha mais as fitas com as gravações em áudio. Ao reler o material, eu me apaixonei perdidamente pelas entrevistas – em que pese não ter achado a entrevista de interesse, relatando a gripe espanhola[8]. Eu tinha uma dívida com essas mulheres, que haviam me doado um tempo da vida delas e, evidentemente, estavam, agora, todas falecidas. Comecei a escrever o livro, que foi o mais prazeroso de elaborar em toda a minha vida. Embora eu tenha me permitido algumas liberdades metodológicas, alguns leitores avaliam que o trabalho representa, para além do gênero de história das mulheres, um exemplar livro de metodologia. Primeiro porque me coloco como uma pessoa que fez história oral quando a própria história oral não tinha todo o cabedal teórico-metodológico de nossos dias. Em segundo lugar porque reconheço não poder tratar o meu material empírico como uma entrevista típica de história oral considerando estar diante de um conjunto de documentos-monumentos criados décadas antes com outras preocupações de pesquisa. Já não poderia mais acessar as minhas entrevistadas para esclarecer novas questões. Terceiro porque reflito a respeito da diferença etária capaz de ter impactado no resultado das entrevistas. Àquele momento, eu tinha 30 anos, fazendo questões para mulheres acima de 70. Eu me questiono: por que será que não fiz determinada pergunta? Talvez porque eu tinha 30 anos e a entrevistada, mais de 70? Ou possa ter

CC BY

omitido porque naquele momento era ofensivo fazer tal pergunta? Faria a pergunta hoje, que também cheguei aos 70, para uma entrevistada da minha idade? Como será que uma mulher de 30 anos faria a mesma pergunta para mim? Ou tampouco se arriscaria? Em quarto e último lugar, porque quando mobilizo essa reflexão metodológica, incorporo uma nova entrevistada, que apareceu muito raramente. *E essa entrevistada sou eu*. As histórias daquelas mulheres me fizeram lembrar da minha infância. Então me coloquei um pouco no livro. Por tudo isso, foi uma experiência maravilhosa, ainda mais para vivenciar naquele contexto temeroso do início da pandemia, que me afligia isolada em casa. Acho que o leitor pode sentir o meu prazer ao escrever este livro!

Conflitos de interesse: nada a declarar.
Fonte de financiamento: nenhuma.
Contribuições dos autores: Karawejczyk, M.; Westhrop, A. J. Administração do Projeto, Análise Formal, Curadoria de Dados, Escrita – Revisão e Edição.

Notas

1 O mestrado em história na UFRGS foi criado em 1986.

2 A tese de doutorado intitulada *The positivist discourse of the Republic Party of Rio Grande do Sul: a successful political Project in the Brazilian Old Republic (O discurso positivista do Partido Republicano do Rio Grande do Sul: um projeto político bem-sucedido na Velha República brasileira)* foi defendida em janeiro de 1986, na University of Essex (Inglaterra), sob orientação de Ernesto Laclau. Uma versão reduzida foi publicada no Brasil, no mesmo ano, na coleção Universidade Livre, publicada pela editora L&PM (Porto Alegre) com o título *Positivismo um projeto político alternativo (RS: 1889–1930).*

3 Sobre o tema ver, por exemplo, o livro *O Golpe na perspectiva de gênero* (2018), organizado por Linda Rubim e Fernanda Argolo e publicado pela Editoria da Universidade Federal da Bahia, no qual a entrevistada contribui com o capítulo intitulado "Dilma: uma mulher política". Recentemente (2020) foi publicada a coletânea *Mulheres, poder e ciência política – Debates e trajetórias* pela Editora da UNICAMP, organizado por Flávia Biroli, Luciana Tatagiba, Carla Almeida, Cristina Buarque de Holanda e Vanessa Elias de Oliveira, que aborda muitos dos temas citados por Céli Pinto.

4 O número exato é de 653, como Céli apresenta em artigo publicado no ano de 2018 pela revista *Opinião Pública*, em parceria com Augusta Silveira, intitulado "Mulheres com carrei-

ras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950–2014)". Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912018241178>. Acesso em: 10 dez. 2021.

5 Foram 138 mulheres reeleitas ao longo do período analisado.

6 Apenas 62 mulheres conseguiram tal feito no período considerado pelo estudo. Inclusive, a pesquisa sobre carreiras das mulheres precisou flexibilizar os critérios normalmente utilizados pela ciência política no tratamento convencional das carreiras masculinas. Em vez de se tabular como carreiras longevas apenas aqueles casos nos quais o legislador se reelege por pelo menos três vezes consecutivas à Câmara dos Deputados, foi computada como legisladora de carreira longeva toda mulher capaz de se eleger três ou mais vezes para os legislativos estaduais e federal. Tratava-se de uma adaptação metodológica necessária para retratar a realidade das legisladoras bem-sucedidas em suas carreiras políticas no Brasil.

7 Cf. *A banalidade da corrupção: uma forma de governar o Brasil* (Pinto, 2011).

8 Algumas entrevistas só estão registradas na forma de resumos. Provavelmente esse é o caso da entrevista que fazia menção à gripe espanhola.

Referências Bibliográficas

BIROLI, F. *et al*. (orgs.). *Mulheres, poder e ciência política*: debates e trajetórias. Campinas: Editora da UNICAMP, 2020.

PINTO, C. R. J. *The positivist discourse of the Republic Party of Rio Grande do Sul*. 1986. 377 p. Tese (Doutorado) – University of Essex, Colchester, 1986.

PINTO, C. R. J. *Positivismo um projeto político alternativo (RS: 1889–1930).* Porto Alegre: L&PM, 1986.

PINTO, C. R. J. *A banalidade da corrupção*: uma forma de governar o Brasil. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

PINTO, C. R. J.; SILVEIRA, A. Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950–2014). *Opinião Pública*, Campinas, v. 24, n. 1, p. 178-208, 2018. https://doi.org/10.1590/1807-01912018241178.

RUBIM, L.; ARGOLO, F. (orgs.). *O Golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: UDUFBA, 2018.

No manuscrito "Historian's self writing: interview with C. Delacroix, F. Dosse and P. Garcia", DOI: 10.1590/S2178-149420210311 publicado na Estud Hist (Rio J). 2021;34(74):623-41, na página 640 foi incluído o item Acknowledgements:

Acknowledgements

Translated by Guilherme Soares dos Santos

guilherme.sds@yahoo.com
https://orcid.org/0000-0002-3497-6138

https://doi.org/10.1590/S2178-149420210311ERRATUM